

2ª edição revista e ampliada

Maria Alexandra Monteiro Mustafá [ORG.]

# O SER SOCIAL

Ética, pesquisa social e direitos humanos

Textos de: Alexandra Mustafá, Anna Maria D'Ottavi, Anita Aline de Albuquerque Costa, Elisana Araújo, Denis Bernardes, Maria de Fátima Gomes de Lucena, Josenita Luiz, Juliene Tenório, Manoel Caetano, Maria Mansi, Maria Lorenzoni Stefani, Roberto Cipriani, Claudio Tognonato, resultantes do II Encontro Internacional de Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos





SÉRIE  
EXTENSÃO

O SER SOCIAL:  
ÉTICA, PESQUISA SOCIAL E  
DIREITOS HUMANOS

Serviço Social e Sociologia Brasileira e Italiana dialogando  
em busca de novas compreensões

Organização  
Maria Alexandra Monteiro Mustafá

2ª edição revista e ampliada

Capa: quadro Ser Social de Lúcio Mustafá

Catálogo na fonte:  
Bibliotecária Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

S115 O ser social : ética, pesquisa social e direitos humanos : serviço social e sociologia brasileira e italiana dialogando em busca de novas compreensões [recurso eletrônico] / Organização : Maria Alexandra Monteiro Mustafá. – Recife : Ed.UFPE, 2017. (Série Extensão)

Vários autores.  
Inclui referências.  
ISBN 978-85-415-0878-0 (online)

1. Sociologia – Brasil. 2. Sociologia – Itália. 3. Ética social. 4. Pesquisa social. 5. Serviço social. 6. Intercambio educacional. 7. Direitos humanos. 8. Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Brasil). I. Mustafá, Maria Alexandra Monteiro (Org.).

301

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2017-27)

O SER SOCIAL:  
ÉTICA, PESQUISA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Maria Alexandra Monteiro Mustafá (Org.)

Anna Maria D'Ottavi

Anita Aline de Albuquerque Costa

Elisana Araújo

Denis Bernardes

Maria de Fátima Gomes de Lucena

Josenita Luiz

Julienne Tenório

Manoel Caetano

Maria Mansi

Maria Lorenzoni Stefani

Roberto Cipriani

Claudio Tognonato

Recife, 2017





DEDICATÓRIA

Anita Aline de Albuquerque Costa (*In memoriam*)

Dênis Antônio Bernardes (*In memoriam*)



## APRESENTAÇÃO

O II Encontro Internacional de Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos, realizado na Universidade Federal de Pernambuco, em 2010, teve como objetivo abrir espaço sistemático e contínuo, mediante o intercâmbio científico Brasil/Itália, ao debate sobre as políticas sociais do Estado e dos governos orientadas para a juventude, além de assegurar visibilidade acadêmica aos projetos em desenvolvimento, com o apoio do CNPq, no Brasil, e do Ministério das Relações Exteriores na Itália, e à inserção internacional do Serviço Social brasileiro. A iniciativa representou uma contribuição significativa para o desdobramento de alternativas nessa área, ao ensejar questionamento de paradigmas vigentes, clássicos, emergentes e possíveis, mediante a análise de experiências como o PROJOVEM (Brasil) e o M'IMPRENDO (Itália).

Ao privilegiar o olhar questionador da política social, o Encontro assumiu uma natureza essencialmente de caráter pluralista e interdisciplinar, no pressuposto de que as relações entre Estado e Sociedade, economia e política, constituem a base para a compreensão das políticas sociais e suas diferentes manifestações no contexto da globalização. A comparação histórica apresentou-se, assim, como um meio metodológico importante para mapear, de um lado, a especificidade brasileira nas intervenções do social e, do outro, os aspectos diversificados no contexto italiano.

Sob esse aspecto, a pesquisa tem espaço privilegiado, merecendo atenção especial a relação entre valores e cientificidade na produção do conhecimento. O texto do Prof. Roberto Cipriani chama a atenção para as diferentes concepções teóricas apontando como fatores significativos a cultura, a história e o poder – “um fenômeno é sempre o resultado de um elemento individual junto com um elemento social”.

O debate conduz necessariamente à questão da Ética na pesquisa e sua relação com o significado dos direitos na contemporaneidade, como salienta a Prof<sup>a</sup>. Alexandra Mustafá ao tratar dos programas sociais e o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil. Uma referência central nas análises é a evolução de produção social e as novas configurações assumidas pelos programas sob a influência neoliberal. Em relação à juventude, é possível perceber que as políticas sociais brasileira e italiana são implementadas por vias e modos diferentes, de acordo com a complexa e contraditória relação

estabelecida entre Estado e sociedade, capital e trabalho, estatização e mercado, burocracia e democracia, como revelam a Coordenadora do Projovem na Prefeitura da Cidade do Recife – Elisana Araújo, a pesquisadora do GEPE – Josenita Luiz, e a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Anna Maria D’Ottavi – coordenadora do evento pela parte italiana e do M’Imprendo, em Roma.

Na sociedade brasileira, a preocupação com a pobreza e a desigualdade social tem produzido respostas políticas focalizadas em detrimento da universalização dos direitos historicamente relacionados ao trabalho. As medidas pensadas e postas em prática em relação aos jovens tomam como referência a ideia de co-responsabilidade entre atores público e privado, enfatizando o papel da família. Percebe-se, no entanto, que a lógica de atualização segue setorializada, sendo necessário construir um novo repertório de ações para efetivação de uma política de formação de direitos da juventude conectada com o seu tempo e sua realidade social.

No âmbito da experiência italiana, a Prof<sup>a</sup>. Anna M<sup>a</sup> D’Ottavi torna visível também o pano de fundo neoliberal e o sentido de privatização das políticas públicas, atribuindo igualmente “responsabilidades sociais” à sociedade civil, com destaque ao voluntariado. Repete-se o posicionamento de exigir o aprofundamento das práticas públicas, democráticas, participativas e voltadas à efetivação de direitos de cidadania.

Os trabalhos aqui apresentados demonstram a relevância do intercâmbio científico e seus resultados para o avanço da pesquisa como mediação de práticas sociopolíticas e seu questionamento crítico. Ainda que brevemente sinalizadas, as discussões desenvolvidas durante o Encontro mostram a importância de repensá-las na sua diversidade mediante ampliação e intensificação do intercâmbio com ambos os centros de excelência e cursos, no campo da proteção social e, em particular, do Serviço Social, fomentando a articulação e a cooperação de entidades nacionais, e internacionais na produção do conhecimento.

Anita Aline de Albuquerque Costa

Recife, abril de 2011.

## PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO

Este tempo da vida nacional – segundo semestre de 2016 – exige dos brasileiros que vivem de seu trabalho uma grande coragem para enfrentar as diversas investidas contra seus duramente conquistados direitos trabalhistas, previdenciários, sociais, sexuais e reprodutivos, etc. *Impeachment* da presidenta, governo interino, imposição da pauta neoliberal ortodoxa, a cada dia uma votação de um congresso conservador e reacionário, que retroage nas garantias de proteção social, deixam-nos entristecidos, enraivecidos, com um sentimento de impotência. O que acontece no Brasil, de certa forma pode ser observado no mundo, considerando as particularidades das diferentes realidades. O desemprego, a destruição da proteção social, a mercantilização da saúde e da educação, com os serviços e espaços sendo colocados à disposição da iniciativa privada, enaltecida como capaz de garantir excelência, eficácia, eficiência.

Sobre os jovens também recai o peso da proposição neoliberal, que reduz sua atuação social para permitir que mais recursos estatais, o fundo público, seja apropriado pelo capital, em sua busca incessante de reprodução. Crianças, jovens, mulheres pobres e, principalmente as negras, têm sua vida comprometida. Mia Couto<sup>1</sup>, escritor moçambicano, aponta em seu livro *E se Obama fosse africano?* (2011), que um país que não apoia suas mulheres tem seu futuro comprometido, “está condenado a ter metade de seu futuro” (2011, p. 138). Esta mesma reflexão pode ser transposta aos jovens.

A reedição deste livro traz a possibilidade de leitura de artigos instigantes, que refletem sobre a realidade brasileira e italiana, diante desse real um tanto desconcertante, que nos pega quase de surpresa, pelo menos àqueles que percebiam alguns avanços. As panelas ricas batendo a favor do impeachment e contra a redução, ainda que mínima da desigualdade de renda no país, mostraram o quanto temos que lutar, num momento em que nos sentimos fragilizados para esse desafio.

O livro que está sendo reeditado traz reflexões que podem nos ajudar nessa longa e difícil caminhada. Estudos sobre os jovens brasileiros e italianos, sobre

---

<sup>1</sup> COUTO, M. O futuro por metade. In: *E se Obama fosse africano?* E outras interinvenções. Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

tráfico de seres humanos e também sobre o Serviço Social brasileiro e italiano, no enfrentamento da cruel realidade com que nos deparamos. Algumas reflexões sobre pesquisa são incorporadas ao livro, e podem contribuir para conhecer melhor o real, desvelar os véus que, no cotidiano, dificultam a compreensão das contradições, da totalidade, das mediações que precisam ser analisadas para a ultrapassagem do cotidiano, do senso comum.

A organização do livro, pela Dra. Alexandra Mustafá, tornou-se possível pelo seu trabalho na construção de um intercâmbio entre o Serviço Social brasileiro e o italiano, viabilizando mobilidade docente e discente, abrindo espaços na Itália para conhecer e receber o Serviço Social brasileiro, com seu projeto ético-político que se coloca ao lado dos sujeitos mais atingidos pela investida neoliberal, vivendo na região mais empobrecida do planeta, na parte sul do mundo. Que mais pessoas possam ler as reflexões que o livro traz, que instiguem lutas sociais por direitos, que tragam esperança num futuro livre de opressões de toda ordem – econômicas, políticas, sexistas, racistas/étnicas.

Ana Vieira

Recife, 25 de agosto de 2016.

## APRESENTAÇÃO À 2ª. EDIÇÃO

### O Ser Social: a emancipação necessária

Diante da possibilidade de realizar uma nova edição, sob a forma de e-book, do livro *Ser Social: ética, pesquisa social e direitos humanos*, achamos por bem tecer algumas considerações, de ordem ontológica, sobre o ser social em si e a sua capacidade teleológica de realizar projetos. Aproveitamos o ensejo para atualizar a discussão sobre os desafios que têm ressonância nas condições de vida e de trabalho dos e das profissionais e usuários/as do Serviço Social, da ruptura com a democracia e o desmonte de direitos e políticas sociais voltados para a classe trabalhadora e para a população mais pobre no Brasil.

Além disso, a presente edição é corrigida e ampliada. Em especial, destacamos nela a inclusão do importante artigo do Professor Claudio Tognonato, da Università Roma Tre, intitulado **Os direitos humanos na sociedade de mercado**, que, com grande maestria, nos apresenta numa análise científica, de alto nível, os maléficos ataques do mercado nos direitos humanos. A presença deste texto, na presente obra, é pertinente enquanto o Prof. Tognonato participou do I Encontro Internacional de Ética, tendo vindo ao Brasil, em 2009, proferir conferências a respeito daquele tema. A leitura deste artigo, certamente será de grande proveito para o/a leitor/a.

Finalmente, evidenciamos e pedimos análise e reflexão para o *status* teórico e científico que assumiu, *autonomamente*, a profissão de Serviço Social, desde as últimas décadas do século XX até os dias atuais e para o significado ético-político do seu protagonismo, ao adotar, após um longo processo de maturação estudiosa, como perspectiva hegemônica de explicação-ação sobre a realidade, a teoria crítica e marxista.

A consciência moral, segundo esta perspectiva, enquanto faculdade de discernimento entre o *dever fazer e/ou não fazer* algo, acompanha a experiência histórica da humanidade desde as suas atividades mais primitivas e apresenta-se como uma exigência da expressão do nível de racionalidade alcançado pelo ser social nos vários momentos da evolução da sua capacidade

de discernimento, pois ela possibilita o lento e gradual amadurecimento a respeito do significado da própria ação. Antes mesmo que se começasse a usar a linguagem falada, através da comunicação por gestos, que conduziu a uma ação cada vez mais próxima entre homens e mulheres, e entre estes e a natureza, a consciência moral já existia e funcionava. Nessa perspectiva, falar sobre ética vai muito além de discutir apenas códigos, normas de convivência, princípios e valores que orientam a ação: falar sobre ética, aqui, tem, como pré-requisito, uma compreensão do significado da existência da espécie humana na sua experiência social, política e econômica.

Sentimos, assim, a necessidade de demarcar, no tempo, a emergência da prática do ser social que tenha as respectivas características de uma práxis ética. Para tanto, devemos sinalizar historicamente os fundamentos primeiros da ação humana, enquanto prática coletiva, direcionada para a sobrevivência da espécie. Queremos, com isso, chamar a atenção para a necessidade da compreensão daquilo que se estabeleceu denominar de **distinção entre o homem e os demais seres vivos**, principalmente dos animais, isto sem deixar de perceber e valorizar o pertencimento do ser humano no interior do reino animal e sem também deixar de reconhecer que tal pertencimento o vincula, de *per se*, a obrigações éticas com o reino ao qual pertence e com a natureza como um todo. Neste marco, encontramos a constituição do ser social, ser que passa a agir coletivamente e teleologicamente para a satisfação de necessidades primárias, como a fome, a necessidade de abrigo, segurança etc. Ao assumir a condição de ser social, constata-se, na ação humana, uma evolução na forma mesma de responder a esta necessidade: o ser social passa a planejar e a exercer a caça, coletiva e direcionada para fins de extrair da natureza animal, as condições indispensáveis à sobrevivência, pois então o humano em si encontrava-se ameaçado de extinção. O ser social deixa de se alimentar de “restos de carcaças” para construir os próprios instrumentos de sobrevivência e saciar, coletivamente, a sua fome. A esse respeito, Marx nos *Grundrisse* (2011, p. 47) afirma que,

uma necessidade primária, como a fome, por exemplo, torna-se social ao criar formas diferenciadas de satisfação, pois estas já indicam costumes e culturas construídas em diferentes modos de produção. A fome é fome, mas se é satisfeita com carne preparada e cozida e se é ingerida com a ajuda de garfo e faca é diferente da

fome que é satisfeita devorando carne crua, destrozada com as mãos, as unhas e os dentes. Não se trata somente do objeto de consumo, mas também do modo de consumo, criado pela produção, tanto em sua forma objetiva, como subjetiva.<sup>2</sup>

Ora, se usarmos informações da antropologia filosófica, cruzando-as com a história da arte e com a estética, iremos nos deparar com o período conhecido na pré-história da humanidade sob o nome de alto-paleolítico, quando o artista pintava um animal na rocha, ou caverna, como forma de antecipação e orientação para a caça coletiva. Neste sentido, nasce a arte entendida não no sentido burguês de “beleza pela beleza” ou fruto de um ócio, mas no sentido de satisfazer ao objetivo de constituir simples meio de auxiliar a obtenção dos alimentos. Note-se que a passagem da coleta e aquisição de alimento, disponíveis na natureza para aquela em que predominava a caça, a partir do ponto de referência da pintura com carvão e sangue nas cavernas (que constituem a prova mais significativa e confiável da existência social humana sobre a terra), representou um salto qualitativo naquilo que Marx denominou “forma de consumo”. Isto porque o homem deixou de se alimentar dos restos já consumidos por outros animais, para projetar, visivelmente, e, coletivamente, o ato da caça e, assim, ter um alimento qualitativamente mais puro, mais “fresco” e passível de ser cozido (quando se deu a descoberta do fogo).

A esse respeito, vale referenciar a brilhante obra de Arnold Hauser, intitulada *História social da literatura e da arte*, na qual ele problematiza, analisa e sistematiza o significado da arte na história da humanidade. Antes de tudo, Hauser afirma que “aparentemente, a arte paleolítica atingiu, sem qualquer obstáculo, a unidade da percepção visual só realizada pela arte moderna após um século de controvérsias” (ivi, p. 14). Em seguida ele se questiona sobre os motivos e objetivos que se escondem por trás desta arte, apresentando como possíveis hipóteses: o instinto lúdico, o ócio, a recreação,

---

<sup>2</sup> Aqui vale a pena uma análise crítica da nossa realidade atual, onde apesar de todo avanço tecnológico da humanidade encontramos ainda homens e mulheres e crianças que para satisfazer a necessidade da fome buscam retirar do lixo os restos que sobram da sociedade de consumo, que descarta parte do supérfluo acumulado em detrimento da vida e da sobrevivência daqueles que são chamados de excluídos até do direito de sobrevivência,

um ópio, um luxo ou um meio de luta pela alimentação? Sua resposta é bastante clara:

Sabemos que essa é a arte dos caçadores primitivos, que viviam em nível econômico improdutivo e parasitário, que eram obrigados a apanhar ou a capturar os meios de subsistência, em vez de os produzir; seres que, segundo parece, viviam ainda num estágio de individualismo primitivo, estabelecidos em moldes sociais instáveis e quase inteiramente desorganizados, agrupados em pequenas hordas isoladas, que não acreditavam nem em divindades nem em outra vida para além da morte. Nesta fase de vida exclusivamente prática, tudo girava, como é óbvio, em torno da mera preocupação de arranjar alimentos; nada justifica, portanto, que se admita que a arte satisfazia a qualquer outro objetivo que não fosse o de constituir simples meio de auxiliar a obtenção desses alimentos. [...] os desenhos constituíam simultaneamente a representação e a coisa representada; eram simultaneamente o desejo e a realização do desejo. O caçador e o pintor da era paleolítica supunham encontrar-se na posse do próprio objeto desde que possuíssem a sua imagem; julgavam adquirir poder sobre o objeto por intermédio da sua representação (HAUSER, 1982, p. 16).

Assim, já nas atividades das sociedades primitivas, na luta pela sobrevivência, está presente uma dimensão de prévia ideação, antes da realização da atividade, propriamente dita. Esta dimensão ou capacidade de prévia ideação ou projeção podemos denominar de “teleológica”, pois a teleologia, aqui, não quer afirmar a existência de um fim imanente ou intrínseco à natureza como um todo, como se a mão divina tivesse pré-determinado a direção para a qual a história deveria também seguir. Mas quer mostrar a história como criação do próprio homem, por motivos ligados às necessidades emergentes de sobrevivência de si, ou mesmo visando o bem do coletivo, a longo prazo, o ser humano se planeja para alcançar determinados fins.

Fica evidente que a teleologia precede a capacidade humana de produzir os próprios meios de subsistência, mas ao antecipar-se a esta, constitui elemento fundamental de socialização e, daquilo que posteriormente se denominou “trabalho”. Como afirma Lukács, a dimensão teleológica é o que concerne ao ser humano a condição de “ser social”, na medida em que esta condição significa a capacidade de executar o trabalho, a partir da possibilidade de fazer e ativar projetos:

É o trabalho, portanto, que introduz no ser a unitária inter-relação do fundamento dualístico entre teleologia e causalidade. Antes que se desse a sua aparição, existiam, na natureza, simplesmente processos causais. Em termos realmente ontológicos, então, esses processos estão presentes apenas no trabalho e nas suas consequências sociais, na práxis social. O

modelo da posição teleológica, transformadora de realidades, torna-se, assim, a base ontológica de toda práxis humana, isto é, social. (LUKÁCS, 2012, p. 11. Tradução nossa.)

Essa capacidade, que nos diferencia dos animais, mas que, por ela mesma nos faz ter um papel preponderante sobre os destinos seja da espécie mesma humana, seja do planeta, é, sem dúvida, para nós, um desafio e um imperativo, já que não podemos nos des-responsabilizar em relação às conseqüências de nossos atos individuais e coletivos, sem nos transformar diante de nós mesmos, enquanto espécie, e diante da natureza que temos dominado, há milênios, nos seres mais execráveis existentes. Pois se nos des-responsabilizássemos, com os destinos, nosso e do planeta, estaríamos simplesmente determinando um futuro de destruição certa e extinção nossa e de tudo que nos cerca<sup>3</sup>.

Portanto, trata-se de assumirmos uma atitude teleológica responsável diante da vida como um todo, incluindo aí aquilo que nós fizemos com a vida ao nos termos transformado em seres sociais. Assim, assumir a tarefa de ativar a dimensão teleológica, de modo ético, é dever não renunciável nem adiável de todo e qualquer ser humano.

Dando continuidade a esta reflexão, podemos afirmar que a teleologia, isto é, o planejamento e a elaboração de projetos individuais e coletivos é parte inerente da atividade do trabalho. Se reconhecemos o trabalho, a partir do legado de Marx e de Lukács, como a categoria fundante do agir humano no mundo, assistimos, historicamente, ao surgimento de profissões em resposta

---

<sup>3</sup> A esse respeito, vale ressaltar que a lógica do capital é uma lógica análoga àquela utilizada pelas nuvens de gafanhotos que destroem tudo por onde passam, em função da obtenção de lucro e vale ressaltar também que a crise estrutural do capital, se não se transformar qualitativamente em processo revolucionário, dadas as suas condições de esgotamento, conduzirá à extinção da humanidade. A título de exemplo, podemos recordar as denúncias feitas por Domenico Losurdo em seu livro *Liberalismo. Entre civilização e barbárie*, sobre os tremendos sofrimentos impostos pelo bloqueio e pela guerra do Golfo (com anuência da ONU), à população iraquiana, já que “um regresso do Iraque ao mercado petrolífero mundial reduziria a quota detida pela Arábia Saudita, fazendo descer a pique as suas receitas: daí resultaria uma conspícua diminuição das exportações norte-americanas”[...]. “... crianças jazem nos hospitais em camas sujas, gemendo as suas dores, enquanto morrem de diarreia ou pneumonia [...] a desnutrição atinge 25% da população [...] já está em causa a sobrevivência de mais de um milhão de pessoas entre velhos, mulheres e crianças.[...] Não é por acaso que tenha sido atingido um país que se pode ou podia-se gabar de ter a taxa de analfabetismo mais baixa do mundo árabe e pode ou podia dispor de pesquisa científica autônoma, financiada em mais de 90% pelo Estado”(p.11-13).

Para maiores detalhes sobre o esgotamento do capital em tempos de crise estrutural, cfr. Mészáros (2002) e Lukács (2014).

às necessidades sociais e às formas de organização que assume cada sociedade. Neste sentido, o âmbito estritamente profissional exige a formulação de projetos capazes de cumprir duas questões simultaneamente, uma de curtíssimo prazo e outra de longo prazo. A primeira é a questão profissional e a segunda é a questão social.

Falemos inicialmente da questão profissional. Toda e qualquer profissão, por ter sua existência, sua ontologia, diretamente ligada à categoria do trabalho, ou seja, por estar mediada, querendo ou não, pelo ato pré-histórico da busca da sobrevivência imediata, deve ser capaz, para existir, de propiciar a sobrevivência de seus membros. Do mesmo modo que o/a cavernícola se fez caçador para suprir suas necessidades imediatas, também as profissões existentes em cada atualidade, tem esta função de suprir as necessidades imediatas de quem dela participa.

Mas a longo prazo, o que justifica a existência de uma profissão é o valor que ela tem para a coletividade como um todo e não apenas para seus membros. Por um lado ela existe para si, por outro lado, ela existe por causa de algo extrínseco a si. Se aquilo que faz uma profissão existir deixa de ser uma demanda social, aquela profissão estará fadada a desaparecer, ou passa a existir como uma aberração. Nesse sentido, a questão profissional emerge quando se está diante de dois tipos de necessidades profissionais que entram em conflito: a necessidade de ter a profissão como sobrevivência de quem a exerce e as necessidades societárias da profissão mesma. Tal conflito pode emergir quando os problemas pessoais (familiares ou outros que sejam) do/a profissional exigem dele/a algo que não é adequado de ser conseguido com a profissão. Nesse caso, se estará diante de um problema ético-profissional. A escolha que se fará é que dirá se o profissional feriu ou não o seu código de ética. Quando tal ferimento acontece e a profissão possui um sistema de fiscalização e controle da atuação ética de seus membros, o/a profissional será chamado/a para responder eticamente quanto àquilo que fez. Caso contrário, se a totalidade dos/as dirigentes da profissão se posiciona como quem privilegia os interesses corporativos a dano dos interesses teleológicos da profissão mesma, se instala uma situação que leva a profissão a uma situação de incoerência interna e de não mais cumprimento de sua função social: uma

tal profissão, que não consiga garantir a eticidade da atuação de seus/suas dirigentes e membros degenerou (por assim dizer) num cartel nocivo àquela sociedade que lhe permitiu existir.

Assim, a questão profissional se apresenta diretamente ligada à formação profissional. Ou seja, o tipo de formação profissional que se dá nos centros encarregados de fazê-lo irá determinar a qualidade da profissão em si. Se tal formação for marcada por um caráter radicalmente ético, os/as profissionais irão ser os sustentáculos e fiadores da autenticidade da profissão que exercem. Caso contrário os/as profissionais dela serão os seus primeiros detratores.

No caso do Serviço Social, que é uma profissão que tem características especiais que nenhuma outra profissão tem, a questão profissional se coloca nos seguintes termos.

O Serviço Social, surge para atender uma necessidade social. Por isso, é uma profissão que não pode ser apenas entendida no âmbito da questão profissional, mas sim naquele da questão social.

A chamada questão social, que tem sua gênese no processo contraditório de formação do modo de produção capitalista, através da sua lei de acumulação geral de produção, significa que a acumulação de riqueza de uns se dá às custas, exatamente, do empobrecimento de outros. Tal fenômeno provocou uma quebra no processo inaugurado pelo homem da caverna, que foi o processo profissional teleologicamente dinamizado para fins de exercer atividades coletivas voltadas para o atendimento das necessidades também coletivas.

Em outras palavras, estamos falando do fenômeno do pauperismo que é inerente à determinação de obter lucro a qualquer custo. Esse fenômeno se radicalizou nos tempos modernos a partir da ascensão da burguesia que após a Revolução Francesa, feita não só por ela, mas também pelo trabalhadores, apropriou-se dos meios de produção e da possibilidade de comprar a força de trabalho, transformada por ela em mercadoria, comprada a baixo custo, através

dos salários e utilizada como dínamo propulsor de ingentes riquezas acumuladas brutalmente.

Tal acumulação, por um lado, produziu e produz um grande impulso tecnológico, mas, por outro lado, provocou e continua a provocar a descaracterização do trabalhador como ser humano, enquanto o faz não mais ser um/uma profissional que cumpre um trabalho eticamente direcionado e, portanto, não mais ser um ser para si, mas sua vida passa a ser subordinada aos interesses subjetivos e objetivos do patrão e por conseguinte do capitalismo.

Essa é, portanto, a questão social, que se manifesta no não atendimento das necessidades de sobrevivência de quem está inserido formalmente no mercado de trabalho e na impossibilidade de atender a essas mesmas necessidades de quem está constringido a permanecer fora do mercado e que é, portanto, considerado carente de assistência por parte do Estado e das instituições filantrópicas como a Igreja Católica. Tais são os ditos “excluídos” do exercício do trabalho e que passam a ser chamados de pauperizados ou de componentes do contingente humano que se encontra abaixo da linha da pobreza.

Os cuidados que os seres humanos têm, consigo mesmos e uns com os outros, são ancestrais, no sentido de que já no tempo das cavernas eles se prestavam assistência mútua. Num acidente, numa doença, é inerente ao ser social humano a prática da solidariedade. E nesse sentido a própria assistência social é também ancestral, isto é, é também uma atividade pré-capitalista. Mas, com o aparecimento, da acima explicada questão social, a profissão de assistente social foi inserida pelo Estado e pela Igreja Católica na divisão sócio-técnica do trabalho e isso gerou uma questão profissional de extremo interesse para a questão social.

Historicamente, o Serviço Social se institucionaliza enquanto profissão diante do Estado e no cenário mundial, a partir da década de 20, após a Primeira Guerra Mundial, quando se caracteriza, de forma mais evidente e abrangente a questão social, bem como formas de organização da classe trabalhadora que contextualizam o surgimento de movimentos, especialmente

européus, bem como a intervenção do Estado na chamada questão social. Vale considerar que tal prática profissional contém um caráter político, haja vista que responde a interesses sociais em contradição, ou que revelam as contradições das classes sociais em conflito na sociedade. Analisando o ponto de vista ideológico da Igreja Católica, percebemos que ela assume para si a centralidade da discussão da questão social e, a partir de 1940, inicia um debate em nível internacional, através da União Católica Internacional de Serviço Social – UCISS, sediada na Bélgica, quando é proposta a elaboração de um código moral para orientar a prática profissional de acordo com a doutrina social da Igreja.

Vale ressaltar, aqui, que tanto a prática, quanto a formação profissional se fundamentam em princípios e valores que questionam a ordem social vigente ou em ideologias e desvalores que legitimam esta mesma ordem. Tais elementos, que se encontram no âmbito da subjetividade humana, se materializam e se objetivam sob a forma de normas de conduta, códigos morais ou códigos de ética. Dado que a dimensão ética pressupõe um exercício da consciência, uma tomada de decisão no interior de um processo de escolha que confere direção à ação a ser implementada. A Igreja, enquanto instituição que se auto-define “orientadora normativa dos atos e da consciência humanas”, se atribui o papel na sociedade de determinar a conduta moral dos homens e mulheres, indicando o que é certo ou errado fazer.

Partindo desta premissa e, tendo sido, historicamente, a tutora da assistência aos “mais pobres e desamparados”, a autoridade eclesiástica assumiu para si, inicialmente, a formação dos/as profissionais da assistência, fazendo recair sobre sua práxis, os princípios de sua Doutrina Social, com caráter nitidamente moralista e conservador.

Os/as profissionais do Serviço Social, assim, foram pouco a pouco sendo levados/as a se olharem no espelho, isto é, a refletirem sobre a própria condição em que passaram a se embater contra o capitalismo e contra a intervenção eclesiástica sobre a profissão. Isso fez com que, aos poucos, o Serviço Social se transformasse numa profissão auto-reflexiva e crítica, rompendo com o tradicionalismo profissional do ponto de vista religioso e

político e construindo um projeto profissional científico, fundamentado numa postura estritamente ética, transformadora e em consonância com o projeto societário da classe trabalhadora brasileira.

Passados cinco anos da primeira edição deste livro (a primeira edição ocorreu em 2012), tanto o projeto profissional, quanto o projeto societário da classe trabalhadora brasileira se encontram diante de um grande desafio: a imposição de uma conjuntura autoritária que descaracteriza o processo democrático que vinha se fortalecendo após a Constituição de 1988 - que destituiu a ditadura militar no País - e o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, conquistados na referida Constituição, em sintonia com o fortalecimento do neoliberalismo, orquestrado pela burguesia nacional e internacional em nível mundial.

De acordo com o filósofo ítalo-argentino, Claudio Tognonato, em seu livro *Economia senza società*, o momento atual pode ser sintetizado com as seguintes palavras:

Após o “ocaso das ideologias” e a queda da União Soviética, o modelo neoliberalista torna-se universal como modelo presuntuosamente “desideologizado”. Se durante o vigésimo século as políticas dos Estados Unidos na região são levadas adiante por força de golpes de Estado, no vigésimo primeiro século o livre mercado se torna a nova forma de condenação e exploração dos países tecnicamente menos progredidos. Termina a política dos golpes de Estado e inicia a ditadura do mercado. Todos são iguais no livre mercado, mas o mais forte é também o mais livre. (TOGNONATO, 2014, p.177. Tradução nossa.)

No Brasil, a partir de 2016, as principais medidas neoliberais do governo golpista foram a aprovação da PEC 55, que congela os gastos públicos com educação, saúde e assistência social<sup>4</sup>, por 20 anos, e a tentativa de aprovar a reforma da previdência. Tais medidas têm implicações desastrosas e diretas

---

<sup>4</sup> No documento *Os impactos do Plano Temer nas políticas sociais: o caso do Bolsa Família*, a Fundação Perseu Abramo analisa as tendências do governo Temer para com as políticas sociais, a partir da análise do documento *Travessia Social: Uma ponte para o futuro*, publicado pela Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB, que aponta uma direção à focalização da assistência, restrita para os 5% mais pobres da população brasileira. Segundo o documento analisado, a concentração neste índice se justificaria por ser o segmento excluído do mercado de trabalho e, portanto, necessitado de receber assistência por parte do Estado. Ainda indicaria que de imediato 10 milhões de pessoas teriam direito ao PBF. O contingente dos 5% mais pobres seria de 3,4 milhões de famílias. Torna-se, portanto, evidente o caráter fragmentário (porque esta população ocupa espaços descentralizados e comunidades isoladas), o que incide diretamente na não universalização da política social e a sua dimensão pontual. Disponível em: <[http://files3.dohms.com.br/sites\\_columbia/files/pt-pr/2/fpa-discute-bolsa-familia-2305.pdf](http://files3.dohms.com.br/sites_columbia/files/pt-pr/2/fpa-discute-bolsa-familia-2305.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2017.

sobre as condições de vida e de trabalho da população brasileira<sup>5</sup>. De acordo com a estudiosa sobre a pessoa idosa, Eneida Haddad (autora de livros como *A Ideologia da velhice – 2017* e *O direito à velhice: os aposentados e a previdência social – 1993*), as duas medidas estão interligadas, pois “as privatizações dilapidarão o patrimônio público” e para que a PEC 55 se sustente se faz necessária a reforma da previdência, “razão pela qual o novo regime fiscal antecede as mudanças previdenciárias”. E continua: “Alguns pesquisadores têm esclarecido que a justificativa para a reforma da previdência fundamenta-se em argumentos falsos em virtude do seu *superávit* ser muito maior do que o proclamado pelo governo.” (HADDAD, 2016, p. 45).

Todavia, o discurso da mídia e da ideologia neoliberal maqueiam os dados, pois tem-se vivido no Brasil, desde o afastamento ilegítimo da presidenta Dilma Rousseff, um ataque midiático, flagrantemente falseador das informações. Mas, uma leitura que englobe a situação internacional mostra que reformas semelhantes àquela que se está propondo para a previdência no Brasil foram implementadas, também com engano, em países europeus, como a Grécia, justificada pela pseudo-iminência de uma crise fiscal e pela presumível impossibilidade do Estado assumir gastos com a “coisa pública”, com direitos trabalhistas e assistenciais.

Quando se fala que se assiste a um protesto generalizado, por parte dos movimentos sociais e das entidades da sociedade civil, contra a dita reforma da previdência, em vias de ser imposta pelo governo golpista, compreende-se que se está diante de uma grande indignação gerada pela perspectiva de perda, da noite para o dia, dos principais direitos trabalhistas, historicamente conquistados pela classe proletária brasileira. A tal respeito, podemos citar a

---

<sup>5</sup> Segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Continuada), do IBGE, realizada desde 2012, o Brasil vinha apresentando uma taxa decrescente de desemprego desde o ano de 2012, quando finalizou o ano com 6,9%, até o ano de 2014, quando apresentou uma média de 6,5 %. Em 2013, a média foi de 6,2%. Em 2015, a taxa aumentou para 9,0% e no ano de 2016 foi ainda mais expressiva, atingindo uma média de 12,0%. Disponível em: <<http://br.advfn.com/indicadores/pnad>> Acesso em: 02 jul. 2017. Segundo o IPEA, “o setor populacional mais atingido pelo desemprego são os jovens entre 14 e 24 anos, cuja taxa de desemprego atingiu 27, 7%, e os trabalhadores com ensino médio incompleto (21,4%)”. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2016/12/19/mercado-de-trabalho-3/>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

ótima reportagem de autoria de Pedro Rafael Vilela, editada no conceituado site Brasil de Fato, que mostra como tais medidas,

[têm] pouco efeito para diminuir o déficit fiscal no curto prazo e ainda pioram as condições de vida da população e da prestação dos serviços públicos. Por outro lado[...], o governo interino se recusa a enfrentar o grave problema da isenção de impostos sobre lucros e dividendos, que beneficia acionistas de grandes empresas. Só esta medida faz com que o Brasil deixe de arrecadar mais de R\$ 40 bilhões por ano. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/13/indicadores-economicos-apontam-que-a-crise-brasileira-deve-piorar-em-2017/>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

Tensionadas por este cenário adverso, a profissão de Serviço Social e a própria classe trabalhadora, bem como aqueles/as que são usuários/as da assistência, resistem e mutuamente se articulam em manifestações para “barrar” a ofensiva neoliberal e anti-democrática que se apresenta como atitude, das mais perversas, contra os interesses e necessidades da população brasileira.

Esta leitura de realidade parece indicar que tanto a profissão, como os e as usuárias sentem esta ameaça de extinção, o que remonta à situação em que se encontrava o homem do alto paleolítico, quando iniciou suas pinturas pré-projetadas para a caça com a finalidade de saciar a fome.

Assim, entende-se que, em momentos de ameaça de extinção, assumir a mesma atitude ética que assumiram os “homens e mulheres da caverna” significa dar um salto qualitativo e construir uma nova sociabilidade que erradique de uma vez por todas a questão social e o pauperismo. Mais uma vez, reforça-se o caráter teleológico da ação do ser social, neste desafio e tarefa histórica, que sintonizam projeto profissional e projeto societário.

Para além do estudo comparativo sobre dois programas de inclusão social no campo da educação, Pro-jovem (Brasil) e M'Imprendo (Itália), espera-se que este livro contribua com reflexões e ações para a profissão, em direção da sua busca de saltos qualitativos.

Dito isso, pedimos aos/às leitores/as um momento de reflexão para que se compreenda o salto qualitativo que a profissão de Serviço Social alcançou com a ruptura com o conservadorismo, tanto religioso – com a visão a-histórica e metafísica da Doutrina Social da Igreja -, quanto teórico – com a perspectiva

funcionalista, vinda dos Estados Unidos, e desenvolvimentista, em adesão à proposta modernizadora da ditadura militar. Com efeito, o Serviço Social, ao fazer a sua auto-crítica teórico-metodológica e ético-política, assumiu uma autoridade e uma autonomia, no campo científico e no campo prático, de caráter eminentemente emancipatório, do ponto de vista filosófico, que o eleva para o mais alto nível no campo das ciências sociais e humanas. Desde o histórico Congresso da Virada (1979), os códigos de ética de 1986 e 1993 e a construção do Projeto Ético-político profissional, muitos esforços foram feitos em nível de formação e organização da categoria. Ao assumir como direção pedagógica e linha de investigação-ação a teoria marxista, o Serviço Social definiu sua postura hegemônica na defesa intransigente dos direitos humanos e na defesa de uma nova ordem societária, sem exploração ou dominação de classe, raça/etnia e gênero. Esta direção se solidifica cada vez mais e multiplica a capacidade de leitura da realidade e das expressões da questão social, na sociedade brasileira.

Daí porque se diz que: há uma necessidade de fortalecimento da produção de conhecimento para países que não têm ainda uma formação profissional reconhecida, como forma de realização e socialização de projetos e pesquisas bilaterais, para fortalecer a categoria e a própria formação, face à ofensiva neoliberal. Neste sentido, a internacionalização, a troca de saberes, a atitude solidária na pesquisa comparativa, são instrumentos que estão elencados neste livro e que espera-se contribuam, também, para uma atitude de abertura para outros países, especialmente para aqueles com os quais já se consolidou um intercâmbio, (como é o caso da Itália). Isso porque, entra-se em coerência com o Projeto Ético-político da profissão, que busca solidificar e responder aos interesses de classe, intervindo, também, em processo de internacionalização. Vale ressaltar que, segundo Marx, o comunismo só será realidade quando todos os Países do mundo realizarem a revolução emancipatória.

Recife, 05 de julho de 2017.

*Maria Alexandra Monteiro Mustafá*

## Referências

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Os impactos do Plano Temer nas políticas sociais: o caso do Bolsa Família.** Disponível em:

<[http://files3.dohms.com.br/sites\\_columbia/files/pt-pr/2/fpa-discute-bolsa-familia-2305.pdf](http://files3.dohms.com.br/sites_columbia/files/pt-pr/2/fpa-discute-bolsa-familia-2305.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2017.

HADDAD, Eneida. **A ideologia da velhice.** 2. Ed., São Paulo: Cortez, 2016.

HAUSER, Arnold. **História social da literatura e da arte.** São Paulo: Mestre Jou, 1972-1982.

IPEA. **Carta de conjuntura: mercado de trabalho.** Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2016/12/19/mercado-de-trabalho-3/>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

LOSURDO, Domenico. **Liberalismo.** Entre civilização e barbárie. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia dell'essere sociale: Prolegomeni all'ontologia dell'essere sociale.** Volume I. Milano: PGreco, 2012.

\_\_\_\_\_. **Notas para uma ética = Versuche zu einer ethik:** edição bilingue/ Gerg Lukács; tradução: Sérgio Lessa. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

MARX, Karl. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858.** Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Tradução: Paulo César Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo; Campinas: Unicamp, 2002.

PNAD/IBGE. **Indicadores econômicos.** Disponível em:

<<http://br.advfn.com/indicadores/pnad>> Acesso em: 02 jul. 2017

TOGNONATO, Claudio. **Economia senza società: oltre i limite del mercato globale.** : Liguori, 2014.

VILELA, Pedro Rafael. **Indicadores econômicos apontam que a crise brasileira deve piorar.** Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/13/indicadores-economicos-apontam-que-a-crise-brasileira-deve-piorar-em-2017/>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

## INTRODUÇÃO

O presente livro contém o conteúdo das conferências, palestras e debates ocorridos durante o II Encontro Internacional sobre Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos, que se constituiu como ponto culminante da Missão Científica dos/as Pesquisadores/as Italianos/as no Brasil, como desdobramento da pesquisa bilateral PROJOVEM – M'IMPRENDO, no âmbito do Intercambio Brasil – Itália. Almeja-se, com este livro registrar e socializar informações locais, nacionais e internacionais no âmbito da produção de conhecimento em Serviço Social, adotando um caráter de unidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, haja vista que sua publicação oportunizará aos presentes e àqueles que, por motivos independentes de sua vontade, não puderam comparecer ao Encontro, o acesso ao registro das temáticas apresentadas durante o Evento.

Sendo assim, o potencial divulgador deste conteúdo, que transcende os limites geográficos da América Latina e também os limites conceituais do Serviço Social, adentrando-se no campo da Filosofia, da Sociologia e da Pedagogia, cumpre os propósitos de uma ação de amplo espectro que tenta inovar a forma de fazer ciência, partindo das reflexões sobre realidades distintas e, ao mesmo tempo, comuns, já que vivemos sob o jugo do pensamento ocidental.

A proposta é de inaugurar e consolidar o diálogo existente entre Itália e Brasil, tanto no que se refere à troca de experiências como à socialização do conhecimento acumulado, através do mergulho nas produções mais atuais sobre a Ética, a Pesquisa e os Direitos Humanos, no Brasil, na América Latina, na Itália e continente europeu, e no mundo.

Com efeito, o Intercâmbio Científico – artístico – cultural entre a intelectualidade brasileira e a italiana constitui-se em movimento inovador, que vem interessando o Serviço Social brasileiro e aquele italiano, em especial, começando a interessar também a sociologia e a pedagogia dos dois países.

Após o fim da ditadura militar brasileira, que obturou os canais comunicativos dos brasileiros, impedindo o livre trânsito dos estudos sociais e das inter-relações acadêmicas, o GEPE, Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética da UFPE, fundado pela Assistente Social e Filósofa Alexandra Mustafá, dinamizou, em 2004, nas dependências do Centro de Ciências Sociais Aplicadas daquela universidade o Movimento de Intercâmbio entre o Mundo Intelectual Brasileiro e o Italiano. A adesão de Assistentes Sociais italianas, tais quais as doutoras Maria Stefani, Anna Cavalloni, Anna Maria D'Ottavi, dentre outras, contribuíram para dar vida a uma profícua troca de saberes que vem

envolvendo a UFPE como um todo, haja vista a assinatura de um acordo de cooperação entre a mesma universidade e a Università Roma TRE, e que tem gerado uma aproximação científica entre a intelectualidade dos dois países. Desta forma, o Movimento de Intercâmbio em questão vem cumprindo sua meta de liberação dos canais comunicativos obstruídos pela ditadura e, com isso, um crescente número de intelectuais começa a cruzar o Oceano num movimento de pesquisas e de colaboração mútua.

O presente livro retrata um momento importante desse movimento enquanto representa o resultado de um encontro das duas culturas quando o olhar de uma sobre a outra se efetivou.

Nesse sentido, os textos que estão reunidos nesta obra representam, além de um retrato de um momento de diálogo histórico importante, instrumentos para que os diálogos continuem se dinamizando.

Os editores inseriram também, no corpo do livro, as falas de abertura feitas pelo então reitor da UFPE – Prof. Amaro Lins, pelo então pró-reitor de pesquisa e atual reitor – Prof. Anísio Brasileiro, dentre outras autoridades representantes do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e do Departamento de Serviço Social da UFPE e do governo do Estado de Pernambuco, que deixaram na ocasião do II Encontro Internacional de Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos, seus depoimentos e seus testemunhos quanto à importância do movimento em questão.

Os textos estão apresentados seguindo a ordem de programação prevista para o Encontro. Aqueles que foram proferidos em italiano receberam tradução simultânea do artista, filólogo e filósofo Lúcio Valério Mustafá – um dos co-autores do processo de Intercâmbio.

Os artigos de Anna Maria D'Ottavi (abertura) e o de Maria Lorenzoni Stefani (conclusão) foram traduzidos posteriormente e complementam a reflexão sobre a direção dada à confecção deste livro.

Agradecemos às estudantes Isabela e Rosenir pela cuidadosa transcrição das fitas e digitação dos textos, fitas estas registradas pela Iris Video Produções, a quem também dirigimos nossos agradecimentos. Vale ressaltar ainda que o evento contou com participações culturais dos jovens do PROJOVEM Urbano, do município de Casinhas, sob a responsabilidade de Dalva Marcos, a quem agradecemos pela brilhante apresentação cultural e artística.

Resta-nos agradecer ao empenho de todos(as) membros do GEPE que se envolveram de forma contundente e responsável na organização do evento, desde a fase de planejamento até sua conclusão, incluindo-se aí, a parte acadêmica de recepção, análise e seleção dos trabalhos aprovados, divulgação, parte administrativa e logística, sem as quais não teria sido viável a

realização do II Encontro Internacional de Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos. Foram tantos os envolvidos que nomeá-los aqui poderia nos levar a incorrer no erro de esquecimento de alguém. Contudo, devemos ressaltar a presença significativa de Maria da Conceição Moura, grande responsável pela organização e que desempenhou papel realmente singular antes e durante o Encontro.

Finalmente, gostaríamos de registrar que o Encontro vivenciou dois momentos de comemoração: o da comemoração dos trinta anos do Programa de pós-graduação em Serviço Social da UFPE, elegendo como homenageada a Professora Anita Aline de Albuquerque Costa – Professora emérita do Departamento de Serviço Social da UFPE e a comemoração dos dez anos do GEPE – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética, momento em que se resgatou toda a sua produção intelectual, tais como a Revista Presença Ética, a Coletânea dos Códigos de Ética do/a Assistente Social, suas pesquisas, transformadas em artigos, trabalhos apresentados em eventos, monografias, dissertações, teses e outras produções, dentre elas o I Encontro Internacional de Ética, Governabilidade e Direitos Humanos, realizado em 2009.

Enfim, esperamos que esta obra contribua significativamente para enriquecer as discussões sobre Ética e Direitos Humanos – temáticas carentes de uma discussão mais aprofundada face às novas configurações que assumem as expressões da questão social no Brasil, na Itália e no mundo e que, de forma análoga, as conferências e palestras empreendidas em torno da temática da Pesquisa Social e dos Projetos de Pesquisa PROJOVEM e M'IMPRENDO forneçam subsídios teóricos e práticos no sentido de aprimorar nosso processo de cientificidade no interior das produções de conhecimento em Serviço Social, bem como traga impactos positivos sobre a reflexão e o processo de implementação de pesquisas sociais, em âmbito acadêmico e da prática profissional, em ambos os países.

Por último e, não menos importante, agradecemos à Pro-reitoria de Extensão que nos oportunizou concorrer com este material para ser submetido à análise de seu mérito, no sentido de cumprir os objetivos previstos pela PROEXT, quais sejam: a socialização do conhecimento para dentro e fora da comunidade acadêmica, contribuindo assim, para o alcance da função social da Universidade que consiste em formar e informar discentes e docentes almejando uma atuação contundente na resolução dos mais graves problemas que afetam a sociedade brasileira e mundial. Aproveitamos o ensejo, para agradecer também à agência de Fomento CNPq e à PROPESQ, sem as quais este projeto bilateral não estaria sendo realizado, nem teria sido possível a realização do Encontro.

Boa leitura para todos!

Os Editores

## Servizio Sociale e Confronto Internazionale

Anna Maria D'Ottavi

Premessa: La Sottoscritta, per conto dell'ISTISSS, dell'Università degli Studi Roma Tre e/o per proprio interesse professionale e personale, há sempre posto particolare attenzione al confronto scientifico Internazionale di teorie e pratiche del Servizio Sociale<sup>6</sup>

Da questi scambi internazionali che si andavano intensificando, è emerso che la circolazione delle idee, la “mondializzazione” delle idee, specie quando si tratta di scienze sociali applicate, non può riguardare solo la scientificità delle teorie (troppo lontane a volte dalla incisività delle politiche sociali e dalla concretezza quotidiana del lavoro sociale), ma deve anche mettere a confronto le prassi operative<sup>7</sup>.

Quello che si intendeva e si intende superare à “la difficoltà che incontriamo ad entrare e capire fino in fondo l’ottica secondo cui nello scambio, nel contatto, nel confronto si acquista il potere del sapere e non si perde altro se non l’ignoranza e la protervia di ritenersi al centro del mondo. Di un mondo che quanto più è globale tanto più si regge sulle forze vive locali e può progredire, svilupparsi, e pacificarsi tanto più quanto più le azioni locali si collegheranno tra di loro e con le istanze universalistiche, attraverso la mondializzazione della circolazione di idee e del confronto di prassi”<sup>8</sup>

In questo ambito di interesse è stato possibile riflettere insieme, ripetutamente e fruttuosamente – attraverso gli incontri ma anche e soprattutto con la

---

<sup>6</sup> Ha partecipato a Montpellier (Francia) nel 2002, alla Conferenza di Aforts-Associazione Internazionale delle Scuole di Lavoro Sociale; a Oslo (Norvegia), nel 2003, alla Conferenza regionale europea di ICSW-International Council on Social Welfare; a Roma, nel 2003, per conto di CIF Italia e Istisss, all'Incontro Internazionale di Studio con assistenti sociali del Camerun, del Ghana, della Lettonia, della Norvegia; a Roma, nel 2003, alla Conferenza di European Social Platform in collaborazione Istisss/ Uniroma Tre; a Roma nel 2004, CIF Italia/Istisss, al secondo Incontro Internazionale di Studio con assistenti sociali del Bangladesh e delle Filippine; a Pechino (Cina), nel 2004, al 36esimo congresso dell'Istituto Internazionale di Sociologia; a Roma, nel 2005, al Confronto Italia-Brasile sul Servizio Sociale; a Recife, nel 2005, al 14mo Simposio Internazionale dello IUCISD (Inter-University Consortium for International Social Development.); a Durban (Sud Africa), nel 2007, al Congresso dell'Istituto Internazionale di Sociologia; Malmoe (Svezia) e Kaunas (Lituânia) a Incontri di confronto su prassi operative com assistenti sociali svedesi e lituani all'interno di un progetto Europeo Programma Daphne; a Recife, nel 2010, al 2° Incontro Internazionale su Etica, Ricerca Sociale e Diritti Umani dell'UFPE.

<sup>7</sup> Cfr. A.M.D'Ottavi, “Il servizio sociale in Brasile e in Italia. Da un confronto all'ipotesi di avvio di “missioni di interscambio”, in La Rivista di Servizio Sociale n.2/2005.

<sup>8</sup> A.M.D'Ottavi, “Il servizio sociale in Brasile e in Italia”, in La Rivista di Servizio Sociale n.2/2005, p.79

corrispondenza e lo scambio de produzioni scientifiche – da una parte sul “rinascente” Servizio Sociale brasiliano, ancora impegnato ad affrontare il pesante lascito della ventennale dittatura militare e delle successive politiche di liberismo sfrenato; dall'altra parte sul Servizio Sociale Italiano che, dopo la efficace azione di protagonista nella ricostruzione del tessuto civile economico e sociale nel secondo dopoguerra, e la stagione delle riforme del welfare degli anni'70, vede un declino anche qui sempre più di stampo neoliberistico.

“Le radici del Servizio Sociale professionale si trovano proprio al centro di questo conflitto e agli assistenti sociali si impone, nella loro traiettoria storica, l'obbligo di lottare contro la povertà e in difesa di un mondo più giusto, più democratico, nel quale i principi etici possano superare la logica del mercato.

Oggi, la spinta della crescente globalizzazione, con paradigmi, modelli e dottrine di sviluppo (...) in senso neo-liberista dello Stato e delle strutture produttive impone alla società pesanti costi sociali.

Al Servizio Sociale la sfida teorica e scientifica di approfondire le determinazioni della questione sociale a livello mondiale e la sfida etico-politica di condividere i valori universali per sviluppare la capacità critica, di denuncia, di progettazione e di mobilitazione della società civile per il consolidamento della democrazia e dei diritti sociali”<sup>9</sup>.

## Il Movimento per l'Interscambio Italia-Brasile

La riflessione comune, il confronto, lo scambio di idee, teorie, acquisizioni scientifiche, risultati di ricerche, sono stati resi possibili dalla nascita del Movimento per l'Interscambio Italia-Brasile.

“Il Movimento per l'Interscambio tra il mondo intellettuale italiano e brasiliano è stato fondato nel 2004 da Lúcio e Alexandra Mustafá e oggi ha sede nella Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) di Recife –Brasile.

Lúcio Mustafá è un artista concettuale che nei suoi quadri prende a riferimento alcune correnti d'avanguardia novecentesche; Alexandra, invece, è professoressa di Etica del Servizio Sociale presso la Facoltà di Scienze Sociali Applicate dell'UFPE.

I due fondatori sono arrivati all'idea della creazione del Movimento per l'Interscambio a seguito di due esperienze di formazione culturale che li hanno influenzati profondamente.

Negli anni Ottanta i due intellettuali brasiliani hanno scelto di convivere con il popolo di una favela di Recife per quattro anni, al fine di svolgere un lavoro

---

<sup>9</sup> A.Monteiro Mustafá, “Presentazione”, in A.Monteiro Mustafá, M.Stefani (a cura di), “Sintesi delle Conferenze e delle Ricerche per il lavoro nel Servizio Sociale Brasiliano”, Ed.Universitaria UFPE, Recife, 2005, p.7.

educativo e sociale e tentare un miglioramento delle condizioni di vita della comunità locale.

Negli anni Novanta, invece, hanno vissuto per quattro anni in Italia, a Roma, per completare la loro formazione accademica, Lúcio in lettere antiche e Alexandra in Filosofia.

L'esperienza popolare di Recife e l'esperienza culturale di Roma, nel corso degli anni e dell'elaborazione culturale e personale, hanno portato Lúcio e Alexandra Mustafá verso l'idea e la convinzione che la cultura brasiliana e la cultura italiana potessero incontrarsi a più livelli.

E' nato così il Movimento per l'Interscambio fra mondo intellettuale italiano e brasiliano<sup>10</sup>. Movimento per l'Interscambio che ha dedicato gran parte del suo interesse al Servizio Sociale<sup>11</sup>, senza dimenticare che la cultura dell'assistente sociale deve essere del più alto livello e sempre interconnessa con la cultura umanistica, con la filosofia, con la storia, con l'arte (come intuirono nel nostro paese Guido e Maria Calogero, anche se il loro insegnamento sembra, negli anni, essersi affievolito in misura preoccupante).

Movimento per l'Interscambio che a nostro parere (ma questo è proprio uno dei punti su cui occorre confrontare diacronicamente e sincronicamente le prassi esperite dal Servizio Sociale in diversi Paesi), può risultare estremamente proficuo proprio per l'Italia dove "sembra essersi persa quella enfasi sul rapporto stretto tra servizio sociale e democrazia che era stata posta nell'immediato dopoguerra, nella aspra e durissima fase della ricostruzione in cui all'assistente sociale veniva affidato l'obiettivo di quella "ricostruzione delle persone" senza la quale non sarebbe stata possibile la ricostruzione del Paese"<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> A. Tagliavia, "Una proposta per il dialogo interculturale. Il Movimento per l'Interscambio fra mondo intellettuale italiano e brasiliano", in *La Rivista di Servizio Sociale* n.4/2008, p. 52.

<sup>11</sup> Si va dalla pubblicazione nel 2004 del volume bilingue A. Monteiro Mustafá, M. Stefani (a cura di), "Sintesi delle Conferenze e delle Ricerche per il lavoro nel Servizio Sociale Brasiliano", Ed. Universitaria UFPE, Recife, 2005; alla sua presentazione all'interno di un "Confronto Italia Brasile sul Servizio Sociale" presso la Sala Di Liegro a Palazzo Valentini a cura dell'ISTISSS in collaborazione con la Provincia di Roma; alla convenzione tra UFPE e Università degli Studi di Roma Tre per lo scambio di studenti, dottorandi e professori; al recente Incontro Internazionale su Etica, Ricerca Sociale e Diritti Umani, organizzato dalla Cattedra di Alexandra Mustafá presso l'UFPE, a cui hanno partecipato, per parte italiana, Roberto Cipriani, Maria Stefani e Anna Maria D'Ottavi. Cfr. A.M.D'Ottavi, "Il Servizio Sociale in Brasile e in Italia. Da un confronto all'ipotesi di avvio di "missioni di interscambio", in *La Rivista di Servizio Sociale*, n.2/2005.

<sup>12</sup> A.M.D'Ottavi, "Il Servizio Sociale in Brasile e in Italia. Da un confronto all'ipotesi di avvio di "missioni di interscambio", in *La Rivista di Servizio Sociale*, n.2/2005, p.74, in cui ci si richiama a SOSTOSS (a cura di), "Servizio Sociale e Democrazia", Quaderno n.17 de *La Rivista di Servizio Sociale*, Roma, 2004.

## La formazione continua, la comunità professionale, il confronto Internazionale

L'attenzione alla formazione iniziale e alla formazione continua dell'assistente sociale appare di conseguenza sempre più necessaria, anche allo scopo di esercitare con efficacia la lotta al rischio di "residualità" del lavoro sociale e delle teorie scientifiche di riferimento (rischio, come si è osservato, sempre più attuale). A questo proposito, all'interno dell'iniziativa del Consiglio Regionale del Lazio dell'Ordine degli Assistenti Sociali finalizzata a "promuovere attività di aggiornamento che facilitino e implementino lo scambio di contributi scientifico-professionali e di buone prassi tra assistenti sociali", in occasione del recente soggiorno di studio e ricerca a Roma, presso l'Università degli Studi di Roma Tre di Alexandra Mustafá, si è tenuta con successo una giornata formativa per assistenti sociali dal titolo "Confronto tra il servizio sociale italiano e il servizio sociale brasiliano: la prassi e la formazione" (ottobre 2010). La giornata (tenuta, accanto alla Prof.ssa Mustafá, da Maria Stefani e dalla sottoscritta) ha riaffermato e approfondito, legittimandola all'interno della rappresentatività della comunità professionale, la necessità e l'urgenza di un confronto Internazionale sempre più serrato.

Si è concordato sul fatto che il confronto fra Paesi dovrebbe e potrebbe proficuamente riguardare almeno:

- a) il fabbisogno formativo permanente degli assistenti sociali in rapporto alle domande sociali in continua evoluzione, per affinare – accanto all'attitudine solidaristica, all'accumulo di sensibilità, all'approccio ai valori umani – quell'insieme di capacità, abilità, conoscenze e competenze professionali rappresentato dal mandato professionale;
- b) la riflessione – a partire dalla contestualizzazione territoriale – sui rispettivi obiettivi delle politiche sociali che dovrebbero rappresentare – anche se spesso non lo esauriscono – il cosiddetto mandato sociale;
- c) il mandato istituzionale inteso come "insieme cogente di simbolizzazioni e suggestioni che indirizzano verso 'rituali' di interpretazione concreta del singolo comportamento, in modo che questo sia 'compatibile' con l'istituzione"<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Cfr. A.M.D'Ottavi, "Cultura organizzativa, apprendimento organizzativo e lavoro sociale", in La Rivista di Servizio Sociale, n.2/2002.

Confronto Internazionale teso dunque a raccogliere “ ‘la sfida’ che la mondializzazione dell’economia della finanza [e della crisi] pone alle politiche sociali, ai servizi e agli operatori sociali: sfida che deve essere affrontata innanzi tutto in termini di scambio di conoscenze, esperienze, riflessioni – la mondializzazione delle idee – e poi di operatività”<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> A.M.D'Ottavi, “Il Servizio Sociale in Brasile e in Italia. Da un confronto all’ipotesi di avvio di missioni di interscambio”, in *La Rivista di Servizio Sociale*, n.2/2005, p.74.

## **Serviço Social e Confronto internacional<sup>15</sup>**

**Anna Maria D'Ottavi<sup>16</sup>**

### Premissa

A autora do presente artigo, por conta do ISTISSS, da Universidade de Estudos Roma Tre e/ou por próprio interesse profissional e pessoal, sempre teve particular interesse pelo confronto científico internacional de teorias e práticas do Serviço Social<sup>17</sup>.

Destas trocas internacionais que vinham se intensificando, emergiu que a circulação das ideias, a “mundialização” das ideias, em especial quando se trata de ciências sociais aplicadas, não pode dizer respeito somente à cientificidade das teorias (por demais afastadas, às vezes, da incisividade das políticas sociais e da concreção quotidiana do trabalho social), mas deve também colocar em confronto as práxis operativas<sup>18</sup>.

O que se pretendia e se pretende superar é “a dificuldade que encontramos de compreender até o fundo a ótica segundo a qual na troca, no contato, no confronto se adquire o poder do saber e não se perde nada além do que a ignorância e a imprudência de considerar-se no centro do mundo. De um mundo que quanto mais é global tanto mais se mantém sobre as forças vivas

---

<sup>15</sup> Tradução- Lúcio Valério Mustafá – filólogo, filósofo e artista.

<sup>16</sup> Professora de Serviço Social da Universidade Roma TRE e diretora do ISTISSS.

<sup>17</sup> Participou em Montpellier (França) em 2002, da Conferência de Aforts-Associação Internacional das Escolas de Trabalho Social; em Oslo (Noruega), em 2003, da Conferência regional europeia de ICSW-International Council on Social Welfare; em Roma, em 2003, representando a CIF Itália e o Istiss, no Encontro Internacional de Estudos com Assistentes Sociais de Camarões, de Gana, da Letônia, da Noruega; em Roma, em 2003, à Conferência de European Social Platform em colaboração Istiss/Uniroma Tre; em Roma, em 2004, CIF Itália/Istiss, ao Segundo Encontro Internacional de Estudos com Assistentes Sociais de Bangladesh e das Filipinas; em Pequim (China), em 2004, ao 36° Congresso do Instituto Internacional de Sociologia; em Roma, em 2005, ao Confronto Itália-Brasil sobre Serviço Social; à International Social Development.); em Durban (África do Sul), em 2007, ao Congresso do Instituto Internacional de Sociologia; Malmoe (Suécia) e Kaunas (Lituânia) a Encontros de confronto sobre práxis operativas com assistentes sociais suecas e lituanas no interior de um projeto Europeu Programa Daphne; em Recife, em 2010, ao 2° Encontro Internacional sobre Ética, Pesquisa Social e Diretos Humanos da UFPE.

Cfr. A.M.D'Ottavi, “O serviço social no Brasil e na Itália. De um confronto à hipótese de aviação de “missões de intercâmbio”, em La Rivista di Servizio Sociale n.2/2005.

<sup>18</sup>Cfr. A.M.D'Ottavi, “O serviço social no Brasil e na Itália. De um confronto à hipótese de aviação de “missões de intercâmbio”, em La Rivista di Servizio Sociale n.2/2005.

locais e pode progredir, desenvolver-se, e pacificar-se tanto mais quanto mais as ações locais se ligam entre si e com as instâncias universalistas, através da mundialização da circulação de ideias e do confronto de práxis”<sup>19</sup>.

Neste âmbito de interesse foi possível refletir junto, repetidamente e frutuosa e – através dos encontros mas também e sobretudo com a correspondência e a troca de produções científicas – de uma parte sobre o “renascente” Serviço Social brasileiro, ainda ocupado com o enfrentamento da herança da ditadura militar (que durou mais de vinte anos) e das sucessivas políticas de liberalismo desenfreado; por outro lado sobre o Serviço Social Italiano que, depois da eficaz ação de protagonista na reconstrução do tecido civil econômico e social no segundo pós-guerra, e a estação das reformas do welfare dos anos 70, vê um declínio também aqui sempre mais de caráter neo-liberalista.

“As raízes do Serviço Social profissional se encontram exatamente no centro deste conflito e aos assistentes sociais se impõe, na sua trajetória histórica, a obrigação de lutar contra a pobreza e em defesa de um mundo mais justo, mais democrático, no qual os princípios éticos possam superar a lógica do mercado.

Hoje, o impulso da crescente globalização, com paradigmas, modelos e doutrinas de desenvolvimento (...) em senso neoliberal do Estado e das estruturas produtivas impõe à sociedade pesados custos sociais. Ao Serviço Social o desafio teórico e científico de aprofundar as determinações da questão social em nível mundial e o desafio ético-político de compartilhar os valores universais para desenvolver a capacidade de análise crítica, de denúncia, de projeção e de mobilização da sociedade civil para a consolidação da democracia e dos direitos sociais”<sup>20</sup>.

## **O Movimento pelo Intercâmbio Itália-Brasil**

A reflexão comum, o confronto, a troca de ideias, teorias, aquisição científica, resultados de pesquisas, foram tornados possíveis pelo nascimento do Movimento pelo Intercâmbio Itália-Brasil. “O Movimento pelo Intercâmbio entre o mundo intelectual italiano e brasileiro foi fundado em 2004 por Lúcio e Alexandra Mustafà e hoje tem sede na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) de Recife – Brasil.

---

<sup>19</sup> A.M.D’Ottavi, “O serviço social no Brasil e na Itália”, em A Revista de Serviço Social n.2/2005, p.79.

<sup>20</sup> A.Monteiro Mustafà, “Apresentação”, in A. Monteiro Mustafà, M, Stefani (org.), “Sínteses das Conferências e das Pesquisas para o trabalho no Serviço Social Brasileiro”, Ed. Universitária UFPE, Recife, 2005, p.7.

Lúcio Mustafá é um artista conceitual que nos seus quadros toma como referência algumas correntes de vanguarda dos mil e novecentos; Alexandra, ao invés, é professora de Ética do Serviço Social junto ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPE.

Os dois fundadores chegaram à ideia da criação do Movimento pelo Intercâmbio em seguida a duas experiências de formação cultural que lhes influenciou profundamente. Nos anos Oitenta, os dois intelectuais brasileiros escolheram conviver com o povo de uma favela de Recife por quatro anos, para desenvolver um trabalho educativo e social e tentar um melhoramento das condições de vida da comunidade local.

Nos anos Noventa, ao invés, viveram por quatro anos na Itália, em Roma, para completar a formação acadêmica deles, Lúcio em letras antigas e Alexandra em filosofia.

A experiência popular de Recife e a experiência cultural de Roma, no curso dos anos e da elaboração cultural e pessoal, levaram Lúcio e Alexandra Mustafá em direção à ideia e à convicção de que a cultura brasileira e a cultura italiana pudessem encontrar-se em vários níveis. Nasceu assim o Movimento pelo Intercâmbio entre o mundo intelectual italiano e brasileiro”<sup>21</sup>.

Movimento pelo Intercâmbio que dedicou grande parte do seu interesse ao Serviço Social<sup>22</sup>, sem esquecer que a cultura do assistente social deve ser do mais alto nível e sempre interconectada com a cultura humanística, com a filosofia, com a história, com a arte (como intuíram no nosso país Guido e Maria Calogero, mesmo se o ensino deles parece, nos anos, ter-se enfraquecido em medida preocupante).

Movimento pelo Intercâmbio que a nosso aviso (mas este é exatamente um dos pontos sobre o qual convém confrontar diacronicamente e sincronicamente as práxis expressas pelo Serviço Social em diversos Países), pode resultar extremamente profícua exatamente para a Itália onde “parece ter-se perdido aquela ênfase sobre a relação estreita entre serviço social e democracia que tinha sido posta no imediato pós guerra, na áspera e duríssima fase da

---

<sup>21</sup> A. Tagliavia, “Uma proposta para o diálogo intercultural. O Movimento pelo Intercâmbio entre o mundo intelectual italiano e brasileiro”, in *La Rivista di Servizio Sociale* n.4/2008.p.52.

<sup>22</sup> Se vai da publicação em 2004 do volume bilíngue A. Monteiro Mustafá; M. Stefani (org.), “Síntese das Conferências e das Pesquisas para o trabalho no Serviço Social Brasileiro”. Ed. Universitária UFPE, Recife, 2005; à sua apresentação no interior de um “Confronto Itália Brasil sobre o Serviço Social” junto à Sala Di Liego no Palazzo Valentini aos cuidados do ISTISS em colaboração com a Província de Roma, ao convênio entre UFPE e Universidade de Estudos Roma Tre pela troca de estudantes, doutorandos e professores; ao recente Encontro Internacional sobre Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos, organizado pela Cátedra de Alexandra Mustafá junto à UFPE, ao qual participaram, pela parte italiana, Roberto Cipriani, Maria Stefani e Anna Maria D’Ottavi. Cfr. A. M. D’Ottavi. “O Serviço Social no Brasil e na Itália. De um confronto à hipótese de avio de “missões de intercâmbio”, in *La Rivista di Servizio Sociale*, n2/2205.

reconstrução na qual ao assistente social vinha confiado o objetivo daquela “reconstrução das pessoas” sem a qual não teria sido possível a reconstrução do País”.

## **A formação contínua, a comunidade profissional, o confronto internacional**

A atenção à formação inicial e à formação contínua da assistente social aparece conseqüentemente sempre mais necessária, mesmo para fins de exercitar com eficácia a luta contra o risco de “residualidade” do trabalho social e das teorias científicas de referência (risco, como se observou, sempre mais atual). A este propósito, no interior da iniciativa do Conselho Regional do Lazio da Ordem dos Assistentes Sociais finalizada a “promover atividades de atualização que facilitem e implementem a troca de contribuições científico-profissionais e de boas práxis entre assistentes sociais”, em ocasião da recente estadia de estudo e pesquisa em Roma, junta à Universidade de Estudos de Roma Tre, de Alexandra Mustafá, ocorreu com sucesso uma jornada formativa para assistentes sociais com o título “Confronto entre o serviço social italiano e o serviço social brasileiro; as práxis e a formação” (outubro de 2010). A jornada (promovida, ao lado da Prof<sup>o</sup>. Mustafá, por Maria Stefani e pela autora do presente artigo) reafirmou e aprofundou, legitimando-a no interior da representatividade da comunidade profissional, a necessidade e a urgência de um confronto internacional sempre mais serrado.

Se concordou sobre o fato que o confronto entre Países deveria e poderia proficuamente dizer respeito ao menos:

- a) à necessidade formativa permanente dos assistentes sociais em relação às demandas sociais em contínua evolução, para afinar – ao lado da atitude solidarística, ao acúmulo de sensibilidade, à abordagem aos valores humanos – aquele conjunto de capacidades, habilidades, conhecimentos e competências profissionais representado pelo mandato profissional;
- b) a reflexão - a partir da contextualização territorial - sobre os respectivos objetivos das políticas sociais, que deveriam representar - também se muitas vezes não o esgotam - o chamado mandato social.
- c) o mandato institucional entendido como “conjunto grávido de simbolização e sugestões que se dão na direção de ‘rituais’ de

interpretação concreta do singular comportamento, em modo que este seja 'compatível' com a instituição".<sup>23</sup>

Confronto internacional voltado, portanto, para recolher “ ‘o desafio’ que a mundialização da economia, das finanças [e da crise] põe às políticas sociais, aos serviços e aos operadores sociais: desafio que deve ser afrontado antes de tudo em termos de troca de conhecimentos, experiências, reflexões – a mundialização das ideias – e depois de operatividades”<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> Crf. A. M. D'Ottavi. "Cultura organizativa, aprendizado organizativo e trabalho social", in La Rivista di Servizio Sociale, n.2/2002.

<sup>24</sup> A. M. D'Ottavi. "O Serviço Social no Brasil e na Itália. De um confronto à hipótese de avio de missões de intercâmbio", in La Rivista di Servizio Sociale, n.2/2005, p. 74



## **Mesa de abertura**

O início dos trabalhos para o II Encontro Internacional de Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos se deu sob a coordenação das representantes do Intercâmbio entre o Serviço Social Brasileiro e o Italiano, respectivamente através das professoras da parte Brasileira: Prof<sup>a</sup> Dra. Alexandra Mustafá e da parte Italiana: Prof<sup>a</sup> Dra. Anna Maria D'Ottavi.

A Prof<sup>o</sup> Dra. Alexandra Mustafá apresentou-se como Coordenadora do GEPE (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Coordenadora pela parte brasileira, juntamente com Lúcio Mustafá, do Intercâmbio artístico-científico-cultural entre o Brasil e a Itália. Deu as boas vindas aos presentes, ressaltando a relevância do evento enquanto ponto culminante da Missão de intercâmbio Brasil – Itália, que consolida o acordo bilateral existente entre as Universidades Roma Tre e Federal de Pernambuco. Esta Missão oportunizou a vinda de intelectuais e pesquisadores(as) italianos(as) dentre os(as) quais o Prof. Dr. Roberto Cipriani, as Professoras: Dra. Anna Maria D'Ottavi, Dra. Maria Lorenzoni Stefani e Dra. Maria Mansi. Em seguida, passou a palavra para a Coordenadora do Intercâmbio, da parte Italiana, a Professora Anna Maria D'Ottavi que cumprimentou a todos(as) e saudou, em particular o Reitor da UFPE-Prof. Amaro Henrique Pessoa Lins e a coordenação brasileira, tanto na pessoa da Profa. Alexandra Mustafá, quanto naquela do artista Lúcio Mustafá, visto que, conforme suas palavras, “O intercâmbio Brasil-Itália, não é algo que iniciou agora, já tem mais de cinco anos e tem uma relação profunda entre o Serviço Social e a Arte. Nesse sentido, quero agradecer de forma particular a atuação do artista plástico Lúcio Mustafá. Espero que tenhamos um bom encontro”.

Em seguida, a Prof. Alexandra Mustafá passou a palavra para as autoridades presentes que fizeram os seguintes pronunciamentos:

### **Prof<sup>o</sup> Dr. Amaro Henrique Pessoa Lins**

<sup>25</sup>Bom dia a todos. Em nome da nossa Universidade, eu quero dar calorosas boas vindas a todos os participantes desse II Encontro Internacional de Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos. É uma alegria muito grande começar

---

<sup>25</sup> Reitor da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

essa semana com a abertura de um evento tão importante e que consegue trazer aqui representantes dos diversos segmentos da área de Ciências Sociais e Humanas. Eu quero, inicialmente, cumprimentar todos os membros da mesa, os organizadores do evento e os amigos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Eu cumprimento, também, o Dr. Roberto Cipriani, que, como todos vocês conhecem, é uma referência na área, na Itália, que já participou como professor da USP e que teremos a oportunidade de assistir a sua palestra aqui na abertura do evento. Quero cumprimentar todos os participantes desse evento, professores, estudantes e convidados.

Quero dizer que é muito bom para a Universidade ter esse dinamismo, iniciar um período já próximo de férias no Campus, mas iniciar uma semana com um evento dessa magnitude, um evento que vem sendo organizado pelas duas Universidades e pelos mais diversos organismos da Universidade Federal de Pernambuco com muito carinho e com muita dedicação. Algumas vezes, eu tive a oportunidade de aprofundar um pouco mais do que estaria acontecendo aqui nesses três dias e esse evento acontece em um momento muito particular da vida nacional. Nós, brasileiros e brasileiras, temos debatido nos últimos anos, constantemente, que modelo de sociedade nós queremos aqui no Brasil. Quais relações, entre pessoas e instituições, nós queremos desenvolver? Quem são os atores principais da vida do nosso país? E uma palavra que tem surgido com muita força é inclusão. Essa palavra tem um significado muito profundo. A inclusão não se dá apenas por pequenas concessões, a inclusão se dá pela prática diária, pela estruturação do país e pelo reconhecimento de todos aqueles que devem se reconhecer como cidadãos brasileiros e isso é fundamental.

Eu gostaria de chamar atenção no tocante à inclusão via educação. O que tem se procurado fazer no país continental com uma população que já chega aos cento e noventa milhões de habitantes? Que inclusão é essa que está em curso e que nós queremos propor? Entendo que a inclusão, via educação, é uma inclusão básica. A educação é que vai abrir as portas para cada pessoa se tornar cidadão ou cidadã e as nossas Universidades tem ampliado as oportunidades de acesso à educação superior, e de qualidade, nas diversas áreas do conhecimento. Nós temos ampliado as políticas que vão permitir que nossos jovens tenham condições de permanência, para que eles possam se desenvolver e ter acesso aos diversos bens oferecidos pela Universidade, por isso esse momento hoje é tão importante para nós brasileiros. Mas, apesar de tudo que tem sido feito, nós precisamos ampliar nossos horizontes e buscar as experiências que nós temos na Europa. Como no caso específico da nossa cooperação com a Universidade Roma Tre, com a qual temos debatido e com a qual temos tido a possibilidade de promover uma mobilidade de estudantes e pesquisadores para discutir nossas experiências. E uma das experiências

importantes, é o nosso Projovem! Quais são as relações que existem entre essas ações e várias outras que nós precisamos colocar em prática no Brasil?

Quem vai responder essa questão são vocês: cientistas sociais, estudantes das Ciências Sociais, que precisam debater esses temas e trazer para a agenda nacional a importância do reconhecimento das pessoas enquanto atores principais da nossa sociedade.

Então, é com muita alegria que participamos hoje dessa Mesa, discutindo um pouco o que precisa ser feito no âmbito da nossa Universidade para focar nessa questão de extrema relevância. Eu gostaria de parabenizar os organizadores, em nome das professoras Anna Maria e Alexandra, e agradeço a dedicação, o entusiasmo e o empenho, com que essa cooperação tem sido desenvolvida e desejar muito sucesso, tanto na cooperação quanto nesse evento, ao longo desses três dias, para que possamos aperfeiçoar e tirar daqui os resultados mais positivos para benefício das Universidades e, principalmente, da sociedade que aguarda que possamos dar sinais de luz para iluminar os caminhos que nós precisamos trilhar. Por fim, quero agradecer a presença de todos e desejar muito sucesso.

### **Prof<sup>o</sup> Dr. Gilson Edmar<sup>26</sup>**

Bom dia a todos. Eu gostaria de saudar a Mesa e quero cumprimentar a todos os participantes desse evento e, em especial, aos italianos e os que vieram de outros Estados e professores e estudantes da nossa Universidade aqui presentes. O evento é, realmente, de suma importância para o desenvolvimento das Ciências Sociais da nossa Universidade, do nosso Estado e do nosso País. Um evento que discute ética, não no sentido da ética dos códigos, mas uma ética do relacionamento que implica em reciprocidade e que vem de encontro às relações entre as pessoas. Um evento que traz, também, toda a experiência do Departamento e do Programa de Pós-Graduação nas pesquisas sociais, ações essas que são tão importantes nas relações entre as instituições e a sociedade, trazendo aqui tudo aquilo que deve ser desenvolvido no sentido da melhoria da qualidade de vida da nossa sociedade. E os Direitos Humanos que nos reportam novamente à pessoa humana, onde os princípios que regem o comportamento das pessoas devem ser no sentido mais amplo e que venham a atingir todas as ações – o que implica considerar todas as distorções que ocorrem na tão falada “defesa dos Direitos Humanos”.

---

<sup>26</sup> Vice-Reitor da UFPE

Quero parabenizar o Programa de Pós-Graduação e o Departamento de Serviço Social pela oportunidade que um evento como esse traz, não só para professores, mas, principalmente, para os estudantes aprenderem, na prática, como organizar um evento e isso é fundamental porque na vida profissional, vocês terão muitas oportunidades de organizar eventos. Então, aproveitem bastante esses três dias em que estarão aqui reunidos e discutindo esses temas que, com certeza, trarão elementos importantes no desenvolvimento e na atividade profissional de cada um. Parabéns a todos e sucesso no evento.

### **Prof<sup>o</sup> Dr. Anísio Brasileiro<sup>27</sup>**

Bom dia a todos. Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar o nosso Reitor e nosso Vice-Reitor, uma saudação especial aos nossos amigos pesquisadores italianos que estão aqui para trabalhar em conjunto com os pesquisadores brasileiros sobre um tema de tamanha relevância. Cumprimento, também, os professores, pesquisadores, estudantes de Graduação e de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social. Eu queria dar um cumprimento particular à professora Alexandra, não é a primeira vez que temos trabalhado em conjunto: a Universidade, através da Propesq e da Pró-Reitoria de Extensão, em parceria com o Departamento de Serviço Social, em particular com o grupo de estudo coordenado pela professora Alexandra. É impressionante a tenacidade, a perseverança, o vigor e a confiança que a professora e a equipe têm nesse trabalho cooperativo entre Brasil e Itália, então esse é o reconhecimento público da UFPE por esse esforço tão importante que vocês vem fazendo. E esse esforço é visível, primeiro, pelo programa que confronta experiências de culturas diferentes, Serviço Social Brasileiro e Serviço Social Italiano, muito a dizer sobre essa experiência de confrontação de culturas. Mas, também, a atividade de pesquisa engajada com o saber na perspectiva da transformação, por isso é tão importante o Projovem e é tão importante observarmos o que se passa no município de Casinhas, na Região do Agreste.

Por fim, dizer da oportunidade do tema. Um momento em que vivemos as enchentes, que nós vemos a dramática situação no nordeste alagoano e pernambucano e que nós vemos o que se passa no Golfo do México com o problema do vazamento do petróleo. Nós queremos reafirmar que outro mundo é possível. Não um mundo globalizado, financeirizado, voltado para as grandes corporações e para as empresas transnacionais, mas um mundo onde a solidariedade, a ética, o companheirismo estejam presentes. Onde busquemos, sempre, através do conhecimento, a inclusão social. E esse evento, não só apontará nessa direção, mas ele se insere na história da UFPE, uma Universidade pública, gratuita, relevante para a formação de milhares de

---

<sup>27</sup> Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação/UFPE

brasileiros. Esse evento, não só resgata, mas ele reafirma o compromisso social da UFPE. Sejam muito bem vindos. A UFPE, através da Propesq sente-se participante desse Seminário e nos colocamos à disposição de vocês para tudo o que for necessário ao longo desta semana.

### **Dr. Manoel Macedo<sup>28</sup>**

Bom dia. Cumprimento a todos na Mesa e a Professora Fátima Lucena, que tem trabalhado junto conosco na Secretaria de Defesa Social no Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Cumprimento, também, os professores e pesquisadores italianos que vem abrilhantar esse encontro e tem trabalhado junto nesse intercâmbio com a Roma Tre. O Dr. Wilson Damásio teve que se ausentar, pois está no Palácio do Campo das Princesas por causa dessa recente tragédia, coordenando um grupo de trabalho para essa frente emergencial. Mas, é com muita satisfação que estamos aqui representando a Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco.

A SDS também sente-se honrada pelo convênio de cooperação que mantém com essa instituição de ensino, exatamente na área de serviço social, onde o nosso setor relacionado aos Direitos Humanos e ao Tráfico de Pessoas tem recebido alunos da área de Serviço Social para pesquisas e para os trabalhos de conclusão de curso e também para o estágio curricular. E é com grande satisfação que nós temos feito esse trabalho de colaboração porque os alunos vem contribuindo para o desenvolvimento do trabalho da nossa Secretaria.

Queremos agradecer o convite e dizer que na palestra sobre o Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas teremos a oportunidade de apresentar o que tem sido feito pelo Governo do Estado nessa área. Um bom encontro a todos, que seja bastante proveitoso e que venha, cada vez mais, fortalecer esse relacionamento entre Brasil e Itália nas pesquisas e no trabalho de vocês.

### **Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Miriam Padilha<sup>29</sup>**

Em nome do Reitor, gostaria de saudar a Mesa. Em nome do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e do Departamento de Serviço Social, com muito prazer, participo desse II Encontro Internacional de Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos que se inicia hoje no Auditório do CCSA. Já é o segundo encontro em caráter internacional sobre essa temática da ética dos Direitos

---

<sup>28</sup> Gerente Geral de Articulação Institucional e Integração Comunitária – Secretaria de Defesa Social

<sup>29</sup> Chefe do Departamento de Serviço Social e Diretora, em exercício, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Humanos que acontece aqui nesse Centro. Sejam bem vindos todos, professores, estudantes, profissionais do Estado e de fora do Estado.

É mais um encontro internacional entre o Brasil e a Itália que vem permitindo o estreitamento dos laços acadêmicos e intelectuais entre profissionais do Serviço Social e das áreas de Ciências Sociais e Humanas proporcionando trocas de informações sobre pesquisas conjuntas implementadas no Brasil e na Itália, com o apoio institucional das agências de fomento nacionais e internacionais. Nesse sentido, o intercâmbio internacional entre profissionais de Serviço Social e de profissionais de outras áreas, nos parece uma oportunidade valiosa para discutir as particularidades do Brasil e da Itália, criar métodos de intervenção semelhantes que superem as dificuldades impostas pelas diferenças culturais, linguísticas e de nível de desenvolvimento e assim consigam formular uma proposta conjunta, seja para a formação profissional, seja para as intervenções profissionais no enfrentamento da questão social, como é o caso do programa desenvolvido junto à juventude, tais como o Projovem, no Brasil, e o M'Imprendo, na Itália. E serve-se, também, como tarefa dos assistentes sociais e dos profissionais que estudam e investigam no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, a contribuição para a consolidação da democracia entendida, não apenas como método ou como forma de governo, mas como princípio que tem como fundamento a socialização do poder e da riqueza socialmente produzida.

Este desafio requer o fortalecimento das organizações da sociedade civil e a troca de informações entre países para superar os obstáculos ainda remanescentes dos regimes autoritários, os quais impediram, historicamente, uma relação respeitosa entre os povos e impuseram modelos de desenvolvimento baseados na lógica da exploração. Finalmente, desejo a todos que aproveitem os conteúdos das conferências, as excelentes trocas de experiências e as discussões. Muito obrigada.

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Ângela Santana do Amaral<sup>30</sup>**

Bom dia a todos os presentes. Quero dar boas vindas aos participantes do II Encontro Internacional de Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos e cumprimentar a Mesa e saudar todos os participantes que vão se reunir aqui para discutir esses temas de maior relevância na sociedade contemporânea. Eu queria registrar que esse encontro reúne docentes, discentes e pesquisadores italianos e brasileiros, vinculados à UFPE e à Universidade Roma Tre, cuja trajetória de intercâmbio representa o esforço, uma luta contínua do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética, na pessoa da

---

<sup>30</sup> Vice-coordenadora da Pós-Graduação em Serviço Social/UFPE

Professora Alexandra Mustafá, para viabilizar essa troca de conhecimentos, essa troca de experiências, agora se juntando ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais, representado pela Professora Anita Aline.

Eu também queria registrar a importância estratégica dos temas a serem tratados durante esses dias, no sentido de que, os temas que vocês viram na programação vão proporcionar o desvendamento da realidade de dois países de diferentes continentes e que, apesar das particularidades, das diferenças e da sua formação sócio-histórica, tanto do ponto de vista da economia, da política e da cultura, certamente tem questões que nos identificam enquanto profissão e produtores de conhecimento nessa conjuntura mundial, onde a crítica e a ética se tornam um dos maiores desafios desses intelectuais contemporâneos.

Não podemos deixar de expressar a importância desse evento, que é um avanço nos nossos intercâmbios e, particularmente, no nosso programa de Serviço Social para consolidar nosso processo de internacionalização que já vem sendo oficializado, há alguns anos, através de editais. Então, representa, também, um avanço nos processos de pesquisa, de produção de conhecimento em relação aos dois países envolvidos nesse evento. Desejo que esses dias sejam fecundos para nos fazer pensar sobre esses temas. Muito obrigada.

### **Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Alexandra Mustafá**

Agradeço as palavras, plenas de incentivo, proferidas pelos componentes desta Mesa de Abertura, palavras essas, emitidas por pessoas tão caras pela amizade e pelo compromisso com esta iniciativa de intercâmbio científico e artístico-cultural entre o Brasil e a Itália, aqui representado pela Universidade Federal de Pernambuco e pela Universidade Roma Tre. As palavras proferidas pelo Reitor da UFPE, Prof. Amaro Henrique Pessoa Lins, pelo Vice-Reitor, Prof. Gilson Edmar, pelo Pro-Reitor de Pesquisa e pós-graduação, Prof. Anísio Brasileiro, pela Chefe do Departamento de Serviço Social, Prof<sup>a</sup>. Miriam Padilha e pela Vice-coordenadora do Programa de pós-graduação em Serviço Social, Prof<sup>a</sup>. Ângela Amaral, representantes desta Universidade, vêm confirmar que estamos abrindo espaços para interlocução internacional, a partir da socialização de conhecimentos e de experiências, fortalecendo assim, a função social da Universidade, enquanto órgão propulsor da produção de saberes e de universalização deste saber para toda a sociedade. De forma similar, a representante da delegação italiana, Prof<sup>a</sup>. Anna Maria D'Ottavi revelou todo o empenho dos Professores da Università Roma Tre, no sentido de compartilhar neste evento, no contexto da Missão Científica do Projeto bilateral, a participação insubstituível do Prof. Roberto Cipriani, presidente da

Associação Italiana de Sociólogos, da Prof<sup>a</sup>. Maria Mansi, Professora da Roma Tre, e a sua própria, seja na socialização do significado do Projeto M”Imprendo como nas atividades artísticas que embelezarão o Encontro. A vocês, as nossas melhores boas vindas e “augurio di una buona permanenza tra i brasiliani di Recife”.

Este Encontro Internacional coloca a questão da Ética, da Pesquisa e dos Direitos Humanos como tema central a ser discutido e aprofundado num momento crucial da conjuntura internacional, nacional e local. Gostaríamos de agradecer àqueles que enviaram trabalhos para publicação nos Anais do Encontro, sejam estes brasileiros, latino-americanos, italianos e franceses, cuja disponibilidade e responsabilidade no envio de relatos de experiências de pesquisa enriquecerão não só os presentes, como todos aqueles que tiverem acesso ao material a ser publicado após o evento. Parabenizamos aqueles que apresentarão seus resumos ampliados sob a forma de painel – isso permitirá a socialização da discussão sobre a temática, na medida em que ampliará o horizonte e visão de mundo a partir da troca de experiências das abordagens sobre ética, pesquisa social e direitos humanos, oportunizando o que denominamos de práxis, a saber a unidade entre a teoria e a prática. Antes de finalizar nossos cumprimentos e desfazermos a Mesa para iniciarmos as conferências, gostaria de agradecer, de modo especial, às agências de fomento, ao CNPQ, que tornou possível a realização desse evento e desta pesquisa em conjunto com a Itália, ao Ministério das Relações Exteriores Italiano, que fez com que fosse possível a vinda dos pesquisadores e dos professores italianos para este convênio e para este intercâmbio de pesquisa bilateral. Gostaria de agradecer, de modo particular, à UFPE que, através da Pro-reitoria de pesquisa e pós-graduação – PROPESQ, viabilizou concretamente a estadia e a permanência dos professores e pesquisadores durante a estadia aqui no Brasil. Gostaria de agradecer também à Prefeitura do Recife, que nos tem acompanhado nas visitas, nas informações e em toda a logística do Projovem - programa que se constitui objeto de estudo da pesquisa brasileira. E também à Secretaria de Defesa Social que tem proporcionado essas pesquisa sobre o Tráfico de Seres Humanos.

Gostaria de registrar as comunicações de apoio e votos de um ótimo Encontro, enviadas pela entidades representativas da categoria de Serviço Social. A ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, cuja Presidente nos parabenizou pela iniciativa do evento e lamentou não poder estar presente fisicamente, considerando-nos parceiros nessa defesa dos Direitos Humanos e no aprofundamento da pesquisa social. O CFESS – Conselho Federal de Serviço Social também nos parabenizou e se solidariza conosco nessa intervenção/investigação em conjunto com a Itália. Queremos, mais uma vez, agradecer às pessoas que compuseram a mesa de abertura: seus pronunciamentos nos dão força para continuarmos, pois sabemos o

quanto significa um evento desta natureza para o cumprimento da função social da Universidade. Nosso intuito é o de contribuir no fortalecimento de seu desempenho junto à sociedade civil e junto ao Estado, através deste evento, e dos frutos que dele emergirão, de forma simples, mas contínua e com grande respeito, tenacidade e profunda admiração de todos. Agradecemos a colaboração valorosa do nosso tradutor simultâneo – artista e bacharel em letras clássicas – Lúcio Valério Mustafá que oportunizará a todos acompanharem e aproveitarem as conferências e palestras proferidas em italiano, bem como pelo inigualável embelezamento artístico que, através de suas obras e daquelas do artista italiano Corrado D’Ottavi, assumiu a responsabilidade com as exposições que ocupam o Hall deste CCSA e a galeria do CAC. A todas essas pessoas do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética – GEPE que deram uma significativa parcela de colaboração para organização deste evento – o nosso mais sincero reconhecimento e agradecimento. A todos os presentes que vieram prestigiar e contribuir para o pleno êxito deste II Encontro Internacional de Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos, o nosso ‘Muito obrigada’ e o desejo de um ótimo aproveitamento.



## **Investigação Social – a pesquisa de campo e a cientificidade hoje**

**Roberto Cipriani<sup>31</sup>**

Mais do que italiano, gostaria de falar como europeu, porque há essa relação que também passa pela América Latina. Naturalmente, pode-se discutir se essa terminologia ‘América Latina’ é correta, mas tanto o português quanto o espanhol, e também o italiano, derivam do latim. Portanto, estamos no mesmo patamar e sendo assim prefiro fazer uma apresentação um tanto complicada, desafiadora, ao invés de manter uma relação de colonizador e baixar o nível como se vocês não fossem capazes de acessar o difícil. Por isso, tenho consciência de que o que vou dizer é importante e complicado ao mesmo tempo. Farei, então, uma apresentação que vai exigir um certo esforço. Esse encontro é um desafio porque nasce de temas que são decisivos para o confronto da pesquisa. Porém, além de ser um assunto difícil, acredito também que para vocês será uma mudança de perspectiva.

“Ética, Pesquisa e Direitos Humanos” é o título deste encontro que estamos realizando. Não é por acaso que a palavra “Pesquisa” figura entre a Ética e os Direitos Humanos. A pesquisa é, antes de tudo, conhecimento e sendo conhecimento não posso começar a pesquisa partindo do princípio daquilo que eu acredito que é. Trata-se, antes de uma postura de estar aberto a descobrir o que realmente é a pesquisa científica. Tenho consciência de que existe uma tendência a colocar juntas Pesquisa e Ação, como se fossem uma única coisa. Porém, para um correto posicionamento científico é importante distinguir aquilo que é o conhecer científico e aquilo que é depois o agir. Max Weber, como sabemos, foi um sociólogo alemão que trabalhou muito sobre o método das Ciências Sociais. Em seu tempo havia uma discussão sobre o método. No final do século XIX e início do século XX, Weber dizia que há uma diferença entre fatos e valores. Para ele, eu não posso expressar um juízo de valor sobre o fato antes de conhecê-lo. Portanto, eu devo conhecer o fato sem partir de um julgamento de valor, sem partir do meu pré-conceito e só depois de feita a pesquisa é que vou agir. Enquanto isso, a própria pesquisa já é um tipo de ação porque ela ajuda a sociedade a se entender, a conhecer a si mesma. Não estou excluindo que depois da pesquisa eu não possa participar de movimentos sociais; estou dizendo que antes eu devo conhecer. Mas, é claro

---

<sup>31</sup> Professor e Diretor do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Roma TRE e ex-Presidente da Associação Italiana de Sociologia.

que essa é a minha posição. Outros sociólogos possuem posição diferente, isto é, crêem que se deve pesquisar enquanto se age.

Não se faz nenhuma pesquisa sem que em sua base não existam alguns conceitos. Os conceitos podem ser vários, como “Ordem e Progresso”, que está na bandeira do Brasil, e que é um conceito sociológico inventado por Auguste Comte, o fundador da Sociologia. Ou seja, os conceitos são fundamentais. Se uma pesquisa não possui os conceitos bem definidos, não se pode dizer que seja uma pesquisa científica. Naturalmente, os conceitos podem ser definidos no início ou podem nascer dos próprios dados recolhidos na pesquisa. Se coloco os conceitos no início, antes de começar a pesquisa, isso quer dizer que estou utilizando um tipo clássico de pesquisa; mas se eu proponho os conceitos a partir dos dados colhidos na pesquisa, estou me referindo a um novo modo de fazer pesquisa, de fazer sociologia. Neste caso, estamos falando de metodologia que vem do grego: *methodos*, que significa caminho, e *logos*, o discurso que vai ser feito enquanto se caminha no caminho. E há uma diferença entre método e metodologia. A metodologia é o discurso de como usar o método; e método é o instrumento. Mas, também existe a meta-metodologia que está acima da metodologia, isto é, todos aqueles critérios científicos que são compartilhados por todas as ciências, da matemática à física, à astronomia etc.

Agora vamos falar de paradigma. O que é um paradigma? Existem muitas definições de paradigma. Vou dar uma indicação muito precisa. Existe um texto de Thomas Kuhn, datado de 1962, já traduzido no Brasil, que se intitula *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Neste livro, Kuhn definiu paradigma como um processo mental que coloca junto instrumentos e objetivos e define o modo através dos quais eu quero chegar ao conhecimento. Portanto, digamos que o paradigma é algo que se assemelha à metodologia, mas é algo bem mais amplo, muito mais vasto. Thomas Kuhn disse que a falta de continuidade de um paradigma a outro ocorre quando, nas ciências, se muda um ponto de vista muito geral. Um exemplo clássico de mudança de paradigma se dá com a chamada Revolução Copernicana, isto porque com Ptolomeu se pensava que a terra estivesse no centro do sistema universal. Mas, agora já temos outro paradigma, porque sabemos que não é mais o sol que está no centro do sistema universal, o sol está na periferia da periferia. Portanto, esse exemplo nos diz que um paradigma pode mudar. Sendo assim, a ciência pode mudar. A ciência deve ser colocada num contexto temporal muito preciso. Isso indica que um paradigma científico é plural e múltiplo. O que quero dizer é que o paradigma não se pode medir. Portanto, o paradigma é sempre algo muito relativo.

Kuhn morreu em 1996. Ele não era um sociólogo; era um filósofo historiador. Mas, quando foram tentar contar quantas definições Kuhn deu de paradigma, acharam cerca de vinte e cinco. Isso é um claro exemplo da mutabilidade do

paradigma. Portanto, a primeira lição que Kuhn nos deu diz respeito à mutabilidade do conhecimento científico. Existem várias definições de paradigma e também vários paradigmas, muito diferentes entre si, mas não entro em detalhes agora porque seria muito complicado e não daria tempo de falar nisso, mas uma coisa gostaria de sublinhar: um paradigma que contém um conteúdo ideológico não é um paradigma científico. Por exemplo, o paradigma de Comte, “Ordem e Progresso”, é um paradigma ideológico. Ele não serve no plano científico. Temos que pensar num paradigma que seja direcionado para entender as coisas. Um paradigma que, de qualquer modo, tente observar e olhar para a explicação, ou seja, para como estão as coisas. Vamos ver aqui se podemos fazer uma mudança de paradigma. Quem estuda Ciências Sociais e Humanas sempre fala sobre confirmação de uma hipótese porque o esquema clássico ensina assim: eu tenho uma hipótese e depois eu vou verificar os dados para saber se ela é verdadeira ou falsa. E o que é a hipótese? É dizer que o fenômeno depende de um fator e esse fator está na origem do fato. Com Popper, mudou-se a perspectiva. Não se confirma a hipótese, se vai, ao contrário, de preferência, desconfirmar a hipótese.

Então, vejamos o que é método científico hoje. Não é persuadir, fazer um belo discurso ou uma conferência. Não é retórica, é metodologia. Portanto, a abordagem científica hoje deve se basear em argumentações. Não se deve pensar na racionalidade, mas se deve pensar na razoabilidade. Existem muitas disciplinas e, portanto, muitas metodologias. Por exemplo, existe um conhecimento experimental na física, conhecimento formal na matemática; por isso, há um grande risco de confusão, a saber: confundir entre hipótese e teoria, confundir entre confirmação e medida. Muitas vezes se pergunta se uma teoria pode ser confirmada. Um paradigma pode ser verificado? A resposta é não. Porque a confirmação se fundamenta por uma medida e não tem nenhuma medida para confirmar uma teoria. Porque a teoria e o paradigma são sempre uma construção de conceitos. Mas, em todas as pesquisas, mesmo naquelas muito bem feitas, os resultados nem sempre dizem a mesma coisa. De fato, se eu dou um dado ou uma tabela de estatística, duas pessoas diferentes não vão interpretá-la de forma igual. Portanto, vamos cortar do nosso vocabulário científico a palavra confirmação. A confirmação na situação científica de hoje não existe mais. Se preferirem um termo mais amplo, este seria corroboração. Junto com corroboração vem a ideia de preferibilidade. Por exemplo, se há algo que pode ser mais corroborado do que outro, isto é algo preferível. Assim, um resultado que me pareça mais confiável, por ser mais corroborável, é preferível do que outro. Portanto, a palavra confirmação foi cortada. Agora vamos cortar outra: verdade.

No campo científico, não existe a verdade. Porque toda a história da ciência demonstra que o que era verdade em certo momento depois não é mais. Espero que todo mundo tenha entendido que minha intenção de hoje é fazer

com que todos nós que fazemos atividade científica, fiquemos muito mais cautelosos e prudentes quando formos fazer esse tipo de atividade. Então, se não existe a confirmação nem a verdade, o que existe? Existe a validade científica. E essa validade deve ser sustentada pelos dados. Vamos dar um exemplo muito claro: o de um robô. O robô consegue soluções diante de problemas que ele conhece. Se o robô tiver que enfrentar um problema novo, ele não vai operar. Portanto, quando um cientista diante de um problema novo é capaz de encontrar uma solução nova e no campo científico, um êxito positivo do passado não é garantia de que vai dar certo hoje também. Mas, nós devemos de qualquer modo conhecer. Por isso, se nós encontramos uma ação que se demonstra eficaz naquele momento, ela não é verdadeira, é uma ação válida. Agora, vamos dar outro passo adiante, ainda mais destrutivo. Popper dizia que ao invés de verificar eu devo falsificar. Qual é o problema? É que existem teorias controláveis, e não verificáveis, e outras teorias que não são controláveis, por exemplo, uma teoria religiosa é uma teoria metafísica, não é controlável. Existe uma maneira de fazer atividade científica que deriva deste raciocínio. Se de A eu deduzo B e B é falso, então A também é falso. Mas, como cheguei à conclusão de que B é falso ou que não funciona? O problema é que eu não controlo os métodos, os sistemas de medida relativos a medir aquilo que é falso.

Kuhn escreveu *A Estrutura das Revoluções Científicas*, em 1962. Por sua vez, Carl Gustav Hempel, em 1945, falou do paradoxo dos corvos pretos, em seu livro *Estudos sobre a Lógica da Confirmação*. É verdade que todos os corvos são pretos? Agora, se eu tiver que continuar com a metodologia científica habitual, eu deveria dizer que “todas as coisas que não são corvos, não são pretas” e, também, que “tudo aquilo que não é preto, não é corvo”. Se eu observo tantas coisas que não são pretas e que não são corvos, aumenta a probabilidade que todos os corvos sejam pretos. Mas, esse é o ponto principal. Nenhum dado empírico será capaz de demonstrar que todos os corvos são pretos porque por mais que eu observe nunca vão ser suficientes para demonstrar que todos os corvos são pretos. Porque basta que apareça um corvo branco, ou amarelo ou azul, para que caia a afirmação de que todos os corvos são pretos. E mesmo que eu faça uma entrevista com todos os homens e mulheres do mundo para saber se já viram algum corvo que não fosse preto, eu nunca terei certeza se, por exemplo, bem escondido no fundo da Amazônia não existe um corvo branco. Portanto, a indução não é válida. Partir do particular para chegar ao geral não dá certo e a dedução também não serve, ou seja, partir do geral para chegar ao particular. Já em 1880 Charles Sanders Peirce disse que não se deve usar nem a *dedução* nem a *indução*. Mas, a *abdução* que significa olhar, ao mesmo tempo, para o geral e para o particular.

Um fato isolado pode ser estudado cientificamente? Uma assistente social que tem diante de si uma pessoa pode estudar cientificamente aquela pessoa?

Vamos tentar dar uma resposta usando a tese de Duhem-Quine. O que disse Duhem<sup>32</sup>? Na física, por exemplo, uma experiência não pode jamais confrontar uma hipótese isolada, pois não é possível controlar todos os instrumentos que fazem a pesquisa. Se uso um telescópio, não tenho certeza se ele está funcionando bem. Pode ser que esteja fora de foco, pode ser que o instrumento de medida esteja funcionando mal. Então, se eu me basear apenas naquele experimento, vou tirar conclusões que não têm fundamento. Mas o que disse Quine<sup>33</sup>? Que todos os conhecimentos e convicções, tudo aquilo que nós sabemos são uma construção conceitual. Portanto, como vocês viram nós voltamos ao ponto de partida: “não existe ciência sem os conceitos”. Quine disse o seguinte: “a teoria diz respeito à experiência só marginalmente, isto é, a teoria não pode, jamais, se sobrepor à experiência”.

Popper disse que devemos falsificar e contestar. Primeira regra científica: se pode sempre contestar a contestação. Segunda: se a teoria é controlável, por exemplo, no campo da física, pode ser contestada pela experiência. Terceira: uma teoria não controlável, por exemplo, a metafísica, a religião, não pode ser contestada pela experiência. Quarta: a refutação da refutação pode, sempre, continuar. Quinta: o que fazer com ideologia? Pode ser criticada no método. Sexta: muitas vezes assistimos a uma contaminação entre teoria controlável e teoria não controlável. Por exemplo, se eu me interessar pela religião, quando o sociólogo é um padre há uma grande confusão entre teoria controlável e não controlável. Ou seja, existe ali presença de ideologia naquilo que é atividade científica. Sétima regra: uma teoria não controlável, ou seja, uma ideologia pode, porém, produzir asserções controláveis. Por exemplo, se eu tomo uma religião, é claro que a religião, em seu conjunto, não é controlável, mas podem existir confirmações daquela religião que sejam controláveis e possíveis de serem medidas. Portanto, são sujeitas a serem também consideradas válidas. Oitava regra: o problema é a dificuldade de se distinguir entre teoria não controlável, isto é metafísicas, ideologias, e uma teoria científica controlável que, por sua vez, é muito difícil de ser controlada empiricamente. Nona regra: podem existir previsões válidas e previsões não válidas, por exemplo, a previsão do tempo. Mas, existe um efeito perverso segundo o qual alargando as previsões válidas se alargam, também, as previsões não válidas. De fato, quando estamos escutando a previsão, estamos escutando os dois tipos e não temos como distinguir quais são as válidas e quais são as não válidas. Décima e última regra: mesmo uma teoria não válida pode ter previsões que sejam válidas ou não válidas. A ciência é sempre incompleta. É sempre parcial. Não no sentido de que se faz uma escolha ideológica, mas no sentido de que só uma parte do conhecimento é possível.

---

<sup>32</sup> Cfr. DUHEM, Pierre. *O valor da teoria física*. LusoSofia press: Covilha, 2008. NT.

<sup>33</sup> Cfr. QUINE, Willard Van Orman. *Palavra e objeto*. Vozes: Petrópolis, 2010. NT.

Como podemos ter certeza de que um resultado é válido? Hoje se usa muito uma avaliação realizada por estudiosos que são competentes no setor. Se eu sou um astrônomo e digo que descobri certa estrela, que possui certas características, quem vai avaliar se tem fundamento ou não o que eu descobri são meus próprios colegas. Mas, deve-se ter muita atenção. Não é que o acordo de muitas falsidades produza uma verdade. Quero dar um exemplo muito significativo. Anos atrás existia um estudioso de gêmeos para ver se o comportamento deles, ao longo da vida, era igual. Ele fez os estudos e publicou. Outro estudioso quis confirmar se o experimento científico tinha sido correto e a primeira coisa que descobriu foi que aumentando o número de casos examinados os percentuais eram sempre os mesmos. Ora, quem conhece estatística sabe que se mudar o universo, os dados mudam, mesmo que pouquíssimos, mas mudam. Então, esse estudioso pensou que se nunca ninguém havia contestado essa pesquisa é porque todos os colegas tinham interesse que aqueles dados fossem verdadeiros. Mas, não parou aí. Continuou a sua pesquisa para ver se os dados eram válidos e, neste sentido, examinou todas as publicações feitas sobre aquela pesquisa. E mais, procurou pelas pessoas que as assinaram. Então, descobriu que elas não existiam. Em todas as publicações era sempre o mesmo estudioso usando um nome falso. Além do mais, analisando o conteúdo dessas publicações se percebia que o estilo linguístico era o mesmo. Portanto, esse sistema de validação pelos colegas não é muito seguro, mas hoje é muito usado. Segundo critério: os dados de uma pesquisa são válidos se são capazes de resolver problemas. Terceiro critério: o critério da razoabilidade, não o da racionalidade. Quarto critério: se deve ver se a ideia de verificação, ou melhor, de corroboração, pode passar das ciências físicas para as sociais.

No início do século XX, dois estudantes, um americano e outro polonês, estudaram respectivamente: um camponês polonês nos EUA e um camponês polonês na Europa. No fim da pesquisa, chegaram à seguinte conclusão: nenhum comportamento individual depende apenas de uma razão ou motivo individual e nenhum comportamento individual depende apenas também de uma razão social, como muitas vezes dizemos “é culpa da sociedade”. Um fenômeno sempre é resultado de um elemento individual conjugado com um elemento social.

Hoje, em particular, é difundida uma nova perspectiva sociológica que é Grounded Theory (Teoria Fundamentada nos Dados). A sua base são os dados e os autores que a propuseram são os norte-americanos Strauss e Glaser<sup>34</sup>. O que eles dizem? Nós não devemos ter hipóteses e não devemos partir de uma teoria. Nós devemos somente recolher os dados e dos dados vamos colher a teoria. Mas, eu acredito que essa não seja a solução mais

---

<sup>34</sup> Cfr. GLASER, B., STRAUSS, A. *A Discovery of Grounded Theory: Strategies for qualitative research*. Aldine: Chicago, 1967. NT.

adequada. No início eu disse que não existe pesquisa sem conceitos e eu acrescento a Grounded Theory, a presença de conceitos. Mas, quando se devem inserir os conceitos? Quando eu terminar a pesquisa. A Grounded Theory previa três fases: primeiro uma codificação aberta, ou seja, eu recolho todos os dados possíveis. Segunda fase: uma codificação cruzada, cruzar um dado com outro. A terceira fase é uma codificação seletiva, ou seja, eu seleciono o mais importante. Encontro aquela que seja a categoria central, principal. Porém, eu quero deixar claro que antes de fazer a pesquisa eu não vou ler dados sobre o tema para não me deixar influenciar pelos dados dos outros. Porque se eu já sei quais são os conceitos e os resultados dos outros, já na entrevista eu vou me deixar influenciar e se eu recolher todos os dados sem interferência, então eu começo a procurar os conceitos principais nos dados e começo a fazer tentativas e ver se esses são realmente os conceitos guias.

Blumer<sup>35</sup>, o interventor do interacionismo simbólico, disse que esses são conceitos que orientam a pesquisa. Portanto, eu coloco esses conceitos quando a pesquisa já está feita, depois eu vejo se eles podem ser cruzados entre si para ver qual é o mais importante e é a partir desse conceito mais importante que eu construo a teoria. Porém, já dissemos que não existe a verdade absoluta e que não existe a confirmação. Então, como posso ter certeza sobre essa metodologia? Porque eu trabalho com a triangulação entre metodologias. E, portanto, além da Grounded Theory, que é uma teoria qualitativa, também uso a metodologia quantitativa. No sentido de que eu uso os questionários e uso as análises estatísticas. Então, procuro combinar o que vem do quantitativo e o que vem do qualitativo, aquilo que vem da indução e da dedução, ou seja, uso a abdução de Peirce. É claro que não tenho um resultado absoluto, mas graças a esses “faróis acesos” ao redor do objeto de estudo, eu tenho um resultado confiável. Portanto, um resultado preferível. Assim, retorno ao ponto de partida; não se trata de uma confirmação, mas sim de uma preferibilidade.

Como conclusão, suponho que estejamos convencidos, em primeiro lugar, da dificuldade de fazer atividade científica; e, em segundo lugar, de que todos nós estamos autorizados a refutar os resultados dos outros e da mesma maneira estamos disponíveis a refutar os dados dos nossos próprios resultados. Assim procedendo, estaremos fazendo pesquisa e não ideologia.

---

<sup>35</sup> Cfr. BLUMER, Herbert. Na Appraisal of Thomas and Znaniecki's The Polish Peasant in Europe and America. Social Science Research Council: New York, 1939. BLUMER, Herbert. Symbolic Interactionism. Prentice Hall: Englewood Cliffs, NJ, 1969. NT.

## Considerações da Prof<sup>o</sup> Anita Aline

Bom dia a todos. O que se pode dizer depois da aula brilhante do Prof<sup>o</sup> Cipriani? Ele teve possibilidade de trazer em tão pouco tempo tanto conhecimento colocando questões cruciais a partir da noção de ciência passando pela pesquisa como atividade básica e mostrando que pesquisa não se faz sem o norteamto de um problema que constitui o foco, mas também que exige um quadro conceitual. Não se faz pesquisa sem essa preocupação e quando se fala em quadro conceitual se supõe a posição desse pesquisador. Ninguém faz pesquisa sem uma postura pessoal, seja qual for a posição, pois nenhum pesquisador inicia uma pesquisa sem suas próprias convicções. O Professor Cipriani teve o mérito de colocar em sua conferência a importância de repensarmos, inclusive, os conceitos com os quais nós trabalhamos. Ele trouxe, por exemplo, uma revisão sobre o método científico mostrando como essa preocupação com o universo das certezas passa a ser questionado, como Popper que passou a falar sobre a refutação e coloca, então, sempre aquela questão que também gosto de colocar: *Ciência versus Verdade*. Que verdade? O Professor foi brilhante ao mostrar que não se trata de uma posição relativista e ele mostrou o porquê e, outra coisa, didaticamente ele fez com que nós procurássemos escrever para fixar aqueles princípios.

Eu vou destacar na conferência do Prof<sup>o</sup> Cipriani a relação com a ética que ele coloca ao falar da “Grounded Theory” (Teoria Fundamentada nos Dados). Ele diz que não existe teoria sem ideologia, não existe pesquisa e não existe ciência sem valores. Eu trabalho em pesquisa social, eu trabalho ideologicamente também. Como garantir a validade? Ele faz uma relação entre validade e confiabilidade e, a partir daí, quando ele chega a Grounded Theory, ele mostra que o básico nessa teoria que vem cada vez mais, dominando, fala sobre os conceitos e que a ciência é vasta e infinita porque a realidade social também é infinita e nós procuramos explicações. Onde procurar essas explicações? O professor salienta que é preciso estarmos abertos aos resultados dos outros e nós precisamos colocar essa abertura nos nossos resultados também e essa posição mostra o que é importante na pesquisa social, principalmente, na pesquisa qualitativa. É fazer ciência, querer produzir um resultado científico, mas sabendo sempre que você não é dono da verdade nem que aqueles resultados são absolutos e o valor da pesquisa não está naquele resultado que eu obtive, mas nesse resultado compartilhado, de tal maneira, que outros possam se sentir participantes e caminhar para outros produtos contribuindo também.

A relevância da pesquisa social também é medida pelo interesse pelos resultados da pesquisa. Essa relevância não é aquela que eu estou identificando, mas aquela que produz resultados que poderão ser aproveitados por outros pesquisadores. Não se estende atividade científica isolada, por isso

estamos aqui em um seminário que se baseia no intercâmbio do ensino, da pesquisa e quando procuramos o intercâmbio é com o objetivo de partilhar e aproveitar o conhecimento do outro. E a aula magistral do Professor Cipriani nos mostra como é possível falar de coisas tão importantes que podem nos direcionar no futuro.

## **Debate**

### Pergunta 1:

O que eu vou levantar diz respeito a algo que o senhor falou no final. Ao referir-se a Grounded Theory o senhor sugere a realização da pesquisa ignorando os predecessores, se eu bem entendi. Duas questões ou três, o senhor apenas transmitiu a posição dos autores, nos quais o senhor se baseia, ou o senhor concorda com isso? E como é que fica o princípio, e penso especialmente, no meu trabalho como historiador, mas não só, o princípio de toda formação básica da elaboração do projeto que é o famoso estado da questão, a revisão da literatura quer dizer não é só o risco de querer descobrirmos a pólvora ou inventarmos a roda, como é que fica isso? Quase como se fosse uma espécie de... parta da ignorância que você chega ao saber, isso me deixa tão preocupado, eu tenho uma posição a respeito, mas digamos que eu gostaria de maior esclarecimento porque inclusive vou falar um pouco da minha experiência na elaboração de minha tese. Claro que na história tem não só um possível, mas muitos predecessores e os predecessores são algo que guia porque de uma pesquisa de campo vai influenciar a coleta dos dados. Mas a outra coisa que tem lá com os predecessores também me leva a pensar concordâncias, isso é fundamental, eu tenho que eticamente reconhecer minhas dicas intelectuais: história; nesse sentido, saber acumulativo mais as minhas discordâncias e as minha discordâncias iluminam a minha pessoa. Ao dialogar com um autor, você diz: Opa, isso não me satisfaz! Eu acho que essa insatisfação, em relação à literatura que precede é essencial na elaboração da própria pesquisa pessoal, você dizer: Opa, isso não me satisfaz! Não será que é de outra maneira essa possibilidade de verificar, que vem a meu ver o diálogo com a literatura?

### Resposta:

Não uso paralelos, nem precedentes. A literatura precedente não usa conceitos pré-constituídos. Eu, certo, o professor Cipriani, não uso conceitos pré-constituídos, pré-estabelecidos. Porém, não posso cancelar tudo o que existe. Não posso cancelar as coisas concebidas. O que faço é não impor num sistema pré-concebido antes de fazer a pesquisa, por exemplo, gosto muito de fazer entrevistas de campo, porém nas entrevistas as perguntas estão presentes. Isso não significa que eu pergunto a todos os pesquisadores ou pesquisados as mesmas perguntas. E isso faz com que exista muita

espontaneidade e muita liberdade porque é exatamente da liberdade, da espontaneidade, que emergem os aspectos mais importantes. Porém o estado das questões surge exatamente quando vou elaborar a lista dos conceitos que irão ser utilizados. Quando faço a lista para os pesquisadores sobre a análise de fazer a análise sobre a radicalidade em que foi pesquisado. Começo a compor a lista de conceitos quando já tenho os dados, então os conceitos são posteriores à própria investigação. E realmente discuto toda essa lista com todos os pesquisadores. Ao jubileu, realizei uma lista de cinquenta conceitos sensibilizantes. De 50 passou para 150. Depois verificado se esses conceitos estavam presentes nos dados e foram reduzidos a 91. E sob a base desses 91 conceitos, foi feita a análise da pesquisa. Então, uma coisa que se usa muito e pessoas, se chama In-vivo. Se nós andarmos no Google e pesquisarmos no Google encontraremos “In-vivo” para fazer uma pesquisa sobre esse e ali tem uma demonstração e se explica como se procede, como se faz. Isso significa não ignorância, mas uma suspensão momentânea do quadro conceitual. Então o diálogo com os outros estudiosos se dá através dessa lista dos conceitos sensibilizantes. Então quando se termina essa fase da pesquisa qualitativa, chamo os pesquisadores da pesquisa quantitativa para fazer essa dimensão da pesquisa da recolha e coleta dos dados, o que se chama de triangulação. Por isso estou convencido de que a história é mais importante que a sociologia, porque a sociologia trata dos dados de hoje, mas os dados de hoje não se explicam sem a análise dos dados de ontem. Por isso não se pode conhecer os dados de hoje da sociologia se não se conhece inclusive os dados que a história da própria sociologia nos deu. A história é tão importante quando se faz sociologia, que em um livro publicado no México este ano, sobre um bairro mexicano, metade do livro tem um caráter histórico, está presente a questão histórica. Analisa toda a literatura que foi possível recolher sobre o tema. O problema é, portanto de encontrar o momento justo e a medida justa, adequada.

Pergunta 2:

Se puder dar uma palavra a mais sobre a Ética, nesse esquema fundamentalmente rígido da abordagem à Pesquisa Social e o papel do pesquisador/ da pesquisadora, seus valores e os valores dos pesquisados.

Resposta:

Aquilo que ela diz é realmente um ponto importantíssimo da discussão, um ponto máximo. Max Webber e tantos outros falaram isso, por exemplo, Gurnard Milan disse que a solução seria que o pesquisador antes de apresentar os seus dados expusesse seus pontos de vista, e, portanto seus valores, mas o problema é que uma vez que os próprios valores são declarados não é tão fácil que tranquilamente o pesquisador vai depois e mistura os valores dos dados. É

claro que tenho valores, mas eu não posso colocar os meus valores nos dados, porque se fosse assim o resultado já estaria feito, porque ele iria acreditar de acordo com o que eu penso. Uma solução poderia ser fazer pesquisa com pessoas de diversas tendências teológicas. Um momento muito delicado é quando se faz a entrevista, por exemplo, se o entrevistador insistir sobre certo ponto de vista pode dar a entender qual é a posição dele, pode até condicionar a resposta, e uma resposta condicionada é uma resposta cientificamente não-válida. O problema não é ausência absoluta de valores, mas o contrário, o equilíbrio do meu conjunto de valores e o ponto de vista do entrevistado e os valores do entrevistado. Por exemplo, eu trabalho no campo da religião e sou Católico Praticante, mas também muito crítico. Ora eu não posso fazer valor ao Catolicismo crítico numa pesquisa. Devo aproximar-me do universo de pesquisa fazendo o possível para deixar de lado a minha ideologia, porque tenho certeza que fazendo assim o resultado será mais corroborado, mais preferível. E, portanto mais válido em relação à sua possibilidade de ser considerado confiável. Essa é uma posição minha e sei muito bem que outras pessoas pensam diferentemente. E é exatamente porque quero manter uma posição científica que considero que a posição de outros também é legítima. Agora o que interessa para mim também é entender quem é o outro, qual é a sua biografia, qual é o seu posicionamento, pertencimento dele. Por exemplo, fiz um manual sobre sociologia da religião, que foi publicado também no Brasil pela editora Paulus. E toda vez que num capítulo falo de um autor, dou a biografia do autor, explico quem é o autor, porque se eu não sei de quem estou falando não posso nem mesmo falar bem, ou seja, não posso dizer que esta pessoa tem uma característica, um porte científico. Por exemplo, se cito Durkheim, devo dizer que ele nasceu numa família hebraica e depois se tornou agnóstico. E aí, tenho que também quando falar de Max Weber dizer que ele nasceu numa família protestante e o rigor protestante permanece nele. Para dar razão a Carmem, me chamam de o Calvinista Católico.

### Pergunta 3:

Ao ouvir a palestra, fiquei com uma curiosidade. Eu ainda posso ser chamada de marxista. Eu encontrei ausência de Marx, e eu encontrei ausência explícita e tenho que falar o nome, mas aí encontrei a dialética em Marx. Não conheço profundamente, mas achei um tanto quanto eclético o trabalho de pensar sobre a pesquisa, na medida que embora Marx esteja ausente explicitamente, a dialética em Marx está presente. O real é síntese de múltiplas determinações e está contido aí. Por exemplo, o real é histórico; a ciência é conhecimento, a ciência, portanto está num campo do complexo da ideologia e sendo histórica e feita por seres humanos, nós temos, embora tentemos o tempo inteiro, através de métodos e princípios e tudo o mais, controlar nossas paixões e nossas escolhas, não podemos nos desvestir da condição humana e histórica. E a gente pertence a uma classe social, a gente tem as mediações de gênero, de

classe, de raça e de etnia e evidentemente, econômicas que não podem absolutamente estar ausentes da pesquisa porque a gente pesquisa para entender o mundo e transformá-lo, obviamente. Ninguém fica pesquisando apenas por pesquisar. Então, eu quero colocar esta preocupação e encontrar Marx aí, talvez.

Resposta:

Todas as vezes que eu venho no Centro e na América do Sul, me colocam uma questão sobre marxismo. Por exemplo, em geral me perguntam: “Onde está Gramsci?”. Agora me perguntaram: “Onde está Marx?”. Marx está no meu manual de Sociologia da Religião. De onde eu parto diversas vezes com Marx juntamente com Feuerbach (2:27:20). Mas o ponto que eu contesto, crítico em Marx é que a economia me explica tudo. Mas não é só com Marx que eu tenho essas observações críticas. Também a corrente sociológica que se chama *rational choice* (escolha racional), que considera que as escolhas das pessoas podem ser condicionadas por fatores econômicos. Muitas pesquisas demonstram que os comportamentos não se explicam só por fatores econômicos. O fator econômico é importante, mas é juntamente com outros tantos fatores. Sem fazer escolhas e realmente nisso eu sou eclético, eu não estou dizendo que a cultura é mais importante que a economia nem que a economia é mais importante do que a cultura. Quando eu ensino Sociologia eu insisto muito sobre o conceito de classe. Olhe que o fato de falar de classes não equivale a ser marxista. A classe é um dado de fato sociológico. A Estratificação Social existe. A contraposição entre Brasil, Argentina, Itália, entre muitos ricos e outros muitos pobres é um dado de fato. Eu sou eclético nesse momento, porque devo apresentar as diversas condições, mas eu tenho uma posição minha, que não estou apresentando aqui, que é chamada “A teoria da Religião Difusa”. Mas somente para completar o discurso e terminar, quando eu falo de Religião Difusa não estou falando só sobre o Catolicismo, mas estou falando de todas aquelas religiões que são dominantes em um determinado país. E se nós quisermos, eu volto ao problema que se levantou sobre a ética, também a minha ética científica é no sentido de aceitação, de aceitabilidade, em relação às outras posições. Acontece que às vezes estou num contexto católico e me acusam de marxista. E num ambiente marxista sou acusado de um conservador, liberal, ou seja, lá como for, católico. Por exemplo, eu fui convidado para fazer uma conferência na minha diocese. No último momento a pessoa que me convidou disse: Não vai ter mais a conferência, não. Depois não mais pelo telefone, mas pessoalmente, a pessoa que me convidou disse: “Olha foi um bispo que falou que você não pode fazer a conferência, foi cortado. Você é Gramsciano, não pode falar”.

#### Pergunta 4:

Quando o professor estava falando agora no final que em ambiente marxista foi acusado de liberal e outras correntes não marxistas, eu me lembro da história D. Hélder, que quando ele falava para os pobres e defendia os pobres, ele era cristão e todo mundo elogiava. Agora, quando ele questionava as causas da pobreza, acusavam ele de marxista. Mas a minha pergunta é a seguinte: Com relação à ciência, uma preocupação que eu vejo e que eu tenho e não sei se é pertinente, é com relação à aplicabilidade de alguns conhecimentos de algumas outras áreas dentro do campo científico. A ciência tem uma base só, você pode utilizar conhecimento de matemática e aplicar à sociologia, ou é impossível ser feito isso? Porque eu conheço por exemplo a teoria dos modelos, da modelística, não sei se o senhor já ouviu falar, é da matemática evidentemente, e a teoria dos modelos me fornece uma opção de conhecimento que, para mim, quando eu estou estudando aqui, pois eu faço doutorado em serviço social, e quando a gente está estudando o método marxiano, a gente observa, na minha opinião, que alguns conhecimentos facilitam grandemente compreender, por exemplo, o método de Marx. Por exemplo esta ideia de que com a ciência é preciso buscar a essência e não ficar na aparência. Nisto, eu sempre entendi que toda ciência deveria buscar sempre a essência. Como a gente vê, por exemplo, Pasteur, quando provou a biogênese, e contrapôs a biogênese com a teoria da abiogênese, ou seja, que não existia geração espontânea, mas que a vida só surgia de vida, ele quando provou isso, mostrou a essência, e não ficou só na aparência do fenômeno, que era aquele, que se entendia que vida vinha espontaneamente, de matéria morta, como era a abiogênese. Então, a minha pergunta é neste sentido. É possível? A ciência tem uma base só? O conhecimento científico tem uma base só? E é possível transpor a forma de trabalhar, por exemplo, na matemática para as ciências sociais, ou isso é impossível?

#### Resposta:

Eu tenho convicção de que uma colaboração entre as diversas ciências é possível. Em relação a perguntar para aquelas pessoas que são especialistas em Hard Science. Peço para esses especialistas não acharem que a ciência deles seja a ciência superior. Nem todos os fenômenos naturais podem ser explicados conforme as matemáticas. Mas com certeza uma análise estatística fundada sobre a matemática é útil. Por exemplo, o conceito de modelo é um conceito que como o conceito de paradigma é também muito complexo. Por exemplo, o modelo pode ser uma representação gráfica da teoria ou então um conjunto de todas as técnicas de análise. Mas o que me parece importante é que a matemática e a sociologia podem conviver, mas com uma abertura de uma parte e de outra. Acontece comigo, muitas vezes, de me encontrar com cientistas que não são sociólogos. Por exemplo, uma vez eu falei sobre intercultura, eu sustentava que a teoria de Huntington sobre Class of

civilization, o conflito entre civilizações não teria fundamento, eu afirmava nesse encontro que não teria fundamento essa teoria. E, ao contrário, que a relação entre culturas podia muito bem ser não-conflitual. Aí um estudioso de biologia me explicou que existia uma nova teoria sobre movimentos das células, que as células não tendem a separar-se, mas tendem a estarem juntas, porque existe um espaço entre uma célula e outra, composto de uma matéria que serve mais como colante do que como separador. E aí, eu utilizei essa ideia que vem do campo da biologia no campo da sociologia. Portanto não mais um “mete no pote”, colocado no pote da sociologia americana, nem mesmo a ideia de mosaico com vários pedaços de cultura, mas a possibilidade de transição de uma cultura a outra. Como no mais, o Brasil aprova, demonstra.

## **A dimensão da “religião difusa” e a metodologia para identificá-la na política**

**Roberto Cipriani** <sup>36 37</sup>

Obrigado a todos e especialmente ao Professor Givanildo<sup>38</sup>, porque falando de Maria Bonita, praticamente ele ofereceu a prova da religião difusa. Porque dedicou a performance a todas as “Marias” e aqui estão muitas “Marias”. Mas, por que o nome Maria é tão difuso? Porque é um nome que provém de uma religião e de uma religião muito difundida na Europa e na América Latina, mas não é só o catolicismo uma religião difusa, existem outras como o islamismo, o hinduísmo, o budismo, entre outras.

O budismo é uma religião, não é só uma filosofia porque tem características que são tipicamente religiosas, porém cada uma dessas religiões é difusa em um particular contexto geográfico. Por exemplo, no Japão a religião difusa é o xintoísmo e tem também o budismo, mas o catolicismo é minoritário, alcança apenas 1% da população.

A teoria da religião difusa é ainda jovem, tem apenas vinte e sete anos porque ela foi apresentada por mim, pela primeira vez, em 1983, em Londres. Onde e como nasceu essa ideia da religião difusa? Ela nasceu na Itália quando ocorreram campanhas eleitorais para dois referendos: um sobre o aborto e outro sobre o divórcio: dois temas políticos e sociais muito importantes. Vamos partir da Itália, onde a religião dominante é o catolicismo. Naturalmente, o mesmo discurso pode-se fazer para o Irã e o Islã, onde a religião islâmica é a religião do Estado e, portanto, é a religião mais difusa. Podemos fazer outro discurso sobre o hinduísmo, na Índia, onde o hinduísmo é a religião mais difusa. Não sabemos quantos eventos políticos foram condicionados pela participação do pertencimento religioso ao hinduísmo ou ao islamismo e para não dizer o caso de alguns locais da Índia, onde o pertencimento à religião do

---

<sup>36</sup> Esta conferência foi proferida no Auditório da Livraria Cultura, no Bairro do Recife Antigo, e trata sobre um tema particularmente objeto de pesquisa do Prof. Dr. Roberto Cipriani, especialista em sociologia da religião, criador da teoria da Religião Difusa, conforme será visto no percurso desta conferência e posterior debate.

<sup>37</sup> Tradução – Lúcio Valério Mustafá – filólogo, filósofo e artista.

<sup>38</sup> A conferência foi precedida de uma performance artística, momento em que foi interpretada *musicalmente a canção Maria Bonita, sob a regência do Maestro Givanildo Amâncio, que desenvolve um trabalho artístico-pedagógico-popular na Comunidade de Bomba do Hemeterio (Recife) onde foi inaugurada, com a colaboração da Prof<sup>a</sup>. Anna Maria D’Ottavi, a biblioteca hemeterica Corrado D’Ottavi.*

Sikhismo corresponde a uma identidade cultural que é, também, uma identidade nacional e política.

Mas, voltemos à Itália. Entre o final dos anos 70 e o início dos anos 80, ocorreu uma violenta batalha política em torno dos temas: aborto e divórcio. Houve uma proposta de lei para legitimar os dois e, como se sabe, a Igreja Católica é contrária a ambos. Sabemos, também, pelas pesquisas sociológicas que, na Itália, o pertencimento à religião católica é majoritário, mas quando as pessoas foram votar sobre esses temas, o resultado não foi correspondente, em número, ao quantitativo daqueles que se declaravam católicos. Na época, eles eram cerca de 90% e, portanto, se esperava que eles votassem contra o aborto e contra o divórcio, seguindo as indicações do Papa, mas o que aconteceu foi o contrário. Um terço dos católicos não votou como a Igreja católica queria e, de fato, a diferença no resultado foi pouca. Assim que foi aprovada a lei, a posição dos católicos foi de se afastar, cada vez mais, da Igreja Católica e quando os referendos foram repetidos para tentar abolir a lei, apenas 30% seguiu a linha da igreja, o que mostrou que a maioria não estava de acordo com o que diziam os padres. Foi quando começou a ideia da religião difusa. Eu queria entender porque 90% eram católicos e apenas 30% tinham votado como a Igreja queria. Então, comecei a pesquisar para entender o motivo de terem esse comportamento diferente.

A primeira hipótese foi de que os católicos teriam votado diferente, justamente, em base de valores religiosos e esses valores teriam sido difundidos pela Igreja. Em modo particular, provavelmente, os 60% dos católicos que não votaram como a Igreja queria, fazia isso porque se referia a um valor religioso, que é o respeito ao próximo. Portanto, o católico raciocinava assim “eu não faço o aborto, nem o divórcio, mas eu não posso impor aos outros o meu pensamento, por isso, nessa ideia de respeitar o espaço da outra pessoa, eu aprovo a lei, mesmo que eu nunca faça uso dela”. Porém, tem outro aspecto já que nosso tema é religião e política. Na época, tinha um partido muito forte chamado Democracia Cristã, mas nem toda a democracia era de acordo com a Igreja, tanto que muitos católicos votavam em outros partidos, tanto de Direita como de Esquerda. Sobretudo, entre os partidos de Esquerda, os católicos votaram a favor do aborto e do divórcio e em seguida, esse partido da Democracia Cristã foi extinto. Mas, os partidos que surgiram oficialmente, quase todos eles, tentaram estar ao lado da Igreja Católica, pelo menos, no plano formal e da aparência, até mesmo a Liga Norte, que é aquela que quer dividir o país em duas partes (Itália do Norte e Itália do Sul), se mostrou muito atenta em querer agradar a Igreja. É verdade que a Liga atacou alguns bispos, em particular, o de Milão, mas o líder da Liga foi recebido pelo Papa. Portanto, os partidos fazem uma disputa para ver qual vai ser aprovado pela Igreja e isso é uma constatação de um dado que é, justamente, a difusão da religião

dominante. É claro que a religião não é a única razão que faz as pessoas votarem a favor de um partido, mas pode ser útil.

Tem outro fator importante: a socialização. A socialização primária da família, em geral, as famílias provém de uma educação religiosa e repassam essa característica; socialização secundária, que provém da escola, pois quase todas são religiosas e ainda hoje o ensino da religião católica é presente nas escolas públicas. Há uma redução dos estudantes, principalmente no segundo grau, que frequentam as aulas de ensino religioso, porém na escola primária e secundária o índice ainda é muito alto, cerca de 80%. Tem outra modalidade de difusão, que é aquela através da mídia, uma socialização terciária; e ainda tem a socialização quaternária porque a Igreja Católica é muito presente na Internet, cada arquidiocese tem o seu site. O site do Vaticano, por exemplo, é muito frequentado, nele existe uma parte dedicada aos jovens que quando foi inaugurada teve logo vinte milhões de acessos. É uma capacidade da Igreja Católica de manter sua dominação e tudo isso, naturalmente, tem uma base histórica, pois são dois mil anos de cristianismo. Portanto, essa religião difusa pertence à cultura italiana e é um patrimônio transmitido de uma geração a outra. É verdade que existem alguns enfraquecimentos, mas existem muitos fortalecimentos e não se deve esquecer que quando uma religião é institucionalizada, ela se torna mais forte.

Existem muitas críticas a essa religião, mas, em alguns momentos, são os fatores religiosos que influenciam nas decisões e sobretudo, não se deve esquecer o peso dos símbolos religiosos. Na Câmara dos Vereadores do Recife, por exemplo, eu vi, por trás da cadeira do Presidente, um crucifixo que é maior do que uma pessoa. No restaurante do hotel em que estou hospedado, tem um crucifixo que marca a presença da Igreja Católica em um lugar que deveria ser profano. E, naturalmente, a permanência de uma religião depende muito do líder religioso local ou mundial. Nós sabemos quanta capacidade de presença universal, especialmente, através de suas viagens, teve o Papa João Paulo II.

Resumindo, nós temos uma religião difundida pela Igreja Católica, uma religião difundida em vários canais, como na televisão, na escola, na Internet, e uma religião difundida a favor de outras religiões.

Por exemplo, quando os 'Testemunhas de Jeová' ou os 'Adventistas do Sétimo Dia' chegam na Itália, eles não vão para qualquer lugar, eles vão onde o catolicismo é muito difundido, como na Sicília. O terreno já foi preparado pela Igreja Católica, as pessoas já estão preparadas para a religião, então é mais fácil 'jogar' uma religião ali e recolher os frutos que outros plantaram. Por isso, posso falar sobre uma teoria dos vasos comunicantes que diz que a grande massa da religião católica pode abrir vários vasos e essa água pode se difundir e dar alimento às outras religiões. Nós temos uma religião difusa que é

caracterizada pela não aceitação completa daquilo que a Igreja ensina e não de uma prática regular religiosa, por exemplo, cada domingo. Porém, sobretudo, por uma série de valores que tem um valor religioso. Alguns consideram que essa religião difusa poderia se chamar religião invisível, porque a religião visível é aquela de quem vai à Igreja aos domingos e que, ao invés dela, a religião invisível seria aquela dos que acreditam, mas não praticam com frequência, porém batizam os filhos, fazem o casamento religioso e quando eles tem que tomar decisões importantes, eles confiam em princípios morais religiosos.

É muito importante enfatizar que tudo se decide nos primeiros anos de vida. Se nos primeiros cinco anos são transmitidos valores com conteúdo religioso, eles vão permanecer pelo resto da vida, portanto se pode registrar uma queda da prática religiosa, sobretudo, em relação aos jovens, mas com o passar dos anos, quando eles se tornam adultos, eles voltam à prática religiosa. Isso não acontece com todos, mas mesmo os que não voltam, têm como referência os princípios religiosos que aprenderam nos primeiros anos de vida. Nós temos uma forte herança cultural fundada sobre o catolicismo, como religião difusa, e também temos que considerar que os diversos conteúdos religiosos estão muito conectados uns com os outros, por isso o que é importante é o processo de transmissão da cultura no interior da socialização primária, isto é, na família. É isso que forma as bases da religião difusa. Quais são os principais valores que caracterizam a religião difusa? Em mais de 60% dos casos, o apego à família. Em 30%, amor aos filhos. Depois tem outros valores menores, bom uso do dinheiro, 10%. Autonomia pessoal, cerca de 10%. Ganhar muito, apenas 4%. Esses são os cinco valores individuais. Já em relação aos valores universais, que provém da religião difusa, em primeiro lugar está a honestidade, 74%. 53%, a fé em Deus. 29%, respeito pelos outros. Ter a consciência limpa, 18%. Apego ao trabalho, 16%. Amizade e solidariedade, 14%. 13%, se contentar com pouco. Generosidade, também, 13%.

Existe um contraste entre aquela que é a religião institucional e aquela que é pessoal e, sobretudo, quando se trata de política, são muitos valores em jogo. São três grandes partes: uma religião de Igreja, uma religião difusa e uma ausência de religião. Mas, no interior da própria religião de Igreja, se pode distinguir em duas partes: uma religião muito ortodoxa, muito próxima ao que diz o Papa e os bispos, mas, também, uma religião crítica. Ou seja, a pessoa é praticante, mas, nem sempre, está de acordo com a posição da Igreja. A própria religião difusa tem, pelo menos, três componentes. Existe uma religião difusa que faz fronteira com a religião de Igreja; uma religião difusa muito ampla, de crença, mas não de prática; e uma que é bem próxima ao ateísmo. Sobretudo, na relação entre religião e política muitas coisas mudaram. O símbolo da cruz sumiu das vertentes políticas.

Acredito que já dei muitas informações sobre o que é a religião difusa. Eu parto de um dado oficial que foi extraído de uma amostra muito significativa da população italiana. Primeiro, tínhamos sete mil entrevistados e depois tivemos os resultados dos levantamentos e depois só usamos quatro mil e quinhentas entrevistas para que fossem estatisticamente representativas de todo o universo italiano. Agora, vejamos como se configura religiosidade na Itália e, principalmente, a religião difusa. Existe uma religião de Igreja acrítica, 14%. Uma religião de Igreja crítica, 35%. Portanto, no total, toda a religião de Igreja já representa 50%. Eu retorno ao dado do qual eu havia partido, 30% tinha votado contra o aborto e o divórcio. Nem mesmo todos que participam tinham votado a favor do que a Igreja queria, ou seja, pelo menos 20% dos católicos praticantes votaram a favor. Qual é a consistência da religião difusa? Existe uma religião crítica com divergência, 11%. Uma religião difusa com condição, 26%. Uma religião difusa com afastamento, 6%. Estamos em torno de 40%. Depois, nós temos uma 'não-religião' que vai além de 5%, em alguns casos chega a 8%. Em conclusão, temos um quadro muito complexo: religião de Igreja, quase 50%; quase 40% de religião difusa; menos de 10% de indiferença. A religião difusa foi analisada no contexto italiano, mas a mesma pesquisa poderia ser aplicada em outros países para ver como é a situação, como no Brasil. Uma última consideração: nada é tão importante quanto aquilo a respeito do que nós não percebemos. Na Itália, como no Brasil ou no México, existe uma influência da Igreja Católica que não é desprezível e, naturalmente, isso não pode ser sem importância para a política. Muito obrigado.

## **Debate**

### Pergunta 1:

Boa noite. Eu gostaria de saber se o professor já observou em estudos semelhantes aqui no Brasil, como essa religião difusa se apresenta? Quais são as religiões que beberam da mesma fonte do Catolicismo?

### Resposta:

Obrigado por esta pergunta porque permite novamente entrar no mérito da questão da religião difusa. Eu tomo como exemplo a Umbanda. Na Umbanda está presente uma boa parte da religião difusa católica. De fato não é raro que os padres católicos participem também dos ritos da Umbanda. Na Umbanda existem modalidades de ritos que são bastante semelhantes à celebração de uma missa. Vamos pegar o caso da divindade chamada Iemanjá. Iemanjá corresponde perfeitamente à Imaculada Conceição e de fato se celebra no dia 8 de dezembro. Mas o que eu queria realmente sublinhar é que o Brasil é o caso mais claro de religião difusa, isso é, de religião difusa a favor de uma outra religião. Por exemplo, eu penso sobretudo na difusão do pentecostalismo, em modo particular daquela em que há dimensão carismática. De fato existem

carismáticos católicos. Portanto existe uma continuidade entre o carismatismo católico e o carismatismo pentecostal. É claro que não pode existir síntese entre aquilo que é uma cultura africana de origem, penso em particular, o Nordeste. Porém tudo aquilo que tenha antigas raízes se confronta com a colonização, a dominação colonial dos católicos, do Catolicismo. E, portanto não é sem consequências tudo aquilo que a cultura portuguesa atuou em parte aqui no Brasil. Por outro lado, é verdade que existem mais terreiros do que paróquias. Mas não vamos esquecer que a própria teologia da libertação, ela passou através de protagonistas do mundo católico. E isso sem contar que o conjunto de todas as religiões que são cristãs, seja lá como for, da mais próxima para a mais longínqua, todas elas vieram da Igreja Católica.

Pergunta 2:

Eu gostaria de saber se o professor poderia falar sobre a questão do crescimento das religiões cristãs na Índia, onde o Hinduísmo é a religião mais difundida e essa relação com a questão das castas, de como o Cristianismo está crescendo lá, tanto os missionários protestantes que vão lá cuidar dos leprosos que fundam instituições voltadas à saúde dos leprosos ou dos doentes de câncer das castas mais baixas da Índia.

Resposta:

Esse tema do hinduísmo é particularmente importante, tanto é que existe uma leitura sociológica que é considerada particularmente importante que é o clássico da sociologia precisamente de Max Weber. Max Weber estudou as religiões universais. Isto é, as religiões historicamente mais difundidas. Portanto, certamente o Cristianismo; certamente o Hinduísmo; um pouco segundo a minha opinião, o Budismo, mas também o Judaísmo e, portanto o Hebraísmo antigo. Max Weber estudou o Hinduísmo exatamente através do sistema das castas. Mas Max Weber queria comprovar uma sua hipótese. Por essa vez, Max Weber é o autor do livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Max Weber acha que a ética protestante tem contribuído para o nascimento e o crescimento do capitalismo. Por exemplo, na ética protestante calvinista se diz que tempo é dinheiro. Mas sobretudo na religião Calvinista se fala da vocação. O fato de que Deus teria estabelecido antes do nosso nascimento, o fato de quem são os predestinados. Para demonstrar quem são os predestinados, isso é quem está destinado a ser salvo, precisa de ver quem é que tem sucesso na vida. Isso é, precisa demonstrar que realmente é requerido por Deus e isso de fato é ter sucesso. Isso é, na ética Calvinista em particular, e também em muitas outras éticas, existe um grande empenho no trabalho, o trabalho é uma coisa fundamental. E aquilo que eu ganho no meu trabalho é uma coisa fundamental. E aquilo que eu ganho do meu trabalho não devo gozar. Isso é, devo utilizar tudo aquilo que eu ganho para investir em cima de uma obra-atividade, porque eu não tenho nunca a certeza de ter sido

predestinado. Portanto devo continuar até a morte a ter sucesso. Só desta maneira eu vou mostrar que realmente eu era destinado a ser um dos eleitos, um destinado à salvação. Max Weber, se pode ainda muito criticar, mas nós temos que falar do Hinduísmo. Agora, Max Weber pontuava que o Hinduísmo teria a possibilidade de desenvolver o capitalismo. No Hinduísmo não tem a vocação. No Hinduísmo se tem a reencarnação, portanto a possibilidade é passar de uma casta para outra em base daquilo que se foi na vida. Portanto, se se faz o bem sobe de casta, se agiu mal desce de casta. E portanto, não se sabe como a vida vai, então não se sabe se vai subir ou descer. Portanto, na perspectiva de Max Weber, o capitalismo não poderia se desenvolver no mundo hinduísta, mas hoje nós sabemos que o capitalismo não se desenvolveu somente nos países de cultura protestante. Um exemplo de onde o capitalismo se desenvolveu muitíssimo hoje é na China, onde o protestantismo nunca esteve presente. Ao contrário, como nós bem sabemos, a China tem poder absoluto que condiciona muitas vezes o poder dos Estados Unidos. Portanto, voltando ao discurso das castas, nós consideramos o Hinduísmo uma religião difusa. Naturalmente a religião difusa que domina na Índia.

Pergunta 3:

O senhor escreveu há alguns dias um artigo sobre futebol. E eu gostaria de saber se hoje o futebol é uma das facetas da religião difusa ou não?

Resposta:

Isso é uma coisa que é comum na Itália e no Brasil não só pelo fato dos outros estarem fora da copa, mas pelo fato de que tanto no Brasil quanto na Itália nós podemos falar que o futebol, de certa forma, é uma religião difusa. Antes poderia pegar também o Baseball dos Estados Unidos ou Críquete na Índia. Mas vamos entrar no assunto da semelhança entre religião e esporte. Antes de tudo consideremos o que é uma partida. Tem muitos caracteres de uma cerimônia religiosa. Existe o celebrante principal, certamente é o árbitro porque ele governa tudo. Depois tem uma grande massa de fiéis, isso é os torcedores. Isso é uma outra coisa também que para comprovar que é uma cerimônia religiosa, diversos jogadores e também o árbitro, muitas vezes quando antes de começar a partida fazem o sinal da cruz. Devo recordar que este ano a FIFA proibiu de fazer o sinal da cruz. Mas a FIFA não pode proibir que um jogador de vez em quando se volte para o céu. Então simbolicamente seria da mesma forma que em uma cerimônia religiosa, as pessoas que celebram usam um hábito especial, uma vestimenta especial, também no futebol o árbitro e os jogadores usam uma vestimenta especial. E esta vestimenta não é igual para todos. É diferente a do goleiro da dos jogadores. É diferente aquela que usa os jogadores e o árbitro. É diferente em relação aqueles que estão jogando daqueles que estão na reserva. Mas todos aqueles que estão no campo têm

alguma coisa diferente do árbitro que é diferente de todos os espectadores, todos que estão assistindo. Pelo qual como também numa cerimônia religiosa existem aclamações. Vamos considerar que o lugar onde se celebra essas duas coisas é indicado como um lugar específico e não um lugar qualquer. O campo é marcado do mesmo jeito que é marcado o presbitério de uma igreja. De fato se transcende antes do presbitério como se transcende antes do campo. E os espectadores não podem invadir o campo como os fieis não podem avançar para o altar. Portanto, existe uma sacralidade no campo e existe uma sacralidade no altar. Mas também há uma definição de limite: ali no espaço existem limites de tempo. Uma missa pode durar 1h, mas se for cantada pode durar um pouco mais de 1h. Uma partida de futebol pode durar 95min, mas também pode ter acréscimos de tempos suplementares. E de qualquer jeito a participação dos espectadores é uma participação de identidade, de identificação. E, portanto, a celebração de rito é uma forma de reforçar o pertencimento. Não importa se se trate da missa ou da partida de futebol. E, portanto, a identidade é muito forte entre religiões diversas como é muito forte entre torcedores de diferentes times. Isso dá margem também para contrastes como, por exemplo, existem confrontos entre “SIS” e os hinduístas, como os Sunamitas e Xiitas. Portanto, eu tenho outros exemplos que poderia dar, mas provavelmente o tempo não daria.

Pergunta 4:

É sabido aqui no Brasil que, a maioria do povo brasileiro, talvez de forma difusa, de forma não praticante, a maioria do povo brasileiro é católico. Mas, ultimamente, da última década pra cá, os evangélicos têm crescido muito. A gente vê que os meios de comunicação, televisões e rádios, estão sendo tomados pelos evangélicos. A gente vê também que na política, eles estão se empenhando e fazendo seus sindicatos. Sobre Max Weber, o senhor foi muito feliz quando o senhor se colocou sobre a ética protestante a respeito do capitalismo, da força que essa ética protestante teve no fortalecimento do capitalismo. Eu acho que Max Weber, realmente, foi muito feliz, no entanto, a minha pergunta é exatamente entre o catolicismo e o evangélico. Parece-me que dentro do catolicismo há uma facilidade maior dos adeptos a ir rompendo com alguns valores religiosos que a Igreja coloca, tanto que o senhor contestou na pesquisa. Enquanto no evangélico, ele fica mais preso a certos valores, parece que ele fica mais difícil de romper isso. Eu gostaria que o senhor colocasse se isso é verdade, ou até mesmo se o senhor concordaria com Nietzsche, quando ele fala que o evangélico é a pior parte, a mais perniciosa do cristianismo.

Resposta:

Eu acredito que os políticos sabem muito bem que as religiões têm essa capacidade de solidariedade, e sabem que os partidos políticos não têm essa

capacidade, que os sindicatos não têm essa capacidade de criar essa solidariedade. Neste sentido, tanto a religião católica quanto a protestante tem esse poder. E, portanto, os políticos têm um raciocínio estritamente capitalista. Ao invés de apostarem em imagens televisivas ou jornalísticas, eles passam a apostar no contato com comunidades religiosas. Porque basta ele convencer ao líder carismático de um grupo, para garantir o voto de todos os restantes. Não é novidade dizer que muitos presidentes dos Estados Unidos fizeram isso: conseguiram se eleger partindo da apelação pelo pertencimento religioso deles. Seja da Batista, católicos ou outros, sempre se usaram da fé deles para recolher votos. Em particular, sabemos que em alguns países, especialmente nos Estados Unidos, existe uma coisa que se chama religião civil, que é um tipo de religião difusa, mas uma religião difusa que compreende todas as religiões. De fato, o símbolo dos Estados Unidos tem embaixo a frase “nós acreditamos”, “nós temos fé em Deus”. Portanto, se confiam em afirmações de caráter religioso para obterem resultado na política. Quanto ao fato que se observa, se eu disser com honestidade, do campo católico e do campo evangélico, é em geral o comportamento típico dos convertidos, que passa de uma religião pobre, pouco participada para uma religião engajada; é claro que ele vai mostrar uma maior coerência e, portanto, uma maior dedicação. Não se esqueça do lado relativo à consistência numérica desses grupos. Uma comunidade católica, por exemplo, uma paróquia, pode comportar centenas e milhares de pessoas, enquanto uma comunidade evangélica é em geral restrita e, portanto, é mais fácil controlar. Portanto, o comportamento de todos está sob o olhar de todos, e todos fazem o melhor para se comportar bem. Talvez seja por isso que o comportamento dos evangélicos pareça ser mais coerente do que o dos católicos.

Pergunta 5:

Professor Cipriani, a gente poderia dizer que a religião também se difundiu na filosofia?

Resposta:

Podemos dizer que o Iluminismo realmente contribuiu para o conhecimento científico do fato religioso. De fato, eu acredito que o autor que mais ajudou a liberar o conhecimento de um conteúdo da Igreja tenha sido David Hume. Portanto a famosa abordagem do famoso empirista inglês, isso é a necessidade de olhar para os dados da realidade, não só para ideias abstratas. Portanto, quando David Hume, publica com falso nome, isto é codinome, ele faz isso porque teme que a Igreja possa condená-lo. Mas, graças a David Hume, hoje podemos fazer um discurso sobre a religião sem que esse discurso tenha que ser confessional. Portanto, o Iluminismo contribuiu para retirar da religião uma importância absoluta. Mas, também colocou as bases para o nascimento de uma ciência nova, no caso, a sociologia, e que ela pudesse se

desenvolver sem ser condicionada com a abordagem ideológica. Naturalmente, não faltaram filósofos que se orientaram segundo uma orientação difusa, difundida pelo catolicismo. Agora, existem filósofos que são muito orientados pela suas escolhas xiitas, hinduístas. Seja como for, com ou sem Iluminismo, houve grandes mudanças em todas as partes do mundo.

Na verdade, a Igreja Católica entra em duas influências básicas: no início foi a de Platão, que Santo Agostinho utiliza. Mas na Idade Média mais avançada, quando chega Tomás de Aquino, ele vai reinterpretar Aristóteles, ou seja, vai surgir uma influência aristotélica na Igreja Católica. Agora, o atual papa tem uma influência muito agostiniana, não tanto tomasiana. Até porque a Igreja utopista, mas não só utopista, agora está também agostinista. Então a gente sente que agora a Igreja tendeu mais para Platão.

Pergunta 8:

Na religião difusa, no método que o senhor apresentou, seria possível falar de algo específico chamado de “opus dei” que atua na contemporaneidade?

Resposta:

A “opus dei” é outra forma, outro elemento importante sobre a religião difusa, porque é outra forma, outro jeito de viver a religião difusa. E ela é um outro polo que a Igreja tem de seguir, de inovar, de seguir, de acompanhar grupos e trazer para o próprio seio grupos que, se não fosse “opus dei”, seriam contra a Igreja Católica. A característica da religião difusa seria essa: de ser um rio que recebe os afluentes, mas quando chega à foz se alarga, e a “opus dei” é só um dos afluentes desse rio. Mas cada ramo desse rio que chega à foz contribui para a grandeza do rio.

## **Os programas sociais e o Serviço Social brasileiro: Da emancipação política à emancipação humana**

**Maria Alexandra Monteiro Mustafá<sup>39</sup>**

O tema da conferência proferida por ocasião do II Encontro Internacional de Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos – Os programas sociais e o Serviço Social Brasileiro – se inseriu no âmbito de uma reflexão sobre o objeto da pesquisa bilateral entre a Universidade Roma TRE (Itália) e a Universidade Federal de Pernambuco (Brasil) que se constitui em uma análise comparativa entre dois programas governamentais direcionados para a juventude que são, respectivamente, o M'IMPRENDO<sup>40</sup> e o PROJOVEM<sup>41</sup>.

---

<sup>39</sup> Assistente Social e Doutora em Filosofia pela Universidade Salesiana de Roma Itália, Professora do Curso de graduação e do Programa de pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética – GEPE e do Intercâmbio entre o Serviço Social Brasileiro e o italiano, através do convenio celebrado entre a Universidade de Roma III e a UFPE.

<sup>40</sup> O M'IMPRENDO é um programa implementado pelo Comune de Roma, através de um Convenio entre a Universidade de Roma Tre, o ISTISS (Istituto per gli Studi sui Servizi Sociali – órgão responsável pela edição da Rivista di Servizio Sociale) e tem como objetivo promover o empreendedorismo e o protagonismo entre os jovens das escolas públicas e da periferia de Roma, estimulando-os a desenvolverem projetos voltados para o trabalho autônomo e ecologicamente sustentável, numa perspectiva de solucionar problemas ambientais e urbanísticos.

<sup>41</sup> O PROJOVEM é uma iniciativa do governo federal brasileiro, desenvolvida a partir de 2005, com a implementação sob a responsabilidade dos municípios, e visa atender jovens entre 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, oferecendo educação básica, profissionalização e estimulando a ação comunitária. Cada jovem recebe uma bolsa de R\$ 100,00. Maiores informações serão dadas no percurso deste texto e no artigo de Elisana Araújo, que compõe esta obra. Atualmente este Programa foi incorporado pelo SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) que tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. As atividades devem abordar as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem. As atividades também devem desenvolver habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital de modo a orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte-lazer. As intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade; sensibilizar para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social; criar oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público. Disponível em: <<http://www.social.mg.gov.br/images/stories/subas/folrtalecimento-vinculos.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

Buscamos, neste espaço, reproduzir o que foi expresso oralmente, por ocasião da conferência, de forma mais maturada, no intuito de oferecer ao público - que constitui a categoria profissional de Assistentes Sociais – subsídios para a discussão que se trava, tanto em âmbito acadêmico, como no campo da prática profissional, sobre a questão da emancipação política e emancipação humana. Este tema coloca em xeque os objetivos mais amplos da profissão, na medida em que suscita um debate entre o Projeto Ético Político profissional (PEP), enquanto direção da formação e do exercício profissionais, e o Projeto Societário. Este Projeto Societário, na atual conjuntura, demarcada pela ofensiva neoliberal, atravessa momentos de crise operacional, malgrado as conquistas da classe trabalhadora, do ponto de vista jurídico, representadas pela Constituição Cidadã de 1988.

Nesta direção, o tema proposto é de natureza ético-política e, a um só tempo, desafiante e instigante. Desafiante porque elucida um caráter limitante, mas também específico das competências e da atuação do(a) profissional de Serviço Social, conforme Lei de Regulamentação da Profissão (Lei Nº 8.662, de 7 de junho de 1993). Instigante porque nos inquieta quanto à viabilidade de materialização do Projeto Ético Político da profissão, no que se refere a uma teleologia de uma nova ordem societária, conforme preconiza o Código de Ética, promulgado em 1993 em seu VIII princípio fundamental: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993).

O planejamento, a execução e a avaliação das políticas e dos programas sociais se constituem uma competência do(a) profissional de Serviço Social, conforme a citada Lei de Regulamentação da Profissão. Como esta competência consiste exatamente numa intervenção moldada para os fins de “minimização” da pobreza e, portanto, reformista, estamos diante de um dilema e, conseqüentemente, de uma questão eminentemente filosófica, que é: como contribuir para o alcançar, o manter, o consolidar e o gerenciar uma tal nova ordem societária que deverá partir por se traduzir na socialização da riqueza e do poder ou, em outras palavras, na sociedade realmente socialista?

Esta visão, por um lado, instigaria a uma atitude crítica ao PEP, já que este propugna uma direção das ações profissionais para as quais a Lei não reconhece a atribuição; por outro, poderia levar à afirmação, no interior da profissão, de uma postura de imobilismo face às demandas de cunho reformista, imediatas, dos usuários, os quais, em sua essência, fazem parte da classe trabalhadora. Sendo assim, podemos afirmar que, apesar das políticas e dos programas sociais não eliminarem o fenômeno do “pauperismo”, que se encontra na gênese da questão social (IAMAMOTO, 2001), na prática profissional, aqueles programas e aquelas políticas sociais constituem o lócus privilegiado de intervenção, no âmbito de atuação do Estado. Trata-se,

portanto, do lócus no qual se dá, por parte do Estado, o “enfrentamento das expressões da questão social” (Idem). Tal enfrentamento, por sua vez, se efetiva através de ações voltadas para a manutenção dos direitos que foram conquistados, no processo histórico de lutas da classe trabalhadora, contra a lógica do capital; direitos estes que hoje se encontram ameaçados. Além disso, o enfrentamento também se efetiva no interior do processo de avanço de novas conquistas de direitos para a afirmação do exercício da cidadania plena da classe trabalhadora, pois em momentos de crise de implementação do projeto societário, como esta que vive a classe trabalhadora no cenário atual, trata-se tanto de momentos de resistência quanto de momentos de planejamento para o futuro próximo e longínquo.

Em outras palavras, os programas sociais, não carregam consigo o objetivo constitucional de “erradicação da pobreza”<sup>42</sup> e, por esta razão, se distanciam mais ainda do objetivo do Projeto Ético Político do Serviço Social. Considere-se, ainda, que, historicamente, as políticas sociais no Brasil vêm sendo demarcadas por uma natureza “compensatória”, apesar de se apresentarem como políticas e programas de transferência de renda, elas não se constituem como de natureza “redistributiva”, conforme afirma Silva e Silva (2008), em *A Política Social Brasileira no Século XXI*.

Todavia, este tema não é uma questão que possa se dizer recente no cenário sócio-político da sociedade capitalista. Com efeito, remonta exatamente a uma antiga discussão proposta por Marx, nos escritos de 1843, em resposta a Bruno Bauer, que estabelece uma diferenciação entre emancipação política e emancipação humana<sup>43</sup>. Na polêmica que se instaura entre os jovens hegelianos de esquerda sobre o tema da religião judaica e o reconhecimento da cidadania burguesa dos judeus por parte do Estado cristão, Marx evidencia a ideia de que, em primeiro lugar, a emancipação humana pressuporia a superação de ambas as religiões, considerando-se que a religião se constitui um fator alienante e impeditivo de uma condição livre e emancipada do homem. Neste sentido, o próprio Marx (Idem, p. 05) afirma:

A mais obstinada forma de oposição entre o judeu e o cristão é a oposição religiosa. Como se resolve uma oposição? Tornando-a impossível. E como impossibilitar a oposição religiosa? Abolindo a religião. Logo que o judeu e o cristão reconhecerem tão-só nas suas

---

<sup>42</sup> A constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, preconiza no seu Artigo 3º. Título I – Dos Princípios Fundamentais, o seguinte: Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

<sup>43</sup> Cfr. MARX, Karl. *A Questão Judaica*. Disponível em [http://www.lusosofia.net/textos/marx\\_questao\\_judaica.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/marx_questao_judaica.pdf).

religiões opostas diferentes estádios no desenvolvimento do espírito humano – peles de serpente expelidas pela história e o homem como a serpente que com elas se vestiu – já não se encontrarão em oposição religiosa, mas numa relação crítica, científica e humana. A ciência constituirá então a sua unidade. As oposições na ciência serão, porém, resolvidas pela própria ciência.

A questão que se coloca, aqui, não é apenas de cunho religioso, mas trata da relação do indivíduo, enquanto membro da sociedade civil, e o Estado. É neste sentido que Marx estabelece a diferença entre emancipação política e emancipação humana. Em suas palavras, podemos constatar a quem pertence a condição de liberto, isto é, quem se torna livre e emancipado política e humanamente falando:

A questão da relação entre emancipação política e religião torna-se para nós o problema da relação entre emancipação política e emancipação humana. Criticamos as imperfeições religiosas do Estado político por meio da crítica do Estado político na sua construção secular, sem prestar atenção às suas deficiências religiosas. [...] Os limites da emancipação política surgem imediatamente no fato de o Estado se poder libertar de um constrangimento, sem que o homem se encontre realmente liberto; de o Estado conseguir ser um Estado livre, sem que o homem seja um homem livre. (Idem, p. 09).

No entanto, o próprio Marx (ibidem) não desconhece a necessidade e a importância do processo de emancipação política, mesmo que esta se distinga da emancipação humana. Ela, por si só representa um avanço no que diz respeito à conquista da cidadania que, nos nossos dias, se traduz como algo necessário e motivo de intervenção do(a) Assistente Social:

Não há dúvida que a emancipação política representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual. É óbvio que nos referimos à emancipação real, à emancipação prática (Idem, p. 14).

Neste sentido, não há uma relação de antagonismo entre emancipação política e emancipação humana, mas, podemos até afirmar que se trata de uma relação de complementaridade se, para isso, entendemos que a emancipação política pode vir a fortalecer a dinâmica e a atuação da classe trabalhadora, no que se refere à consecução de uma mediação estratégica, e não apenas evolutiva, para essa emancipação humana.

De forma análoga, podemos afirmar que não existe uma contradição entre o jovem Marx que escreveu os *Manuscritos Econômico-filosóficos* (1843), que contém exatamente a *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel e a Questão*

*Judaica* e o Marx maduro que escreveu *O Capital*. Dentro de nossa perspectiva, não existe uma distinção no sentido de uma ruptura entre o Marx filósofo e o Marx economista. Digamos que há uma continuidade e um amadurecimento: já nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*, Marx apresenta exatamente a mesma atitude metodológica que acompanhou o seu percurso intelectual até a construção de *O Capital*.

O nosso entendimento é de que, separar a perspectiva filosófica daquela econômica é um ranço da postura positivista, no sentido de que estabelece uma distinção e uma impossibilidade de conexão entre as diversas disciplinas que formam as ciências humanas e sociais, isto é, nega a dimensão de totalidade na formação do conhecimento. Por conseguinte, nega a perspectiva de unidade que caracteriza a concepção de homem e de mundo no materialismo histórico-dialético. Sendo assim, não podemos afirmar que existia um Marx filosófico e um Marx econômico, mas sim, a postura de um estudioso comprometido com as lutas das classes trabalhadoras, não apenas querendo romper com a exploração, no sentido material, mas também no sentido de romper com uma ideologia de dominação que, no âmbito da objetivação ético-política, impede uma vivência da liberdade que dá sentido à própria existência humana, na medida em que o emancipa politicamente, economicamente e culturalmente.

Nessa perspectiva, a emancipação humana pressupõe, exatamente, a eliminação de todas as classes sociais e do trabalho assalariado. Vale ressaltar que quando Marx adota a categoria “trabalho” como central na sua visão de mundo, não está se referindo ao trabalho assalariado, mas ao trabalho livre, cuja negação encontra-se nas relações de trabalho desiguais impostas pela lógica do capital – a exploração do homem pelo homem. Considerando que o trabalho consiste na centralidade da sua teoria, por corresponder à posição que assume na vida concreta dos seres humanos, Marx adota esta categoria como categoria por excelência da ontologia do ser social. E, partindo desta compreensão do ser social, identificamos que o trabalho é aquela dimensão do ser que permite ao homem e à mulher planejarem antes de executarem a ação. É aí que se encontra a teleologia do trabalho, que nos reporta a uma visão teleológica do mundo e, nessa perspectiva, nos reportamos à capacidade humana de fazer projetos – profissionais e societários – antes mesmo de equacionar praticamente tais ações.

Coerentemente com esta constatação, não podemos esperar que as condições objetivas e materiais de vida façam, por si só, o processo revolucionário. Nem tampouco podemos excluir os usuários, em potencial, do Serviço Social, os membros da classe trabalhadora de um processo de planificação desta nova ordem societária, deste Projeto Societário. Implementar tal exclusão equivaleria a pensar que o processo revolucionário concebesse, para alguns, serem levados a “reboque”, com a justificativa da necessidade de uma vanguarda

consciente e de uma massa motivada apenas pelas necessidades de sobrevivência, na esperança de que as condições de objetivação de princípios e valores se transformarão automaticamente através da vivência de situações materiais e econômicas diferenciadas. De um ponto de vista ético, significaria admitir que a objetivação dos princípios e valores só se dá a *posteriori*.

Ora, se o que caracteriza a sociedade capitalista é, exatamente, o que Marx chama de alienação, provocada pela divisão social do trabalho, isto é, por uma ruptura no processo de trabalho: a teleologia, ou ideação do trabalho está separada da execução desse trabalho o que, por sua vez, culmina com o fenômeno do estranhamento diante do resultado final deste trabalho e a ausência de controle sobre o produto final do trabalho: Isto significa que a unidade entre teleologia e transformação societária deve estar presente tanto no Projeto Ético Político da profissão, quanto no Projeto Societário.

Isto implica, necessariamente, a consideração da categoria consciência de classe, trabalhada por Lukacs<sup>44</sup>. A consciência de classe, que é exatamente a passagem da consciência de si para a consciência para si, isto é, para a consciência de pertencimento à classe trabalhadora, que pode se dar através da mediação e atuação daquele que Gramsci denominou de “intelectual orgânico” da classe trabalhadora<sup>45</sup>.

Ora, quais são os profissionais que atuam diretamente com os membros da classe trabalhadora, enquanto usuários, num processo formativo/informativo de direitos sociais, de deveres do Estado para com a sociedade civil, e dos mecanismos de implementação desses direitos, tais como as políticas e programas sociais, senão os(as) Assistentes Sociais?

Onde está, portanto, nossa capacidade histórica de atuar junto à esta classe e, como membros dela, enquanto formadores de uma consciência de classe? Aqui, vale a pena retomar as reflexões de Marx em a *Questão Judaica*, sobre a emancipação humana:

De que modo resolve Bauer a questão judaica? Qual o resultado? A formulação de uma questão é a sua resolução. A crítica da questão judaica é a resposta à questão judaica. Ei-la em breves palavras: temos de emancipar-nos a nós próprios, antes de podermos emancipar os outros (MARX, op. cit. p. 05).

Do ponto de vista da prática do Serviço Social, nos deparamos, muitas vezes, com demandas institucionais de “execução” de programas sociais e, enquanto categoria profissional, nem sempre, se é convidado ou se tem conquistado o espaço de se encontrar no campo das decisões e de dar direção aos

---

<sup>44</sup> Cfr LUKACS, Gyorgy. *Historia e consciência de classe*.

<sup>45</sup> Cfr. GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*, Editori Riuniti, 1977.

programas e às políticas sociais. Assim, enquanto profissão, na divisão sócio-técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2003), vivenciamos também a mesma alienação do conjunto da classe trabalhadora. No entanto, como afirmamos anteriormente, a Lei de Regulamentação da profissão de Serviço Social (op.cit), no seu Artigo IV que trata sobre as competências do(a) Assistente Social, incisos I e II, atribui como competências do/a Assistente Social:

elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil.

Como se pode constatar, há aqui uma dupla reflexão a ser feita: de um lado, a concepção de trabalho para os(as) Assistentes Sociais leva em consideração a unidade/totalidade do processo de trabalho, na medida em que concebe como competência – a ideação, a execução e o controle dos resultados finais do trabalho. Por outro lado, pressupõe uma atuação no âmbito das políticas sociais, planos, programas e projetos que constituem um âmbito de atuação correspondente ao espaço endógeno à sociabilidade capitalista. Isto não impede uma atuação de caráter revolucionário se entendermos que se trata de uma atuação para assegurar cidadania plena e consolidação/ampliação de direitos, especialmente a partir da responsabilização do Estado com o cumprimento de suas atribuições, tal como preconiza a Constituição de 1988.

A esse respeito, convém identificarmos como a entidade máxima de representação da categoria profissional, o CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) interpreta e materializa tais orientações<sup>46</sup>:

O Brasil tem hoje aproximadamente 80.000<sup>47</sup> profissionais que atuam, predominantemente, na formulação, planejamento e execução de políticas públicas como educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, transporte, entre outras, movidos/as pela perspectiva de defesa e ampliação dos direitos da população brasileira. Trabalham também na esfera privada, principalmente, no âmbito do repasse de serviços, benefícios e na organização de atividades vinculadas à produção material, e atuam em processos de organização. O tempo presente é marcado pela reestruturação produtiva que precariza as condições de trabalho, por contra-reformas que empreendem a redução

---

<sup>46</sup> Tais informações foram obtidas a partir de consulta ao site do CFESS, disponível em - [http://www.cfess.org.br/estrutura\\_frentes.php](http://www.cfess.org.br/estrutura_frentes.php). Acesso em: 10 abr. 2011.

<sup>47</sup> Em 2017, o CFESS registra o número de 140.000 assistentes sociais. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/estrutura\\_frentes.php](http://www.cfess.org.br/estrutura_frentes.php). Acesso em: 13 fev. 2017.

dos direitos sociais, por uma política econômica de juros altos favorece o capital financeiro em detrimento do capital produtivo. A lógica destrutiva do capital aprofunda a concentração de renda, acirra as desigualdades, agudiza a pobreza e o desemprego, e precariza as condições de vida e de trabalho. As políticas sociais se reconfiguram com tendências focalizadoras, compensatórias e regressivas. Se institucionalizam a precarização da formação profissional e das relações de trabalho, sendo freqüentes os ataques aos direitos da pessoa idosa, da infância, da adolescência e da juventude, das pessoas com deficiência, dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, além da reprodução cotidiana da violência contra a mulher, lésbicas, gays, travestis e transexuais. Formação política de segmentos da classe trabalhadora. Em uma conjuntura assim, o Conjunto CFESS/CRESS reafirma e fortalece, em sua programática, o debate e ações estratégicas em torno da valorização da ética, da socialização da riqueza e da defesa dos direitos, na perspectiva de reconhecer, analisar e se contrapor às formas de mercantilização de todas as dimensões da vida social. Nosso compromisso com o projeto ético-político profissional, expresso nos valores e princípios estabelecidos no Código de Ética dos/as Assistentes Sociais, nos mobiliza para a luta em defesa de uma cultura política com direção emancipatória e respeito à diversidade, além de nos sensibilizar, em nosso cotidiano profissional, para conhecer as reais condições de vida da população e buscar formas de intervir contra todos os processos de degradação da vida humana. Parametrados pela Política Nacional de Fiscalização (PNF), as frentes de atuação do CFESS se estruturaram em dois grandes eixos: um que busca defender e valorizar a profissão, dando visibilidade e qualificando a intervenção profissional e outro que se conecta com as lutas da classe trabalhadora em defesa da ampliação e universalização dos direitos e das políticas públicas, da socialização da política, do fortalecimento dos movimentos sociais e da participação em espaços estratégicos de democracia participativa. Essas frentes de atuação se estruturam em Comissões de Trabalho constituídas por conselheiros/as que articulam e desenvolvem atividades pautadas pelos princípios e valores do Projeto Ético Político Profissional.

Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional – COFI; Comissão de Formação Profissional e Relações Internacionais; Comissão de Ética e Direitos Humanos; Comissão de Seguridade Social; Comissão de Comunicação; Comissão Administrativo-financeira.

Vale ressaltar que nossa postura, enquanto profissionais de Serviço Social, poderia ser bem mais ofensiva, no sentido de exigirmos que os responsáveis pelos órgãos públicos de planejamento e execução das políticas sociais, tais como secretários municipais, estaduais e federais, tivessem a formação de

Serviço Social e não fossem indicados a partir de acordos políticos de ocupação de cargos, obedecendo a regras estabelecidas pela política do clientelismo e do transformismo e não aquela da competência e qualificação para o cargo. Se avançamos no sentido de retirar as primeiras damas do lócus principal da Política de Assistência Social, em nível municipal, uma de nossas bandeiras de luta seria assegurar a devida competência profissional para os que são responsáveis pelo planejamento e elaboração das políticas sociais, especialmente aquela de assistência social, contribuindo, assim, para erradicar a visão focalista, subalterna e clientelista que caracteriza os espaços de atuação do Estado no tocante à sua responsabilidade com o social. Fato notável desta constatação é que, se conquistamos o concurso público para assistentes sociais trabalharem nos órgãos de execução da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) como forma de implementação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), na maioria das vezes, os que ocupam cargos de direção são pessoas vindas dos quadros dos Partidos Políticos que fizeram alianças no processo eleitoral, que são indicadas pelos gestores públicos, mesmo sem demonstrar a mínima competência teórica e operativa para dirigir as respectivas entidades.

Um outro aspecto, que merece ressalva dentro deste contexto, é a chamada atribuição de prestação de benefícios e serviços sociais. Vejamos o que nos diz a Lei de Regulamentação da Profissão, em seu artigo 4º incisos III, Ve VI, quanto às competências do (a) Assistente Social:

Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais.

Tal competência requer um alto nível de compreensão crítica da realidade e de preparação teórico-operativa, na medida em que pode contribuir para a formação de uma tomada de consciência, por parte da população, dos direitos que lhe são devidos, dos organismos e entidades responsáveis pela prestação de serviços, da obrigatoriedade do Estado e sua lenta e gradual desconstrução da universalização do atendimento à saúde, à assistência e aos demais serviços sociais, instituídos pela Constituição de 1988 e por Leis Complementares. Este é um momento privilegiado de formação/informação aos usuários que pode culminar com um processo educativo, reivindicativo, em relação ao Estado e à passagem de uma consciência ingênua para uma consciência de classe. Se bem que esta última requer, para se materializar, um nível mais avançado no processo de organização popular que consiste na formação e engajamento nos movimentos sociais. A esse respeito, a Lei de

Regulamentação da Profissão também prevê competências para os profissionais de Serviço Social. Consultemos, mais uma vez, o Art. 4º. em seus incisos IX, X e XI:

- prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

E, consultemos também o site do conjunto CFESS/CRESS, no item “Representações em Conselhos e Fóruns de Defesa de Direitos”, que diz respeito a esta competência e sua representatividade no âmbito da sociedade civil e de articulação com os Movimentos Sociais:

O fortalecimento dos movimentos sociais constitui um dos princípios do Código de Ética dos assistentes sociais. Sua materialização se traduz na articulação do conjunto CFESS/CRESS com outros sujeitos coletivos, somando experiências às forças sociais, na perspectiva da socialização de análises, práticas, princípios e valores, que possam contribuir com a disposição de lutar por uma sociedade igualitária. A radicalidade democrática que defendemos em nosso projeto ético político profissional pressupõe estabelecer, na vida cotidiana, compromisso ético—político, competência teórico-metodológica e técnico-operativa. Exige organização e capacidade de resistência, para que nossas lutas políticas possam apreender e contribuir com os movimentos sociais que acenam com a possibilidade de respostas aos desafios do tempo presente e tecem novas formas de organização emancipatória. Participar em Conselhos e Fóruns constitui, assim, uma estratégia de articulação, na perspectiva de fortalecer a democracia participativa, o controle democrático e a socialização da política. Com essa perspectiva, o CFESS possui representação nos seguintes espaços: Conselhos de Políticas e de Direitos: CONANDA – Conselho Nacional de Saúde. Comissões do CNS: Comissão de Saúde Mental (CISM); Comissão de Saúde da Mulher (CISMU); Comissão de Saúde do Trabalhador (CIST); Comissão de Saúde da População Negra (CISPN); Comissão de Recursos Humanos (CIRH); Comissão de Orçamento e Financiamento (COFIN); Comissão de Acompanhamento de Políticas DST/AIDS (CAPDA); Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (interministerial); Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde; CNDI – Conselho Nacional dos Direitos do Idoso; Conselho – Fórum dos

Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas. Fóruns de Participação e Articulação: FBO – Fórum Brasil do Orçamento; FNDCA – Fórum Nacional dos direitos da criança e do adolescente; FENTAS – Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área de Saúde; FNAS – Fórum Nacional de Assistência Social; FNRU – Fórum Nacional de Reforma Urbana; Fórum Permanente Mercosul (MS).

Um exemplo dessa articulação junto e como expressão de um movimento que se organiza no interior da classe trabalhadora, está na articulação dos(as) profissionais que trabalham nos CRASs (Centros de Referência de Assistência Social) e no caso do Recife nas 06 RPAs (Regiões Político-Administrativas) do Recife. Tais profissionais lutam por melhores condições de trabalho, por melhores salários e por maior poder de decisão na definição das políticas e dos programas sociais que estão sob sua responsabilidade de acordo com a nova configuração da política de Assistência Social do SUAS (Sistema Unificado de Assistência Social). Pesquisa recente<sup>48</sup> revelou que tais profissionais, dentre eles, Assistentes Sociais, Psicólogos, Sociólogos, que formam a equipe multidisciplinar, exercem uma pressão sobre a gestão municipal, especialmente sobre a Secretaria de Assistência Social, cuja Secretária, chegou a pedir demissão porque não se sentiu contemplada pelo gestor municipal (o Prefeito), nem por seus pares (os demais Secretários), da urgência em se tratar a Política de Assistência com a prioridade que ela vem conquistando nos últimos anos<sup>49</sup>.

Com efeito, uma mobilização desta natureza demonstra tanto uma consciência do pertencimento a uma classe, quanto o compromisso desses profissionais em lutar pelos direitos dessa classe, porque acreditam em seu potencial de formação de uma consciência crítica e de classe. É um sinal de que o Projeto Ético Político profissional do Serviço Social não está em crise e de que os movimentos sociais não estão em refluxo face ao transformismo e processo de cooptação de lideranças. Desta forma, faz-se necessário estimular este tipo de articulação e fortalecer o processo de uma tomada de consciência de classe, na medida mesmo em que implementamos políticas, programas e planos governamentais, visto que cada usuário é um sujeito ético, alguém que pode fazer escolhas e julgamentos de valor sobre a conjuntura política e pode exercer também uma prática política que se constitua o renascer de um novo Projeto Societário.

---

<sup>48</sup> Trata-se da Dissertação de Mestrado da autoria de Salyanna de Souza Silva *Projeto ético político e consciência de classe: uma relação dialética*. Reflexões sobre o exercício profissional/político das/dos assistentes sociais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em Recife. Recife: UFPE, 2011.

<sup>49</sup> Em reunião recente com o Ministério Público, a referida pesquisadora e assistente social do CRAS apresentou ao juiz dados de sua pesquisa que demonstram o número necessário de CRASs a serem construídos nas 06 RPAs, atendendo aos critérios da PNAS e ao contingente populacional de cada bairro. Tal reivindicação foi considerada de suma importância pela autoridade judiciária que se comprometeu em priorizar esta questão no encaminhamento das reivindicações dos profissionais dos CRASs junto à Secretaria de Assistência Social.

Digo renascer por duas razões: em primeiro lugar porque o Projeto Societário que conduziu a sociedade brasileira para a transição do regime de ditadura militar para uma redemocratização, através do pacto social que culminou com a Constituição Cidadã de 1988<sup>50</sup>, foi resultante de uma articulação das forças conservadoras e das forças mais avançadas de esquerda. Pensava-se, talvez, que alcançaríamos o socialismo, mas o máximo que conseguimos conquistar, do ponto de vista jurídico, foi uma possibilidade de instauração de um modelo de sociedade do bem estar – um “Estado Social” ou “Welfare State”, que logo sucumbiu na crise com a interferência internacional da ofensiva neoliberal.

Com efeito, a crise do Estado Social se explica pelo fato de que, enquanto a sociedade estiver subordinada ao capital, se manterá em sua gênese a questão social e as políticas sociais poderão, no máximo, combater suas expressões ou manifestações de forma superficial e não contundente. Todavia, também é certo, que a histórica categoria profissional dos/as Assistentes Sociais continuará mobilizada pelas lutas dos trabalhadores, na direção de uma ordem societária sem exploração, sem opressão e sem alienações.

Vale ressaltar que esse foi e é, ainda hoje, o Projeto Societário do qual participamos enquanto categoria profissional de Serviço Social, cuja imersão no processo de articulação da classe trabalhadora foi visível e de grande destaque como lideranças, como intelectuais orgânicos, como sujeitos históricos (recorde-se aqui o “Congresso da Virada” e o número significativo de Assistentes Sociais engajados(as) em Movimentos Sociais e em Partidos Políticos). Se naquele momento histórico exercemos um papel significativo de sujeitos éticos e políticos, a realidade atual exige o mesmo posicionamento, desta vez mais maturado, é claro, mas uma atitude crítica que implique num processo de ruptura com o conservadorismo não apenas da concepção teórica que orienta a práxis do Serviço Social, mas de um exercício constante de prática inovadora que alimenta a teoria com seus avanços e retrocessos, na dialética de articulação da vida cotidiana com a história, do singular ao genérico.

Note-se bem que não se trata de confundir o Projeto Ético Político da Profissão com o Projeto Societário, mas de articulá-los na mesma direção, desta feita com mais instrumentalização teórico-científica, com mais consciência do significado da crise de um Estado Social e da crise do “Socialismo real”, numa perspectiva crítica, desprovida de ingenuidade face às determinações históricas

---

<sup>50</sup> Para uma melhor compreensão do processo de transição democrática e do jogo político que envolveu esquerda e direita, através de um pacto e da instalação de uma Constituinte, que conduziu a sociedade brasileira a optar por uma conciliação que sequer punia os responsáveis pelos crimes contra a humanidade, sob a forma de torturas e perseguições aos chamados “comunistas”, permitindo, assim, que os conservadores permanecessem no poder político e econômico do País, consulte-se a tese de doutorado de ABATH, Edistia Maria. Prof<sup>a</sup>. do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, também sob nossa orientação: Democracia em Debate: O processo Constituinte no Brasil Pós – Ditadura Militar – Uma Análise da Representação Pernambucana. Dezembro de 2005.

que provocaram tais crises. Trata-se de avaliar as expressões e opções do passado, em termos de Projetos Societários e termos a coragem e lucidez histórica de não cometer os mesmos erros.

Neste sentido, vale a pena fazer uma retrospectiva histórica no que se refere à origem das políticas e dos programas sociais numa sociedade capitalista. O que nós temos é, exatamente, a perspectiva do pós Segunda Guerra Mundial, quando houve duas alternativas para a inserção de uma nova ordem social, a construção de uma nova ordem societária, seja na perspectiva do socialismo ou da construção de um estado de bem estar social – mantendo-se a base capitalista, na esperança de que a consolidação de direitos sociais asseguraria uma futura transformação da base econômica.

Ora, vale considerar que se os valores permanecem os mesmos, ou melhor, se os desvalores do individualismo, da competitividade, do consumismo não são combatidos e rompidos pela raiz, facilmente os homens se acomodarão com as “boas condições objetivas de vida” que se consubstanciam como pleno emprego, universalização da saúde e de todos os serviços sociais. É aí que se encontra a miopia de autores como Castel (2003) que insiste em falar em “metamorfoses da questão social”, em “nova questão social”. Ora, se a “velha” questão social não foi adequadamente enfrentada em sua radicalidade, não podemos afirmar que se trata de uma “nova questão”. Com efeito, havia uma aparência de superação do capitalismo, quando na realidade ele estava dando sustentabilidade à toda formatação do “bem estar”. E, nos anos setenta, veio a crise do capital, com ela, a crise do Estado de bem estar (que para Castel significa a crise dos salários e da possibilidade de uma integração social) e, por fim, a ofensiva neoliberal e, por conseguinte a crise do chamado “socialismo real”.

Visto desta forma, aparentemente quem venceu foi o capital, ao menos no processo denominado de “mundialização do capital”, mas os Projetos Societários continuam latentes, especialmente agora que caíram as máscaras da social democracia, do Estado Social, como possibilidade de uma alternativa de esquerda. Desvendou-se para os países do primeiro mundo uma nova e antiga questão: a questão social não foi resolvida e, se os problemas de exclusão, pauperização, precarização das condições de trabalho e desemprego retornam agora com mais força, atingindo não apenas os imigrantes advindos especialmente das antigas colônias européias, mas também os próprios cidadãos antes estabilizados, isto significa que a questão social está na ordem do dia e que o Projeto Societário deixou de ser, na vigência do Welfare State a teleologia da classe trabalhadora, enquanto busca de uma nova ordem societária.

Na realidade, para usarmos os termos neoliberais de Rawls (1983), funcionou como um “véu da ignorância” quando se fez um pacto de “justiça equitativa” e

de uma democracia formal, pacto este que resultou no favorecimento da burguesia e não da classe trabalhadora.

Todavia, por outro lado, não foram poucos os erros cometidos pela esquerda que seguiu o caminho do “socialismo real”, adotando um centralismo de Estado, inibindo, assim, a socialização do poder e da cultura, apesar de ter materializado um processo de socialização da riqueza<sup>51</sup>.

Se as objetivações ético-políticas requerem um sujeito moral e uma moral eivada de valores que se expressam na vida cotidiana, podemos afirmar junto a Heller (1987, p. 11-12) que,

[...] a vida cotidiana possui uma universalidade extensiva. A sociedade só pode ser compreendida em sua totalidade, em sua dinâmica evolutiva, quando se está em condições de entender a vida cotidiana em sua heterogeneidade universal. A vida cotidiana constitui a mediação objetivo-ontológica entre a simples reprodução espontânea da existência física e as formas mais altas da genericidade então já consciente, precisamente porque nela de forma ininterrupta as constelações mais heterogêneas fazem com que os dois pólos humanos das tendências apropriadas de realidade social, a particularidade e a genericidade, atuem em sua inter-relação imediatamente dinâmica.

Já na Grécia Antiga, a compreensão dos valores e de sua interconexão com a política foi estabelecida por Aristóteles, na sua *Ética a Nicomaco* (1993). O bom cidadão era entendido como o homem virtuoso e a virtude (*Arete*), como algo que exigia exercício, ensino e hábito e que, portanto não era algo fácil de se alcançar sem um esforço por parte do sujeito que desejava ser virtuoso e, assim alcançar a felicidade que, em última instância, representava o bem maior almejado por todos os homens, o fim, ou o *telos* pelo qual todos dedicam suas vidas.

Ora, se a felicidade está relacionada diretamente à prática da virtude, podemos afirmar também que ela está relacionada à concepção de homem e de sociedade de Marx que se constitui a emancipação humana e a liberdade. Neste sentido, o alcançar tal sociedade emancipada pressupõe a práxis a *phrónesis*, a aplicabilidade de princípios e valores universais na vida cotidiana e isso exige exercício, exige que os valores da igualdade, da solidariedade, da liberdade sejam cultivados concomitantemente com a transformação das condições materiais e objetivas que se configuram na forma de organização da sociedade. Daí a importância de um processo de formação de uma consciência de classe, de uma transformação dos desvalores capitalistas em valores de defesa intransigente dos direitos humanos, da alteridade, da solidariedade de

---

<sup>51</sup> A esse respeito, sugerimos a leitura e brilhante análise que nos oferece José Paulo Netto, em seu livro *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*, São Paulo: Cortez, 2001.

classe que pode dar sustentabilidade a uma nova hegemonia, a uma nova ideologia.

Daí a necessidade de uma reforma intelectual e moral, para usarmos termos gramscianos. E essa oportunidade nos é dada, enquanto categoria profissional no momento em que nossos usuários são, em potencial, os membros da classe trabalhadora mais atingidos pelas expressões da questão social e são, em potencial, aqueles com os quais podemos trabalhar, junto a políticas e programas sociais, uma nova ideologia, novos valores e construir um novo Projeto Societário face a um novo engajamento político de fortalecimento das lutas de classe, enquanto estamos sob o jugo do capital, a fim de superar essa dominação.

Nós identificamos que, na sociedade capitalista compete ao Estado exercer o papel de mediador entre capital x trabalho através das políticas e dos programas sociais, mesmo se na era neoliberal este papel tenha assumido nova configuração com as ONGs e o terceiro setor, mas isto também não deixa de ser uma forma de mediar a correlação de forças entre as classes; e é no âmbito desses programas que trabalham os(as) Assistentes Sociais.

Vale a pena considerar, portanto, o papel dos(as) Assistentes Sociais na implementação de tais programas sociais, sem perder de vista, note-se bem, os princípios e valores do seu Projeto Ético Político e de um Projeto Societário transformador e revolucionário.

Estamos aqui para discutir “Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos”, tendo como pano de fundo a pesquisa bilateral Brasil-Itália, cujo objeto de estudo se constitui a análise comparativa entre dois Programas Governamentais: o PROJOVEM e o M’IMPRENDO. Em última instância nos perguntamos: qual o seu caráter reformista e qual o seu potencial revolucionário?

Em relação ao PROJOVEM, podemos afirmar que é um Programa que se encontra no bojo das Políticas para a juventude formuladas a partir do final da década de noventa e que teve um alto incentivo por parte da sociedade civil, especialmente dos movimentos que instituíram o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, nos anos '90. Vale ressaltar que se este foi o novo marco da política de proteção integral para crianças e adolescentes, no sentido da consolidação dos direitos sociais definidos na Constituição de 1988, nos últimos anos observa-se uma reação conservadora às conquistas do ECA, expressando-se na pressão por mudanças na legislação ordinária na Constituição Federal, por exemplo com propostas de diminuição da idade para se atribuir a responsabilidade penal<sup>52</sup> e a demanda de providências coercitivas

---

<sup>52</sup> São frágeis as argumentações que defendem o rebaixamento da idade penal. Uma delas alega que se deveria imputar pena aos jovens a partir dos 16 anos, uma vez que com essa idade já se garante o direito ao voto. O argumento não considera, contudo, que esse direito não pode ser comparado ao ato infracional, por se tratar de um exercício de cidadania facultativo e que, além do mais, não permite ao

típicas do mundo adulto para crianças e adolescentes. Enquanto a política da criança e do adolescente está mais consolidada, do ponto de vista jurídico, a política para a juventude vem surgir como uma necessidade de dar proteção e continuidade aos direitos preconizados pelo ECA para a população de faixa etária entre 18 e 29 anos. Vale ressaltar que os próprios membros dos Movimentos Sociais e usuários da política originária do ECA, ao sentirem a ausência, quando chegaram à idade juvenil, de uma política voltada para a juventude, aliaram-se a outros segmentos políticos no sentido de atender esta lacuna.

As iniciativas preliminares com diversidade de orientações que alimentam projetos e programas destinados aos jovens datam, mais especificamente, dos anos 2000 e, inicialmente, englobavam jovens e adultos. Para se compreender o tratamento do tema da juventude, no plano das políticas federais,

é preciso recompor um desenho de ações que emerge do reconhecimento de que alguns problemas afetam expressiva parcela da população jovem, sobretudo a partir da década de 1990, e a lançam numa condição que se tornou usual conceituar como sendo de risco social. Problemas reais, identificados principalmente na área de saúde, da segurança pública, do trabalho e do emprego, dão a materialidade imediata para se pensar as políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem combatidos. Nesse processo é possível reconhecer que, em muitas formulações, a própria condição juvenil se apresenta como um elemento problemático em si mesmo, requerendo, portanto, estratégias de enfrentamento dos “problemas da juventude”. Isso se expressa, por exemplo, na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente aos moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras (CARRERO; SPOSITO, 2007).

A partir de pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, podemos apresentar algumas considerações sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – PROJOVEM, no intuito de analisar em que medida o programa está contribuindo para o protagonismo juvenil e engajamento social dos jovens vinculados ao programa, elemento que se constitui um dos objetivos estabelecido pelo Governo Federal. O PROJOVEM é um programa dirigido para jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, mas que saibam ler e escrever. O PROJOVEM configura-se como uma ação estratégica da política Nacional de

---

adolescente ser votado. Tramitam hoje no Congresso Nacional 14 Propostas de Emenda Constitucional (PEC) e 17 Projetos de Lei (PL) de redução da idade penal. Sobre o tema, ver Goiás (2002), Conanda – Disponível em: <[http:// WWW.mj.gov.br/sedh/conanda](http://WWW.mj.gov.br/sedh/conanda)> - e Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Adolescência – ABMP, Disponível em: <<http://www.abmp.org.br/>>

juventude lançada em 2005 pelo Governo Federal que culminou com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do desenvolvimento do referido programa. Considerando as exigências apresentadas pelo mercado de trabalho, face às reconfigurações do mundo de trabalho, e as fragilidades do sistema educacional brasileiro, uma quantidade expressiva de jovens das classes subalternas não conseguem concluir o ensino fundamental e, por conseguinte o ensino médio, bem como chegar à universidade. Estes jovens são potencialmente levados ao mercado de trabalho informal ou passam a compor o exército industrial de reserva. Assim, tendo em vista a constatação desta problemática, por meio de aproximações sucessivas ao real, é possível desvelar os principais desafios que obstaculizam a implementação do programa, bem como das possíveis necessidades apontadas para sua reformulação.

O protagonismo do jovem brasileiro, que inicialmente se verifica como uma componente do próprio Projovem objetivando-se na elaboração e execução dos Planos de Ação Comunitária (PLAC), isto é, ações de interesse público desenvolvidas pelos jovens do programa a partir do próprio contexto no qual estavam inseridos; não tem o mesmo significado adotado na presente pesquisa. Trata-se agora de identificar seu protagonismo no sentido de sua capacidade de organização para o enfrentamento das expressões da questão social que afetam a juventude, a partir de seu engajamento nas lutas sociais e na capacidade de defesa de seus direitos tais como o direito a uma educação de qualidade que os prepare não apenas para o mercado de trabalho, para ocupar funções subalternas, mas que o prepare para o exercício pleno da cidadania e o acesso à formação de nível superior – a universidade. Neste sentido, faz-se necessário uma análise crítica dos Planos de Ação Comunitária, e a perspectiva de ação protagonista do jovem brasileiro, visto que as ações desta natureza devem ser executadas pelo Estado, através de sua responsabilidade com as políticas sociais e a erradicação da pobreza, tal como preconiza a Constituição de 1988. Numa perspectiva ética e política, tal participação deve conter o caráter reivindicativo do cumprimento dos direitos sociais, dentre eles a educação pública e universal de qualidade e todos os demais benefícios que venham a oportunizar uma qualidade de vida e condições de trabalho que libertem os jovens do processo de exploração e espoliação aos quais estão submetidos na sociedade capitalista. Sendo assim, a educação veiculada nas escolas do PROJOVEM deve estimular o engajamento social levando em consideração análises críticas e reflexivas sobre as determinações da realidade na qual estão imersos, no sentido de direcionar os estudos e atividades didáticas para a compreensão da dinâmica do capital, da sua condição de classe subalterna e do papel do Estado no provimento das necessidades sociais, políticas, econômicas, culturais deles próprios e de todos os que são sujeitos de direitos.

Quais os desafios existentes na implementação dos programas cujo objetivo é amenizar as expressões da questão social? Ora, isto nós já sabemos, o que talvez tenhamos dúvida é de como potencializar esses Programas, no sentido de fortalecer a luta de classes para oferecer uma nova consciência, assim como condições objetivas materiais que venham responder, na atualidade, às necessidades desta classe.

Compete-nos responder de imediato, de forma crítica e politizada e articulando-se, cada vez mais, com os profissionais da categoria do Serviço Social, com os movimentos sociais e, também, com as entidades representativas e organizativas da classe trabalhadora, para que possamos através da qualidade prestada pelos serviços sociais e da perspectiva de politização dessa população, fortalecer sua capacidade crítica, sua cultura e criar novos valores, para termos essa juventude como aliada e os jovens como sujeitos pensantes – capazes de projetar o futuro da sociedade, e não meros instrumentos de ideais alheios, se quisermos alcançar uma sociedade verdadeiramente emancipada.

Cabe, portanto, ao Serviço Social fazer essa mediação e não subestimar as demandas que lhe são apresentadas, mas galgar degraus para fazer parte no processo de tomada de decisão, de planejamento e execução dos programas sociais cada vez mais necessários e exigentes, no âmbito do agravamento da questão social, superando o imediatismo que se nos apresenta e que lhe é peculiar, vendo nesse exercício, uma mediação estratégica da emancipação política para a emancipação humana.

## Referências

ABATH, Edístia Maria. *Democracia em Debate: o Processo Constituinte no Brasil Pós-Ditadura Militar: uma análise da Representação Pernambucana*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação em Serviço Social da UFPE. Recife: UFPE, dez. 2005.

ARISTOTELE. *Ética Nicomachea*. Milano: Rusconi Libri, 1993.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/.../constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/.../constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. *Regulamentação da profissão Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993*. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em <[www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_lei\\_8662.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2011.

CARRANO, Paulo César Rodrigues; SPOSITO, Marília Pontes. *Juventude e Políticas Públicas no Brasil*. Brasília: ANPEd, 2007.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. *Código de Ética do/a Assistente Social*. Aprovado em 13 de Março de 1993. Com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11.

\_\_\_\_\_. Estrutura e atuação – Frentes de atuação e comissões. Disponível em <[http://www.cfess.org.br/estrutura\\_frentes.php](http://www.cfess.org.br/estrutura_frentes.php)>. Acesso: 10 abr. 2011.

CONANDA – Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/conanda>>  
Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Adolescência – ABMP. Disponível em: <<http://www.abmp.org.br/>>. Acesso em: 08 maio 2011.

D'OTTAVI, Anna Maria. *Sviluppo locale e occupazione: Il laboratorio M'Imprendo*. Roma: ISTISSE, 2007.

FÁVERO, Osmar; SPÓSITO, Marília Pontes (Org.). *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEC, 2007. (Coleção Educação para Todos; 16).

FREITAS, Maria Virginia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci, a cura di Valentino Giarratana. Torino: Einaudi, 1977.

HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: ediciones península, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. *Revista Temporalis*, Ano. 2, n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, p. 09-32.

\_\_\_\_\_. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2003.

LUKACS, Gyorgy. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. *A Questão Judaica*. Tradução de Artur Morão. Disponível em: <[http://www.lusosofia.net/textos/marx\\_questao\\_judaica.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/marx_questao_judaica.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2011.

NETTO, Jose Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 2001.

RAWLS, John. *Una teoria della giustizia*. Milano: Feltrinelli, 1983.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Salyanna de Souza. *Projeto ético político e consciência de classe: uma relação dialética. Reflexões sobre o exercício profissional/político das/dos assistentes sociais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em Recife*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em Serviço Social da UFPE. Recife: UFPE, 2011.

## **Ação do projoovem feita pelo apoio pedagógico do projoovem urbano da prefeitura da cidade do Recife**

**Elisana Araújo<sup>53</sup>**

Farei, inicialmente, um breve histórico sobre o Programa. O PROJOVEM foi instituído em 2005, quando o Governo Federal lançou a Política Nacional da Juventude, que compreendia a criação de duas instâncias governamentais, a saber: a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude. A partir desse lançamento veio também à tona o PROJOVEM “original” que recebeu este adjetivo, porque o PROGRAMA teve algumas reformulações ao longo do processo. O PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovem: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, foi criado como uma ação integrante da Política Nacional de Juventude, como fôra dito, lançado pelo Governo Federal, em 2005, voltado para o segmento juvenil. Assim sendo, ele é uma política pública na área de educação para um público específico naquele determinado momento. Esse público caracteriza-se pela idade, pelo nível de instrução e pelo não engajamento formal no mercado de trabalho. Desta forma, o PROJOVEM “original” – Programa Nacional de Inclusão de Jovem: Educação, Qualificação e Ação Comunitária atendia a um público de jovens com idade entre 18 e 24 anos, que estavam entre a 5ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e que não tinham registro profissional em Carteira de Trabalho - sendo esses os critérios que definiam o ingresso no Programa. Ele também tinha por especificidade a duração total de apenas 12 meses, o que vem a ser modificado no caráter do PROJOVEM “Urbano”. Entre 2005 e 2008 foram certificados diversos jovens no PROJOVEM “Original” que tinha como instância de Gestão Administrativa a Estação Juventude. A Estação Juventude abraçava o trabalho em 08 escolas em RPAS da Região Metropolitana do Recife. A Estação Juventude I foi implantada aqui no Recife em caráter de projeto piloto no Brasil, concomitantemente a outras duas capitais do Brasil onde foi implantado para experimentar o Programa. A referida Estação Juventude foi pioneira, aqui no Recife, como também no Brasil, nacionalmente em sentido geral. Temos inclusive aqui na plateia algumas profissionais que trabalharam nesse período de implantação do Programa. Então, de 2005 a 2008 tivemos a implantação de 14 EJ's (Estações de Juventude), que foram responsáveis pela aprovação e trabalho com 8.240 jovens, como mostra a tabela que vocês podem acompanhar na tela. Aqui

---

<sup>53</sup> Assistente Social e Especialista em Gestão da Educação e Políticas de Juventude, componente da Equipe de Coordenação do PROJOVEM da Prefeitura da Cidade do Recife - PCR

trouxemos algumas fotos que registram alguns aspectos desta fase do Programa (a formatura das EJ's II a VIII, da EJ IX, e das EJ's X a XIV – onde se verifica a questão quantitativa, pois foi bem espantoso o número de jovens que ingressaram no Programa, destacando-se também a direção dada por parte da divisão bem amadurecida, enquanto gestão da parte administrativa e pedagógica desse trabalho elementar).

Em 2007, a proposta do PROJOVEM foi avaliada como iniciativa bem sucedida diante dos seus propósitos no momento de implementação, a partir do crivo de um grupo de trabalho, o GT Juventude, criado pela Secretaria Geral da Presidência da República, neste mesmo ano, que fez estudos aprofundados acerca da implementação e resultados do PROJOVEM Original. Os estudos apontaram resultados positivos que indicaram propriedade para ampliação, reforço e integração das ações voltadas para a juventude. A partir disso, a Secretaria Geral da Presidência da República integrou todos os programas para juventude em um só programa denominado PROJOVEM. Então, foi criado em 2008 o PROJOVEM integrado, que corresponde à integração de todos os programas direcionados para a juventude, em quatro importantes modalidades: o PROJOVEM Adolescente, que corresponde ao antigo Agente Jovem; o PROJOVEM Trabalhador, correspondente ao Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola da Fábrica; o PROJOVEM Campo, que corresponde aos Saberes da Terra; e, por fim, o PROJOVEM Urbano, que corresponde ao Programa Nacional de Inclusão de Jovem: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, que nós denominamos PROJOVEM Original.

O PROJOVEM Original vai manter algumas características da Gestão Administrativa e Pedagógica do Programa como detalharemos posteriormente. Uma importante modificação foi quanto ao perfil atendido no PROJOVEM Original, o perfil era de 18 a 24 anos, já no PROJOVEM Urbano são atendidos Jovens com idade entre 18 e 29 anos, tendo também como critério que saibam ler e escrever, mas que não concluíram o Ensino Fundamental, ou seja, que não concluíram a conhecida por nós 8ª série. A partir disso observamos que houve a ampliação da faixa etária, mas também a diminuição na questão dos critérios de empregabilidade, que não existe mais a questão de registro em carteira profissional.

A finalidade do PROJOVEM Urbano é elevar o grau de escolaridade, visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania por meio da conclusão no Ensino Fundamental, da Qualificação Profissional e no Desenvolvimento de Experiências de Participação. O que ele vem trazer de diferente na proposta da área da educação é o tripé pedagógico que ele apresenta, uma proposta diferenciada colocada imediatamente em nível experimental. Podemos afirmar que realmente não existe outra proposta, em nível educacional assumida nacionalmente, que tenha o mesmo formato pedagógico baseado nesse tripé, que é estruturado por meio da Formação

Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã, até o presente momento.

Ele atende ao critério emergencial. Por quê? Por atender a um público que necessita, que precisa avançar no âmbito da escolaridade, que tem certa urgência em chegar ao Ensino Médio. O PROJOVEM Urbano busca proporcionar a formação dos jovens por meio da associação entre esses três eixos, onde a Formação Básica vai agir para a elevação da escolaridade; já a Qualificação Profissional, vale destacar que ela visa à formação profissional em caráter inicial, pois não esgota nenhuma formação seja qual for a área; e a Participação Cidadã que visa a promoção de experiências de atuação social na comunidade. Um grande diferencial se dá também por meio da interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade atua como um fio invisível que vem, de fato, unir o conhecimento dessas três áreas, esses três que nós denominamos eixos, essas três dimensões curriculares. E vem fazer com que essas três dimensões possam ter sustentação na construção do conhecimento refinado. Então, a interdisciplinaridade para o PROJOVEM é um aspecto de sustentação dessas dimensões. O trabalho interdisciplinar é realizado com base e conhecimentos multidisciplinares, onde os jovens vivenciam diferentes conteúdos disciplinares, mas trabalham sobre eles para conectá-los entre si e com a sua própria vida, trabalhando em ações e reflexões de modo que passem a integrar o território cognitivo, afetivo e prático que os jovens dominam. Como foi dito anteriormente, a Formação Básica é estruturada para atender às exigências escolares do Ensino Fundamental, a qualificação profissional fomenta as exigências da qualificação profissional inicial, já a participação cidadã atende ao planejamento, à execução e avaliação de ações comunitárias de interesse público, desenvolvidas junto aos jovens.

Detalhando as dimensões curriculares do Programa iniciamos falando sobre a Formação Básica. Esta dimensão objetiva garantir aprendizagens correspondentes às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e à certificação correspondente. Na Formação Básica existem componentes curriculares que têm nomenclatura diferenciada por corresponderem especificamente à questão formativa do aluno, não é tratada como disciplina e sim componente curricular para garantir esse caráter formativo do aluno. Então, os componentes curriculares que são trabalhados na formação básica são: a Língua Portuguesa; as Ciências Humanas (que compreende a História, Geografia e Ciências Sociais); Língua Estrangeira (que compreende o Inglês); Ciências Naturais (onde está presente a Química, Física e Biologia); e, por fim, a Matemática.

A segunda dimensão curricular é a Qualificação Profissional, que visa possibilitar novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação

inicial, compreendendo, na medida do possível, tanto as necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais, quanto a vocações dos jovens. Quando o aluno faz a matrícula ele tem a opção de escolha de um Arco Ocupacional e, para que esse Arco seja escolhido por um município, são levadas em consideração algumas questões como a vocação ou a preferência do Jovem. Por esse motivo da primeira para a segunda edição do PROJOVEM Urbano em Recife permaneceram dois Arcos que foram o de Telemática e o de Saúde devido à procura, à adesão dos jovens. Mas também existem questões de logística que são levadas em consideração, uma vez que, aquilo que o município vem colocar como dificultoso, com o sentido de entrada para questões de licitação, bem sabemos que pode passar a ser inviável para aquele determinado momento. Esses elementos vêm se colocar como importantes aspectos no momento de indicação de quais seriam os Arcos da Qualificação Profissional para os jovens do PROJOVEM Urbano. São disponibilizados pela Coordenação Nacional os seguintes Arcos Ocupacionais para apreciação e escolha dos municípios: Administração, Agroextrativismo, Alimentação, Arte e Cultura I, Arte e Cultura II, Construção e Reparos I (Revestimentos), Construção e Reparos II (Instalação), Educação, Esporte e Lazer, Gestão Pública e Terceiro Setor, Gráfica, Joalheria, Madeira e Móveis, Metalmecânica, Pesca e Piscicultura, Saúde, Serviços Domésticos I, Serviços Domésticos II, Serviços Pessoais, Telemática, Transporte, Turismo e Hospitalidade e por fim, Vestuário. Todavia, são disponibilizados até cinco Arcos para cada município. Esses são os registros fotográficos da aula inaugural da Qualificação Profissional da primeira edição do PROJOVEM Urbano cujo convênio foi com o SENAC. Com o convênio com o SENAC foram oferecidos os cursos nos Arcos de Alimentação, Serviços Pessoais, Saúde e Telemática. Já o Arco de Esporte e Lazer foi oferecido pela Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.

Já a terceira dimensão curricular, a Participação Cidadã, se coloca como um real diferencial em programas em nível educacional, uma vez que, desconheço algum outro que tenha a mesma proposta nesse mesmo formato. A Participação Cidadã para o PROJOVEM Urbano objetiva garantir aprendizagens sobre direitos sociais e promover o desenvolvimento de ação comunitária e a formação de valores solidários. O assistente social é o profissional responsável por este eixo e, no trabalho no PROJOVEM Urbano, atua na função de educador para ministrar aulas, direcionadas à questão do direito, na questão da participação e sensibilização no envolvimento na execução dos planos de intervenção comunitária, que é o Plano de Ação Comunitária que, na nomenclatura do PROJOVEM Urbano é denominado PLA. O educador tem a função de conduzir os trabalhos para que os estudantes se apropriem de conhecimentos, que lhe possibilitem assumir posturas sócio-políticas mais maduras e a responsabilidade pelo desenvolvimento e realização do Plano de Ação Comunitária – PLA. Obviamente, esse plano vai ter um

caráter educativo, ele não vai trabalhar uma problemática social na perspectiva de resolvê-la até porque são necessários investimentos maiores, pois problemas sociais envolvem uma envergadura muito maior que um trabalho direcionado em tão pouco tempo. Aqui temos algumas ações que foram desenvolvidas pelo Pólo I na edição anterior, que foi de 2008 a 2010, na Escola Municipal Renato Accioly Carneiro Campos, foram palestras do Conselho Tutelar. E aí temos algumas imagens. Já no momento de desenvolvimento da proposta do PLA, tivemos a participação de jovens na Primeira Marcha dos Direitos Humanos em Comemoração aos 60 anos da Declaração e temos aí também algumas imagens dos jovens envolvidos nessa atividade. Temos também a Caminhada da Paz, realizada em Boa Viagem, que contou com a presença de vários jovens.

A visualização da carga horária das três dimensões do currículo permite-nos esclarecer um pouco a nossa visão de como se operacionaliza esse Programa na dinâmica, na vivência em termos práticos. O Programa tem duração de 18 meses e não mais de 12 meses como era no PROJOVEM Original, que corresponde a 78 semanas e respeita os tempos de cada dimensão básica conquanto que compreenda a carga horária de 2.000 horas, divididas em horas presenciais, como também em horas não-presenciais, onde as presenciais da Formação Básica vão compreender 1.092 horas, a Qualificação Profissional 390 horas e a Participação Cidadã 78 horas, totalizando presencialmente 1.560 horas. Já as não-presenciais compreendem 440 horas que, juntas, totalizam as 2.000 horas do curso.

Bem, agora vejamos os Eixos Estruturantes do Programa. O Programa trabalha com um eixo, um tema único ao longo de cada Unidade Formativa, estas últimas que correspondem às unidades que nós conhecemos na escola regular, na escola tradicional. A cada três meses de curso vai sendo trabalhado um tema que é colocado como um Eixo Estruturante para a reflexão de cada componente curricular, coisa que a gente vai detalhar um pouco mais a *posteriori*. Na primeira Unidade Formativa ou Unidade Formativa I, o Eixo Estruturante é Juventude e Cultura; na Unidade Formativa II, temos Juventude e Cidade; na III é Juventude e Trabalho; na IV é Juventude e Comunicação; na Unidade Formativa V, temos Juventude e Tecnologia e; por fim, Juventude e Cidadania, na Unidade Formativa VI. O Eixo Estruturante funciona como um tema transversal. Cada componente curricular trabalha o Eixo Estruturante com o olhar do campo de conhecimento correspondente, ou seja, o educador de Matemática vai trabalhar os conteúdos de Matemática, extraindo de cada Eixo Estruturante a temática a ser ministrada em sala de aula. Assim, cada componente curricular trabalha o Eixo Estruturante com um olhar do campo de conhecimento correspondente na perspectiva de criar um ambiente pedagógico favorável à construção de noções fundamentais e ao desenvolvimento de habilidades básicas ou competências.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Programa, detalhamos por Unidade Formativa, os conteúdos que são trabalhados: Na Unidade Formativa I: Juventude e Cultura – trabalham-se as categorias e o conteúdo Juventude e Cultura, entendida como construção histórica e coletiva que atribui sentido ao mundo, forma identidades, produz linguagens e ferramentas, institui regras e costumes. E também o re-posicionamento diante do fato de que o reconhecimento social de distintas culturas está sujeito às relações assimétricas de poder político e econômico. Já na Unidade II: Juventude e Cidade – os conteúdos são tratados na perspectiva de a juventude e as práticas de ocupação do espaço urbano pelos jovens e a vivência na cidade globalizada. Então, os conteúdos vão sendo direcionados de acordo com cada Unidade Formativa e cada componente curricular vai extrair para si os elementos necessários para depois serem “amarrados”, por meio da interdisciplinaridade, ao Eixo Estruturante correspondente. A Unidade Formativa III: Juventude e Trabalho – trata de elementos do mundo do trabalho na sociedade contemporânea, das transformações pelas quais vem passando e das práticas de inserção dos jovens, ainda o re-posicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no trabalho e na escola. A Unidade Formativa IV: Juventude e Comunicação – trabalha a informação e comunicação na sociedade contemporânea e as práticas dos jovens, também o re-posicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no acesso à informação e comunicação. A Unidade Formativa V: Juventude e Tecnologia – trabalha ciência e tecnologia na sociedade contemporânea e suas repercussões na vida do jovem e o re-posicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no acesso às novas tecnologias. E, por fim, a Unidade Formativa VI: Juventude e Cidadania – trata das diferenças sócio-culturais que segmentam a juventude brasileira: preconceitos e discriminações intra e intergeracionais e o re-posicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão sociais que expressam desigualdades e diferenças (geração, gênero, raça/etnia, deficiências físico-psíquicas).

Em uma proposta diferenciada como a do PROJOVEM existe também um espaço para a formação dos educadores. No caso da primeira edição do Programa a formação dos educadores foi ministrada no formato de Curso de Especialização em Gestão da Educação e Políticas de Juventude por esta universidade. Nós trouxemos alguns registros para sinalizar esse momento junto aos educadores.

A Estrutura Organizacional do Programa desenha-se em nível mais amplo hierarquicamente pela Coordenação Nacional do PROJOVEM Urbano; seguida pela Coordenação Local do PROJOVEM Urbano, sediada no 4º andar da Prefeitura da Cidade do Recife; e a Direção dos Pólos, o Pólo III responde pelas RPAS I, II e III do Recife e o Pólo IV responde pelas RPAS IV, V e VI, também da Região Metropolitana. Cada Pólo é composto por 16 escolas (esta

foi mais uma modificação, já que nas EJ's eram apenas 08 escolas vinculadas a cada). As escolas têm para o Programa a nomenclatura de Núcleo, então, cada Núcleo é composto por 05 turmas com 40 alunos cada.

No processo de avaliação do PROJOVEM Urbano são utilizadas duas formas de avaliação: as avaliações somativas e as formativas que são executadas ao longo dos 18 meses de curso. As somativas se constituem como uma avaliação onde o aluno vai ser avaliado pontualmente. O PROJOVEM Urbano, ao longo do curso, avalia os alunos através de avaliações externas, que são atualmente uma responsabilidade da Universidade Federal de Pernambuco. As avaliações externas geralmente são executadas semestralmente, são os chamados Exames Entre-Ciclos e Exame Final Nacional Externo. Temos também as avaliações formativas que são aquelas que têm o caráter de acompanhar a evolução do aluno. Estas não são pontuais como as somativas, elas avaliam a evolução do aluno ao longo do tempo, que são as avaliações ao final de cada Unidade Formativa. Existe também o Caderno de Registro e Avaliação – CRA, onde são registrados todos os passos e avanços dos jovens ao longo do tempo.

Considerando as especificidades, no tocante à realidade do público diferenciado que o Programa atende, um público entre 18 e 29 anos, que lida com questões relacionadas com a experiência do trabalho precarizado, o desemprego, a busca pelo imediatismo, a gravidez não-planejada, com realidades as mais diversas e se reflete, na escola, temos como grande desafio o problema da evasão escolar, que faz com que todos os envolvidos estejam atentos a essas questões, para não fazer desse, um momento de mais uma vez excluam-se ou de negligência mesmo com esse público diante do contexto escolar. São desenvolvidas diversas estratégias para resgate desses jovens ao contexto escolar, tais como: visitas domiciliares; envio de cartas de convite ao retorno dos alunos; contato telefônico; envio de torpedos telefônicos e mensagens eletrônicas; como também investidas pedagógicas que são executadas com abordagem em sala de aula em atividades atrativas aos jovens, por exemplo: as Sextas Temáticas (porque a sexta-feira é um dia que apresenta um alto percentual de evasão por ser cultural ao jovem toda sexta-feira ter uma programação diferente. Pensando nisso, o PROJOVEM Urbano utiliza também estratégias para conseguir segurar esses jovens nos dias de sexta-feira, por isso foram criadas as Sextas Temáticas ou Culturais, com programações diferenciadas para eles, como também atividades extra-classe e diferenciadas, passeios, gincanas, dentre tantas outras que são executadas ao longo do processo.

Temos aqui o registro da mais recente formatura dos estudantes que foi a dos Pólos I e II, ocorrida no dia 31 de maio de 2010. Estas são algumas de suas imagens. Nesta formatura da 1ª edição do PROJOVEM Urbano, que foi de 2008 a 2010, tivemos a formação e aprovação de 2.565 jovens. Os mais de 8

mil que foram apresentados anteriormente corresponderam ao PROJÓVEM “Original”.

Para concluir nossa fala, temos o depoimento de uma aluna às vésperas de sua conclusão no PROJÓVEM que destacou uma fala bastante interessante dizendo o seguinte: “O que me fez permanecer no PROJÓVEM Urbano até hoje foi resgatar o que ficou para trás, dar os primeiros passos para realizar o grande sonho da conclusão de uma faculdade de gastronomia, procurar ser uma pessoa melhor em busca dos meus direitos e deveres, para mim e para as minhas filhas, para que elas no futuro se orgulhem muito de mim por não ter desistido mesmo diante de tantas dificuldades na minha vida, pois esta oportunidade é única para mim e vou aproveitá-la até o fim e, com força de vontade e determinação chegarei lá”. (Daniela Lyra – Aluna do Núcleo 20 – Pólo II) E ela chegou!!! Foi mais uma concluinte do Programa. Então, assim a gente conclui deixando também algumas informações quanto ao PROJÓVEM Urbano e contatos a quem possa interessar. Obrigada.

## **Apresentação da pesquisa bilateral sobre projoovem em intercâmbio com o m'imprenndo**

**Josenita Luiz<sup>54</sup>**

O nosso propósito aqui hoje é de socializar com todos vocês a pesquisa que o GEPE – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ética – vem desenvolvendo, com o apoio do CNPq e em colaboração com a pesquisa desenvolvida na Universidade Roma Tre – Itália, cujo objetivo comum é aquele de identificar e analisar os impactos do PROJOVEM e do M'IMPRENDO na formação escolar e cidadã dos jovens que participam dos respectivos programas. Busca-se identificar e analisar se tais programas estão oportunizando o protagonismo desses jovens, em ambas as sociedades, enquanto sujeitos de direitos, face a um mundo que os exclui do processo de cidadania, da educação formal e do mercado de trabalho, relegando-os a uma condição subalterna que os faz experimentar em suas vidas as mais duras formas de expressão da questão social.

O título da nossa pesquisa é: “PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Um desafio para a inclusão social através da tecnologia educacional”. O presente Projeto de Pesquisa foi aprovado pelo Programa Executivo de Colaboração Científica e Tecnológica entre o Brasil e a Itália.

A equipe responsável pelo Projeto de pesquisa é composta por pesquisadoras graduandas, pós-graduandas, Assistentes Sociais e professoras do Departamento de Serviço Social, todas membros do GEPE- grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social.

A proposta da pesquisa bilateral consiste em trocar experiências sobre tecnologias de inclusão social através da análise e do monitoramento do Projeto M'IMPRENDO na Itália e do PROJOVEM – Brasil, identificando os aspectos positivos que conferem aos dois projetos a capacidade de promover valores de auto-estima, a inclusão social dos jovens, através do universo escolar e da formação para a cidadania plena e conseqüentemente a sua inserção no mercado de trabalho.

---

<sup>54</sup> Socióloga, Mestre em Serviço Social, Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética – GEPE/UFPE, Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social – UFPE e Professora na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Um outro objetivo a considerar no projeto bilateral consiste na identificação de aspectos comuns e na troca de experiências de programas voltados para a juventude das classes subalternas, que utilizam recursos pedagógicos e culturais para enfrentamento da questão do desemprego e da precarização da educação pública junto a este público. Trata-se de contribuir com o enfrentamento de uma das mais graves expressões da questão social em ambos os países, face à nova configuração do mercado de trabalho e das exigências dos organismos internacionais junto aos países periféricos, quanto às determinações no processo de formação e de ensino, que incidem sobre as políticas públicas voltadas para a juventude que forma o exército industrial de reserva, num denominado processo de “inclusão social” no mercado de trabalho.

O projeto que ora se apresenta tem como eixo orientador as expressões da questão social que mais incidem no processo de ensino/aprendizagem dos jovens, ocasionando evasões, dificuldades na apreensão de uma consciência crítica e adoção de uma postura de auto-estima que se configura como uma atitude protagonista ou de sujeito de sua própria história, malgrado as determinações das condições de vida e de trabalho que lhe são impostas pelo modo de produção capitalista que, em última instância se constitui fator determinante da questão social. A pesquisa propõe, como objetivo geral, a identificação e análise destas expressões da questão social, tais como desemprego, violência doméstica contra as mulheres, condições precárias de trabalho, cuidados com pessoas deficientes e idosas na família, ausência de uma política universal de saúde, fome, uso de drogas, etc, que mais incidem sobre os jovens que se constituem a população alvo do PROJOVEM, na cidade do Recife.

Neste sentido, pretendemos contribuir com os coordenadores do Programa, na medida em que estudamos as expressões da questão social, estabelecer um processo de reflexão crítica dos profissionais que trabalham com os jovens, com o intuito de alcançar uma dimensão de politização desses jovens, assim como, identificar os aspectos que dificultam a inclusão social dos jovens no processo de ensino/aprendizagem e na qualificação profissional. Em outras palavras, estaremos trabalhando também com fatores que desencadeiam o processo de evasão e que independem da vontade coletiva dos jovens de darem continuidade ao processo de formação e capacitação iniciado, no PROJOVEM – que deve ser estímulo para a qualificação profissional.

Nós sabemos que existem casos, como foi colocado pela Coordenadora do PROJOVEM – Recife, muitos resultados positivos a partir da identificação de casos isolados, como ele mesma citou, mas, também existem casos negativos. Então, nossa curiosidade de pesquisadoras passa pela identificação das causas que levam esse aspecto positivo não se realizar em massa, no âmbito coletivo que é o esperado pelo Programa.

O universo da pesquisa consiste nos jovens que participam do Programa nas seis RPA's da cidade do Recife, a partir dos centros ou estações que desenvolvem o PROJOVEM, retirando-se daí uma amostragem de 10% para se traçar um perfil dos jovens entre 18 e 29 anos, que não concluíram a 4ª série do ensino fundamental e que não têm vínculo formal de trabalho.

Neste sentido, o projeto tem como perspectiva o universo dos jovens inseridos no PROJOVEM, do município de Recife, procurando identificar também os casos em que os jovens não estão inseridos no programa, tais como falta de conhecimento, motivação, recursos ofertados pelo programa. Sabe-se que a realidade dos jovens brasileiros é diferente daquela dos italianos, mas em ambos os países os projetos atuam como instrumento de inclusão social no sentido de promover a capacidade dos jovens em projetar o futuro, de sentir-se sujeitos da história e donos do próprio destino. Até o momento, a partir do envolvimento que nós estamos tendo com o M'IMPRENDO, através da pesquisa bibliográfica e dos contatos com os coordenadores da pesquisa na Itália, nós já percebemos este ponto similar com o M'IMPRENDO, que é justamente a potencialidade dos Programas em desenvolver uma atitude de sujeito da própria história e, com isso, vislumbrar a possibilidade de vir a ser um sujeito coletivo, capaz de contribuir em um Projeto Societário.

Se a questão da inclusão social é, praticamente, o eixo principal dos dois projetos, resta-nos saber se estes projetos estão cumprindo seus objetivos e esses resultados, se realmente existe esse resultado e se os jovens que deles participam apresentam um diferencial com relação ao tempo em que não estavam engajados no projeto, quanto ao nível de aprendizagem e ao nível de politização.

A pesquisa está fundamentada nos princípios da ontologia do ser social em Marx, a partir da abordagem de Lukacs que dispensa um tratamento especial à teleologia do trabalho, enquanto atividade responsável pela reprodução do gênero humano e, enquanto perspectiva ética de emancipação do homem em um outro tipo de sociabilidade que contemple a particularidade do ser na sua capacidade de ideação (projeção), realização do que foi projetado e controle dos resultados do que foi executado, sob a forma de socialização da riqueza, do poder e do saber. Nesta perspectiva, pretende-se analisar criticamente as formas de organização do trabalho no capitalismo que se manifestam na atualidade como um processo crescente de precarização das condições de trabalho e de acirramento das desigualdades sociais, dada sua própria lógica nas sociedades capitalistas de apropriação da riqueza por parte de uns poucos e socialização da miséria, por parte da maioria. Procurar-se-á seguir o processo de aproximações sucessivas ao real, desvendando suas determinações, tal como nos orienta o método materialista histórico dialético.

Sendo assim, a metodologia utilizada em nossa pesquisa é de cunho qualitativo. Ontem tivemos uma palestra, uma conferência muito esclarecedora em relação à metodologia qualitativa com o Dr. Cipriani. Afirmamos pois, ser a nossa pesquisa de cunho qualitativo por esta lidar com interpretações das realidades sociais. Uma das características essenciais da pesquisa qualitativa é seu caráter descritivo-analítico, tendo no ambiente real sua fonte de coleta de dados e a realidade como critério da verdade. Ou seja, nós temos os dados, temos a realidade, e o pesquisador interpreta o sentido daquela realidade.

A opção metodológica pela pesquisa qualitativa não exclui a possibilidade de utilizar dados quantitativos, assim, será feito um levantamento qualitativo dos jovens envolvidos no PROJÓVEM nas seis RPA's do Recife e construiremos o perfil destes jovens abordando os aspectos, tais como, classe social; idade; sexo; estado civil; atividades de trabalho já desenvolvidas; nível de aprendizado antes da iniciação no PROJÓVEM. O universo da pesquisa compreende os jovens que participam do PROJÓVEM no município do Recife e servirá como ponto de referência para desvendamento da realidade destes jovens e dos impactos que o programa pode ter em suas vidas. Faremos uma amostra de 10% dos jovens envolvidos para identificar tais impactos a partir de entrevistas semi-estruturadas e análise de conteúdo das suas histórias de vida. Assim, é possível fazermos esse perfil que é um dos objetivos do projeto. Estamos trabalhando nessa pesquisa há um ano. Iremos dar continuidade até o final do próximo ano, mas ainda este ano realizaremos uma Missão Científica na Itália para analisarmos de perto as contribuições e semelhanças com o M'IMPENDO. Com a presença dos/as pesquisadores/as italianas nesta primeira Missão Científica, realizamos uma aproximação ao PROJÓVEM e ao M'IMPENDO. Mantivemos um contato estreito com o PROJÓVEM, realizamos reuniões, na Prefeitura da Cidade do Recife com os coordenadores do Programa no município e fizemos visitas a algumas escolas onde está se implementando o PROJÓVEM. Quanto ao M'IMPENDO, a professora Alexandra foi à Itália, os professores de lá estão aqui, então nós tivemos essa aproximação inicial para trocarmos experiência e nos conhecermos e conhecermos as pesquisas, os projetos.

Realizamos ainda um levantamento bibliográfico sobre os seguintes temas: A Dimensão Ética e Política da Problemática dos Jovens no Brasil e na Itália e sobre a questão da Metodologia da Pesquisa Qualitativa, já que essa é a metodologia utilizada por nossa pesquisa. O levantamento bibliográfico foi realizado através dos seguintes instrumentais: fizemos leitura documental em sites, em material impresso tanto do PROJÓVEM quanto do M'IMPENDO. Existe um vasto material, livros e artigos relacionados à temática, que nós estudamos, realizamos leituras e análises para conhecermos a realidade dos dois projetos. Também fizemos entrevistas com os coordenadores dos dois programas.

Quanto às atividades realizadas em conjunto pelas equipes brasileira e italiana, houve uma conferência – alguns/algumas de vocês devem ter assistido – essa conferência foi ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Stefani da equipe italiana, que esteve conosco por vinte dias, mas necessitou retornar. Foi uma conferência muito interessante e teve como tema “a Trajetória Histórica do Serviço Social Italiano”. O evento comportou também uma outra conferência proferida pela Prof.<sup>a</sup> Rosa Cortez sobre a “Importância da Pesquisa e Planejamento Urbano na Formação e Exercício Profissional da/o Assistente Social”. Essa conferência foi no final do mês passado.

Houve encontros para estudos e trocas de experiências entre a equipe italiana e a equipe brasileira; reuniões com as equipes italiana e brasileira e os coordenadores do PROJOVEM (PCR). Nós nos reunimos em conjunto, os dois programas, as duas coordenações; visitas a duas escolas para observação de atividade lúdicas e de formação. A atividade lúdica foi no período das festividades do São João, quando eles realizaram várias atividades, foi muito interessante, porque tanto a Prof.<sup>a</sup> Anna Maria D’Ottavi, quanto a Prof.<sup>a</sup> Maria Stefani participaram e viram a nossa cultura sendo vivenciada pelos alunos do PROJOVEM. E também houve uma visita à escola no momento de aula.

Os resultados da pesquisa servirão como base de referimento para a continuidade do projeto nas RPA’s do Recife, ou seja, essa é a nossa colaboração, a colaboração de nossa pesquisa, a colaboração que a Universidade está trazendo para a sociedade, ou na modificação de aspectos considerados adversos ao processo de inclusão social. A troca de experiências com o projeto M’IMPRENDO desenvolvido na Itália, nos permitirá observar a potencialidade implícita nos recursos utilizados e na metodologia adotada. Em ambos os casos, a escola e o processo educativo se constituem o motor propulsor da inclusão social. Resta-nos avaliar, portanto, se os recursos empregados com as necessidades apresentadas na atualidade pelo processo de formação, tendo em vista a complexidade do mundo, da cultura, e as do mercado de trabalho.

Por fim, a organização desse II Encontro Internacional sobre Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos, que foi realizada não só pela equipe que está totalmente envolvida pelo programa, na pesquisa, mas contou com a participação de todos os membros do GEPE para que este seja o ponto culminante da Missão da equipe italiana entre nós e a continuidade de um evento que pretende se repetir a cada ano, abordando a temática específica do Grupo: Ética e Direitos Humanos.

## Debate

### Pergunta 1:

Bom dia, eu sou Vera Núbia da Universidade Federal de Sergipe. Gostaria de dizer que fiquei muito feliz com a apresentação da mesa e cheia de inquietações, mas inquietações de vontade de saber mais. Quando foi apresentado o PROJOVEM de Recife, eu fiquei pensando “exatamente o que a cidade do Recife desenvolve com os jovens”. Por que eu estou perguntando isso? Pela necessidade da pesquisa que a UFPE está fazendo no sentido de dar suporte, conforme o índice de evasão. Então, se por um lado se socializa que em alguns casos as pessoas saem da sua rotina: uma mãe que tem filhos e viu a possibilidade, a partir da inserção no PROJOVEM Urbano, querer fazer um curso superior, por outro, sobre o que foi apresentado na pesquisa em andamento, alguma coisa está acontecendo, porque o índice de evasão é alto. Exatamente como é desenvolvido? Porque o programa foi apresentado, a gente viu o que deve ser feito no programa, mas necessariamente o que está acontecendo que o índice de evasão está alto? Existe intersetorialidade embora o PROJOVEM Urbano seja voltado à questão da educação? Como é que esses jovens são selecionados? Há uma aproximação com as outras políticas de assistência, de saúde? Quem é o jovem? Que perfil é esse? Como é que eles avaliam o programa? Porque um dos passos hoje, quando a gente discute qualquer política, em se tratando de exercício de controle social, como é que essa política está sendo avaliada pelos próprios usuários? Como é que a coordenação do local tem visto a avaliação que é feita pelos jovens? No caso da pesquisa, 10% de milhares, como é que vocês estão pensando, já que termina agora no final do ano, o trabalho da história de vida com quantos? 200 jovens? Como é que vocês estão pensando no desenvolvimento da pesquisa que vai ser, em minha opinião, riquíssimo, pois trabalhar com história de vida é rico. Como é que vocês estão pensando em se tratando de estar espremido no tempo, trabalhar com a metodologia da história de vida? A gente estava discutindo que é uma coisa rica, mas será que o volume, acho que são cerca de 200, 10% de 2.000, como é que vocês estão pensando em fazer esse levantamento e tornar público? Porque acho que não interessa só à cidade do Recife. Eu fiquei enlouquecida de saber essa experiência e queria saber como vocês estão pensando em tornar público.

### Pergunta 2

Meu nome é Ivete, eu estou aqui representando o Conselho Tutelar do Recife. A minha pergunta é: quando você falou que o PROJOVEM foi integrado e falou do PROJOVEM adolescente. Gostaria de saber, como é que está a questão do PROJOVEM adolescente? Para a gente é muito importante esse programa do

PROJOVEM Urbano para os jovens, mas e o adolescente? Porque a gente que está na ponta não tem notícias do PROJOVEM adolescente. Para a gente é de fundamental importância porque os nossos jovens precisam do programa, que já existe no papel, mas que precisa realmente ir para a prática. Antes do PROJOVEM existia o Agente Jovem, a gente, enquanto conselheiro tutelar, devia zelar pelos direitos dos adolescentes. E de certa forma esses adolescentes estavam no espaço, discutindo, trabalhando alguma coisa, e não estavam na ociosidade da vulnerabilidade, de estar na rua. Hoje esses jovens do Agente Jovem não foram inseridos no PROJOVEM adolescente. A gente tem várias entidades aqui no Recife, eu posso citar algumas, que tinham esse trabalho com o Agente Jovem, como a Turma Flau, de Brasília Teimosa, o CECON e outras entidades sérias que trabalham com adolescente e faziam esse trabalho. Para onde foram esses jovens? Onde está o PROJOVEM adolescente? Porque a gente está aí, a gente que está na ponta não tem mais como encaminhar nenhum adolescente para canto nenhum. É um trabalho muito difícil, e a gente está vendo adolescentes e até crianças se envolvendo com craque. O craque está vencendo a sociedade. Então, a minha pergunta é em cima do PROJOVEM adolescente, o que aconteceu com ele que a gente não está vendo se desenvolver na cidade do Recife?

Pergunta 3:

Eu sou Elizelma, Assistente Social do Ministério Público de Pernambuco. Minha pergunta vai para a Assistente Social que apresentou o PROJOVEM em Recife: nas atividades que vocês desenvolvem, principalmente as atividades que falam sobre os direitos sociais, atividades comunitárias, vocês estão incluindo na discussão a participação do jovem para o controle social, para a participação dos jovens nos diversos conselhos, aqueles exclusivamente de jovens, como também conselhos das demais áreas, de saúde, assistência, para que esse jovem passe a exercer esse protagonismo também na área de controle social? Gostaria de saber se estão tendo essa intervenção nesta área.

Resposta de Elisana Araújo:

Com relação ao questionamento da colega Vera Núbia a respeito do porquê da existência da evasão. Nós nos colocamos numa posição diferente da escola regular. É a escola regular que tem um público nessa faixa etária também com essas características, em uma condição também de vulnerabilidade que se depara com a evasão escolar. Nós atualmente temos o menor índice de evasão do Brasil pelo menos é o que nos consta até o presente momento. O Recife e algumas outras poucas capitais também se encontram nessa posição. Então, a evasão escolar não é um fenômeno que é específico do PROJOVEM e é um fenômeno estranho ao PROJOVEM. É um fenômeno que afeta a educação regular que atende a esse público, porque nós lidamos com pessoas que muitas vezes se deparam entre a escola e a sobrevivência, então existem

ditames sociais, ditames econômicos que vão muito além simplesmente da questão de opção de estudar ou não. Então a gente se encontra nesse sentido. A evasão escolar se encontra nesse sentido e ela se posiciona assim muito por conta disso, até por conta das visitas domiciliares que são realizadas, os contatos quando a gente procura saber as causas da evasão normalmente são questões de trabalho, questão de cuidado com os filhos, questões que perpassam toda a questão de única escolha e exclusiva escolha pelo estudo, opção por estudar. Com relação à intersectorialidade, que também foi colocado aqui. Com relação a essas questões da intersectorialidade para essa afirmação de parcerias e também para garantir esse acesso existe um comitê gestor que envolve as diversas secretarias, representantes das diversas secretarias onde nessas reuniões que são realizadas com o comitê gestor são colocadas as questões latentes de cada lado e também firmadas as parcerias para acesso aos possíveis setores que possam estar fomentando as demandas do PROJOVEM. Com relação ao questionamento da nossa colega conselheira, sobre o PROJOVEM Adolescente... De fato o PROJOVEM adolescente vem absorver as demandas do Agente Jovem, mas infelizmente nós não temos como lhe responder porque nós respondemos pelo PROJOVEM Urbano. Como o Programa foi dividido em modalidades, nós respondemos mais pelo PROJOVEM Urbano. Então o que nós sabemos a respeito do PROJOVEM adolescente é que ele está sendo de responsabilidade da Secretaria de Assistência e desenvolvido em parceria com os CRAS, então de repente os CRAS podem estar dando as melhores respostas nesse sentido. A colega também Elizelma – Assistente Social do Ministério – nos colocou a questão do Controle Social. Como eu havia falado, a proposta do PROJOVEM é bastante diferenciada, por ela admitir até o trabalho do assistente social numa dinâmica curricular bem diferenciada nessa questão da participação cidadã. A responsabilidade do assistente social é bastante grande, primeiro por romper uma cultura, uma cultura que não é muito assim visível no trabalho do assistente social, não visível no sentido de não ter visibilidade, mas não visível no sentido de a gente não ver uma proposta, pelo menos eu não tinha visto como proposta admitir-se o trabalho do assistente social nesse formato. Então você não vê o assistente social em vários espaços profissionais como no contexto PROJOVEM. Então o trabalho do assistente social é bastante desafiador, posso dizer assim, primeiro por ter uma dinâmica de conquista, agora o aluno precisa compreender que isso é importante para ele. As questões desses trabalhos ligados ao social, a discussão de direitos, o engajamento mesmo nesses planos de ação comunitária que são desenvolvidos e isso é tudo fruto de um trabalho muito desafiador. Mas no tocante ao controle social, pode-se dizer que os alunos, nas aulas que são ministradas pelos assistentes sociais, participam de uma dinâmica de conhecimento, discussão e reflexão sobre os direitos sociais, direitos civis também, dos direitos nos mais diversos aspectos. E os alunos também são estimulados a se engajar em movimentos de conquista de direitos, de garantia

de direitos e também nessas instâncias deliberativas, o orçamento participativo (nós tínhamos até imagens a esse respeito de alunos e ex-alunos que saíram do PROJOVEM e que já se engajaram num movimento, enquanto delegado do orçamento, enquanto atuantes nessa área). Mas também temos, no período de curso mesmo do PROJOVEM, momentos de propostas de Fóruns de Juventude já para familiarizá-los a essa dinâmica do controle social e quando possível dependendo da dinâmica de cada núcleo que são as escolas, no contexto de cada núcleo nós nos engajamos em nível local a esses movimentos e espaços de participação.

Resposta de Josenita Luiz:

Como foi dito, a metodologia que nós estamos trabalhando nessa pesquisa é qualitativa, então os dados quantitativos não são, por si, o grande elemento dessa análise. A gente vai realizar entrevistas com 10% desses jovens e as histórias de cada vida vão ser a partir daqueles jovens que apresentam situações especiais, casos mais significativos. Alinhado a esse método da entrevista nós também temos a observação e essa é bastante rica. A partir do momento em que a gente faz uma observação, a gente observa o total. Quando nós fomos às escolas realizar essas visitas nós já fizemos observações riquíssimas, já fizemos registros, então dali já temos dados para analisar, para inferir o seu significado e voltar à realidade para futuras aproximações sucessivas, tal como prevê a pesquisa qualitativa.

Pergunta 4:

Meu nome é Roberto, eu sou economista e me interesso sempre pelas questões sociais. Acho que o serviço social tem um papel fundamental nesse país visto que a gente trata ainda o crime como uma coisa individual. E eu farei só uma pergunta bem breve. O PROJOVEM, há quatro ou cinco anos, veio ali no Centro de Convenções e inaugurou o Programa, pagando uma bolsa de R\$ 100,00 (cem reais) por mês. Continua isso? Vocês acham, em sua consciência, que uma pessoa entre 18 e 29 anos vai abandonar suas atividades, atividades lícitas ou ilícitas, para passar 18 meses aprendendo alguma coisa de cidadania, de profissão, de dignidade para sua vida? Eu acho que a gente precisa começar a resgatar a capacidade da gente de se indignar. A moça da Prefeitura do Recife teve a coragem de vir aqui e dizer que a gente está perdendo a luta para o craque. Só quando matar um de nós, um familiar nosso é que a gente vai começar a se revoltar, quando uma criança de 15 anos der um tiro na testa de um filho da gente é que a gente vai começar a voltar a se indignar com esse estado de coisas que estamos vivendo. Eu não vi nenhuma discussão, nenhuma crítica a não ser a dessa moça da Prefeitura do Recife em relação aos governos. A gente está parece que anestesiados. Eu não aguento mais esse negócio de balançar a cabeça e o PROJOVEM seria o momento de se resgatar um pouco de dignidade dessas pessoas que estão à margem, não

são nossos filhos, mas poderão matar os nossos filhos a qualquer momento ou a nós mesmos. Então por exemplo, do PROJOVEM adolescente a moçada aí sem perspectiva, sem nenhuma visão de futuro, sem nenhuma perspectiva de futuro. Então era essa a indagação, essa revolta em mim, essa minha indignação de ver todo mundo só balançando a cabeça e se falar ainda em socialização, se falar em luta de classes, se falar em coisas que para mim, para nós economistas, para 90% dos economistas isso é uma coisa absolutamente hoje já do passado. A gente precisa viver a realidade presente de profissionalizar, de qualificar, de capacitar as pessoas, dar dignidade, caráter e ética tem que ser aprendidos em casa; a escola pode complementar, mas caráter e ética tem que ser ensinado em casa.

Pergunta 5:

Bom, eu sou Margarida, sou da Universidade Federal de Alagoas, professora do curso de Serviço Social. Concluí recentemente o doutorado aqui na Universidade Federal de Pernambuco. A minha intervenção não é mesmo uma pergunta, é mais uma reflexão, mas eu acho que ela é mais dirigida à fala da Alexandra, especificamente ao papel do Estado nessa produção das políticas sociais. A gente sabe que o Estado tem um papel regulador e, no caso, ele se coloca em meio a uma relação intensa entre capital e trabalho. Alexandra lembrou para a gente a crise vivenciada tanto pela proposta do Welfare State, como pela proposta do socialismo real. E isso, a gente sabe que resultou numa situação de desemprego, que é desemprego estrutural. A gente precisa fazer uma articulação entre trabalho e emprego, e o que a gente percebe nos dias de hoje, é que há uma tendência, um estímulo, a que haja uma vinculação ao trabalho mesmo que isso seja através da informalidade e das condições mais precárias possíveis. A apresentação dos trabalhos que foi feita aqui, sobre o PROJOVEM, alerta a gente para o fato de que muito das políticas está sendo dirigido para os jovens, os adolescentes, as crianças. Aí, onde está a força, a dinâmica, a revolta da população? Então, isso já é um ponto para que a gente se coloque uma interrogação. Por outro lado, o abandono de propostas maiores de uma emancipação humana em função das propostas mais reduzidas de desenvolvimento local. Daí a importância da proposta da perspectiva territorial, desse movimento de propostas locais. E aí a gente vê (na última questão eu volto à questão da precarização do trabalho e da própria vida da população), e isso atravessa o trabalho dos profissionais, visto o que você destacou, a questão do papel dos profissionais. A gente vê o seguinte: para mim uma grande preocupação que surge é até que ponto a assistência social não está sendo resgatada para um controle sobre a população, e não no sentido do empenho para que a população seja o grande espaço de controle da política e da vida social de modo geral. Eu quero enaltecer a sua preocupação enquanto você destaca o papel dos profissionais, no sentido de aproveitamento desse espaço e da construção de uma mediação que

vislumbre o que a gente tanto vem defendendo. Mas há nesse momento um grande risco da assistência social estar sendo resgatada no sentido do controle sobre a população. Obrigada.

Pergunta 6:

Eu entendi o que o economista aqui presente quis dizer a respeito de algumas perguntas que, de fato, nos indignamos quando vemos na TV, quando acontece próximo à nossa realidade, mas essa questão da bolsa, na verdade, dos cem reais que os alunos recebem, existe na verdade dois lado: a gente verifica como uma ajuda, na qual “um bloco” deles utiliza para a perspectiva do seu próprio crescimento e para ajuda da sua família, e, por outro lado, há aqueles que a gente não pode negar, que utiliza para comprar drogas, para comprar armas, e isso passa na televisão. A mídia coloca como se todos eles utilizassem o dinheiro para fazer a mesma coisa. Na verdade, existe outro lado da moeda: existem alunos do PROJOVEM que têm cinco filhos, sete filhos, então, eles se utilizam daquele dinheiro para comprar comida, para comprar fralda quando está faltando. Tem histórico de que alguns deles guardaram o dinheiro durante os doze meses de Programa e compraram no final um computador. Então, são histórias diferenciadas, perspectivas totalmente diferentes daquilo que eles fazem com a bolsa, porque isso é sempre uma polêmica: dar ou não dar o dinheiro. Eu acredito que, logo mais, vai ser um pouco mais explanado sobre isso, mas era somente um breve comentário. A minha pergunta, na verdade, é que eu gostaria de saber como está sendo visto por vocês essa vinculação do Serviço Social à área de educação. Acredito que a maioria do público aqui seja de Serviço Social, dentre outras áreas sociais. Mas eu acho muito interessante, porque eu não tenho nenhum registro de que o Serviço Social esteja diretamente vinculado à sala de aula. Nós estamos na sala de aula mesmo. Damos aula, utilizamos piloto, quadro, e a gente utiliza essa questão de ministração de aula, na qual nós não temos essa propriedade total dentro da Universidade, dentro das nossas disciplinas que são colocadas no componente curricular, e nós não saímos licenciados, saímos bacharéis do curso de Serviço Social. Trabalhar com essa questão da ministração de aula ou da sala de aula, da questão da educação, gostaria de saber como o Serviço Social verifica hoje essa nova abertura dentro da área de educação, retirando mais o Serviço Social da questão da Assistência, da Previdência, na questão do Ministério, que a moça veio aqui e falou. Mas, eu gostaria de saber da perspectiva de cada um, esse crescimento, inclusive o Serviço Social inserido na educação. Acredito que já existam algumas leis que querem colocar Assistentes Sociais, Psicólogos, no setor público, na área de educação pública, e a gente precisa discutir um pouco mais essas questões. Eu queria saber da mesa, como vocês têm visto essa nova perspectiva do Serviço Social.

Resposta de Elisana Araújo:

Primeiramente, a respeito do comentário do colega Roberto, a respeito da bolsa. Existem muitas discussões a respeito da bolsa que são fornecidas pelo PROJOVEM, que é a viabilizada. Mas vai ser importante a gente destacar que para o recebimento da bolsa existem critérios: o aluno, o jovem, para o recebimento da bolsa, tem que ter pelo menos 75% de frequência nas aulas presenciais, e ele também tem que ter 75% de entrega dos trabalhos no prazo determinado. Então, não é fornecida indiscriminadamente. E a perspectiva do fornecimento da bolsa: a bolsa tem um caráter de suporte, suporte para os estudos do próprio jovem. O jovem que muitas vezes tem o deslocamento de sua residência para escola, de sua residência para as aulas práticas dos arcos da qualificação profissional, que também tem o custeio de materiais para as suas aulas nos núcleos ou escolas-núcleos, como também na qualificação profissional. Inclusive, existem ações comunitárias e eles também produzem materiais para o desenvolvimento das ações comunitárias. Então a visão da bolsa é nesse sentido: viabilizar, sem ônus ao estudante, os seus estudos. Agora, os fins são coisas que não são controláveis, são coisas que são subjetivas e tem o controle de acordo com cada pessoa. Temos casos, como a colega Tarsiana colocou, de jovens que juntaram ao longo do curso aquelas bolsas que foram recebendo e no final puderam pagar um curso, conseguiram comprar um computador, e tiveram vários e vários outros fins que foram realmente adequados para sua qualificação, adequados para sua continuidade nos estudos. Mas temos também outros casos, os quais infelizmente são os mais divulgados. Porque se formos ver, a maioria dos jovens são jovens trabalhadores que se esforçam, e muito, para chegar no horário das aulas. A maioria dos nossos jovens são pais e mães de famílias que lutam o dia inteiro para conseguir estar à noite na escola, assistindo as aulas a despeito do cansaço, a despeito da fadiga, a despeito dos problemas, se dando uma oportunidade de ter uma chave de acesso ao conhecimento, para que ele possa ser a via de acesso para bases superiores existentes naquele determinado momento. Então, é uma faca, mas é uma faca de dois gumes. Então, tem que ver onde é que essa faca está cortando mais forte, está mais afiada. Eu acredito que para a vida de pais e mães e cidadãos que querem dar uma guinada na sua vida. Então, eu coloco que a insatisfação, a indignação, é própria de quem tem acompanhado a violência, mas nós também por meio desse benefício que é fornecido. Com relação ao questionamento da Assistente Social Tarsiana sobre o Serviço Social na área de educação, eu penso ser muito pertinente, eu sou muito suspeita para falar, porque envolve um lado profissional, porque eu atuei também como Assistente Social no PROJOVEM Urbano de 2006 até 2008. E vejam como é muito pertinente para a vida do jovem, até para estar trabalhando esse movimento de conquista, esse movimento de engajamento social que é esvaziado pelo discurso que é colocado, que é escancarado nas nossas portas, na nossa casa, seja por via

da mídia, seja por via da própria cultura que já está enraizada por conta desse sistema no qual nós vivemos e nós não temos como fugir, somente por meio, realmente, do esclarecimento. Então, eu vejo a oportunidade do Serviço Social como uma ruptura a essa cultura. Mas eu vou gostar bastante de saber a posição da Universidade, e estou bastante curiosa também como todos os colegas e todas as colegas Assistentes Sociais.

#### Resposta de Alexandra Mustafá

Tentaremos dar uma resposta que contemple a dimensão, a profundidade das questões, sem, no entanto, esgotar a complexidade que envolve todo o debate. Iniciaremos pela questão da inserção e da articulação do Serviço Social com a educação. Vejam bem, o Serviço Social se constitui uma profissão que trabalha com as expressões da questão social. Então o Serviço Social trabalha com a questão da saúde, da não implementação do SUS, enquanto política de saúde universal, assim como trabalha com a política propriamente dita da Assistência, através do SUAS, dos CRASs, dos CREAS, enfim, da atenção básica e da atenção especial àqueles que são necessitados ou que são usuários da Assistência, que não têm seus direitos atendidos nem mesmo pela inserção no mercado de trabalho. O Serviço Social atua também na educação, na política de educação. Isso por quê? Partamos do ponto de vista de que o homem, ser humano, usuário do Serviço Social pertence à classe trabalhadora. Ele pode estar fora do mercado de trabalho, mas em princípio ele ainda está no exército industrial de reserva, prestes a ocupar um espaço dentro do mercado de trabalho, assim que seja possível, ou a ser, digamos, descartado por este mercado. Mas, para o Serviço Social, diante de uma visão ética, todo ser humano é um ser que merece o respeito e a dignidade, e deve ser tratado ou tratada como ser humano em sua totalidade. Então, a implementação das políticas é um processo que faz parte da nossa luta, no sentido de ver a totalidade do ser humano, que precisa tanto do sistema de saúde, tanto do atendimento da política de saúde, quanto do atendimento da política de assistência, quanto do atendimento da política de transporte, tanto do atendimento da política de criança e adolescente, da política voltada para o idoso, para a questão de gênero, idade, sexo, enfim... e da política de educação. Nesse sentido, nós não nos propomos a ocupar o real espaço da educação, mas trabalharmos conjuntamente com a educação, com a política de educação, entendendo principalmente que este trabalho do PROJOVEM está voltado para o atendimento de uma necessidade que não deveria acontecer. Ou seja, o jovem deveria ter condições de estudar numa escola pública de boa qualidade e a não ser expulso dessa escola, seja por causa da droga, seja por causa das condições de vida da família, seja por causa da gravidez não planejada, pela necessidade de um emprego que são, enfim, em última instância, questões estruturais. Nós trabalhamos também no imediato, no atendimento do imediato, mas voltados para essa questão mais estrutural e

para essa dimensão de que as políticas sociais devem responder a todas as necessidades dos usuários do Serviço Social. Nessa perspectiva, eu gostaria de responder à primeira pergunta. Vejam bem, o Prof. Cipriani, na sua conferência de ontem foi bastante feliz quando disse que não existe apenas a dimensão econômica para interpretar e analisar a realidade, que existem outras dimensões: dimensão da subjetividade, a dimensão dos valores, a dimensão da cultura, a dimensão da religião, a dimensão do conhecimento. Então, nesse sentido, nós partimos do princípio de que existe uma luta de classes, mas ela não se explica apenas pela dimensão econômica. E é claro que nós nos indignamos diante da situação em que se encontram esses jovens. Esses jovens que são vítimas da droga, esses jovens que não têm emprego, esses jovens que não têm perspectiva de vida. Mas, eu gostaria de ressaltar que à tarde nós teremos a oportunidade de assistir ao M'IMPRENDO e conhecer melhor o projeto, e identificar que não é apenas uma bolsa, seja de cem reais, seja de mil reais, que vai modificar a mentalidade de um jovem para que ele tenha perspectiva de vida, para que ele acredite em si, para que ele tenha consciência para participar de movimentos sociais que possam realmente combater a sua condição de vida. É claro, eu disse isso no início, que os recursos para o social são cada vez mais recursos insuficientes, porque o corte, quando há cortes, há cortes no social, que não é prioridade das elites governamentais. Enquanto, quando a crise do capital afeta as empresas, surgem imediatamente recursos para subsidiar essas empresas. Então, a questão econômica está predominando neste caso. É claro que nós gostaríamos que a bolsa fosse superior a cem reais. Não estamos de acordo com isso, quanto à atuação do governo, porque muitas vezes a bolsa atrasa, a merenda atrasa... Enfim, são “n” problemas operacionais que implicam no sucesso ou no não sucesso de um programa como o PROJOVEM. Mas, nós que somos estudantes universitários, professores universitários, que estamos ligados aos movimentos sociais, nós temos uma responsabilidade em passar uma cultura, uma credibilidade, uma motivação e, ao mesmo tempo, de passar conhecimento para a população e também de suscitar a indignação. Porque se vocês analisarem a Declaração Universal dos Direitos do Homem, encontrarão que o ensino de nível superior, ou seja, a universidade, é entendida não como direito de todos os jovens, mas como uma questão meritocrática, de mérito. Ora, se a própria Declaração diz isso, imaginem o que não diz a burguesia, a elite dirigente, parlamentares e gestores que definem a direção das políticas sociais, os próprios gestores dos programas. Como fazer com que os jovens da periferia, os jovens que estão “marginalizados” saiam da condição de “marginalizado”. Não são eles que estão fora, estão dentro da sociedade, mas numa condição de sub-vida. Como é que eles podem sair com valores de luta, como sujeitos da história? Nós temos um papel de formarmos sujeitos da história e de sermos junto com eles sujeitos de transformação social. Nesse sentido, não se trata apenas da luta de classe, no sentido teórico-ideológico, mas numa luta que é real porque existem interesses diferentes: um é

competivista e o outro é solidarista. Então, como nós podemos contribuir com o nosso exercício profissional, na tomada de consciência desses jovens para que eles se sintam realmente capazes de fazer essa nova sociedade? Ou será que nós vamos deixar que apenas algumas lideranças, que são mais esclarecidas politicamente, e que têm o ensino superior, conduzam o processo de mudança da sociedade? É preciso pensar na potencialidade desses jovens. É por isso que eu falo em ética e valores. Eu acho que para a gente dar o primeiro passo, para a gente ter uma postura ética de denúncia, uma postura ética de questionamento e indignação, precisamos estar inquietos, indignados com as injustiças sociais, com essas expressões da questão social. E você procura se articular com pessoas que acreditam na mudança da sociedade e se articular não só de uma forma elitista, mas envolvendo, de forma organizada, toda a população, porque aquele jovem que está envolvido com o craque pode sair do vício e se tornar uma liderança comunitária. E é isto que nós queremos: formar mais lideranças, formar quadros na população que está entendida como marginalizada. E por fim, eu gostaria de responder à pergunta de Margarida sobre o papel regulador do Estado. Se na verdade a assistência social não está exercendo um papel de controle social? Realmente Margarida, o serviço social, em princípio, é uma profissão que é contraditória, ela tanto atende os interesses do capital quanto atende aos interesses do trabalho. E neste sentido, a assistência tem essa característica: de um lado ela pode ser entendida e estar sendo implementada como uma política que regula, que controla digamos que não permite o estouro da boiada, digamos assim a revolta inusitada, mas seria uma revolta justa e ao mesmo tempo talvez “desordenada” da população – como nós vivemos uma violência que mata mais do que nas guerras, que é a violência estrutural e a violência urbana. Nós sabemos que a política de assistência social exerce esse controle, no entanto, nós somos convidados enquanto assistentes sociais, enquanto sociólogos, enquanto historiadores, enquanto pedagogos, a trabalhar com essas políticas sociais e o diferencial está exatamente no direcionamento que é dado no planejamento e na execução dessas políticas. Se nós temos uma visão crítica, é claro que nós podemos influir na direção dessas políticas. Eu gostaria de dar um exemplo a vocês, eu não sei se todo mundo aqui teve a oportunidade de conhecer a assistente social Lúcia Lopes que trabalhou na criação do IASC para a supressão da Legião da Assistência do Recife. Vejam bem, a população de rua, que vive na rua nunca foi contabilizada como população brasileira no censo demográfico. Ela é uma população invisível, simplesmente não existe, não consta nos dados estatísticos. E uma das lutas que Lúcia Lopes junto com o CFESS, junto com o Conselho Nacional de Assistência fez foi inserir esta população no censo. Ora, isso parece uma coisa meramente formal, mas tem um caráter significativo muito grande porque essas pessoas eram invisíveis e agora a condição de vida delas vai se tornar visível e, aos olhos daqueles que são mais visíveis, vai denunciar a condição de vida dos que vivem na rua. Isso foi uma conquista de uma assistente social que despertou para essa luta, que

tomou isso como bandeira de luta. Então por isso eu digo: nós devemos ter a visão do todo e participar do planejamento, da decisão, da operacionalização e da execução e avaliação das políticas porque, dando a direção nós podemos fazer com que um programa tenha aspectos positivos e não apenas o clientelismo, que é característico dos governos imprimir à política de assistência social. Não é que eu defenda esse tipo de prática porque inclusive ela é muito clientelista. Ela é utilizada para obter votos, assim como o próprio movimento social está sendo cooptado para dar legitimidade aos que estão no poder e para não reivindicar nem questionar essas práticas. Mas nós devemos continuar na resistência e contribuir para a formação de uma esquerda verdadeira, de uma esquerda atuante e fiel aos princípios que defendem os interesses da classe trabalhadora.

## **Para uma comparação internacional e multidisciplinar entre projetos de desenvolvimento local**

**Anna Maria D'Ottavi<sup>55</sup>**

Boa tarde a todos. Vamos começar a conversar pela Arte porque esse belíssimo encontro sobre Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos, como vocês viram, está ao lado de uma obra de arte. Mas, não se trata de uma escolha casual porque nós entendemos que o Serviço Social e a Ética devem estar inseridos em um campo muito mais amplo.

Franco Ferraroti é um dos sociólogos italianos mais famosos internacionalmente e o Lúcio e a Alexandra Mustafá tiveram a oportunidade de conhecê-lo e entrevistá-lo na última vez que foram a Roma. Ele nos explica o porquê é tão importante levar em consideração as vanguardas artísticas quando nós procuramos entender a sociedade. Por isso, eu acho que o artista italiano junto aos artistas de anguarda pernambucana têm algo que se encaixa muito bem e principalmente pelo fato de que, tanto os artistas italianos quanto os pernambucanos, estão sempre refletindo, de uma forma profunda, sobre os problemas da sociedade que os aflingem. Em uma revista divulgada pelo Professor Cipriani, chamada *Revista de Estudos Utópicos*, um filósofo chama a definição de utopia como perspectiva de uma sociedade de justiça, de liberdade e de igualdade. Mas, ele também diz que não se trata de um sonho, mas de um 'dever ser'. O homem é obrigado a se comportar de uma maneira justa para construir uma sociedade de justiça. Então, para ir adiante com nosso raciocínio, se a ética é a disciplina das relações sociais, dos direitos e dos deveres, a utopia é um 'dever ser' que a humanidade deve ir aos poucos colocando em prática.

Como já foi citado anteriormente, esse intercâmbio entre Brasil e Itália começou em 2005. Ele acontece entre Serviço Social italiano e brasileiro, mas ele não é só isso, ele é um intercâmbio que nasce, antes de tudo, para ser um intercâmbio entre o mundo intelectual brasileiro e italiano, com particular foco sobre a arte e a cultura. Eu estou convencida de que esse intercâmbio tenha gerado um levante de consciência e uma melhoria intelectual muito grande

---

<sup>55</sup> Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências da Formação da Universidade Roma TRE, Diretora do Instituto per gli Studi sul Servizio Sociale – ISTISSS, responsável pela edição da Rivista Sul Servizio Sociale de Roma, Presidente da ONG Mamma África, e uma das responsáveis pelo Projeto M'IMPRENDO.

porque esse encontro entre os italianos e brasileiros faz um crescimento que vai ser uma coisa muito boa para os dois lados. No curso desses contatos que ocorreram entre os italianos e brasileiros, nós trabalhamos muito sobre o conceito do que seria o trabalhador social, se seria um técnico do consenso ou se deveria ser um promotor de ações direcionadas para uma sociedade mais justa. A questão que se colocava durante esses cinco anos de discussão era o crescimento das diferenças entre os países ricos e pobres e, também, o crescimento dessa diferença entre classes no interior de cada país. Esse era um problema que preocupava muito e que precisava ser resolvido e a questão dos Direitos Humanos entendida, também, como realização concreta dos direitos sociais. Então, o trabalhador social deve se capacitar para fazer essa relação entre o local e o global. A conclusão que chegamos é que a globalização não pode excluir, mas tem que incluir e isso só é possível através da participação ativa da cidadania. Este discurso não é uma novidade. Todo mundo diz que está certo, mas só da boca para fora. Não é novidade porque Ferraroti nos anos 60 já estava falando sobre isso. Não existe nenhuma ação que pode vir de cima e resolver os problemas, nenhum programa de governo, se não existir um processo de participação por parte dos cidadãos. A prática dessa participação ativa do cidadão encontra uma série de obstáculos, apesar de que todo mundo tem um discurso sobre essa participação, mas, na prática todo mundo encontra sérios obstáculos. Quem tem mais problema para exercer essa cidadania são os jovens e eu acredito que isso deve valer para o Brasil também, não só para a Itália. O projeto M'Imprendo, que é um projeto pequeno e experimental, tenta enfrentar essa realidade de falta de participação da juventude na cidadania. A vontade de participação dos jovens não deveria ser apoiada somente por projetos experimentais, mas deveria ser algo de todos os dias. Para os jovens e para quem trabalha com eles.

De fato, o Projovem é um programa que se ocupa de ampliar a participação dos jovens na cidadania e agora eu vim falar para vocês sobre o M'Imprendo que tem características afins. Esse projeto é da Prefeitura de Roma e o principal objetivo dele é o desenvolvimento local participativo. Nós chegamos agora ao ponto central da discussão, no sentido de que é muito importante que os administradores, os políticos locais, tomem a iniciativa ou sejam obrigados a tomar essa iniciativa para o desenvolvimento da comunidade. O desenvolvimento de comunidade remonta à abordagem do Serviço Social, que é aquele que vê o assistente social como construtor de redes ou animador das redes que já existem, ou seja, o assistente social que valoriza ao máximo o capital social da comunidade em que ele atua. No caso específico do M'Imprendo se trata exatamente de fazer isso em favor dos jovens. Apesar de todo esse discurso de que o assistente social deve realmente desenvolver o seu trabalho e ser promotor de redes no interior de um processo de serviço social de comunidades, não está se fazendo quase nada. Agora, a Prefeitura de Roma com a assessoria científica do Professor Cipriani, encomendou um

estudo científico ao Instituto de Estudos sobre o Serviço Social para formar professores e atualizar operadores sociais de diversos tipos que trabalham entre jovens, nas bibliotecas, nos centros que fornecem empregos e etc. A finalidade é colocar em formação os professores ou operadores sociais para que eles mudem a maneira de abordar os jovens para levar a seguinte mensagem aos jovens: a prefeitura, o serviço social, as instituições de ensino acreditam que vocês sejam capazes de expressar, ao máximo, a criatividade de vocês. Isso tem uma semelhança com o Projovem. O M'Imprendo se volta para estudantes do segundo grau italiano, ou seja, são jovens que, de certa forma, são privilegiados porque estão estudando enquanto o Projovem vai buscar pessoas que já abandonaram o estudo. Talvez, nesse sentido, o M'Imprendo seja para jovens mais privilegiados.

Mas, é dado a esses jovens uma responsabilidade e, também, um prêmio. O projeto consiste em premiar as melhores ideias que os jovens vão idealizar. Eles criam uma pequena empresa que se preocupe com os problemas sociais ou os ambientais. Portanto, para esses jovens além de dizer que a sociedade acredita neles, se dá também a responsabilidade para eles se tornarem pesquisadores na região onde eles vivem ou na região onde está a escola e de olhar na comunidade onde eles vivem ou estudam quais são os problemas, principalmente, sociais, ambientais, mas também de outros tipos. Porque, muitas vezes, existem recursos que estão escondidos. Nas reuniões onde eles se reúnem para resolver esses problemas, eles chamam os administradores locais, os representantes de realidades econômicas diferentes, chamam-se os bancos, o voluntariado e diversas organizações para que eles reconheçam os problemas que existem na comunidade e possam assumir a responsabilidade também. Às vezes, não querem aceitar e precisam de anos para que eles reconheçam os problemas e possam tomar alguma atitude, mas é muito importante porque sempre tem os que participam e entendem que os problemas não são apenas responsabilidade daqueles que passam por eles, mas de toda comunidade. Nós chamamos de um novo exercício de 'governança', que significa que o governo do território não fique mais longe das mãos dos cidadãos. Há também um esquema de discussão sobre o Orçamento Participativo. Às vezes, elas são apenas formalidades e não chegam a acontecer. Mas, outras vezes, realmente se ativa uma relação entre a comunidade e os administradores locais.

Voltando ao M'Imprendo, aquilo que estamos conseguindo fazer, mesmo que seja com certa dificuldade, já conseguimos convencer alguns jovens de que a cidadania ativa deles deve ser gasta através de um engajamento na comunidade em que eles vivem. É um engajamento que os desafia a fazer um projeto pessoal, mas que terá um desaguamento para o bem da comunidade. Muito obrigada.



## Juventude nas constituições brasileiras: um trajeto histórico<sup>56</sup>

Denis Antônio de Mendonça Bernardes<sup>57</sup>

Juliane de Albuquerque Tenório<sup>58</sup>

### Denis A. de M. Bernardes

Bom dia a todos. Vamos realizar uma conferência sobre um tema muito importante para entendermos o papel dos jovens na nossa sociedade: *Juventude nas Constituições Brasileiras, um trajeto histórico*. Para isso, faremos um resumo dos vários momentos constitucionais vividos pelo Brasil desde o momento em que passou a ser uma nação independente.

Na Constituição Política do Império do Brasil (1824), constituição, como todos sabem, outorgada depois que o imperador Pedro I dissolveu arbitrariamente a Assembléia Constituinte, em 1823, não há nenhum tratamento em relação à juventude e essa é uma ausência importante. O que se encontra no texto constitucional é uma definição do cidadão relacionada com sua faixa etária, em um Império constitucional e representativo. Há eleições para o Senado, para a Câmara dos Deputados, não há, é claro, para o Imperador. Contudo, vale lembrar que para o Senado os eleitores escolhiam uma lista tríplice da qual o imperador escolhia o senador. O Senado era vitalício, o que lhe conferia um caráter mais conservador. Mas, qual era o modelo eleitoral adotado? Primeiro: voto censitário, sendo a prova de uma renda de cem mil réis anuais o que determinava quem poderia ser eleitor. Segundo: ser do sexo masculino, pois as mulheres eram excluídas do direito do voto, mesmo as mulheres da elite econômica e social do Império. Terceiro: a idade mínima para ser eleitor era de 25 anos e isso indica uma importante concepção social e política de maturidade. A referência mais antiga que eu encontrei sobre essa tradição data das Ordenações Filipinas de 1603 na qual para ocupar cargos públicos era preciso ter, pelo menos, 25 anos e se algum funcionário público tivesse menos, ele perderia o cargo. O curioso é a longa duração dessa base etária do

---

<sup>56</sup> Este texto reproduz, com revisões, a apresentação oral feita pelos autores da conferência realizada por ocasião do II Encontro Internacional de Ética, Pesquisa Social e Direitos Humanos (Recife, CCSA – UFPE, 06/07/2010)

<sup>57</sup> Doutor em História Social (USP). Professor do Departamento de Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>58</sup> Doutoranda em Serviço Social (UFPE). Professora do curso de Serviço Social da Faculdade ASCES.

exercício da função pública e que o Império Brasileiro retoma e reafirma, sendo a única exceção a esta regra referente aos militares. Os militares com menos de 25 e mais de 21 anos que fossem casados poderiam ser cidadãos votantes. Essa cláusula do casamento como condição do exercício de certas funções ou direitos também se encontra nas Ordenações Filipinas: se um funcionário do Judiciário fosse solteiro, ele teria o prazo de um ano para casar, se não ele perderia o emprego.

A Constituição da República de 1891 traz grandes mudanças na regras eleitorais. Não há mais voto censitário, ou seja, a exigência de uma renda determinada para ser eleitor, o que fora, importa lembrar, um modelo adotado em países como a França e a Inglaterra. Esta nova regra ampliava, naturalmente, a base eleitoral da República, conservando, contudo a exclusão das mulheres. Outras exclusões do direito de voto na Primeira República (1889-1930) diziam respeito aos analfabetos, aos soldados sem patente e aos religiosos pertencentes a congregações que obrigavam ao voto de obediência aos superiores. Mas a idade mínima para ser eleitor diminuiu para 21 anos e não há mais nenhuma maioria adquirida com o casamento. Da mesma forma que na Constituição do Império, na Constituição de 1981 não há nenhuma referência à juventude, salvo nesta citada cláusula da idade mínima para o exercício do direito ao voto. No entanto, percebemos que houve uma importante mudança no tocante ao reconhecimento da maioria política que passou de 25 para 21 anos.

Situemos agora um novo momento político constitucional brasileiro iniciado com o fim da Primeira República. Para entendê-lo é importante lembrar alguns elementos cujas origens datam das primeiras décadas do século XX. Primeiro, o seu contexto histórico. É o período posterior à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) com tudo o que a mesma provocou, valendo destacar a Revolução Russa (1917), as questões nacionais não resolvidas e que são frutos da própria guerra, o acirramento da luta social, a crise do liberalismo em todo o mundo e a gradativa ascensão dos governos autoritários como o fascismo e o nazismo. No plano econômico é fundamental mencionar a crise de 1929 que atingiu praticamente toda a economia mundial e se prolonga até os primeiros anos da década de 1930. Referências políticas importantes foram a Constituição do México, de 1917, incorporando pioneiramente importantes conquistas sociais e a Constituição da República de Weimar, de 1919, igualmente pioneira no reconhecimento dos direitos sociais. No Brasil, em 1922, foi fundado o Partido Comunista, aconteceu a Semana de Arte Moderna, importante marco do nacionalismo e do modernismo cultural. Finalmente, a crise da República Oligárquica brasileira da qual resultou a ruptura intra-oligárquica e a Revolução de 30, sendo o presidente eleito Júlio Prestes (1882-1946) impedido de assumir o cargo e Getúlio Vargas é elevado ao poder.

Há uma primeira fase do governo Vargas (1930-1934) na qual ele governa sem a existência de um Congresso Nacional, dissolvido como consequência do movimento armado de 1930 e sem Constituição, pois a de 1891 fora abolida de fato. A continuidade do governo pessoal de Getúlio Vargas, governando por decreto, sem qualquer estatuto constitucional não podia ser duradoura. Diversas forças políticas, mestre entre seus aliados passaram a exigir a convocação de uma Assembléia Constituinte, e, sobretudo o levante paulista de 1932, mesmo derrotado tornara inadiável a re-constitucionalização do país. Em 1933, Vargas convoca eleições para uma Assembléia Nacional Constituinte a quem caberia a tarefa legítima de elaboração de uma nova Constituição Republicana. Ela foi de duração extremamente curta, cerca de três anos, mas muito importante para o Brasil porque marca o rompimento com o liberalismo da Primeira República e a consagração, pela primeira vez, em um texto constitucional brasileiro, dos direitos sociais. Nela se encontra, bem antes do famoso Relatório Beveridge (1942)<sup>59</sup>, a expressão '*bem-estar social*'. Sua vigência foi muito curta porque, em 1937, com o Estado Novo, ela é abolida, permanecendo apenas alguns dos princípios fundamentais do ponto de vista da política social.

Uma grande mudança política já aparece na eleição de 1933, para a Assembléia Constituinte<sup>60</sup>, quando as mulheres votam pela primeira vez e podem ser legalmente candidatas. Para esta eleição, a Igreja Católica convoca seus fiéis, especialmente as mulheres para fazer uma bancada católica forte visando recuperar o que ela havia perdido na Primeira República com a separação da Igreja e do Estado e com a laicização da educação. Em grande parte a Igreja Católica foi vitoriosa em seu propósito de reconquista de influência e poder junto ao Estado e ao ordenamento de muitos atos da vida civil. A indissolubilidade do casamento é estabelecida como a base da família e da sociedade e o casamento religioso poderia ter efeito civil, respeitadas as disposições legais sobre sua validade. A assistência religiosa passa a ser permitida:

(...) nas expedições militares, nos hospitais, nas penitenciárias e em outros estabelecimentos oficiais, sem ônus para os cofres públicos, nem constrangimento ou coação dos assistidos. Nas expedições militares a assistência religiosa só poderá ser exercida por sacerdotes brasileiros natos<sup>61</sup>.

---

<sup>59</sup> William Henry Beveridge (1879-1963). Seu famoso relatório data de 1942 sob o título original de *Reporto on Social Insurance and Allied Services*. Teve uma influência fundamental depois do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) na montagem do Estado de Bem Estar Social nas democracias do Ocidente capitalista.

<sup>60</sup> Rita de Cássia Barbosa de Araújo. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. *Estudos Avançados*. v, 17, n. 49, São Paulo, set./dez. 2003.

<sup>61</sup> Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 16 de julho de 1934, artigo 113, n.6.

Na constituição de 1934, outra vitória da Igreja Católica foi a permissão do ensino religioso nas escolas públicas. Podemos dizer que houve, então, um pacto do Estado com a Igreja Católica e que duraria até 1964<sup>62</sup>.

Mas, quais são os pontos fundamentais do ordenamento político aprovado pelos constituintes em 1934? Nos termos do seu Preâmbulo: (...) *um regime democrático, que assegura à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico* (...). Quais as principais mudanças presentes no novo pacto constitucional? Não há dúvida que houve uma grande ruptura com a cultura política liberal que fora a marca de toda a Primeira República, mesmo sendo a Constituição de 1934 o resultado de um compromisso entre diferentes forças políticas, apresentando por isto fortes componentes da social democracia, mas também alguns princípios básicos do liberalismo, sobretudo a defesa da propriedade privada e da chamada livre iniciativa. É uma miopia histórica não reconhecer as rupturas realizadas no ordenamento institucional brasileiro a partir de 1930 e que a Constituição de 1934 acolheria e consagraria no seu texto. A afirmação de que na História do Brasil tudo é a repetição do mesmo é fruto de ignorância e de equívoco interpretativo. Vejam, em 1930, há um projeto de nacionalização da economia que se manifesta em vários setores. Intervenção do Estado no domínio econômico e social; ruptura radical, neste aspecto, com o liberalismo. Incorporação, como um direito constitucional, de todas as históricas reivindicações presentes nas lutas da classe operária: redução da jornada de trabalho para oito horas; férias remuneradas, repouso semanal, salário mínimo, não diferenciação do salário por sexo, idade ou cor. Estas conquistas não chegaram ao alcance de todos os trabalhadores, mas para muitos se tornaram reais e saíram, de fato, do papel. Aliás, é impossível entender que o serviço social nasce no Brasil nesse contexto sem ter presente tudo isto que estamos referindo, mesmo que tão sumariamente. Outros pontos incorporados ao texto constitucional no tocante aos direitos sociais foram: limitação do trabalho infantil, da juventude e das mulheres; licença-maternidade; reconhecimento do direito à sindicalização; o direito ao voto das mulheres. Pela primeira vez na história do Brasil uma mulher atuou como constituinte, a paulista Carlota Pereira de Queiroz. Do ponto de vista do projeto nacional, também pela primeira vez uma Constituição coloca sob a proteção do Estado o patrimônio histórico, cultural e ambiental, sendo posteriormente criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 1937); política energética e hidráulica de cunho nacionalista; caráter social da propriedade; e uma coisa muito importante para nós nordestinos, o combate à seca torna-se dispositivo constitucional.

---

<sup>62</sup> A Constituição de 1934 reafirmou a liberdade de culto, com restrições não explícitas aos cultos afro-brasileiros e de origem indígena, mas a principal beneficiária da ordem institucional e política implantada a partir de 1930 foi a Igreja Católica.

Quanto à questão da juventude, diminui a idade para o exercício do direito de voto, que passa a ser dezoito anos (Art. 108). Recapitulemos a idade mínima para o exercício do direito ao voto nos períodos que já foram mencionados: vinte e quatro anos, no Império, vinte e um, na Primeira República e dezoito anos passa a ser a maioria política e civil na Constituição de 1934. Expressamente, incube à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas, *proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual* (Artigo 108, e). No Artigo 149 a educação foi reconhecida como:

*(...) direito de todos e deve ser ministrada pela família, pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.*

Ainda, em 1934, a Constituição estabeleceu a regulamentação do trabalho dos menores e dos adolescentes, com a proibição do trabalho dos menores de catorze anos (Art. 120, § 1º, d). Nos anos de 1910, um manifesto da Federação das Indústrias dizia que era um absurdo não permitir que as crianças trabalhassem, pois do contrário elas se tornariam vagabundas e diminuiriam a renda das famílias. Bom, essa é uma apresentação rápida dessas três primeiras constituições do Brasil, passo a palavra a Juliene Tenório de Albuquerque que continuará este nosso trajeto. Mas lembro que a Constituição de 1937 tem uma característica diferenciada pelo fato de ter sido redigida por uma única pessoa. Vargas encarregou o jurista, Francisco Campos (1891-1968), que entra no seu gabinete, sai com Constituição pronta, Vargas a lê no dia de 10 de novembro e está resolvida a questão. As pessoas diziam que quando a luz do gabinete de Francisco Campos acendia, a luz da democracia se apagava. A redemocratização revogou a Constituição de 1937, era impossível não fazê-lo. Com a Constituição de 1946, uma das mais amplas que o Brasil já teve, tivemos um novo e importante período constitucional. Ela vigorou entre 1946 e 1964 e com o Golpe Militar iniciou-se outro período de nossa história política. Vocês vejam como as Constituições marcam cada passagem fundamental da História do Brasil. Teremos, no período da Ditadura Militar alguns atos institucionais substituindo o texto constitucional e Francisco Campos, que fora o autor da Constituição de 1937, escreveu alguns deles, relacionados à suspensão de garantias políticas, dando ao Presidente da República amplos poderes, inclusive de fechar o Congresso. Mas, mesmo os militares entenderam que era preciso ter uma Constituição, então em 1967, no Governo de Castelo Branco, surge uma nova Constituição, votada sob pressão dos militares e sem participação da oposição. Tratou-se de uma Constituinte feita segundo as regras que interessavam o regime autoritário, embora conservasse algumas liberdades fundamentais, mas não respeitadas,

historicamente incontornáveis. Posteriormente, o AI 5 foi decretado, no dia 13 de dezembro de 1968, então, nem a constituição de 1967 vale mais. Vão ser implantadas a censura e a suspensão de todos os direitos políticos, humanos que haviam sido consagrados em momentos anteriores da nossa história. O último feito constitucional da Ditadura foi a promulgação da Constituição de 1969 pela Junta Militar, composta pelos ministros das três armas, uma Constituição que incorporou ao seu texto o liberticida AI-5. É claro que, com a luta pela redemocratização, havia a necessidade de um novo pacto constitucional e cria-se a Constituição de 1988, ainda hoje em vigência.

## **Juliane Tenório de Albuquerque**

Bom dia a todos e todas. Com relação à Constituição de 1937, em breve contexto mostra que havia um acirramento pelos regimes políticos na Europa, uma situação de pré-guerra, também na Europa, a ascensão dos nacionalismos expansionistas, um acirramento entre comunistas e integralistas e a ausência da hegemonia das forças políticas, em presença, na vigência dos mecanismos clássicos de representação. Há um recuo mundial das democracias liberais clássicas e é o período do Estado Novo (1937-1945), que é quando ocorre a ditadura de Getúlio Vargas (1882-1954), com inspiração fascista. Uma das justificativas para a criação dessa Constituição de 1937 é proteger o país da ameaça comunista como nós podemos ver no preâmbulo da Constituição. Ele justifica o porquê desta Constituição e no segundo parágrafo, diz que atendendo ao estado de apreensão no país pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e profunda, são exigidos remédios de caráter radical e permanente. Então, a Constituição é criada no sentido de assegurar:

(...) à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz e política social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem estar e à sua prosperidade (BRASIL, 1937, preâmbulo).

Nesse contexto, a idade do voto permanece aos dezoito anos, mas a Constituição assegura a juventude como objeto de garantias e cuidados por parte do Estado (Art. 127). Em todas as outras, você não encontra essa questão da juventude com tanta clareza como nessa Constituição de 1937. Há, também, uma preocupação muito forte com a formação física, intelectual e moral da juventude e por isso, vários artigos dizem que compete à União fixar as bases da educação nacional, oferecer educação em instituições públicas para os jovens pobres, citando, inclusive, que as indústrias e os sindicatos devem criar escolas de aprendizes para filhos de operários (Art. 15, IX; 129). Há também uma necessidade de proteger a juventude, expressando no Art.

122 que o direito à liberdade, segurança individual e propriedade prescrevem caso haja necessidade de proteger a juventude. No que diz respeito à entrada no mercado de trabalho mantém-se a proibição para os menores de 14 anos (Art. 137, K).

Mas, porque nesta Constituição o Estado expressa tanta preocupação com a juventude? A resposta para esta pergunta encontra-se no próprio texto. O Artigo 132 diz que:

O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação (BRASIL, 1937, Art. 132).

Observem que o texto fala sobre a necessidade de promover a disciplina moral e adestramento físico da juventude de maneira a prepará-la para o cumprimento de seus deveres para com a economia e a defesa da nação. Esse é o motivo de tanto cuidado com a juventude, a preparação para que ela possa servir à economia e à defesa da nação ameaçada, na época, pelo comunismo.

Agora, a Constituição de 1946. Qual o contexto dela? Este período é marcado por um processo internacional de democratização, políticas de desenvolvimentos do pós-guerra, o início da Guerra Fria, afirmação do poder norte-americano e da União Soviética, volta das atividades políticas partidárias, inclusive, a legalização do Partido Comunista. Essa é a primeira Constituição a ter uma bancada comunista no seu processo Constituinte e fez parte dela o pernambucano Gregório Bezerra (1900-1983).

E como a juventude aparece na Constituição de 1946? A partir de 1946, o termo juventude não existe mais na Constituição, é substituída pela palavra adolescência, sendo obrigatória a sua assistência (Art. 146). Como princípios da educação, a Constituição destaca a liberdade e a solidariedade humana (Art. 166) e mantém a entrada no mercado de trabalho proibido para menores de catorze anos destacando que as empresas deveriam oferecer programas de aprendizagem para os menores trabalhadores (Art. 168, IV).

No que diz respeito à Constituição de 1967, seu processo de elaboração é marcado pelo acirramento da Guerra Fria, pela ideia de que o Brasil vivia um contexto de pré Revolução. E o Golpe de 1964 aparece como solução para evitar a virada Comunista, instituindo no país a Ditadura Militar (1964-1985). Assim como na Constituição de 1946, o termo juventude não é mencionado na Constituição de 1967, o destaque é para adolescência com ênfase na assistência quando no Artigo 167 diz que “a lei dará assistência à maternidade, à infância e à adolescência”. No caso da educação, ela se inspira no princípio

da unidade nacional e, com relação à entrada no mercado de trabalho, a Constituição reduz a idade, dos catorze para os doze anos (Art. 158, X) e reafirma a necessidade das empresas em ministrar aprendizagem aos trabalhadores menores (Art. 170, parágrafo único).

A Emenda Constitucional nº 1 de 17/10/1969, mantém inalterados os artigos que fazem referência à adolescência e continua ausente o termo juventude, mesmo em um período marcado por uma grande visibilidade política da juventude no país e no mundo.

No caso da Constituição de 1988, o processo de elaboração é vivenciado durante a crise do chamado socialismo real, contando com ampla participação dos diversos segmentos da sociedade na Constituinte, na luta pela anistia, pela redemocratização e pelas eleições diretas. Seu preâmbulo resume aspectos fundamentais no campo dos direitos civis, políticos e sociais:

Preâmbulo: Estado democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida na ordem interna e internacional com solução passiva nas controvérsias (BRASIL, 1988).

Aqui o termo juventude volta à Constituição, ligada à proteção. O Art. 24, XV diz que a União, Estados e Distrito Federal devem legislar sobre a proteção da infância e da juventude. A idade para o voto obrigatório mantém-se para os maiores de dezoito anos (Art. 14, § 1º, 1), sendo permitido o voto facultativo para quem tem dezesseis e dezessete anos (Art. 14, § 1º, II, c). A idade permitida para o mercado de trabalho volta a ser catorze anos, com exceção da condição de aprendiz e os trabalhos noturnos ou perigosos destinados aos maiores de dezoito anos (Art. 7, XXXIII). Destacamos, porém, que nesta Constituição, os termos juventude e adolescência estão presentes, mas em momentos diferentes. O artigo que trata especificamente da adolescência diz o seguinte:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, Art. 227).

Posterior à Constituição de 1988, observa-se a visibilidade da luta pela garantia dos direitos dos adolescentes, resultando, dentre outras conquistas, na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. No que

se refere à juventude, é nos anos 2000 que se fortalecem as lutas em torno de direitos e legislações específicas, da qual destacamos a Emenda Constitucional 42/2008, conhecida como a PEC da Juventude, que propõe a alteração do capítulo VII, o título 8, da Constituição para o seguinte título: Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso; e a modificação do Artigo 227, regulamentando a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude; e ainda propõe a elaboração do Plano Nacional de Juventude e do Estatuto da Juventude<sup>63</sup>.

A síntese do termo juventude nessas Constituições nos mostra o seguinte:

- Constituições de 1824 e 1891: não há referência ao termo;
- Constituição de 1934: ele aparece uma vez no texto relacionado à proteção;
- Constituição de 1937: termo tem muito destaque aparecendo cinco vezes nos artigos 15, IX; 122, b; 127; 129; 132;
- Constituições de 1946 e 1967: o termo não aparece, sendo substituído pela palavra adolescência;
- Emenda Constitucional de 1969: o texto se mantém inalterado em relação ao termo juventude;
- Constituição de 1988: o termo aparece uma vez no texto relacionado à proteção.

Nossas considerações finais sobre esse percurso pela Constituição para entender como o termo juventude se faz presente ou ausente, nos indica que temos muito mais perguntas do que respostas, nos desafiando a procurar soluções para os questionamentos levantados nesse processo e a complementá-lo com outras fontes bibliográficas e de pesquisa. Por outro lado, esperamos que esse breve discurso possa ter revelado processos históricos mais profundos da sociedade que sempre se dão numa dialética do 'interno e externo', ou seja, das relações entre as dinâmicas próprias de nossa sociedade, inclusive, demográficas, e as dinâmicas internacionais.

Sem cairmos no fetichismo da lei nem do ordenamento constitucional, é impossível, contudo, ignorar uma importante relação entre o reconhecimento legal dos direitos e as possibilidades de suas efetivações no cotidiano. E quanto ao nosso tema central, a juventude nas Constituições Brasileiras, nós queremos finalizar esse trabalho questionando: Em que medida sua presença, quando existe, significa o reconhecimento de direitos que lhe são próprios ou

---

<sup>63</sup> Na ocasião da conferência, a PEC da Juventude havia sido aprovada pela Câmara dos deputados e encontrava-se tramitando no Senado. Em julho de 2010, foi aprovada como Emenda Constitucional 65 de 13/07/2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2010.

um instrumento de educação e controle para os objetivos do Estado e do capital? Muito obrigada.

## Referências

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política*. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, São Paulo, set./dez.2003.

BRASIL. *Constituição 1824*. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm)>.  
Acesso em: 01 jun. 2010.

BRASIL. *Constituição 1891*. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm)>.  
Acesso em: 01 jun. 2010.

BRASIL. *Constituição 1934*. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm)>.  
Acesso em: 01 jun. 2010.

BRASIL. *Constituição 1937*. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm)>.  
Acesso em: 01 jun. 2010.

BRASIL. *Constituição 1946*. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm)>.  
Acesso em: 01 jun. 2010.

BRASIL. *Constituição 1967*. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm)>.  
Acesso em: 01 jun. 2010.

BRASIL. *Constituição 1988*. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)>.  
Acesso em: 01 jun. 2010.

CONJUVE. *PEC da Juventude N. 42/2008: O Brasil precisa, a juventude quer*. Brasília: CONJUVE, 2009.

Giovanni LEVI e Jean-Claude SCHMITT (Organizadores). *História dos jovens*. 1. Da Antiguidade a Era Moderna. 2. A época contemporânea. Tradução Claudio MARCONDES, Nilson MOULIN e Paulo NEVES. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

## Debate

Pergunta 1:

Meu nome é Roberto José, sou do Programa de Pós-graduação em Serviço Social. E eu tenho duas colocações para fazer. A primeira é uma dúvida e a segunda é alertar para uma problemática para vocês, que são estudiosos na área da juventude. Eu queria entender como é que os estudos estão vendo hoje essa segregação do tema juventude? Juventude negra; juventude católica; juventude política, ou seja, está se tendo mais uma separação no tema juventude e se essa separação é benéfica ou não para os estudos? E a outra questão, é uma preocupação que serve até como contribuição para vocês que estudam sobre juventude. Para quem não sabe eu venho meditando no campo da prevenção à AIDS há alguns anos. E a AIDS, ao longo de todo esse tempo aqui no Brasil, sofreu algumas mudanças no seu perfil. Inicialmente era uma doença que estava específica em determinados grupos: surgiu no início dos trabalhos a noção de grupo de risco, que são as pessoas que estavam suscetíveis à infecção do HIV. Posteriormente, essa noção de grupo de risco caiu, caiu no descrédito, porque se percebeu que pessoas que não fazem parte daquele grupo de risco também estavam sendo infectadas. E aí se passou a trabalhar com outra noção que era a noção de situação de risco: eram as pessoas que estavam de uma forma ou outra envolvidas com as pessoas que continham o vírus do HIV. E que não necessariamente faziam parte do grupo de risco. E aí, posteriormente se percebeu que essa noção de situação de risco não estava dando conta de todos os novos casos que estavam surgindo e se passou a trabalhar com a noção de vulnerabilidade, que é a noção que a gente trabalha hoje para os estudos que enfrentam o avanço da epidemia. E essa noção de vulnerabilidade perpassa grupos específicos e pelos últimos dados nós temos os jovens como um dos grandes grupos vulneráveis ao HIV. Para vocês terem uma idéia a gente tem hoje que os jovens são 22% dos casos; está na faixa entre 15 e 20 anos. Partindo do princípio de que o vírus permanece latente durante cinco anos em média, significa que essas pessoas se infectaram ainda no início da adolescência, 12, 13 anos. Eu queria sugerir

que os estudos de juventude também observassem essa problemática, porque é uma problemática que ainda não tem como ser resolvida, pois a AIDS não tem cura. E também parabenizar a vocês por esse trabalho, pela esclarecedora explanação e desejá-los Boa sorte. Obrigado.

Pergunta 2:

Eu queria parabenizar a mesa. Conversando com minha colega comentava que quando a gente vê assim a história dá vontade de continuar, de ficar escutando. Eu queria falar e solicitar que vocês façam algum comentário, porque depois da Constituição de 88, logo após dois anos foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente. Na próxima terça-feira, dia 13, a gente comemora 20 anos do ECA. E como conselheira tutelar do Recife, a gente vê como é difícil ainda após 20 anos ser cumprido o que está no Estatuto. Quando se fala que a criança e o adolescente são prioridade absoluta. Eu queria que vocês falassem um pouco também o que acham disso.

Pergunta 3:

Bem, a título de questionamento e talvez de sugestão caso não esteja presente no estudo, como eu sei que é uma tese de doutorado. Eu acho que quando se fala em adolescência e juventude recorre-se à idéia de conceito de menor. Levado de pré-conceito, profundamente preconceituoso que menor é sempre pobre e aí eu não sei se no estudo vocês trabalham essa categoria, esse conceito de menor, porque se ele existe até 88, eu acho que é importante considerar para qualificar a questão de classe que está presente na própria construção de conceitos.

Resposta de Juliene Tenório de Albuquerque:

Esse estudo que nós fizemos não tem a ver com minha pesquisa de doutorado, foi uma pesquisa que nós fizemos para o Encontro, mas que trouxe muitos elementos para pensar e repensar também a pesquisa que eu me propus a fazer no doutorado. E aí, com relação a Roberto, essa ideia da segregação do tema de Juventude, que os estudos falam muito da heterogeneidade, da condição juvenil e que o jovem precisa ser considerado em todas as suas particularidades raça, sexo, etc, podemos dizer que, com a criação Nacional do

Conselho de Juventude, por exemplo, existem as representações por segmento, assim como no Conselho Estadual de Juventude de Pernambuco, os representantes são por segmento. Então tem a representante do Movimento Estudantil, representante do Movimento Negro, do Movimento Feminista e eu estou justamente estudando isto. Assim, eu não tenho a resposta ainda do porque há uma defesa tanto nesses espaços do conselho, dos movimentos e muitos estudos que eu já vi dizem que essa diversidade deve ser considerada, não há uma única forma de ser jovem, precisam ser consideradas as particularidades e singularidades. E o estudo que eu me propus a fazer no doutorado é justamente sobre esse discurso, a heterogeneidade, a diversidade, mas eu ainda não tenho resposta para isso. Mas nos estudos, pelo menos os que eu conheço, há uma defesa disso, não são contrários, mas há uma defesa de que se considerem as particularidades e a política de juventude vem caminhando, pelo menos, no sentido das representações do conselho nisso. Ainda não no campo da política porque ela ainda é muito focada na juventude pobre. No campo da política, isso não tem sido considerado tanto, mas existe uma luta dos movimentos que estão no conselho, mesmo os que não estão, para que isso seja incorporado no campo das políticas, pelo menos, na experiência com Pernambuco, que é a que eu conheço. E aí, com relação à preocupação da vulnerabilidade dos jovens, o que as estatísticas têm mostrado, as pesquisas na juventude brasileira e tantas outras, é que os jovens formam um segmento que vai sendo objeto de atenção por conta de toda essa situação de riscos e vulnerabilidade – estão expostos já que são os jovens que mais matam e mais morrem hoje no país; e existe essa faixa principalmente dos 20 aos 24 anos, e homens e negros são os que mais matam e mais morrem. Então vem sendo algo, Roberto, objeto de muitos estudos sobre essa problemática. Eu conheço muitos estudos que vão trazer tanto a questão da violência, como ligados à saúde, que estão sendo vivenciados pelos jovens. Depois eu posso indicar alguns. E aí, Fátima, nós sentimos muita necessidade, fazendo essa trajetória nas constituições de aprofundar isso sobre essa trajetória do tema adolescência, juventude. E foi muito bom essa sugestão de a gente também ver essa história do menor, de estar vendo como é que isso aparece. Eu não observei isso nas constituições, mas posso dar uma olhada para ver se a gente encontra também já a essência desse termo na

constituição. E com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente existe toda uma discussão: vejam como a ALPEC sugere a aprovação tanto do plano Nacional de Juventude quanto do Estatuto Nacional de Juventude, vem sendo discutido há um bom tempo, e assim qual é a idade? Existe aí uma sobreposição porque quem é considerado jovem hoje? O Conselho Nacional de Juventude determinou que é dos 15 aos 29 anos, e essa fase dos 15 aos 17 também está no estatuto, então existe uma discussão que vem sendo feita com relação a essa sobreposição, mas eu não tenho resposta de como é que isso [...], quais são os encaminhamentos que têm se dado, pelo menos ainda não vi quais são, mas existe essa sobreposição. Não está tão claro quais são os limites, quando se deixa de ser adolescente para começar a ser jovem.

Pergunta 4:

Eu perguntaria ao professor: as constituições que foram feitas no nosso país, elas foram baseadas no Código do Direito Romano? Onde imperava o paganismo e se via justamente na época de Getúlio Vargas como se levou em consideração atentados, como o senhor citou. E para a professora eu perguntaria justamente o art. 164, se não me engano, na Constituição de 34 até 37, que diz que o governo tem a obrigação para com a maternidade; educação; parte social e esportiva à criança ou adolescente. Eu como mineiro agrônomo, trabalhei uns 15 anos em usina e via muito essa miserabilidade dentro da vida do homem do campo. Quando eu trabalhava com 2.000, 3.000 homens na época rolagem e as crianças ficavam trabalhando na zona rural, enquanto os pais iam trabalhar na usina. E o governo proíbe essas crianças de trabalhar para aumentar o sustento da família em casa. E a gente vê o contra censo justamente em televisão. Será que as crianças que trabalham em televisão também não são proibidas. E como os artistas, o ator apresenta o seu papel muitas vezes agressivo, onde a gente vê crianças de 3/5 anos de idade trabalhando e em idades mais avançadas e aquilo ali traumatiza ainda mais a criança. E porque esse art. 164 também não vai à televisão proibir essa situação das crianças.

Pergunta 5:

E a minha questão é bem simples. Vocês começaram a falar em juventude, me chamou a atenção o termo juventude. E eu queria saber assim, talvez tenha me passado despercebido, porque em alguns momentos surgiu a juventude e em outros momentos eles chamam a atenção para a adolescência e depois essa necessidade de um resgate. Que acepções, que nuances foram sendo tomadas em um termo no qual houve essa passagem? Eu fiquei curiosa. Obrigada.

Pergunta 6:

Bom dia a todos/as. Meu nome é Laurileide, também sou doutoranda aqui do Serviço Social. E eu tenho uma curiosidade. A maioria dos estudos que tratam da juventude, a juventude enquanto um tema bem complexo é diferenciado principalmente para jovens negros pobres. Existem estudos dos jovens brancos ricos e da relação de um com o outro? Por exemplo, o senhor falou: “mas agora que existem a maioria dos acidentes de moto é de jovens negros pobres e principalmente por tráfico de drogas”. E quem consome essas drogas? São os jovens brancos ricos, a maioria, não generalizando. Então existem estudos dos jovens brancos ricos também e a relação de um com o outro?

Resposta de Denis Bernardes:

Quanto à questão da inspiração romana. Me parece que é muito importante levar em conta o ponto, o pensamento jurídico, enfim é evidente, isso teve uma influência fundamental na formação de todo direito ocidental, inclusive do direito dos brasileiros. Além do mais é um elemento muito importante, às vezes consciente, às vezes inconsciente, que é a questão da própria linguagem, a própria definição das etapas. Isso tem a ver com o vocabulário cuja origem é latina-romana. Então não há dúvida que isso é algo importante. Não é nunca específico da constituição o fato da ausência ou não, não tem nem a ver com isso, as influências são na verdade outras, claro que preciso não esquecer que nós estamos também, nós somos frutos do mundo católico, medieval, pós-medieval, etc. Então essas coisas todas estão presentes. Agora é muito importante porque isso coloca justamente a necessidade de não simplificação daquilo que são as raízes mais profundas da formação do pensamento institucional jurídico e das mentalidades. Eu acho que vale verificar por aí.

Quanto à questão da adolescência, juventude, primeiro o nosso objetivo foi muito preciso, nós não partimos de conceitos, nós queríamos ver presença ou ausência da juventude nas constituições e como era essa presença. Agora é claro que isso leva a pensar várias coisas e nos parece que é incontornável e aí vem aqui também um pouco do que Fátima coloca, eu acho que a questão da Psicologia, das teorias psicológicas sobre a juventude, sobre a infância e inclusive a própria Psicanálise Freudiana são muito importantes. Elas impregnaram e impregnaram muitas das concepções inclusive jurídicas, consciente ou inconscientemente nas pessoas. Nós somos muitas vezes freudianos sem ter lido uma teoria só de Freud. Isso não há dúvida e veja todo o desenvolvimento da teoria, sobretudo da Psicologia chamada da Infância e juventude, e tem uma vertente católica que foi muito importante, inclusive no Brasil, as edições Paulinas traduziram de uma coleção interessantíssima – não sei se alguém já estudou – voltada justamente para a chamada Psicologia da juventude, algo que vinha de origem ou francesa ou italiana. Isso impregnou muitas vezes, não resta dúvida. E no caso do tema adolescência, sobretudo é bom lembrar que quando há uma redefinição, uma difusão mundial de novas teorias psicológicas, dizendo de uma forma simplificada, que se internacionalizam. No pós-guerra, o Brasil não está fora, é uma pista muito importante de ser investigada.

Resposta de Juliene Tenório de Albuquerque:

Sobre a proibição do trabalho infantil na TV, eu não tenho muito o que falar porque o que estudamos nesse trabalho foi Juventude na Constituição e eu estudo muito mais a juventude no ponto de vista da organização juvenil; da luta juvenil; contemporânea, então não tenho acompanhado, não tenho domínio para responder isso, por que é que não se proíbe? Não acompanho, não tenho acompanhado muito isso. Aí eu lhe responderia com um achismo, “eu acho que”. Eu não lhe daria uma resposta que “respondesse”. Eu acho que é isso. Eu estudo juventude no sentido de que não é criança, diferente de adolescente, então não acompanho isso aí. Com relação à Laurileide, eu já vi alguns estudos sobre jovens brancos – posso depois ver alguns para lhe indicar, mas isso eu vou dizer do que eu observei durante o mestrado na minha dissertação. A maioria dos estudos hoje sobre juventude estão ligados à juventude pobre e

muito relacionada aos problemas, juventude e trabalho; juventude e desemprego; juventude e trabalho precário; juventude e violência; Assassinatos de Jovens; juventude e AIDS; Questão de saúde, muito, muito ligado a isso. Porque existe uma ênfase no sentido da organização e da luta juvenil como a juventude da década de 60, 70, 80. Hoje, algumas pesquisas e alguns estudos vêm trabalhando no sentido de retirar essa imagem de que a juventude atual é apática, desmobilizada, mas você ainda tem dificuldades em encontrar estudos que falem da organização juvenil, da luta juvenil para além do movimento estudantil. Quando se fala em organização juvenil se fala geralmente em movimento estudantil. Poucos estudos vão trabalhar isso para além vendo o jovem pobre como quem se organiza também. Pouquíssimos estudos eu encontrei sobre isso pode ser que tenham mais. Mas a ênfase é muito sobre a juventude pobre e seus problemas. E isso se repete também no campo da política, as políticas estão muito direcionadas a essa juventude que é pobre, que é analfabeta, tanto é que o ProJovem é o programa carro chefe da Secretaria Nacional de Juventude. Então daí você tem uma ideia do que é isso. Eu queria destacar uma coisa que eu acabei esquecendo com relação à PEC da juventude é que toda essa discussão sobre a juventude que ganha força nos anos 2000, ela resulta em algumas conquistas com relação ao Ordenamento Institucional, é criada uma Secretaria Nacional de Juventude, hoje existe o Conselho Nacional de Juventude. E isso se tem também com relação aos estados, e aí Pernambuco foi o primeiro estado a discutir e que ainda está discutindo com relação à nacional, a PEC da juventude, com a inserção do termo jovem na constituição. Pernambuco já aprovou a Emenda Constitucional nº 5 da Constituição Estadual de 2008, que insere o termo juventude e insere também um artigo sobre os direitos dos jovens na Constituição Estadual. Então, são algumas conquistas, ganhos que são resultados também de toda essa luta do campo da juventude.

Pergunta 7:

Com relação à sua pesquisa: você identificou se existe alguma definição etária do termo da juventude em si, porque a AIT trata de uma faixa etária; a OMS trata outra; o IBGE nas pesquisas trata de outra faixa etária. Então eu queria

saber se existe alguma definição etária oficial. Se no Brasil tem alguma definição que se utiliza para a faixa etária para a questão da juventude?

Pergunta 8:

Eu fiz umas anotações ali escutando atentamente as colocações. E eu pude perceber algo que eu já tinha nos meus estudos pessoais percebido. Quanto à questão da falta de proposta e de ações mais incisivas dos governos municipais, estaduais e federais, na questão juventude é que tem no papel como o professor falou ali, existe em constituições, mas nem todas elas são cumpridas. Também quanto à questão da falta de assistência ao jovem, à juventude, ao adolescente como sejam chamados. E a questão de sempre se procurar principalmente em ano de eleições a questão da barganha política – atrair os jovens. Então a questão seria mais de interpretação da mesa quanto ao posicionamento atual da maioria da juventude, como foi citado aqui, eu faço movimento estudantil, participo. E eu percebo quando a gente vai para os congressos que a minoria dos jovens conseguem realmente se preocupar mais com a situação do país, com a política da juventude com a sociedade em geral, mas a outra grande parcela que é o que é mais preocupante na questão da sociedade que é um problema que atinge realmente a sociedade porque daqui a trinta anos os jovens de agora que não fazem nada vão ser os agentes do amanhã. Então eu me preocupo com isso, e queria a postura ou opinião da mesa quanto à essa questão da omissão política, da troca de favores, não se posicionar quanto a questões políticas e éticas da sociedade. Só para citar um exemplo, a gente conseguiu várias cidades lá de Militância com prefeituras locais a questão de transporte universitário gratuito para aquelas pessoas que tinham dificuldade de acesso à universidade. Na minha cidade em particular, a gente fez a mobilização de 1.000 jovens, com quem a gente tinha contato. 80 foram para as ruas porque o resto tinha parente que votava no candidato ‘A’ que podia ser visado e perder o emprego. Então me preocupa muito essa questão e não é só no interior. Aqui na Região Metropolitana, por exemplo, quando a gente faz algum evento também tem muitos jovens que vem, até nas cidades circunvizinhas, só se tiver lanche, se tiver festas, se tiver qualquer coisa, então preocupa muito para o estado, preocupa muito para a nação, também para a sociedade essa ausência da juventude, para a gente se tornar

mais mobilizados em nossa sociedade, mais convictos de nossos anseios. E a outra pergunta trata de juventude em paralelo com a educação. Queria saber da mesa o que é que vocês consideram, para a juventude negra, a questão da cota racial, se vocês acham isso preconceito, discriminação e qual o questionamento quanto a isso.

Pergunta 9:

De 90 a 2010, o que a gente observa no senso comum, eu não sou estudiosa da juventude, é uma apatia da juventude em relação aos problemas. Se você tem percebido nessa sua pesquisa se há uma instrumentalização da juventude. Se isso, de alguma forma, tem impedido realmente que os investimentos da juventude sejam fortalecidos na sua organização política.

Resposta de Juliene Tenório de Albuquerque:

Vejam só, com relação à definição do termo juventude: oficialmente não há uma definição unicamente do que é ser jovem. A ONU trabalha com 16 a 24, a OIT tem outra faixa etária, então cada um trabalha com uma idade, não é homogêneo. Existe um dado oficial do Conselho Nacional de Juventude, que definiu em 2005, que são jovens os indivíduos que têm entre 15 e 29 anos e fez uma subdivisão nessa idade: os jovens adolescentes que são entre 15 e 17 anos, os jovens que tem entre 18 e 24 anos e os jovens adultos que tem entre 25 e 29 anos. Então, isso vocês podem encontrar no site do Conjuv – Conselho Nacional de Juventude. Essa vem sendo a definição etária de juventude, que está sendo considerada aqui no Brasil hoje. Até nos estados e municípios têm sido considerado também essa definição do Conselho Nacional de Juventude. Agora, com relação aos programas de juventude, eu trabalhei na Secretaria de Juventude do Governo do Estado, e nós fizemos um levantamento com relação aos programas e como eles entendiam essa “história” da juventude, o quê que aparecia. Não há homogeneidade, eram diversos. As faixas se diferem a partir do programa que faz parte. Portanto, ser jovem com relação à faixa etária não é a mesma coisa pra todos os programas de juventude. Nós mapeamos cerca de sessenta ações e programas aqui em Pernambuco, e não há homogeneidade nem no entendimento cronológico do que é ser jovem, nem muito menos com relação ao conceito, existe uma variedade. Alguns

programas trabalham juventude entendendo como problema, juventude como solução de tudo, juventude como agente estratégico de desenvolvimento, e mesmo as legislações. Vou falar de Pernambuco porque eu tenho mais conhecimento: Pernambuco criou o Plano Nacional de Juventude, criou essa emenda constitucional, criou o Conselho Nacional de Juventude, tem os programas e existe uma diversidade no entendimento em cada um desses espaços e legislações. O Plano Nacional trabalha com uma coisa, entendendo uma coisa, Secretaria Estadual entende de outra forma a juventude. Então, há uma diversidade e uma disputa de entendimento sobre a juventude. Com relação à história da omissão política e da apatia, extrapola esse trabalho que, eu e Denis, nós fizemos, mas vou dizer o que eu observei durante a minha dissertação. Eu fiz a dissertação sobre o movimento juvenil no Recife, o fórum da juventude de Recife-PE, e o que eu identifiquei? Primeiro na literatura, tanto na literatura quanto no senso comum existe muita ênfase com relação à juventude organizada da década de 60, muita ênfase. Então, quando se fala na juventude hoje é como se fosse apática, desmobilizada, e tanto é que existem estudos que vão tentar mostrar que não é isso que acontece. Helena Abramo vai trabalhar com a ideia de que o que acontece são formas diferentes da juventude se organizar hoje, e Regina Novaes também vai trazer algumas contribuições nesse sentido. Existem outros estudos que começam a tentar ver essa organização juvenil hoje de forma diferente e sem ficar comparando com a juventude da década de 60. Eu tentei fazer isso na minha dissertação, não ficar comparando, dizer que “hoje é mais fraco do que a juventude de 60”, porque eu entendo que os momentos são diferentes e não tem a ver só com a juventude, mas tem a ver com a organização da sociedade hoje, com a organização dos movimentos sociais hoje, das lutas e dos jovens também. Nós vimos na Constituição que, por exemplo, a ausência ou presença do termo, isso não tem a ver apenas com o termo juventude, isso tem todo um contexto que está aí presente, de disputas, tem a ver com o contexto nacional, internacional. Então, eu entendo que a organização da juventude hoje, a luta, a presença ou a ausência nas discussões políticas, nos movimentos estudantis, também tem a ver com a forma como a sociedade está organizada hoje e com os movimentos sociais. Uma coisa que eu observei, eu fiz um estudo de caso sobre o fórum, e uma coisa que chama muito a atenção é que apesar da

importância que os jovens consideravam participar, em se organizar, existia um limite que era a questão de sobrevivência. Muitos jovens precisavam trabalhar e o trabalho limitava a participação nos movimentos. Um instrumento que eu utilizei foi o fórum virtual e encontrei muitas mensagens de pessoas que diziam “eu quero muito participar dessa reunião, mas eu não posso sair do trabalho, meu patrão não vai liberar”. A pesquisa retrata a juventude brasileira, traz um pouco dessa discussão da necessidade de sobrevivência e a participação dos jovens na luta do país. Mas, a questão de sobrevivência tem limitado essa participação e tem colocado limites para essa atuação, que eu pelo que observei no estudo, não vi essa juventude apática, desorganizada, mas pelo contrário, uma juventude que tem lutado, que tem uma história. Aqui em Pernambuco tem uma história de luta muito grande no sentido de incluir a juventude no estado. Ter hoje uma Secretaria, um Plano Estadual, ter a Emenda Constitucional é resultado também dessa luta que a juventude pernambucana teve durante esse processo, bem antes, mas com mais força nos anos 2000. Em meu nome e no de Denis, eu gostaria de agradecer as contribuições, as perguntas e a participação nesse evento.



## Formação escolar dos jovens

**Maria Mansi<sup>64</sup>**

Bom dia a todos. Quando comecei a pensar no tema que me indicaram para essa sessão, primeiro percorri a minha experiência profissional: tenho trabalhado no campo da inserção escolar e por diversos anos tenho sido diretora da instituição secundária e, em seguida, numa escola compreensiva, pois na Itália se tem uma escola compreensiva do primário até o segundo grau, ao adquirir o diploma secundário, até trabalhar como uma orientadora de pessoas que estão conseguindo licença nos institutos superiores, de formação para o ensino, especialmente com relação aos estágios, que se fazem nas escolas. Então, esfolhei um caderno antigo e notei que tinha algumas palavras chave que estavam grifadas, e aquilo me fez lembrar de coisas significativas do ensino e do trabalho de pedagoga que faço nas escolas. Encontrei diante dessas palavras, a palavra “o encontro”, e achei tão significativo, que escolhi introduzir essa fala exatamente como um reflexão que se intitula, exatamente, “o encontro”.

Numa noite de inverno, eu e meu marido passeávamos pelas ruas de Roma, era frio e estava muito tarde. Poucas pessoas na rua. Até que cruzamos com um casal de jovens namorados, com um olhar recíproco, fugaz e um pouco desconfiado, como acontece quando se encontra pessoas desconhecidas pela rua. Aconteceu que nos cruzamos, mas os jovens desconhecidos voltaram atrás em nossa direção. O rapaz chegou até mim e perguntou “a senhora foi professora da escola média Listre?” Sem esperar a resposta, continuou: “Lembra de mim? Eu sou Daniele Riggio”. Sem dar tempo para eu abordar, ele conseguiu dizer “eu terminei o segundo grau” e pediu um trabalho que tivesse ligação com seus interesses. Depois, indicando a garota que o acompanhava, com jeito afetuoso a apresenta como sua futura esposa e depois pede de novo: “Você esperava isso de mim?”. Enquanto ele falava, Daniele que eu conheci na

---

<sup>64</sup> Pedagoga e Professora na Universidade Roma TRE.

escola vinha na minha mente, um garotinho com dois olhos fugazes, completamente desconfiado e enraivecido com o mundo, que passava boa parte da escola fora da sala de aula e um dia sim outro não, no escritório do diretor, onde ele se entregava a longos choros sem uma razão precisa, mas de qualquer jeito, liberatória. O clássico aluno terrível, desmotivado, com distúrbios da imagem de si e da identidade, inserido num ambiente familiar instável, do ponto de vista ocupacional e existencial. A escola era para ele o lugar onde ele poderia construir relações seguras, única oportunidade para recuperar sua auto-estima e tentar orientar-se na realização de um projeto de vida.

Um daqueles alunos que do ponto de vista do professor, na classe, não permite que o professor dê aula, e tem necessidade de um suporte psicológico e didático para poder estar bem na escola e com os outros. Não me lembro qual foi a minha resposta quando ele me perguntou se eu me lembrava dele ou se eu esperava aquilo dele, mas a partir dessas perguntas, eu gostaria de refletir o tema da educação e dividir com vocês algumas questões relativas ao bem estar e em relação à escola. O bem estar formativo das crianças depois de irem à escola, não pode prescindir do bem estar profissional dos docentes, e de todos aqueles que em papéis diferentes levam no coração, tem aquela vontade de ver o papel formativo dos alunos, com a sensibilidade, atenção e respeito, pela história de vida de cada singular garoto. Em síntese, estamos falando de um bem estar em um ambiente formativo e inclusivo. Por bem estar eu entendo a condição do estar bem consigo mesmo e com os outros. Por inclusão eu entendo a condição da experiência escolástica primeiro e de vida depois, cada um com a própria identidade reconhecida e valorizada por si mesmo e pelos outros. É um ir, isto é, além do andar, o estar com os outros, para andar e estar com os outros.

Se se deve identificar um fio condutor para caracterizar o lugar de formação, que dê uma marca às escolhas na ótica de uma organização funcional de educação, este não pode ser, a não ser aquele do acolhimento, entendido como colocar-se de qualquer jeito sempre numa posição de escuta, reservar de qualquer jeito a atenção à razão dos outros, procurar encontrar respostas a todas as perguntas, por ter uma margem para todo perdido de asilo e acolhimento. Dar mais para quem tem menos. Nesta perspectiva, o desafio do

mundo da escola é na linha que deve ser adotada na formação do educador, portanto, na colaboração construtiva entre escola e Universidade, pela definição de um percurso formativo que aponte para cima, em direção do horizonte da qualidade, da equidade, buscada no criar soluções educativas e didáticas para que cada um reforce a confiança em si mesmo e dê o melhor de si mesmo, o máximo possível.

Vamos voltar à pergunta “lembra de mim?”, essa é uma pergunta que lembra a relação de identidade graças a uma relação educativa. Uma relação fundada sobre respeito e atenção em relação ao outro, educativa em parte da consciência da complexidade de todo ser humano, e do reconhecimento da dificuldade que cada um encontra, no querer viver do jeito que mais gosta, o respeito e o olhar que se preocupa em descobrir e exaltar a potencialidade do outro. Deixando para ele um espaço de liberdade, útil, para não condicioná-lo em base às nossas expectativas e os nossos preconceitos. “Lembra de mim?” é confirmar um pertencimento a um local, um posicionamento num espaço também simbólico, que seja o lugar do estar tranquilo com os afetos, do abandono ou da defesa. A outra pergunta “Você esperava isso de mim?” parte da consciência de ter errado e ter sido nisso compreendido sem descontos ou justificações, da convicção de ter conseguido realizar o próprio projeto de futuro, confiando nas potencialidades amadurecidas no passado, graças a um percurso educativo fundado na consideração de si com o valor, sobre a possibilidade de escolha do próprio futuro, da própria relação com os outros e no tempo a dedicar, em seguir necessidades e aspirações.

Cada garoto na sua peculiaridade põe para a escola demandas individuais, que podem encontrar respostas eficazes numa estrutura rica de soluções do ponto de vista pedagógico e flexível do ponto de vista organizativo. O equilíbrio entre as necessidades formativas do singular e aquele da comunidade escolar, entre os princípios e as normas estabelecidas pelo sistema nacional de instrução, e as escolhas organizativas, didáticas, possível, correspondente à exigência do território, à congruência entre meios e finalidades, são todos compromissos da vida na escola, entendida como comunidade educadora, isto é, como um conjunto de pessoas, cada uma no seu papel, que constroem relações e

assumem comportamentos finalizados ao alcançar objetivos co-divididos na ótica de um bem comum.

Por isso, a convenção da ONU pelo direito das pessoas inábeis, pontua que todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais são universais e incluem sem exceção as pessoas inábeis. Recebe uma concepção da inabilidade ao confirmar o princípio da liberdade das pessoas com desabilidade, indica o contexto cultural e social como um fator determinante, como um conjunto de oportunidades que consentem às pessoas inábeis o alcance de níveis de autonomia e de realização de si, que um ambiente pouco favorável impediria o plano de oferta formativa de uma escola, de uma instituição escolar, e inclusive, os interventos a serem adotados e nos projetos a serem realizados. Se propõe dar respostas precisas às exigências educativas diversificadas, com o fim de ajudar a todos os alunos, nenhum excluído, a alcançar o melhor resultado possível.

Em tal sentido, a presença de alunos diversos, mas iguais no ser considerados destinatários de interventos diversos, não é para a escola um acidente de percurso ou uma emergência, mas muito mais, uma ocasião para prever na organização do sistema, uma oportunidade de crescimento para todos. Daniele, o nosso Daniele, muitas vezes fora da sala, na busca de um espaço no qual quer descobrir o seu mundo vital cotidiano, pede a nós, operadores escolares, que se parta de uma diferente consideração das salas de aula, que de espaço fechado, quase como se fosse uma cerca protegida em relação às inovações, pode se tornar o coração do ambiente formativo, lugar no qual alunos e professores possam dinamizar iniciativas de mudanças. A escolha de considerar o coração da organização escolar está, por exemplo, na base de um projeto intitulado “na escola sem mochila”, que na Itália alguns institutos da Toscana estão realizando. O projeto parte por repensar e reorganizar o poder organizativo da escola. A imagem que está na base do projeto é aquela que representa a estrutura organizativa da escola com uma pirâmide: no vértice estão as figuras e órgãos de discussão organizativos; na base, as salas de aula, nas quais o corpo dos alunos transcorre o tempo escolar. Mas, a figura da pirâmide é quebrada, o que indica problemas de relação entre a base e o vértice.

No projeto “sem mochila”, a pirâmide é virada de cabeça para baixo, pelo que a base continuando a ser representada pelas salas de aula está em cima. E o vértice está embaixo. Se quiser assim entender, de tudo aquilo que está para além da atividade escolar, está a serviço do aluno, isto é, a serviço dos alunos que na aula trabalham juntamente com o professor para construir seu futuro. A classe passa a ser uma comunidade de pesquisa, um ambiente formativo baseado na responsabilidade e na hospitalidade. O professor organiza a pesquisa e facilita o trabalho de todos. A sala se torna o ponto de referência, a casa base, no qual cada aluno encontra um espaço constante de vida, um porto seguro, para enfrentar com mais segurança os eventos externos. O projeto complexo e articulado prevê uma série de ações inspiradas no currículo global, orientado a desenvolver o processo de ensino e aprendizagem baseado sobre experiência, sobre a descoberta, sobre a circularidade da cultura, sobre a exploração, sobre a pesquisa contínua de síntese entre emoção e razão, o respeito à pluralidade das inteligências.

A base orientadora dessa pesquisa são os estudos de Edgard Morin, que tem nos inspirado a Montain, afirma que o objetivo principal de ensino é aquele de criar uma cabeça bem feita ao invés de uma cabeça bem cheia. Esta cabeça bem cheia, cujo saber é acumulado, amontoado, não organizado com o método. Uma cabeça bem feita, ao invés, não acumula o saber em mau mistério, mas organiza os conhecimentos, cria relações, coligamentos, utiliza os saberes para analisar e resolver problemas para afrontar experiências, para assumir responsabilidade nas escolhas. Uma cabeça bem feita une os conhecimentos no seu contexto específico, e ao mesmo tempo os coliga ao conjunto. Procura sempre as relações e as inter-relações de um fenômeno num determinado contexto, e de qualquer jeito e num todo, reconhece a unidade na diversidade e a diversidade na unidade. Por exemplo, reconhece a diversidade intelectual e cultural na individualidade cultural e a unidade humana graças à diversidade intelectual, cultural. Isso é um pensamento que se move num contexto planetário, no qual o único imperativo, a única finalidade a ser seguida é a organização do conhecimento, partindo de um princípio de circularidade da cultura. No círculo, falta o primeiro e não tem o último. Num sistema de singularidade complexa, onde cada fim é o início e cada início é o fim, a escola

com certeza deve trabalhar com a finalidade de realizar uma cabeça bem feita para todos.

Howard Gardner, em seu livro *Cinco chaves para o futuro*, identifica cinco inteligências ou mentalidades que a humanidade deve adquirir para poder enfrentar o futuro, as futuras gerações. Uma, a primeira, inteligência disciplinar, entendida como o conhecimento de certa disciplina, de uma profissão. Esse conhecimento permite apropriar-se dos conhecimentos relativos de uma disciplina e utilizar com habilidade. A segunda inteligência é aquela sintética, que permite recolher informações de vários campos do saber e de colocá-las juntas com o método em função dos objetivos a serem alcançados. A terceira é a criativa, que se apoiando à capacidade de síntese colocadas em ato, permite promover com consciência a inovação, de ativar escolhas de vida responsáveis. A quarta, inteligência respeitosa, que acolhe a diversidade entre indivíduos e entre comunidades, ajuda a entender os diferentes e trabalhar com eles, e promove uma mentalidade pró-social num mundo no qual todos estão interconectados, e a intolerância e a falta de respeito são inconcebíveis. Quinta inteligência, inteligência ética, que ajuda a reconhecer o bem comum com a finalidade última do próprio agir, no intento de melhorar o destino de todos, educar pensando ao futuro, formar os cidadãos de amanhã reforçando neles o conhecimento, promovendo a utilização do conhecimento com capacidade e método, ampliando a possibilidade de fazer uso infinito dos conhecimentos, ajudando a viver bem consigo mesmo e com os outros, para participar conscientemente da construção de um bem estar dividido. É um desafio para os ambientes de formação de hoje. “Saber para saber fazer e para saber ser” é o paradigma pedagógico que criou as melhores experiências didático-formativas na escola, o horizonte de referência para cada intervenção educativa válida.

A estrutura escolar da escola que Daniele frequentava tinha acolhido este desafio: tentou reorganizar a didática para realizar atividades de laboratório por classe aberta. Provavelmente, o êxito tenha sido positivo, haja vista o encontro com Daniele. Apesar das dificuldades e dos momentos de desilusão e de derrota que a acompanham, crer na escola como um ambiente de crescimento de todos e como um laboratório de vida. O encontro com Daniele, além disso,

foi uma confirmação do bom resultado alcançado e se tornou um convite a continuar a ser seguido todo dia, no bem estar de todos numa escola inclusiva. Para concluir, utopia, bem estar e inclusão podem ser assumidas como palavras-chave, que graças às inteligências indicadas de Howard Gardner, nos permitem prosseguir no nosso trabalho de educadores nas escolas para todos os cidadãos do mundo. Cidadãos do mundo, mas cidadãos soberanos, portanto responsáveis. Por outro lado, também a Universidade, não só a escola. Porque exatamente como afirmava Rousseau, para uma boa escola é necessário educar os educadores. A escola, portanto, tem necessidade de um suplemento de alma e de paixão educativa para olhar pelo futuro. Obrigada.

## **Debate**

Pergunta 1:

Considero que a Prof<sup>a</sup>. Maria fez um relato de uma experiência em sua vida profissional, sobre sua vida profissional, e eu identifiquei algo que eu gostaria de perguntar. A gente sabe que a Itália enfrenta há alguns anos uma crise profunda econômica e social, e é claro que eu concordo com as considerações da utopia, obviamente. Utopia significa um lugar que ainda não existe, mas é um caminho que se aponta. Eu concordo com a ideia que se tem que pensar na igualdade na diversidade, mas, considerando a objetividade da realidade italiana, eu gostaria de saber como pensar essa escola dentro dessa perspectiva humanista e de igualdade na diversidade, dentro de uma realidade que, inclusive, afasta, rejeita, por exemplo, a população migrante, a população negra, a população pobre, que também empobrece cada vez mais, apesar do Estado de Bem Estar Social que ainda resiste.

Resposta de Maria Mansi:

É verdade que na Itália esses anos se vive realmente uma crise econômica e, sobretudo, uma crise planetária, mas eu acho necessário que não se perca de vista, apesar dessa crise, o horizonte de referência. Eu acredito que, apesar dessa realidade difícil, não se deve perder de jeito nenhum esse horizonte que se quer chegar, se deve insistir, se deve sempre trabalhar, impulsionando sempre para o correto. Essa seja, seja lá como for, a resposta a ser dada,

depende da abordagem e do nosso colocar-se diante dos problemas. Eu acho que no âmbito da escola, é necessário de qualquer jeito, não se deixar levar, não ficar chorando sobre o leite derramado, não ficar só contando os problemas. É necessário partir do problema, ter consciência que tem aquela situação, olhar para o horizonte de referência, e procurar fazer o possível no âmbito das dificuldades para tender em direção daquele horizonte.

Pergunta 2:

Meu nome é Edineide Brasil, eu também sou pedagoga, estou atuando no Pró-Jovem atualmente, e me interessou essa proposta do projeto “sem mochila”. Eu gostaria de saber como eu faço para ter mais acesso a essa proposta, para pesquisa mesmo, e a faixa etária que este projeto atende.

Resposta:

O projeto envolveu algumas escolas secundárias, de primeiro grau e de segundo grau na Toscana, foi um projeto experimental. Eu só disse aqui o princípio de referência da circularidade da cultura e, portanto, o objetivo da escola de reorganizar o sistema em função daquele objeto de conhecimento. Existem, sem dúvida, complicações, as publicações são em italiano já que o projeto foi realizado lá. Você pode entrar na internet, no site de uma casa editorial que é especializada nesse tipo de projeto experimental, que se chama Ericson: [www.erikson.it](http://www.erikson.it). Tem muitas indicações bibliográficas, naturalmente em italiano.

Pergunta 3:

No Brasil se instaurou uma ditadura militar e, a educação sofreu muito, porque tinham professores perseguidos e vigiados, então a própria educação ficou muito militarizada. Eu pergunto se isso pode ter causado na nossa educação, ou na educação de qualquer país que sofreu a ditadura, dificuldades para depois voltar a um ensino democrático, a um ensino livre, democrático?

Resposta:

Sem dúvida é condicionante. Essas coisas condicionantes se tornam difíceis e depois é difícil de você se livrar, elas ficam condicionantes de certa forma. Eu

acredito, porém, que o saber e o conhecimento sejam livres, e possam ajudar em momentos particulares de condicionamentos, talvez saber que o conhecimento seja a única esperança para se sentir livre apesar dos condicionamentos que vêm de fora. Quer dizer, isto deve ser básico para o professor ter essa convicção, esse amor pelo conhecimento, pela sabedoria e saber que eles libertam, apesar de qualquer tipo de condicionamento que têm querido colocar na cabeça do professor.



## **Tráfico de seres humanos**

**Fátima Lucena**<sup>65</sup>

Manoel Caetano<sup>66</sup>

Nós estamos tentando construir várias pesquisas importantes para que a gente compare as realidades do Brasil e da Itália. E com essa intenção, além das pesquisas que a Prof<sup>a</sup>. Alexandra já anunciou, já desenvolveu aqui durante esses dias, nós temos um trabalho que vai focar a comparação Brasil e Itália no que se refere ao tráfico de mulheres.

### **Dr. Manoel Caetano:**

Trazemos um pouco da experiência que nós temos trabalhado no Estado de Pernambuco nessa questão de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Nós chegamos a essa secretaria no ano de 2007, no início da gestão do atual governador, Eduardo Campos, e naquela oportunidade nós já encontramos um trabalho sendo realizado no que dizia respeito ao enfrentamento ao tráfico de seres humanos com a gerência da Secretaria de Defesa Social lidando com essa temática. E a partir daí, continuamos esse trabalho desenvolvendo também novos trabalhos, estes já através de uma atuação nova realizada pela equipe, implementando e ampliando o já existente. E nós hoje temos a nossa unidade de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico, onde estamos na gerência da Dr<sup>a</sup>. Jeane Aguiar, que está à frente desse trabalho, com o nosso companheiro Ricardo Lins, que tanto gritou com a gente aqui e trouxe esse trabalho. Desde o ano passado, ele está no Ministério da Justiça, na Secretaria Nacional de Justiça, já desenvolvendo esse mesmo trabalho em nível nacional. E que tem muito nos ajudado aqui em Pernambuco nessa parceria entre Governo Federal e Governo Estadual. A gente trouxe aqui um pouco da nossa experiência, o que o Estado de Pernambuco vem tentando desenvolver, e essa

---

<sup>65</sup> Professora do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, pesquisadora do GEPE e Coordenadora da pesquisa “Viveiros de Trabalhadoras do Sexo: estudo sobre o tráfico internacional de mulheres”

<sup>66</sup> Gerente Geral de Articulação Institucional e Integração Comunitária – Secretaria da Defesa Social/PE

política estadual está em desenvolvimento em Pernambuco, e que vem estudando e trabalhando nesse tema. Mas a gente também tem algumas informações das Nações Unidas contra as drogas e o crime, o UNODC. E segundo o UNODC, pessoas de 27 países são exploradas hoje. Estima-se que 80% das vítimas são usadas na prostituição e cerca de 20% no trabalho forçado, que chamamos também de trabalho escravo. Metade das pessoas traficadas são menores de 18 anos e o lucro anual das redes criminosas com cada pessoa traficada é estimado em cerca de 30 mil dólares; o lucro anual chega a 31,6 bilhões de dólares com essa modalidade criminosa, perdendo apenas para o tráfico de drogas. 110 países, entre eles o Brasil, ratificaram a Convenção de Palermo e seus protocolos adicionais. Trata-se da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. E nós mostramos aí o mapa que foi também fornecido pelo UNODC, onde nós temos algumas rotas de tráficos de mulheres e crianças pelo mundo. Então nós vemos que é um tráfico bastante intenso que perpassa todas as fronteiras. Nós temos problemas de tráfico interno e tráfico externo, mas esse tráfico internacional é um tráfico preocupante. Nós temos alguns casos, inclusive investigados no estado de Pernambuco, no ano de 2003, o tráfico para retirada de órgãos. Esse caso ficou famoso em todo o Brasil. Nós tivemos a oportunidade de ter trabalhado também com aquela situação. Naquela época, nós estávamos na Polícia Federal e acompanhamos de perto aquela situação na qual brasileiros, aqui de Recife, pernambucanos, estavam indo para Durban-África do Sul que ficou famosa agora com a Copa do Mundo, mas naquela época nós já ouvimos falar de Durban devido ao tráfico de órgãos. Então, temos aí esse pequeno mapa de rotas. Pesquisas estimam que 75 mil brasileiras trabalham como prostitutas no exterior, estudos realizados pelo UNODC. Os principais estados de origem são Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. E os principais países de destino são Espanha, Portugal, Itália, Suíça, Venezuela, Suriname e Guiana Francesa. Nós temos também, não sei se vocês tiveram a oportunidade de ver aquele filme da rota, mas é interessante porque são depoimentos – alguns tiveram a oportunidade de vê-lo -, tem depoimentos inclusive de pessoas que passaram por países dessa rota. O protocolo adicional para a Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças, de 2006, define o tráfico de

pessoas como: “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento e o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso de força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos e benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração”. Inclui exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravatura e a retirada de órgãos e de tecidos humanos para comercialização.

E aí a gente vai trazer um pouco das raízes históricas, trazendo aqui para o nosso cenário estadual. Em 1999, exatamente 11 anos atrás, foi criada no estado de Pernambuco a Secretaria de Defesa Social. Essa Secretaria foi criada, na época, para integrar os serviços de Segurança Pública do estado. Nós tínhamos naquela oportunidade três corporações, duas que trabalhavam com o foco de segurança pública e outra mais voltada para salvamento e defesa civil, que é o Corpo de bombeiros militar. Nós tínhamos a Polícia Civil, que com o status de secretaria era conhecida como antiga Secretaria de Segurança Pública. Tínhamos a Polícia Militar de Pernambuco também no comando com o mesmo status de Secretaria de Estado, e o comando de Corpo de Bombeiros militar com o comando de Secretaria de Estado para a Defesa Civil. E a Secretaria de Defesa Social, na oportunidade, foi criada exatamente para agrupar e tentar unificar os trabalhos de Segurança Pública no estado. Uma ideia inicial que teve alguma resistência. É claro que toda mudança traz um pouco de resistência, por parte principalmente dos dirigentes dos órgãos daquela época (1999) quando se falava muito em unificação de polícia e hoje a palavra mudou, o discurso muda, as palavras mudam, a ideia muda para a questão de integração das políticas. Então, a Secretaria de Defesa Social foi criada exatamente para integrar os órgãos operativos, como nós chamamos, de Segurança Pública, Civil, Militar e o Corpo de Bombeiros militar dentro da Polícia Civil, e a área era voltada para a Polícia Científica. Depois dessa estruturação de estados e secretarias com esses outros órgãos subordinados, no ano de 2003 foi instituído o Programa de Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos e, na mesma oportunidade, criado um Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, este por Decreto, na Secretaria

de Defesa Social. No ano de 2006, foi instituída a política de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos em nível nacional pelo Governo Federal. No ano de 2007, nós tivemos um Programa Estadual de Segurança Pública no Estado de Pernambuco, conhecido como Pacto Pela Vida. No mês de março de 2007, teve início uma sequência de reuniões para a elaboração desse Plano Estadual de Segurança Pública. No ano de 2008, através do Decreto 6.347 de 8 de janeiro, foi aprovado o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e nesse plano foi instituído um grupo assessor de avaliação e disseminação desse referido plano pelo Brasil. E aí, sim, iniciou-se a nível federal uma discussão do tráfico de pessoas para todos os estados, começou a se disseminar essa ideia. Então, um trabalho que à época, em 2003, era restrito apenas ao estado de Pernambuco, ele que estava muito localizado pois poucos estados do país tratavam dessa temática a nível institucional, ganhou uma dimensão de âmbito nacional. Fora do Estado de Pernambuco, que foi o primeiro estado a lançar esse programa de enfrentamento, o estado de São Paulo foi o segundo porque, inclusive, foi uma pernambucana que trabalhava aqui que deu início a esse trabalho em Pernambuco. Foi convidada para trabalhar no estado de São Paulo e levou esse programa para o governo do estado de São Paulo e, com isso, foi também implementado em São Paulo.

Então, a nível nacional, começou a se difundir esse trabalho de enfrentamento ao tráfico, basicamente a partir de 2008. Hoje, inclusive, nós temos o conhecimento de que vários estados implementam já esse trabalho através de seus órgãos governamentais, como a própria Polícia Federal. No Brasil, foram envolvidos setores na área de direitos humanos, específicos para trabalhar com essa temática, que antes era tratada como um crime a nível federal. Há alguns anos, esse caso que citei do tráfico de rins foi tratado através do seguinte encaminhamento: foi escolhido um delegado especial, uma delegacia especial só para cuidar desse caso, mas não havia especificamente uma atribuição orgânica dentro da Instituição para se trabalhar essa temática. Foi instituída, também em 2008, a Política Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, dentro da Secretaria. Neste sentido, pode-se constatar, então, o que ocorria quando aquela primeira política foi lançada, em 2003, que

ainda era uma atuação embrionária e um programa de prevenção. Quando a gente deu aquele passo criando realmente uma política estadual de prevenção, institucionalizada através de decreto assinado pelo governador Eduardo Campos no ano de 2008, em que ele já determina dentro desse instituto legal todas as atribuições por secretarias de estado, fica a cargo da Secretaria de Defesa Social a responsabilidade de lidar com a temática. E ela tem inserção no plano estadual como todas as secretarias de estado, de forma articulada.

Assim sendo, a gente vai ver mais adiante que vão surgir problemas voltados para saúde, para educação, para justiça, para os direitos humanos, crianças e juventude. O documento da política, que norteou a elaboração da Política Estadual do Tráfico de Pessoas foi o Decreto Estadual que cria o Programa de Prevenção no ano de 2003, que é o Decreto nº.25.594, de julho de 2003. Esse programa norteou a criação do nosso plano. O Decreto Federal do ano de 2006 aprovava a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e instituíu grupo de trabalho. O nosso Plano Estadual de Segurança Pública, do qual a gente falou, teve início a partir do Pacto Pela Vida, em 2007. E o Decreto Federal de nº.6.347, de janeiro de 2008, aprova o Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Então, qual é o nosso Programa de Prevenção? Aí nós voltamos lá para 2003. Foi instituído pelo Decreto nº.25.594, do qual falamos anteriormente, que visa desenvolver ações de prevenção e assistência às vítimas do tráfico de seres humanos. Assim sendo, a gente falava na época da prevenção e assistência às vítimas nesse primeiro programa de Prevenção e Enfrentamento. Quando a gente passa para o plano, que tem envolvimento de diversas secretarias, a gente tem a questão da prevenção, da assistência e passa a ter uma responsabilidade sobre a repressão (e repressão de forma qualificada) que mais adiante a gente vai falar um pouco para vocês. Foi criado também, na oportunidade, um Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos. Dentro do mesmo decreto, foi criado um comitê para desenvolver ações de prevenção e assistência às vítimas do tráfico. É uma instância consultiva para o desenvolvimento das ações do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, isso em âmbito estadual. Então, esse comitê funciona com integrantes governamentais de diversas instituições

governamentais, bem como não-governamentais, como as ONG'S; diversos órgãos que tratam da temática voltada para as mulheres, para a criança, para o adolescente. Esse comitê, hoje, está sob a Presidência do Dr. Humberto Vasconcelos, que é juiz do Direito da Criança e do Adolescente do Estado de Pernambuco e tem como vice-presidente, o procurador do trabalho, o Dr. Manoel Aguiar.

O que faz o Comitê? Ele articula os diversos segmentos da sociedade para atuarem na Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos. Sensibiliza a sociedade com a finalidade de formar uma rede de atendimento integrada e atuante na construção de políticas públicas. Tem como objetivo: “Analisar a situação do tráfico de pessoas no Estado; aperfeiçoar os mecanismos já existentes de prevenção e repressão ao tráfico; capacitar agentes estatais e de organizações envolvidas, na prevenção e repressão ao tráfico.

O Plano Estadual de Segurança Pública, através do qual se formou o “Pacto pela vida”, que na época de sua elaboração, em 2007, passou de plano estadual à política pública de segurança, transversal e integrada. Assim sendo, não vai só trazer a questão do crime e a questão da violência, de uma maneira geral, só como caso de polícia, e sim traz a responsabilidade para os diversos setores, tanto institucionais como a própria sociedade. Então ele é transversal e integrado porque está instituído de forma pactuada com a sociedade. Não sei se alguém teve a oportunidade de participar naquela época, no início de 2007, da construção do Plano Estadual, onde diversos segmentos da sociedade foram convidados para discutir assuntos sobre diversos temas. Foram divididos em algumas câmaras temáticas e elaboraram ações para diversos tipos de enfrentamento ao crime e à violência no estado de Pernambuco. E dentro dessas câmaras, nós também tivemos as ações voltadas para a prevenção e repressão qualificada, onde vai estar situado o enfrentamento ao tráfico de pessoas. O Plano Estadual deixa para trás o tempo de ações desarticuladas, destinadas à resolução de problemas pontuais: é um novo tempo de combate a criminalidades. Uma das preocupações dos gestores da área de segurança era exatamente fazer uma segurança pública que, para quem milita na área de segurança pública, saiba que o trabalho de enfrentamento ao crime e trabalho

policial não é só aquele trabalho de resolução do crime quando o mesmo acontece. Então, nós temos uma preocupação de chegar à Secretaria, exatamente para dar resolutividade às ocorrências policiais. E esse novo passo de uma construção do pacto exatamente foi o de trabalhar na prevenção, buscar prevenir para depois, ocorrendo o crime, se reprimir. E o trabalho que vem sendo feito até os dias atuais é exatamente o que está voltado para a inteligência; para investigação, por isso que se chama repressão qualificada. Isto é, observar a ocorrência, a nível técnico, do crime em determinado grau, pontuar os locais onde existe uma maior incidência de homicídios para saber o que se fazer para prevenir que esses homicídios ocorram, e fazer com que diminua o número de ocorrências policiais. Então, a gente muda exatamente esse foco em todas as áreas de atuação da segurança do Estado de Pernambuco. E foram definidos desse projeto, desse pacto, do Plano Estadual, 138 projetos estruturadores e permanentes de prevenção, controle de criminalidade, produzidos pelas câmaras temáticas, que são câmaras técnicas aglutinadas em torno de linhas de ação e executadas por organizações do Estado e da sociedade.

Se a gente fosse falar de cada área dessas, acho que a gente teria que fazer um seminário para tratar de cada tema desses; nós temos algumas câmaras temáticas que discutem semanalmente os assuntos voltados para a segurança do estado. Nós temos uma câmara do Poder Judiciário e Ministério Público, que é coordenada por um assessor especial do governo, que é um desembargador aposentado, Dr. Fausto. Ele coordena essa câmara temática que discute todos os assuntos voltados ao Judiciário e ao Ministério Público, principalmente voltada à área do sistema prisional. Nós temos uma câmara técnica do Pacto pela Vida, que toda quinta-feira se reúne com todos os gestores de políticas de segurança pública para discutir áreas de incidência de criminalidade, com metas, cumprimentos de metas e cobranças aos seus gestores. E várias outras câmaras que trabalham exatamente naquela linha que a gente mostrou. Então, são 138 projetos e cada um dividido em câmaras temáticas, onde são discutidos esses assuntos e aí são levadas e cobradas metas para aqueles que têm a obrigação de executá-las.

- A Repressão é qualificada, feita com o trabalho da inteligência para que não se diga aqui “vamos apagar gelo”, como se dizia “está enxugando gelo”, isto é, você ia ali onde acontecia um tráfico de drogas num lugar, prendia um determinado pessoal e acabou o problema. Aquilo iria se transferir para outro lugar como se fosse o dia-a-dia da atividade, não se pensando de uma forma investigativa para combater essa criminalidade com mais eficiência.
- O Aperfeiçoamento Institucional, pensando em como a Instituição funciona? Número de servidores de área; Quantos gestores deve haver? Qual a temática a ser desenvolvida e o que é que se necessita? Meios e materiais; recursos humanos; aumentos de infindos, tudo isso é trabalhado no Aperfeiçoamento Institucional.
- A informação em gestão de conhecimento, pois é muito importante você ter conhecimento dos fatos, ter o trabalho de inteligência montado; a formação e a capacitação. Os programas de capacitação de servidores, bem como de formação de novos integrantes. No caso da segurança pública hoje, vamos encerrar o ano de 2010, e dentro de quatro anos nós teremos mais de 10 mil novos servidores em todas as instituições policiais do estado, na Civil, Militar e Corpo de Bombeiros.
- Prevenção Social do Crime e da Violência, onde está inserido o assunto que nós viemos tratar, apresentar um pouco para vocês, que é o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e;
- Gestão Democrática.

A nossa área é a da Prevenção Social do Crime e da Violência. Os programas do Plano Estadual de Segurança referentes à prevenção e repressão qualificada são complementares e simultâneos. De um lado, a prevenção atua para evitar o crime, como a gente tinha falado para vocês anteriormente, a atuação para que esse crime não ocorra. E do outro, a repressão qualificada que atua após o acontecimento do crime. E aí, para que a gente entenda, essa equivale à condição para que o estado possa punir criminosos. A Prevenção Social do Crime no Subprograma 5.4, refere-se à intervenção para prevenir.

Este nosso projeto: Tráfico de Seres Humanos, no Programa Estadual de Segurança aparece em um texto bem denso, que a gente tirou ao menos uma partezinha para dizer para vocês o que ele quer apontar. Visa transformar o Estado de Pernambuco em um local inóspito para o tráfico de seres humanos. O nosso objetivo é conhecer, mapear o tráfico de seres humanos no Estado, desenvolver políticas específicas de repressão, prevenção e dissuasão que ajudem a reduzir a incidência desse tipo de crime no Estado de Pernambuco. A Secretaria de Defesa Social organiza nossa Política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que data do ano de 2008, criada pelo Decreto de nº. 31.659. Ele abrange todo aquele arcabouço que a gente acabou de passar para vocês, toda aquela legislação referente ao programa estadual; ao plano federal; ao programa federal e ao próprio pacto do Plano Estadual de Segurança Pública, que traz aí exatamente um desenho dessa política, para que seja desenvolvida desses anos para frente. Então, em 14 de abril de 2008, ela estabelece princípios, diretrizes e assuntos de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas, bem como a assistência às vítimas. Os princípios da Política Estadual são: a prática operativa que priorize o sentido articulador da prevenção e da repressão ao tráfico de pessoas e da atenção às vítimas, através da mobilização da sociedade e do poder público; Responsabilização dos autores do crime e atenção às vítimas para a promoção à garantia dos direitos humanos. As Diretrizes Gerais da Política Estadual são: a articulação com organizações não governamentais, nacionais e internacionais; estruturação de uma rede de enfrentamento ao tráfico, envolvendo todas as esferas de Governo e organizações da sociedade civil. Então, esse trabalho tem como ideia exatamente agregar, atuar em conjunto com a sociedade. Nós estamos, inclusive, marcando uma agenda com as organizações integrantes do Comitê, com a própria Universidade Federal de Pernambuco, onde a professora Fátima Lucena também integra essa discussão juntamente conosco, para novamente articularmos as ações nesse decorrer de 2010/2011 exatamente para darmos continuidade a esse enfrentamento a essa modalidade criminosa.

Enfatizamos o fortalecimento da atuação de Enfrentamento nas regiões de fronteiras, portos, aeroportos, rodovias, estações rodoviárias e demais áreas de incidência. Nós tivemos experiências agora, já no final do ano 2009 e início de 2010, ao trabalharmos em algumas regiões de fronteiras do estado. Fizemos alguns seminários, inclusive, que priorizaram essas áreas exatamente para termos conhecimento através das instituições locais, organizações não-governamentais, e dos governos municipais para que eles nos apontassem como estavam os seus municípios e como estava aquela região fronteira do Estado de Pernambuco com outros estados vizinhos. Então, foi uma experiência bastante rica, principalmente aqui na Região da Zona da Mata, no Agreste e Sertão do Estado, onde a gente pode ter algumas fotografias e mapear a realidade de cada região.

Nós temos, inclusive, uma proposta do nosso novo secretário para priorizar também o trabalho juntamente com as nossas instituições federais, como a própria Polícia Federal, que trabalha nas regiões de portos e aeroportos, onde a gente encontra, muitas vezes, também situações de vulnerabilidade ao tráfico de pessoas.

As diretrizes gerais são a verificação da condição de vítima e a respectiva proteção e atendimento no exterior ou em território nacional e a reinserção social; garantia de acesso amplo e adequado às informações através de campanhas, debates de diferentes mídias sobre o assunto. Nós temos dois tópicos bem importantes. Essa verificação de vítima e essa proteção e atendimento, nós tivemos no decorrer desse último ano alguns casos que passaram aqui pela nossa unidade, como também tivemos o apoio de outras secretarias de desenvolvimento social para fazer o acolhimento a pessoas que voltaram da Europa na condição de vítimas de tráfico, na sua totalidade, inclusive neste caso, foram identificadas pessoas que estavam sendo exploradas sexualmente em alguns países europeus, tanto do sexo masculino como do feminino, e nós tivemos que receber essas pessoas aqui em Pernambuco. Fizemos o acolhimento também a outras que, inclusive, eram dos estados vizinhos e fizemos o encaminhamento dessas pessoas que retornaram às suas famílias, o retorno ao convívio de suas famílias. Então, é assim que se procede com as pessoas em condição de

vítima – isto é, a proteção e o atendimento. No caso do acesso às campanhas, elas vêm sendo realizadas, principalmente, em período próprio para o turismo e nós temos um grande número de turistas no estado e, muitas vezes, pessoas se aproveitando dessas situações como São João, carnaval, festival, festival de verão e alguns outros eventos. Elas buscam aquele período exatamente para procurar pessoas que estão mais vulneráveis a receberem propostas e, aí, vêm aquelas propostas de trabalho, de emprego, de casamento, de qualquer outro tipo de proposta vantajosa e, aí, nós aproveitamos para algumas campanhas feitas tanto no estado como no âmbito federal, para que nós possamos divulgar essas informações para que as pessoas tomem conhecimento. Porque é um tipo de crime que muitas vezes a gente ainda vê como uma permissividade: a pessoa muitas vezes se coloca à disposição do criminoso para que cometa esse crime e isso até porque ela desavisadamente é convidada para trabalhar como garçoneiro numa “rede x” para ganhar não sei quantos mil euros e a pessoa, às vezes, não tem condições aqui no Brasil, em qualquer estado do Brasil, então, ela acha vantagem, porque aquela pessoa está dando viagem, passaporte, dinheiro e você vai chegar lá e vai ganhar muito dinheiro e vai até ajudar a sua família. Então, às vezes, se não houver umas campanhas esclarecedoras, e é necessário que a gente continue trabalhando e aumentando inclusive esse número de campanhas. Essas pessoas terminam embarcando, nesse tipo de proposta, então a gente procura alertar para isso. Daí aquele trabalho de que nós falamos anteriormente, portos e aeroportos, pode ser um trabalho importante, sem pressão, porque muitos, nós tínhamos colegas, se vocês tiveram a oportunidade de ver o filme de que falei “Rota das ilusões”, nós temos um depoimento de um colega nosso da Polícia Federal, que participou de algumas investigações nessa área e, no filme, ele coloca isso. Na época em que ele fazia um trabalho quase que preventivo, por conta até própria, quando não existia nem mesmo esse pensamento, ele via pessoas que estavam tirando passaporte, pessoas que não tinham as mínimas condições financeiras e ele via que a pessoa estava querendo aquele documento porque tinha alguma finalidade que não era o turismo, não tinha um contrato de trabalho. E ele disse que conversava com aquela pessoa

para saber o porquê, qual tinha sido a proposta, alertava para que tivesse cuidado com o exterior... Às vezes conseguia, com isso, de alguma forma, que as pessoas refletissem um pouco mais e deixassem de assinar aquela proposta. Mas era uma coisa isolada mesmo. Então, existe um campo muito vasto que a gente investe e trabalha com os diversos segmentos, não só institucionais, mas também com a sociedade civil, para que colabore com essas campanhas de esclarecimento.

As Diretrizes Específicas da Política Estadual são a implementação de medidas preventivas nas políticas públicas, de maneira integrada, articulada, sistêmica e intersetorial, nas diversas áreas, de saúde, educação, cultura, infância e juventude, trabalho, segurança, justiça, turismo, assistência social, desenvolvimento rural, transporte, habitação e direitos humanos, entre outros. Então, a gente coloca isso aí exatamente para ver essa transversalidade, para ver exatamente que essa política vai se desenvolver em cima de uma política articulada de diversas áreas de atuação, pois não é uma área para ser pensada somente como uma área de atuação policial.

A realização de campanhas sócio-educativas e de conscientização após a mobilização social e o fortalecimento da sociedade civil. Fortalecimento dos projetos já existentes que fomentam a criação de novos projetos de prevenção ao tráfico. Essas ações de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas na implementação da Política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que abre aos órgãos e entidades públicas, com suas respectivas competências, o desenvolvimento dessas diversas ações. A gente deixa de ter um pensamento só policial, investigativo ou de prevenção dentro da própria polícia, e a gente começa a trabalhar com as diversas áreas institucionais. Temos na área de Justiça e Segurança Pública um manual de procedimentos para identificação e atendimento humanizado a essas vítimas de tráfico interno e internacional de pessoas que retornam ao seu local de origem na condição de deportadas, ou não admitidas nos aeroportos, portos e pontos de entrada em vias terrestres. Nós já temos alguns aeroportos internacionais no país onde vêm se desenvolvendo ações principalmente aqueles que recebem os vôos internacionais, o maior

número de vôos internacionais. Por exemplo, no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, nós temos já a nível federal uma equipe de pessoas que recebe aquelas que são deportadas. Existe até um questionário, que não é de forma compulsória, é voluntário, mas que a pessoa pode preencher para dizer quais foram os problemas que tiveram no exterior, se de qualquer forma essas pessoas sofreram algum tipo de violência, pois muitas delas chegam em países e não são aceitas e voltam de imediato no vôo seguinte. Tudo isso está sendo trabalhado, inclusive, é uma das propostas que nós estamos apresentando junto ao Ministério da Justiça, tentando implantar também aqui no Estado de Pernambuco. Também na área de Justiça e Segurança Pública vamos implementar setores de atendimento em rede às vítimas do tráfico de pessoas; proposta intergovernamental de aperfeiçoamento da legislação brasileira relativa ao Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e crimes correlatos; e celebrar cooperação técnica com entidades públicas e privadas, para subsidiar ações de enfrentamento. Nessa proposta intergovernamental atualmente já vem sendo desenvolvido, por meio de Legislação Federal, um trabalho que vem sendo coordenado pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça de legislações específicas para tratar exatamente sobre o crime de tráfico de pessoas. Esse trabalho vem sendo desenvolvido e já existe, inclusive, na Secretaria Nacional de Justiça o setor específico tratando dessa temática.

Falaremos sobre a cooperação entre os órgãos Federais, Estaduais e Municipais que compõem o Sistema de Justiça e de Segurança Pública, bem como os órgãos e representações internacionais ligados à temática para atuação articulada na prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e responsabilização de seus autores. Hoje, através de convênios internacionais, o Brasil já está bem adiantado no que diz respeito a essa intervenção na modalidade criminosa. Acordos internacionais feitos pelo Ministério da Justiça já permitem que grandes redes estejam sendo desbaratadas no mundo e exatamente no que diz respeito ao tráfico de pessoas. Nós tivemos a oportunidade de ir à Brasília, onde tivemos uma reunião com a Direção Geral da Polícia Federal e com um dos gestores do Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Justiça. Na ocasião, foram

apresentadas diversas operações a nível policial e diversas pessoas foram presas ao mesmo tempo em vários lugares do mundo pela prática desse crime, exatamente por essa cooperação internacional em que se firmam convênios internacionais através da Interpol, em que existe um compromisso das diversas polícias do mundo em cumprir determinadas metas. Aqui no Brasil, a gente vai deflagrar uma operação para prender “X’s” pessoas que vão embarcar no aeroporto, tal, tal e, lá na França, a polícia francesa já está preparada para receber ou identificar aquelas pessoas que iriam fazer aquela receptação. Assim, no exemplo dado, essas pessoas seriam presas ao mesmo tempo, seriam interrogadas em cada país para que fosse montado um procedimento que tivesse consistência. E, desse modo, permaneçam presas e provada a criminalidade de cada uma em seu país de origem, ou, muitas vezes, estrangeiro em nosso país ou brasileiros em outros países, como já ocorreu ter brasileiros presos no exterior e estrangeiros presos no Brasil. Com referência a Cursos de atualização sobre Tráfico de Pessoas para membros dos órgãos de Segurança Pública, seriam realizados preferencialmente por meio de suas instituições de formação. A gente já vem fazendo esse trabalho por meio de nossas formações policiais colocando a temática dentro das nossas formações tanto para policiais militares, policiais civis, policiais científicos e bombeiros militares. A gente trabalha com essa temática de Enfrentamento ao tráfico de Pessoas transversalizando em diversas áreas o estudo de Direitos Humanos, além de uma disciplina específica. Colocamos sempre os direitos humanos como importante para a abordagem policial, para orientação de como o policial vai abordar o cidadão. Como o policial vai abordar na rua? Nós temos que ter a inserção da transversalidade, da disciplina Direitos Humanos para saber como aquele policial vai se portar diante de um cidadão.

Com referência aos Mecanismos de Monitoramento para o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas a partir do uso da rede mundial de computadores, e consequente responsabilização de seus atores, trabalhamos em cooperação técnica com os superintendentes da Polícia Federal e Interpol.

Refiro-me a esse trabalho de que a gente falou, ou seja, dos Convênios Internacionais, bem como também os trabalhos realizados internamente nas instituições Estaduais junto com a Instituição Federal de Segurança.

Na área de Educação, estabelecemos apoio junto às Instituições de Ensino e Pesquisa, com o objetivo de desenvolver estudos e pesquisas relacionados ao tráfico de pessoas. Vocês aqui têm um exemplo bem próprio disso, e nós tivemos a oportunidade de ter alguns estudantes principalmente da área de Serviço Social, também de Psicologia. Nesse Convênio aqui com a Universidade Federal de Pernambuco nós tivemos um grato prazer em termos na Secretaria essas pessoas que desenvolvem seus estudos, que fazem suas pesquisas e que no fundo elas vêm colaborar com o poder público, porque suas ideias e seus trabalhos científicos fazem com que a gente também passe a refletir. Elas nos apontam as situações que a gente vivencia no dia-a-dia, trabalhando, mas não está enxergando e desse modo, vão colaborar com as nossas Instituições Estaduais. Então é de uma valorosa contribuição para a gente que tem o nosso espaço para que aqueles estudantes possam nos consultar, possam trocar ideias com a gente, como também a gente muito aprende com o pessoal que está desenvolvendo esse trabalho científico. E o tema de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas deve ser incluído no Projeto Político-Pedagógico, nas Escolas, Conselhos Escolares e devem ser desenvolvidas formações nas temáticas para gestores, docentes e funcionários. Isso será um grande salto para a gente chegar a concretizar o programa em que alerte a população. E temos levado isso para os nossos trabalhos no governo presente e também no projeto de governo de levar para diversas comunidades mais carentes do estado, onde existe mais vulnerabilidade e onde ocorre maior número de crimes, conforme análises criminais. O governo tem sido presente nessas áreas e a gente tem colocado pessoas, técnicos da secretaria, exatamente para levar informações para as comunidades, para escolas públicas daquelas comunidades, para as crianças e jovens sobre essa modalidade criminosa. A partir da experiência do PROERT, que é o Programa de Resistência às Drogas e Violência e que vem dando certo há alguns anos, dentro desse

mesmo esquema estamos levando esse Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, esse alerta sobre o tráfico de pessoas. Também na Educação, apoiamos os projetos de Arte e Educação que desenvolvam a Prevenção ao Tráfico de Pessoas; Elaboração e produção de material didático pedagógico específico, exatamente para distribuição nessas áreas.

Na área de saúde, buscamos garantir atenção integral às vítimas do tráfico de pessoas, bem como às suas famílias, potencializando os serviços existentes no âmbito do SUS, que é o Sistema Único de Saúde; apoiar e realizar campanhas sócio-educativas de conscientização sobre o tema. Na Assistência Social, realizar prestação de assistência integral às vítimas de tráfico de pessoas e às suas famílias, através dos Centros de Referência Especializados, bem como Secretarias Municipais de Assistência Social. Nessas viagens que nós fizemos, tivemos uma participação bem efetiva do CRESS e das Secretarias de Assistência Social dos municípios que eram os que mais nos procuravam e pediam, inclusive, outras campanhas durante o ano para intensificar esse trabalho, principalmente nas regiões de fronteiras do estado, mais precisamente no Sertão do estado, naquela região do Araripe, para adoção de medidas de prevenção com um enfoque especial na região do estado que apresenta maior índice de tráfico de pessoas. Na promoção de igualdade racial, procuramos promover articulações e apoio às entidades que trabalham com a cultura multirracial, para estabelecer um plano de orientação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Promover a capacitação de profissionais que lidam com a temática do Tráfico de Pessoas com enfoque no enfrentamento da discriminação étnico-racial.

Com referência à questão da Juventude e emprego, orientamos os empregadores e as entidades sindicais sobre o aspecto ligado ao recrutamento e ao deslocamento de trabalhadores. E a gente tem um fato muito característico.

Em Seminário que ocorreu no mês passado, junho, aqui, tivemos a participação de representantes do Ministério da Justiça, do UNODC, da Polícia Federal, dos Ministérios Público e do Trabalho, com uma

apresentação dos Ministérios Público e do Trabalho e do deputado federal Paulo Santiago, foi ressaltada a característica própria dessa questão do deslocamento de trabalhadores, principalmente da localidade rural. Nós vimos algumas situações em que trabalhadores em situações de verdadeiro trabalho escravo em várias localidades do Brasil. Então, o Ministério Público tem trabalhado pacificamente sobre isso. Nós temos o trabalho de uma promotora dos Ministérios Público e do Trabalho, exatamente voltados para essa questão de recrutamento de trabalho, fiscalização desses trabalhadores nesses locais que não têm as mínimas condições.

Uma pessoa ali muitas vezes dorme, come, vive meses esquecida, então deve haver um trabalho de prevenção e orientação e repressão, pois realmente fica muito difícil você depois tentar resgatar essas pessoas. E as vítimas resgatadas do tráfico devem receber apoio para reinserção no mercado de trabalho. Muitas vezes elas já vão para ali porque não têm realmente as mínimas condições. São recrutadas para aquele tipo de trabalho, se sujeitam e às vezes ficam sem as mínimas condições de poder sair daquele local, por ser de difícil acesso. Local inóspito em que não tem nem condições de sair dali para buscar um socorro.

Na área de Agricultura e Reforma Agrária, buscamos promover seminários regionais com apoios de sindicatos, associações rurais, conselhos municipais, órgãos e entidades públicas, objetivando promover a discussão educativa para o enfrentamento e a erradicação desse trabalho escravo. Também usamos vários meios de comunicação, em geral, para alertar e procurar os meios de comunicação da área sindical, a mídia, para mostrar o que está ocorrendo. Então, hoje, a gente já tem alguns fatos desses sendo esclarecidos pela própria imprensa brasileira pois, quando ocorrem fatos que são descobertos, a imprensa tem dado realmente um enfoque e isso faz com que as pessoas depois criem opiniões para despertar para esse tipo de questão.

Na área de Direitos Humanos, as vítimas, as testemunhas devem colaborar com denúncias e ser incluídas nos programas de proteção às vítimas. Esse sistema de denúncia de tráfico de pessoas, através de serviços de Disk-

denúncia nacional e local, faz os respectivos encaminhamentos. A gente sempre tem recebido lá na secretaria algumas denúncias. Já temos, inclusive, encaminhamentos para setores específicos, porque como lá dentro da secretaria a gente tem um trabalho voltado para prevenção, a gente tem esse pessoal que analisa.

Na área da mulher, a gente procura colaborar com a instrutora do Departamento da Mulher, procura a da criança e do adolescente; procura na área do trabalho a respectiva região para acessar o local de averiguação de alguma ocorrência desses fatos, exatamente para que eles dêem continuidade. A partir disso, implementamos.

Na Promoção de Direitos da Mulher, existe uma metodologia para atendimento às vítimas do tráfico; incentivo à criação de atendimento às mulheres traficadas das delegacias da mulher e nos Centros de Referências.

Com referência ao setor de Turismo, para a cadeia produtiva do turismo, serviços de apoio às atividades devem ser elaborados, produzidos e reproduzidos e adquiridos os materiais promocionais pedagógicos relacionados com o tráfico de pessoas. Isso tem sido um trabalho feito pelos governos, inclusive o Governo Federal tem dado um incentivo muito grande a essa área. Em todos os hotéis, motéis, bares, restaurantes e similares tem sido feita uma campanha intensa sobre essa temática e principalmente no turismo. Em Pernambuco, eu me lembro disso, há uns 15 anos, nós tínhamos uma série de vôos fretados – a grande maioria da Europa, os chamados vôos charters, apenas voltados para o turismo sexual. Nesses vôos semanais, pessoas desembarcavam aqui em Recife para esse tipo de turismo, e a gente via isso claramente não só no aeroporto como em diversos bares, restaurantes. Felizmente nosso estado mudou um pouco essa visão, não estou dizendo que acabou, mas vôo charter nós não temos, a não ser em períodos festivos em que esses vôos vêm fretados exatamente para participar de algum tipo de festival, Carnaval ou São João ou algum outro tipo de festividade, mas a gente realmente deixou de ter esse problema maior aqui no nosso estado, porque visivelmente

Pernambuco estava sendo atacado por pessoas de outros países que vinham fazer esse tipo de programa. Pernambuco e infelizmente alguns outros estados da nossa Região parece que absorveram esse tipo de viagem e aí a gente já nota que em alguns outros estados bem próximos esses vôos migraram para novos espaços. Eu tive a oportunidade de fazer uma viagem recentemente e, observando determinado litoral, eu notei o que a gente via há 15, 10 anos atrás aqui, com muito mais intensidade num estado bem menor que aqui. Realmente eles migraram por talvez ter a facilidade na promoção desse tipo de atração turística, que deixa de ser uma atração turística e passa a ser uma atração apenas de diversão para aqueles que vêm apenas para gastar aqui e fazer disso talvez depois uma ponte para o tráfico.

Na área de eventos culturais promovidos pelo governo, através da Fundação de Cultura devem estar incluídas no seu planejamento ações de enfrentamento ao tráfico. Na Articulação Regional, deverá haver o funcionamento dos comitês municipais, regionais com o enfoque da temática do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Isto deverá incentivar ações sobre as temáticas relativas à Política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para cada região. Então, através da Secretaria de Articulação Regional, a gente tenta implementar nas diversas regiões do estado esse tipo de discussão, essa temática, principalmente nos Comitês, nos Conselhos de Segurança, nos Conselhos da Criança e do Adolescente.

Sobre as ações desenvolvidas em Pernambuco, a gente traz aqui instrumentos eficazes na construção de novos pilares, pois permitem a troca de experiências e repasse de novas experiências sobre a temática. A descentralização do saber gera a formação de interlocutores qualificados, capazes de transformar realidades sociais adversas. Assim, cursos, seminários, palestras fazem com que as pessoas realmente despertem para essa temática e passem a observar e levar ao conhecimento de outras pessoas. A gente realiza orientação, distribuição de folder na praia de Boa Viagem, pois o folder é distribuído no momento de maior fluxo de pessoas e para famílias que estão na praia. Ou seja, temos um trabalho de prevenção. Temos também a orientação e distribuição de folders em aeroportos ou na

Estação Rodoviária. Fazemos oficinas nas escolas públicas, onde a gente discute o tema, incentivando os jovens para discussão em grupos de trabalhos. Tivemos no ano de 2009 um concurso: a redação Anita Paes Barreto. Com o tráfico como temática, nós premiamos as três melhores redações, os três jovens que tiveram as melhores redações. Orientações para jovens nas comunidades, também foram realizadas, no bairro de Santo Amaro, onde jovens de todas as escolas públicas daquele bairro participaram de diversas oficinas. Houve, dentro dessas oficinas, as de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Desenvolvemos orientação para os jovens de cidades do interior do estado, com diversas oficinas, palestras e passeatas. Nós oferecemos prêmio para três jovens, inclusive de escolas do Sertão do estado. Por ocasião do Concurso Anita Paes Barreto, certificados e micro computador, prêmios pela sua redação. Então eles receberam prêmios durante a nossa primeira jornada sobre o Tráfico de Pessoas, no auditório da Universidade Católica de Pernambuco.

Na primeira Jornada de Enfrentamento foram realizados 05 (cinco) seminários por região: Capital e Região Metropolitana, aqui em Recife. Na Zona da Mata, nós elegemos a cidade de Palmares; no Agreste, Garanhuns; em Araripina, no Sertão do Araripe e, no Sertão de São Francisco, a cidade de Petrolina. Aí estão algumas fotos dos seminários. E tivemos a nossa Segunda Jornada de Enfrentamento recente, agora no mês de junho, que foi realizada aqui no Recife. No Seminário, tivemos a participação de diversas secretarias do estado, Ministério Público, Polícia Federal, Poder Judiciário, UNODC. Alguns cartazes de campanha foram desenvolvidos.

A Política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas é um conjunto de princípios, diretrizes e está mostrando que na política estadual, políticas sociais e políticas de repressão existe essa interligação com a qual, através da qual essas secretarias de governo utilizam e implementam políticas públicas para redução dessa modalidade criminosa no Estado de Pernambuco. As áreas de atuação aparecem nesse quadro apenas para mostrar a transversalidade, para mostrar que perpassa por diversas áreas: educação, direitos humanos, saúde, esporte, cidades, agricultura, ciências e

tecnologias. Algumas ações de Enfrentamento existem para a repressão em locais em que a polícia trabalha através do Disque-denúncia, ou que recebe pelas investigações próprias, minuciosas, de forma mais organizada. Isso exige uma área de inteligência mais atuante, pois também existem alguns locais desconhecidos, alguns prostíbulos, alguns lugares onde aquilo é intenso e no dia-a-dia aquilo estava florescendo, então exige que haja um trabalho policial para ver ali a questão de menores no local, venda de bebida alcoólica para menores, venda de drogas e aí a gente tem algumas fotos de atividades policiais na hora da repressão. Explicamos sobre como trabalhamos no Núcleo de Enfrentamento e na rede de serviços, de interligação, de atendimento nas diversas áreas como Justiça, Segurança, Mulher turística. Queremos agradecer a participação, a oportunidade de apresentar de forma muito rápida, mas de qualquer maneira mostrar um pouco do que a gente já fez e vem tentando e tem muito a fazer. Então, a partir disso, a gente pôde ver propostas que foram colocadas no nosso Plano Estadual. Em 2008, a gente partiu para dar início a essa implementação do nosso Plano, mas ainda há muito a fazer, mas eu acho que essa construção é uma construção conjunta, onde todos vocês também podem ser nossos colaboradores, como têm feito aqui também os nossos estudantes, os nossos pesquisadores aqui da Universidade Federal de Pernambuco. Agradeço a todos pelo convite para participar do presente evento.

Fátima Lucena:

A gente fica muito feliz com a presença e com esse intercâmbio entre a nossa universidade e as demais secretarias do Estado de Pernambuco, porque como vocês viram, é uma política transversal que abarca várias e várias áreas da política pública. E eu gostaria de passar a palavra agora para a nossa colega, nossa companheira, Jussyara Paiva Amorim, que é assistente social e trabalha na Secretaria de Defesa Social, para que ela fale sobre a experiência de supervisão de estágio em Serviço Social, com vínculo com a Política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de seres humanos. Obviamente, ela vai falar sobre as questões mais importantes porque além do trabalho como assistente social, também realiza um

trabalho como supervisora e como a pessoa de ponta que atende diretamente as vítimas do tráfico de pessoas.

### **Jussyara Paiva Amorim**

O nosso trabalho lá é muito em cima da questão da prevenção, como o Dr. Manoel mostrou, nas oficinas em contato direto com a comunidade, mas também na questão do acolhimento e abrigamento e encaminhamento para abrigamento das vítimas. A maioria das nossas vítimas são mulheres, e a gente tem recebido agora, com mais frequência, transexuais e travestis estrangeiras alvos do tráfico de pessoas, mas a grande maioria ainda são as mulheres que são vítimas do tráfico. O Serviço Social procura fazer essa questão do acolhimento inicial e do encaminhamento para a rede de proteção, para o acompanhamento e apoio psicológico, quando necessário, para o encaminhamento para a rede de saúde. Nossas vítimas geralmente são abrigadas no Programa de Proteção à Vítima e Testemunha, por meio de uma outra parceria que é a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, que mais especificamente se localiza na executiva de justiça e direitos humanos. Então, essas vítimas têm toda uma bagagem de relatos de sofrimentos. Elas têm uma condição de risco, mesmo porque o fato de irem para Espanha, ou para a Itália, ou para outros países citados, para exercer a prostituição não é nenhum crime, mas a questão da exploração e do tráfico é muito séria e a gente sabe dos perigos e dos sofrimentos que elas passam por lá. Assim, necessitam, quando chegam aqui, desse acolhimento e dessa proteção. Com relação à experiência do estágio, é um presente porque é uma troca maravilhosa, essa aproximação, esse diálogo permanente, eu diria assim, com a academia. A gente está sempre levantando e suscitando questionamentos, é um presente assim, é muito boa essa troca. O vídeo que Isabel está preparando, como diz Fátima, a parte técnica, é também fruto da experiência de estágio de Waneschka, Danilo e Jeniffer. Eles fizeram a primeira monografia sobre o tema do Tráfico de Pessoas na Universidade Federal de Pernambuco, a primeira monografia em Pernambuco e em Serviço Social. Fátima está

ressaltando, e é o que serve de base para a produção de Isabel. Então, assim eu queria aproveitar para dizer que, como o Dr. Manoel falou, a gente tem esse espaço aberto lá, mas além da própria sede da Secretaria da Defesa Social temos Núcleo de Tráfico de Pessoas, temos os estagiários na Ouvidoria e a gente também está com o campo aberto para estágio na Gerência de Polícia de Criança e Adolescente (GPCA) e agora nas DEAMS (Delegacias Especializadas de Atenção à Mulher). Então o nosso contato aqui é a professora Helena Chaves. É ela quem encaminha, através de ofícios, enfim, dessa parte mais burocrática, mas a gente está sempre em contato com ela e ela encaminha. Se vocês tiverem interesse, eu e a Secretaria de Defesa Social estamos de braços abertos, de portas abertas lá. Muito obrigada.

Fátima Lucena:

Nós estamos atualmente desenvolvendo dois tipos de trabalho. O primeiro é uma pesquisa que se chama “Viveiros de Trabalhadoras do Sexo: um estudo sobre o Tráfico Internacional de Mulheres do Brasil para a Espanha”, e do Brasil para a Itália, dentro do Convênio Brasil-Itália que fez acontecer este nosso Encontro Internacional. E nós estamos também, produzindo materiais didáticos para finalidades de utilização no âmbito da Política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a partir de um projeto nosso junto ao Ministério da Educação e Cultura. No Projeto “Humanos Direitos: estudos sobre o Tráfico de pessoas”, estamos produzindo uma cartilha, um livro, um guia metodológico e um DVD que será entregue ao MEC. Uma parte considerada desse material será repassada para a Secretaria de Defesa Social. Além disso, aqui no nosso Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética, da Universidade Federal de Pernambuco, estamos construindo, há cinco anos, um banco de dados sobre o tráfico e sobre a violência de gênero que também logo será aberto a consultas para quem se interessar. E dentro da Comissão de Direitos Humanos Dom Helder Câmara daqui da Universidade Federal de Pernambuco, junto com o Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao tráfico de Pessoas, e eu sou membro das duas entidades, nós estamos trabalhando em rede nacional e internacional com a finalidade de contribuir na academia para a política de

Prevenção e Enfrentamento ao tráfico. Isso é para vocês saberem o que é que a gente já conseguiu fazer avançar nesse tema, porque essas parcerias nacionais e internacionais nos dão evidentemente a segurança para a gente avançar e tentar enfrentar realmente essa bárbarie que é a escravidão contemporânea. E agora eu vou passar a considerar alguns outros elementos que têm a ver com as pesquisas e com o avanço do conhecimento sobre essa temática, que a gente tem alcançado ultimamente. Então, para que a gente entenda a questão do tráfico de seres humanos que o Dr. Manoel já apresentou, já conceituou, é importante a gente entender o porquê, a razão, quais são as raízes disso? Por que isso acontece? Eu gosto muito de começar pelas questões estruturais, pelas questões de maior amplitude, para a gente entender como é que a escravidão volta a acontecer no século 21 dessa forma tão perversa como foi no passado. A escravidão é bastante antiga na história da humanidade e a gente sabe que a primeira forma de exploração do ser humano, socialmente falando, se dá exatamente por meio do escravismo e isso está lá no passado da humanidade. Ora, essa barbárie volta e com uma nova roupagem, aliás, com novas roupagens. E o que é o que propicia, o que é que facilita a existência desta perversidade humana? Eu coloquei alguns elementos para a gente refletir. A gente vive no mundo de hoje, num mundo de velocidade, de banalização, da cultura do descartável, da fragmentação e da razão instrumental. Nós vivemos num mundo globalizado em que importam mais as imagens do que os conteúdos, e essas imagens, esse mundo virtual do simulacro são postos como se fossem algo fora da história, então isso leva a gente a ver apenas a aparência e a gente nunca tem tempo, nunca se aprofunda o suficiente para entender a essência, sem chegar à essência, sempre é na superfície das coisas que a gente fica pairando. Essa reificação, esse imediatismo, essa ênfase na forma, na fôrma, esses meios que justificam os fins, que separam meios e fins, que universalizam sem particularizar, preconizam a irracionalidade, o irracionalismo. Assim, o indivíduo é a medida de todas as coisas e há uma separação entre a objetividade e a subjetividade. Este mesmo mundo é o que produz o tráfico, a escravidão dita moderna. Eu não sei se vocês entenderam qual foi a minha intenção aqui em qualificar o mundo de hoje,

como é que a gente vive hoje, rapidísimamente. Então, vejam, é por isso que eu tenho aqui uma reportagem da Folha de São Paulo. E eu aconselho a quem quiser se aprofundar sobre esse tema que procure as Nações Unidas, no site da ONU, UNODOC, que é onde vocês irão ter um retrato da escravidão contemporânea na internet. E este artigo de 2007 de outubro, da Folha de São Paulo, que se intitula “Tráfico de Pessoas, um alerta mundial”, estimava, de acordo com a ONU, haver mais de dois milhões de pessoas vítimas do tráfico anualmente no mundo inteiro. Ora, é claro que é muito mais gente do que isso, porque sendo o tráfico um crime, ninguém declara quantas vezes traficou por ano, obviamente. Então, o estudo da violência do tráfico é um estudo que demanda uma metodologia muito especial. A gente tem que ser detetive, a gente tem de trabalhar, é um trabalho investigativo no sentido de que você não tem na superfície da observação os dados. Você tem de entrar na questão de uma forma qualitativa, para poder compreender melhor e atuar de forma objetiva sobre esta forma de perversão humana. E quando a gente começa a estudar sobre o tráfico, a gente não pode mais ver isoladamente, porque o tráfico de pessoas nunca está isolado. Existem formas fundamentais de obtenção de lucro, de acumulação de lucro, de acumulação de riqueza no mundo contemporâneo: o tráfico de drogas, o tráfico de armas e o de pessoas. O tráfico de pessoas é bastante rentável, porque você pode vender uma pessoa várias vezes. Uma arma se estraga, se perde, perde a validade, por isso que se fomentam guerras e conflitos para poder vender armas, porque têm data de validade. E seres humanos jovens são vítimas. Vocês sabem, na análise do tráfico é preciso ter em mente a totalidade, de forma aproximativa, pois a gente não pode estudar o tráfico sem levar em consideração a classe social, o racismo, o gênero, a questão da geração. Se a gente não levar em consideração esses elementos do real, a gente não vai entender de uma forma mais aproximativa a totalidade. Quem é traficado ou traficada? Como já foi falado, nós mulheres. Por que nós mulheres? Porque numa sociedade machista, nós somos mais vulneráveis, nós somos mais pobres. E se se trata de mulheres negras, no caso do Brasil, a vulnerabilidade aumenta, porque a pobreza do Brasil é essencialmente feminina e negra. Isto não quer dizer que mulheres brancas, que mulheres que têm um padrão de

renda elevado não sejam traficadas, eu não estou dizendo isto. Eu estou dizendo que os grupos mais vulneráveis são de mulheres pobres e negras, no entanto, há várias estratégias e há várias formas de tráfico. O tráfico, por exemplo, que a gente está estudando mais aprofundadamente, que é o tráfico de mulheres atinge, por exemplo, exatamente algumas mulheres que vão na conversa do chamado “noivo da internet”. Aqui na Universidade, no ano passado, a gente teve casos de alunas nossas que nos procuraram dizendo que havia uma certa figura lá perto do Cinema São Luís, no centro da cidade, tentando aliciar as moças dizendo que elas poderiam se tornar modelos muito famosas na Europa. E essas alunas nossas que entraram em contato com essa situação, nos contaram e a gente avisou imediatamente à Secretaria de Defesa Social. Ora, o aliciamento para a carreira de modelo internacional é uma das estratégias do tráfico de pessoas, de seres humanos. Uma outra é o chamado “Noivo da Internet”. Ora, a gente se apaixona perdidamente por uma figura que está lá no mundo virtual e se casa, às vezes até de papel passado, claro que com documentos falsos e todas as formas criminosas que existem aí para cobrir e proteger o que é culpado ou culpada, pois é uma rede criminosa. Então, eu gostaria de colocar essas questões. Para além da figura feminina, nós temos também transexuais que vão para a Europa em busca de alguma possibilidade de carreira artística ou mesmo para a prostituição, e que obviamente, têm de encarar a barbárie do tráfico. No mundo de hoje, a gente vive uma barbárie contemporânea sem precedentes na história da humanidade. Vejamos, a gente nunca antes na história deste Planeta, imitando Lula, nunca na história desse Planeta a gente teve tanta comida, tanta abundância, tanta sobra, não é verdade? Nossas gerações conhecem a sobra, conhecem o acúmulo de riqueza como nenhuma outra geração mais um pouco anterior. Por quê? Porque no mundo de hoje, a gente tem muitas coisa sobrando, mas a gente tem apenas 1%, olha que não é invenção minha não viu gente, é dado do PNUD da ONU sobre concentração de renda no mundo. Ora, isso aqui diz o seguinte: que a parcela de 1% mais rica da população do mundo tem renda equivalente àquela dos 57% mais pobres. Ora, isto se chama concentração de riqueza no mundo. Isto é violência, isto é barbárie. E é evidente que isto propicia a

migração por questões econômicas e, dentro dessa expulsão, não gosto de usar esse nome migração, porque ele é muito light para o meu gosto, é expulsão mesmo de populações inteiras de países mais pobres em busca do Eldorado nos países chamados de primeiro mundo. Eldorado este que não existe. Nossos companheiros e companheiras da Itália sabem perfeitamente disso. Eu estudei na França, em 2006, eu estou estudando na Itália agora, do ano passado para cá. Há uma expulsão maciça de imigrantes, e principalmente de imigrantes pobres, porque aqueles ou aquelas que têm uma escolaridade elevada, ou que vão trabalhar na construção civil ou em alguns setores que demandam força de trabalho, tudo bem, aí são aceitos por uma temporada, não podem trazer a família, têm muitas restrições. Para as pessoas mais pobres que migram ilegalmente, só resta a insegurança de a qualquer momento serem presas e retornar ao país de origem.



## **Il servizio sociale tra utopia e paradosso: Ipotesi di confronto tra Italia e Brasile**

**Maria Lorenzoni Stefani<sup>67</sup>**

### 1. Introduzione

L'assistenza ai deboli fa parte della storia dell'umanità, anzi è condizione della sua sopravvivenza, dato che il cucciolo d'uomo è forse quello che impiega più tempo per raggiungere la capacità di sopravvivere autonomamente, sono indispensabili cure materne. Nel tempo a questa protezione per i piccoli, e forse utilizzando tale esperienza, si è aggiunta l'assistenza agli inabili, fisici o mentali, senza grandi distinzioni, garantendo la semplice sopravvivenza.

Fino a pochi decenni fa, l'obiettivo dell'assistenza era di proteggere la società dei sani, allontanando e separando i diversi che potevano creare disagio. Anche la Chiesa Cattolica, che si è sempre impegnata a favore dei deboli c'era la dimensione di separazione e di proselitismo. Mancavano, infatti, competenze adeguate a promuovere riabilitazione ed inserimento, e mancava anche una cultura dei diritti civili. Nel corso dei secoli ci sono stati esempi notevoli di generosità ed impegno da parte di soggetti particolarmente illuminati, che hanno sperimentato forme di assistenza innovative per l'epoca, e che hanno contribuito all'affermazione della pari dignità di ogni persona.

Solo in anni recenti sono state denunciate le forme di esclusione che venivano praticate sotto l'ombrello di interventi assistenziali, da tutte le istituzioni di massa. C'è ancora molto lavoro da fare perché si realizzi una

---

<sup>67</sup> Assistente Sociale, Professoressa presso l'Università La Sapienza di Roma, membro fondatrice dell'Interscambio scientifico culturale tra Il Servizio Sociale Italiano e quello Brasiliano.

società accogliente, nella quale ciascuno sai inserito e possa esprimere le proprie potenzialità, anche quando siano limitate. Infatti anche da parte di coloro che concordano sul diritto di cittadinanza di tutti, non c'è accordo sul come realizzarlo, e nel confronto emergono visioni diverse relative alla responsabilità/impegno collettivo.

Il concetto di salute e di benessere si è ampliato, le scienze dell'uomo si sono differenziate e specializzate, con una capacità di analisi sempre più puntuale, a cominciare dalla medicina. L'uomo ha dimostrato una capacità creativa che imprime un progresso inarrestabile di miglioramento delle condizioni che determinano benessere. Dalle caverne si è arrivati all'idromassaggio e si andrà certamente oltre, i bisogni sono illimitati. Ma la diffusione del benessere non è avvenuta in maniera omogenea. In questa fase della storia dell'uomo siamo in presenza di larghe fasce di popolazione che non riescono a soddisfare i propri bisogni primari e una minoranza con una quantità di beni molto superiore alle proprie esigenze e che producono sprechi di ogni tipo..

L'assistenza, per contribuire ad una società di uguali opportunità per tutti, deve perdere la sua componente paternalistica, per assumere una dimensione promozionale di servizio, con una professionalità specifica, il servizio sociale appunto, che ha tradotto la propria esperienza empirica in una disciplina che aspira ad una autonomia scientifica.

## 2. L'origine del servizio sociale in Italia

In Italia durante il Regime fascista erano stati istituiti, enti nazionali di assistenza sociale: l'Opera Nazionale Maternità e Infanzia (ONMI), l'Ente Nazionale per gli orfani dei lavoratori (ENAOLI), l'Opera Nazionale Pensionati d'Italia (ONPI) ed altri. Si trattava di strutture nazionali la cui organizzazione verticistica prevedeva le stesse prestazioni dall'estremo nord all'estremo sud. Senza alcuna attenzione alla cultura e ai bisogni della comunità di appartenenza dell'assistito. In particolare si era verificata una

proliferazione di enti per l'assistenza all'infanzia che differenziava le risorse tra gli orfani dei lavoratori, i figli di detenuti, i minori riconosciuti dalla sola madre, quando evidentemente il bisogno era molto simile, e le risposte avrebbero dovuto essere analoghe, all'interno della cultura di appartenenza.

Durante il Fascismo le assistenti sociali erano esclusivamente donne che erano state formate da un corso residenziale della durata di 1 anno a Roma; per essere ammesse a tale corso era necessario aver conseguito una laurea. Tali assistenti sociali del regime fascista lavoravano nelle fabbriche con l'obiettivo di risolvere adempimenti burocratici per i lavoratori assicurando una maggior produttività e presumibilmente vigilando anche che i comportamenti extra lavorativi fossero adeguati alla adesione al regime.

Il servizio sociale moderno, in Italia, è iniziato nell'immediato secondo dopoguerra, ed è stato vissuto dai fondatori come uno degli strumenti di diffusione della riconquistata democrazia, dopo il ventennio di regime fascista. Nel 1946 a Tremezzo, sul lago di Como nel Nord Italia, è stato realizzato il "Convegno di studi per l'assistenza" durato 3 settimane ed organizzato dal Ministero per l'Assistenza postbellica formato da persone che avevano partecipato alla guerra di liberazione contro i Tedeschi. Al convegno hanno partecipato anche rappresentanti stranieri: nord americani, canadesi e francesi che rappresentavano, per l'Italia di allora, esperienze di democrazia, da prendere a esempio.

In quella sede Maria Calogero fondatrice a Roma di una delle prime scuole per assistenti sociali ha formulato questa definizione: "L'Assistenza Sociale è una diversa forma di esercizio e di creazione della democrazia, cioè dell'attitudine degli uomini a risolvere da sé i propri problemi e a conquistare, in un'armonia collettiva, più larghe opportunità di vita e migliori opportunità d'azione".

Obiettivo del servizio sociale è quello di contribuire a superare situazioni di disagio presenti nella comunità promuovendo l'autonomia dei soggetti, la capacità di utilizzare le risorse, creandone nuove ove necessario, stimolando forme di solidarietà. In sintesi, il servizio sociale deve contribuire

a creare una società nella quale ciascuno possa esprimere al meglio le proprie potenzialità, avere l'aiuto per raggiungere il livello di autonomia possibile nelle condizioni date, ed ottenere comunque rispetto della propria dignità. Particolare impegno va messo nella individuazione precoce del disagio, e delle sue cause e nell'attivare iniziative di prevenzione.

Ripercorrendo l'origine del moderno servizio sociale in Italia, si rileva che, in quella fase, c'era una esigenza di ragionare forte di libertà dall'amministrazione, fuori dalle tentazioni burocratiche. C'era diffusa l'ansia di sganciarsi dai Ministeri, di fare dell'assistente sociale una figura non condizionata dalla burocrazia. Ansia di un ambiente nuovo per l'assistenza, ansia di libertà da una cultura tradizionale dell'amministrazione, da un'assistenza segmentata, voglia di respirare a pieni polmoni. Una cultura nuova, una società nuova, una possibilità di contribuire a formare i nuovi italiani.

### 3. La formazione degli assistenti sociali in Italia

Un compito così impegnativo può essere affidato ad un singolo professionista? Che requisiti deve avere?

Iniziamo dal prendere in esame la formazione di base. Dal 1947 in poi sono sorte scuole di servizio sociale che hanno introdotto, per primo in Italia, lo studio di materie quali l'antropologia culturale, la psicologia, la sociologia, fino ad allora escluse dagli insegnamenti universitari. Hanno anche introdotto modalità formative collegate alla pratica e fortemente innovative, utilizzando i modelli anglosassoni e francesi e rielaborandoli in maniera originale per adeguarli alla cultura del paese.

Si è trattato di laboratori di ricerca che hanno visto collaborare urbanisti, medici, giuristi per formare un operatore in grado di contribuire a promuovere una società che garantisse uguali opportunità a tutti. Nonostante gli assistenti sociali cominciassero ad essere assunti anche nelle amministrazioni pubbliche, il titolo non aveva un riconoscimento giuridico, ciò ha consentito la proliferazione di "scuole senza sufficienti

riferimenti culturali” che hanno diplomato operatori privi di adeguata competenza, creando un danno ai cittadini ed alla professione.

Per fortuna hanno continuato a funzionare anche sedi di formazione di ottimo livello che hanno contribuito allo sviluppo delle scienze dell'uomo nel paese: i sociologi e gli psicologi prima di ottenere l'istituzione di specifici corsi di laurea hanno insegnato e fatto ricerca nelle scuole di servizio sociale. Gli assistenti sociali, fin dai primi anni di attività, hanno auspicato l'inserimento della loro formazione nell'università, ritenendo che ottenere una laurea, invece del diploma rilasciato da scuole private, avrebbe automaticamente dato una maggior competenza alla professione. Così non è stato.

Il percorso è stato lungo, ha assorbito molte energie. L'inserimento della formazione nell'università è avvenuto in un momento di grosso travaglio per l'applicazione dei modelli europei delle lauree di due livelli. Il risultato è che la formazione degli assistenti sociali è attualmente collocata all'interno dell'università, con corsi triennali di primo livello, la laurea biennale specialistica ed il dottorato di ricerca triennale, nei quali però il ruolo dei docenti assistenti sociali è marginale perchè pochissimi sono strutturati nelle università.

Peraltro l'inserimento della laurea in servizio sociale nelle varie università, è avvenuto in diverse facoltà, scienze della formazione, sociologia, lettere, giurisprudenza, scienze politiche e medicina, in base alla situazione locale e all'interesse di singoli docenti. Tale situazione rende difficile un modello curricolare unico. Inoltre non sempre nei piani di studio sono previste le materie professionali, che vengono sostituite dai vari rami della sociologia e della psicologia. Pertanto il servizio sociale come disciplina, rischia di perdere il suo carattere di originalità, la tradizionale continua rielaborazione della prassi. Infatti elemento fondante della formazione degli assistenti sociali è il percorso teoria – prassi – teoria, che implica una continua sperimentazione. Al contrario i canoni della carriera universitaria spingono verso una produzione scientifica meramente teorica e molto parcellizzata ed anche gli spazi del tirocinio degli allievi, che deve essere guidato da

supervisor assistenti sociali esperti, è difficilmente garantito dalla nuova collocazione all'interno dell'Università, nella quale c'è anche una forte concorrenza da parte dei sociologi che hanno meno possibilità lavorative e sono più attrezzati alla speculazione.

A questo punto, il futuro ed il prestigio della professione dipendono dalla capacità dei pochi docenti universitari di servizio sociale di produrre elaborazioni scientifiche di spessore rimanendo fedeli alle caratteristiche originali della professione, necessarie perché si possano raggiungere gli obiettivi di promozione sociale.

#### 4. Il lavoro degli assistenti sociali italiani

Nel servizio sociale italiano inizialmente c'era una divisione sottile, ma presente, tra lavorare nella comunità vissuta nel territorio, e il cercare il rapporto con le singole persone anche all'interno delle strutture assistenziali. La prima dimensione ritiene che la persona cresca nella propria comunità, quindi il lavoro dell'assistente sociale sta all'interno della comunità, sta nel lavoro di gruppo, sta nel creare dimensioni collettive, di socializzazione, di qualità della vita, dove l'individuo può crescere. L'assistente sociale deve essere un operatore libero da procedure standardizzate e tantomeno strumento di superamento o attenuazione delle tensioni sociali. Oppure per usare ancora un'espressione di Maria Calogero, non più "una specie di calmente spalmato da organizzazioni pubbliche e private sul corpo dolente della società, un po' per farla star bene, un po' per farla star quieta ed evitare il rischio dei suoi scatti esasperati. Come prima era dettata da un egoismo dell'anima, così ora potrebbe essere dettata da un egoismo di gruppo sociale".

La seconda dimensione è quella dell'assistente sociale che lavora sulla persona, fa un lavoro individuale, crea adattamento della persona all'ambiente, l'operatore può stare dentro le strutture assistenziali, la qualità della persona è obiettivo dell'assistente sociale.

Senza dubbio la seconda dimensione è stata quella che si è maggiormente affermata, anche perché era l'impostazione della tradizione assistenziale

cattolica, assolutamente predominante in Italia. Gli importanti ed originali progetti di superamento della povertà attraverso un lavoro di promozione delle comunità, realizzati negli anni 1950-1954 in Abruzzo, in Basilicata, nell'Appennino, in territori nei quali l'agricoltura era appena di sussistenza, e dove era ancora molto diffuso l'analfabetismo, nonostante abbiamo determinato notevoli miglioramenti, non hanno prodotto modelli ripetibili.

Va riconosciuto che le esperienze di servizio sociale più originali hanno avuto una vita breve o, comunque non sono diventate prassi diffusa, non sono riuscite a modificarsi con l'evolversi della società; penso alla bella esperienza dei centri sociali dei quartieri di edilizia popolare e ad altre esperienze di servizio sociale dirette a sollecitare la partecipazione della popolazione.

Nel 1968 in Europa e negli Stati Uniti si è diffuso un ampio movimento di contestazione giovanile che ha scosso il sistema scolastico e più in generale società.

Con entusiasmo e generosità assistenti sociali ed altri operatori hanno dato un notevole contributo alle riforme degli anni 70, alla istituzione del Servizio Sanitario Nazionale a copertura universale, alla chiusura dei brefotrofi e dei manicomi; al superamento delle incongruenze di un'assistenza erogata da Enti assistenziali nazionali, ONMI, ENAOLI, ONPI, e tanti altri, che mantenevano una impronta autoritaria-burocratica tipica dell'epoca nella quale erano stati istituiti.

Tuttavia, senza sottovalutare esempi di grande generosità e dedizione di tanti assistenti sociali, che hanno anche dato impulso e partecipato positivamente ai processi di riforma del settore nel paese, la professione nel suo complesso, ha cercato una propria autoaffermazione attraverso un'omologazione a modelli apparentemente più prestigiosi e remunerativi, modelli che tendono ad isolare e privatizzare il disagio.

Il mandato sociale dell'assistente sociale contiene sia la dimensione dell'aiuto che quella del controllo come prevenzione di comportamenti

antisociali, e proprio la difficoltà di mantenere un equilibrio tra queste due dimensioni comporta la necessità di una solida professionalità.

L'assistente sociale opera su relazioni, attraverso relazioni per indurre cambiamenti, nulla di più immateriale di difficile quantificazione, dice Paola Rossi. La realtà è che il lavoro di un operatore, se ben fatto non è visibile. Dare autonomia, dare empowerment, secondo la dizione che viene utilizzata ora, ad un soggetto con disagio, implica la capacità di trasmettergli sicurezza ed evitare ogni forma di dipendenza. Altra caratteristica del servizio sociale è quello di ottenere raramente risultati immediati, ma normalmente sul medio lungo periodo. Si tratta quindi di un paradigma alternativo alla attuale cultura imperante, che propone di sgomitare e cercare la propria affermazione attraverso la svalorizzazione dell'altro ed anche la sopraffazione..

La soppressione degli enti assistenziali nazionali e la collocazione del servizio sociale nell'Ente Locale, espressione democratica della comunità, è stata vissuta come una vittoria. Si riteneva che la nuova organizzazione avrebbe consentito il superamento dei settori, per analizzare il disagio nella comunità ed affrontarlo in tale ambito con creatività originale, orientando scelte politiche capaci di rispondere ai bisogni, dove vengono espressi e nel rispetto della cultura locale. Invece è aumentato l'isolamento degli assistenti sociali e si è verificata una nuova burocratizzazione che ha snaturato molto del lavoro.

In Italia attualmente lavorano circa 40.000 assistenti sociali collocati nei Comuni, nel Servizio Sanitario Nazionale, nel Ministero dell'Interno, nel Ministero di Giustizia, in Enti privati, nel terzo settore: cooperative, associazioni, ecc.

Da un punto di vista retributivo la collocazione migliore è quella nei Ministeri dove la funzione di controllo è più rilevante rispetto alle altre collocazioni nelle quali prevale l'impegno all'aiuto.

I nuovi problemi della società italiana che il servizio sociale deve affrontare sinteticamente indicati di seguito sono:

La trasformazione della famiglia, che non è più in grado di farsi carico autonomamente dei propri membri più deboli. Il diffuso inserimento lavorativo della donna comporta l'esigenza di servizi assistenziali- educativi per i bambini fin dai primi anni di vita, asili nido, scuole materne, scuole primarie tutte con lungo orario e servizi di mensa. Anche per l'assistenza agli anziani ed ai disabili la famiglia necessita di aiuto, non è più in grado di rispondere alle loro esigenze.

- L'aumento delle aspettative di vita, grande conquista della medicina ha determinato un aumento della presenza di anziani nella società. In Italia la rappresentazione grafica della struttura demografica non è più piramidale con una larga base di giovani ed un sempre maggiore assottigliamento delle età più avanzate, ma tende ad essere rettangolare con una uguale presenza di giovani e di anziani. Tale situazione comporta anche conseguenze di carattere previdenziale. Infatti il sistema fiscale non è più in grado di garantire erogazione di pensioni così prolungate nel tempo.
- La crisi che ha colpito il mondo produttivo, denuncia l'incapacità dei governi occidentali di fare programmazione di lungo periodo e ha come conseguenza di ridurre le offerte di lavoro e di aumentare le fasce di povertà della popolazione.

Il lavoro dell'assistente sociale è diventato più difficile anche perchè la diffusione dei mezzi di comunicazione e l'aumento del livello medio di cultura hanno aumentato la consapevolezza dei propri diritti nella popolazione a cui spesso non corrisponde un uguale consapevolezza dei propri diritti, nella popolazione a cui spesso non corrisponde una uguale consapevolezza dei propri doveri.

Inoltre l'assistente sociale rischia di essere invisibile, come invisibili sono gli utenti del servizio sociale. Infatti aiutare coloro che non hanno trovato risposta alle proprie esigenze all'interno della società, coloro che sono in situazione di miseria, coloro che hanno comportamenti devianti, dannosi a se stessi e rischiosi per la società, significa far emergere le carenze dell'organizzazione, rendere visibile ciò che si preferisce non vedere.

In conclusione vorrei fare una riflessione sullo stereotipo diffuso degli assistenti sociali italiani che intervengono per proteggere bambini non adeguatamente assistiti dai propri familiari allontanandoli ed affidandoli ad altre famiglie che generosamente accettano l'affidamento. I giornali e i media in generale definiscono questi assistenti sociali *"ladri di bambini."* Certo non è questo il mandato sociale attribuito alla professione, e certamente la maggioranza degli operatori fa un lavoro paziente e impegnativo di recupero e miglioramento delle capacità educative a favore di famiglie deprivate, anche sostenendo il delicato istituto dell'affidamento familiare.

Il clamore che tali eventi suscitano, sono le poche situazioni nelle quali il lavoro dell'assistente sociale assurge agli onori della cronaca, e l'attenzione deriva non tanto da solidarietà con genitori che subiscono l'allontanamento dei bambini, perché ritenuti incapaci, ma piuttosto dalla difficoltà di accettare che un agente esterno, un professionista peraltro di poco prestigio, possa intervenire a valutare l'adeguatezza di un istituto privato quale è la famiglia. Ciò, tanto più, in una società nella quale sempre più spesso i genitori solidarizzano con i figli contro gli insegnanti, e nella quale sono presenti, in misura sempre più numerosa, altre culture nelle quali è riconosciuto al padre un potere quasi illimitato sugli altri membri.

Va però anche ammesso che taluni assistenti sociali possono subire il fascino che una situazione di onnipotenza può determinare, infatti l'allontanamento di minori dalla famiglia di appartenenza viene stabilito dal giudice sulla base della valutazione dell'assistente sociale, che vede in tal modo riconosciuto un ruolo di potere.

In una società che ha perso le speranze di un futuro migliore, si verifica la costante involuzione delle politiche sociali, che sembrano ritornare alla categorizzazione dei bisogni, alla parcellizzazione delle risposte, alla monetizzazione delle stesse, alla delega al privato di competenze che andrebbero gestite in un'ottica complessiva, con politiche integrate e mirate a cui gli operatori del sociale e non solo gli assistenti sociali, non riescono più a contribuire in maniera incisiva.

## 5. Ipotesi di confronto Italia Brasile

Nella mia lunga vita professionale ho partecipato ad alcuni incontri internazionali di assistenti sociali e sono sempre rimasta molto sorpresa nel constatare che fosse sempre possibile individuare similitudini lavorative anche con professionisti che lavoravano in contesti molto diversi. Ho verificato che il servizio sociale ha uno “zoccolo duro” di impegno e di professionalità sempre presente.

Evidentemente tale sensazione l’ho avuta anche con le colleghe brasiliane, esperienza facilitata anche dalla grande empatia che loro cultura emana.

Un confronto tra l’Italia ed il Brasile è come un confronto tra un elefante ed un topolino, tanta è la differenza in termini di dimensioni. Ho sentito nella mia esperienza brasiliana la dimensione di un grande paese, che mi è sembrato anche dotato di una certa omogeneità. L’Italia, al confronto, è minuscola, è circa un terzo dello Stato del Pernambuco eppure registra la presenza di diverse culture che derivano dalla lunga storia di dominazioni e comunque di diversi stati fino all’unificazione avvenuta solo da 150 anni, l’Europa è ancora una realtà geografica e parzialmente economica, ma culturalmente e socialmente molto differenziata. L’Italia ha avuto una fase di rapida crescita economico sociale che l’ha portata ad essere inserita tra le 8 grandi potenze al mondo: adesso è in fase di recessione economica con grandi conseguenze anche di carattere sociale.

Siamo nell’epoca che vede l’individualismo assunto quale fenomeno di massa. Un fenomeno considerato, da chi opera nel sociale, alla stregua di una “piaga biblica”. Tutte le nuove fatiche che il sociale si trova ad affrontare sono imputate a questo nuovo untore e ciò determina che le teorie e pratiche usate siano diventate obsolete, ormai inservibili per orientare l’agire sociale nel nuovo contesto nel quale tutti viviamo. Il fallimento delle esperienze di socialismo reale nell’est europeo, simboleggiato dalla caduta del muro di Berlino, ha indebolito anche i partiti di sinistra nei paesi europei che non hanno saputo contrastare l’aumento di potere dei partiti di destra.

Il Brasile è in fase evolutiva, ha registrato un grande aumento del prodotto interno e si percepisce, nella popolazione, una diffusa speranza per il futuro pur nella consapevolezza della presenza ampia di sacche di povertà estrema che generano violenza. L'Università del Pernambuco che ho potuto conoscere, è una sede di appartenenza, si lavora in gruppi trasversali, c'è accoglienza e generosità nel trasmettere conoscenza. Mentre le Università italiane sono molto gerarchizzate, le ricerche sono effettuate individualmente, poche sono le occasioni di confronto e di scambio.

Credo che i contatti in atto con "l'interscambio" siano una risorsa importante per il servizio sociale che deve essere capace di contribuire ad un mondo nel quale la inarrestabile globalizzazione costituisca una risorsa e non una omologazione alle regole di mercato imposte dai paesi ricchi.

Le enormi differenze che esistono attualmente nel mondo, relativamente al costo del lavoro, causa di pesanti ingiustizie, sono destinate a ridursi come conseguenza della globalizzazione.

L'Italia deve affrontare il passaggio da una società caratterizzata da varie culture all'interno di un'unica etnia ad una società multietnica, che, in particolare, comporta l'esigenza di accettare anche la presenza di altre regioni ed un confronto con il Brasile paese che può essere assunto come esempio di multiculturalismo può essere particolarmente utile.

## **O serviço social entre utopia e paradoxo: Hipótese de confronto entre Itália e Brasil<sup>68</sup>**

Maria Lorenzoni Stefani<sup>69</sup>

### **1. Introdução**

A assistência aos necessitados faz parte da história da humanidade, ou melhor, é condição da sua sobrevivência, dado que o filhote do homem talvez aquele que requer mais tempo para alcançar a capacidade de sobreviver autonomamente: são indispensáveis cuidados maternos. No decorrer do tempo, a esta proteção para com os pequenos, e talvez utilizando tal experiência, acrescenta-se a assistência aos incapazes, físicos ou mentais, sem grandes distinções, garantindo-lhes a simples sobrevivência.

Isso até poucas décadas atrás, já que o objetivo da assistência era de proteger a sociedade dos sãos, distanciando e separando os diferentes que poderiam criar mal estar. Mesmo na Igreja Católica, que sempre se empenhou em favor dos fracos existia a dimensão de separação e de proselitismo. Faltavam, de fato, competências adequadas para promover reabilitação e inserimento, e faltava também uma cultura dos direitos civis. No curso dos séculos existiram exemplos notáveis de generosidade e dedicação da parte de sujeitos particularmente iluminados, que experimentaram formas de assistência inovadoras para a época, e que contribuíram à afirmação pela igual dignidade de cada pessoa.

---

<sup>68</sup> Tradução- Lúcio Valério Mustafá – filólogo, filósofo e artista.

<sup>69</sup> Assistente Sociale, Professoressa presso l'Università La Sapienza di Roma, membro fondatrice dell'Interscambio scientifico culturale tra Il Servizio Sociale Italiano e quello Brasiliano.

Só em anos recentes foram denunciadas as formas de exclusão que vinham sendo praticadas sob a tutela de interventos assistenciais, por todas as instituições de massa. Existe ainda muito trabalho a ser feito para que se realize uma sociedade acolhedora, na qual cada um seja inserido e possa exprimir as próprias potencialidades, mesmo quando sejam limitadas. De fato, mesmo por parte daqueles que concordam com o direito de cidadania para todos, não existe acordo sobre como realizá-lo, e no confronto emergem visões diversas em relação à responsabilidade/atribuição coletiva.

O conceito de saúde e de bem-estar foi ampliado, as ciências do homem estão diferenciadas e especializadas, com uma capacidade de análise sempre mais pontual, a começar pela medicina. O homem tem demonstrado uma capacidade criativa que imprime um progresso irrefreável de melhoria das condições que determinam bem estar. Das cavernas se chegou à hidromassagem e se irá certamente além, as necessidades são ilimitadas. Mas a difusão do bem estar não se deu de maneira homogênea, nesta fase da história do homem estamos em presença de largos segmentos da população que não conseguem satisfazer as próprias necessidades primárias e uma minoria com uma quantidade de bens muito superior às próprias exigências e que usufruem de um consumo excessivo e inútil de todo o tipo.

A assistência, para contribuir com uma sociedade de iguais oportunidades para todos, deve perder a sua componente paternalista, para assumir uma dimensão promocional de serviço, com um profissionalismo específico: o serviço social que tem traduzido a própria experiência empírica em uma disciplina que aspira a uma autonomia científica.

## 2. A origem do serviço social na Itália

Na Itália, durante o Regime fascista, foram instituídos organismos nacionais de assistência social: a Obra Nacional Maternidade e Infância (ONMI), a Entidade Nacional para os órfãos dos trabalhadores (ENAOLI), a Obra Nacional dos Pensionistas da Itália (ONPI) dentre outras. Tratava-se de estruturas nacionais cuja organização verticalista previa as mesmas prestações do extremo norte ao extremo sul, sem qualquer atenção à

cultura e às necessidades da comunidade de pertencimento do assistido. Em particular se verificava uma proliferação de entidades para a assistência à infância que distribuía distintamente os recursos entre os órfãos dos trabalhadores, os filhos dos prisioneiros, os menores reconhecidos apenas pela mãe, quando evidentemente a necessidade era muito semelhante, e as respostas deveriam ser análogas a partir da cultura de pertencimento.

Durante o Fascismo os assistentes sociais eram exclusivamente mulheres que tinham sido formadas por um curso residencial com a duração de um ano em Roma; para a admissão em tal curso era necessário ter concluído um curso de graduação. Tais assistentes sociais do regime fascista trabalhavam nas fábricas com o objetivo de resolver demandas burocráticas para os trabalhadores assegurando uma maior produtividade e presumivelmente cuidando também para que seus comportamentos extra laborativos fossem adequados à adesão ao regime.

O serviço social moderno, na Itália, iniciou-se no imediato segundo pós-guerra, e foi vivenciado pelos fundadores como um dos instrumentos de difusão da reconquistada democracia, após os vinte anos de regime fascista. Em 1946, em Tremezzo, às margens do lago de Como no Norte da Itália, foi realizado o “Encontro de estudos para a assistência” com duração de três semanas e organizado pelo Ministério para a Assistência pos-bélica, formado por pessoas que tinham participado da guerra de libertação contra os Alemães. Participaram do encontro também representantes estrangeiros: norte americanos, canadenses e franceses que representavam, para a Itália de então, experiências de democracia, de tomar-se como exemplo. Naquele local, Maria Calogero, fundadora em Roma de uma das primeiras escolas para assistentes sociais, formulou esta definição: “A Assistência Social é uma forma diversa de exercício e de criação da democracia, isto é, da atitude dos homens para resolver por si os próprios problemas e conquistar, em uma harmonia coletiva, maiores oportunidades de vida e melhores oportunidades de ação”.

Objetivo do serviço social é aquele de contribuir a superar situações de mal estar presentes na comunidade promovendo a autonomia dos sujeitos, a

capacidade de utilizar os recursos, criando-lhes novos onde necessário, estimulando formas de solidariedade. Em síntese, o serviço social deve contribuir para criar uma sociedade na qual cada um possa exprimir da melhor forma as próprias potencialidades, ter a ajuda para alcançar o nível de autonomia possível nas condições dadas e obter, portanto, o respeito da própria dignidade. Particular compromisso se coloca na individuação precoce do mal estar, e das suas causas e no ativar iniciativas de prevenção.

Revisitando a origem do moderno serviço social na Itália, ressalta-se que, naquela fase, existia uma exigência de razão Forte de liberdade da administração, fora das tentações burocráticas. Havia se difundido a ânsia de desatrelar-se dos Ministérios, de fazer da assistente social uma figura não condicionada pela burocracia. Ânsia de um ambiente novo para a assistência, ânsia de liberdade de uma cultura tradicional da administração, de uma assistência segmentada, vontade de respirar a plenos pulmões. Uma cultura nova, uma sociedade nova, uma possibilidade de contribuir para formar os novos italianos.

### 3. A formação das assistentes sociais na Itália

Uma tarefa assim tão significativa, voltada para interesses de âmbito político, econômico e social, poderia ser confiada a um profissional singular? Que requisitos deveria ter?

Iniciamos pelo tomar em exame a formação de base. De 1947 em diante surgiram escolas de serviço social que introduziram, primeiramente na Itália, o estudo de matérias tais como a antropologia cultural, a psicologia, a sociologia, até então excluídas dos ensinamentos universitários. Foram também introduzidas modalidades formativas correlacionadas à prática e fortemente inovadoras, utilizando os modelos anglo-saxões e franceses e reelaborando-lhes de forma original para adequar-lhes à cultura do país.

Tratava-se de laboratórios de pesquisa aos quais colaboraram urbanistas, médicos, juristas para formar um operador em grau de contribuir para promover uma sociedade que garantisse iguais oportunidades a todos. Não

obstante os assistentes sociais começassem a ser aceitos também nas administrações públicas, o título não tinha um reconhecimento jurídico, o que consentiu a proliferação de “escolas sem suficientes referimentos culturais” que chegaram a diplomar operadores sem a adequada competência, criando um dano aos cidadãos e à profissão.

Por sorte continuaram a funcionar também sedes de formação de ótimo nível que contribuíram para o desenvolvimento das ciências do homem no país: os sociólogos e os psicólogos antes de emitir a instituição de específicos cursos de graduação ensinaram e fizeram pesquisas nas escolas de serviço social. Os assistentes sociais, desde os primeiros anos de atividade, declararam o desejo de inserção da formação deles na universidade, considerando que obter uma graduação, ao invés do diploma emitido pelas escolas privadas, teria automaticamente dado uma maior competência à profissão. Isso não aconteceu.

O percurso foi longo, absorveu muitas energias. A inserção da formação na universidade aconteceu num momento de grande luta pela aplicação de modelos europeus nas graduações de dois níveis. O resultado é que a formação dos assistentes sociais está atualmente colocada no interior da universidade, com cursos trienais de primeiro nível, a láurea bienal especialista e o doutorado de pesquisa trienal, nos quais, porém, o papel dos docentes assistentes sociais é marginal porque pouquíssimos estão estruturados na universidade.

No mais, a inserção da graduação em serviço social nas várias universidades, aconteceu em diversas faculdades: ciências da formação, sociologia, letras, direito, ciências políticas e medicina, com base na situação local e no interesse de cada docente singular. Tal situação torna difícil um modelo curricular único. Além disso, nem sempre nos planos de estudo estão previstas as matérias profissionais, que são substituídas pelos vários ramos da sociologia e da psicologia. Portanto o serviço social como disciplina, arrisca perder o seu caráter de originalidade, a tradicional reelaboração contínua da práxis. De fato o elemento fundador da formação dos/as assistentes sociais é o percurso teoria – práxis – teoria, que implica

numa contínua experimentação. Ao contrário os cânones da carreira universitária empurram em direção de uma produção científica meramente teórica e muito fragmentada e também os espaços do estágio dos alunos, que deve ser guiado por supervisores assistentes sociais especialistas, é dificilmente garantido pela nova colocação no interior da Universidade, na qual existe também uma forte concorrência por parte dos sociólogos que têm menos possibilidade laboral e estão mais equipados para a especulação.

A este ponto o futuro e o prestígio da profissão dependem da capacidade dos poucos docentes universitários de serviço social de produzir uma elaboração científica calibrada, permanecendo fieis às características originais da profissão, necessárias para que se possam alcançar os objetivos de promoção social.

#### 4. O trabalho dos assistentes sociais italianos

No serviço social italiano inicialmente tinha uma divisão sutil, mas presente, entre trabalhar na comunidade vivida no território, e o procurar a relação com as singulares pessoas também no interior das estruturas assistenciais. A primeira dimensão considera que a pessoa cresça na própria comunidade, portanto o trabalho do assistente social está no interior da comunidade, está no trabalho de grupo, está no criar dimensões coletivas, de socialização, de qualidade da vida, onde o indivíduo pode crescer. O assistente social deve ser um operador livre de procedimentos estandardizados e muito mais um instrumento de superação ou atenuação das tensões sociais. Ou então para usar ainda uma expressão de Maria Calogero, não mais “uma espécie de calmante espalmado por organizações públicas e privadas sobre o corpo dolorido da sociedade, um pouco para fazê-la estar bem, um pouco para fazê-la estar quieta e evitar o risco de seus disparos exasperados. Como antes era ditada por um egoísmo da alma, assim agora poderia ser ditada por um egoísmo de grupo social”.

A segunda dimensão é aquela do assistente social que trabalha a pessoa, faz um trabalho individual, cria adaptação da pessoa ao ambiente, o

operador pode estar dentro das estruturas assistenciais, a qualidade da pessoa é o objetivo da assistente social.

Sem dúvida a segunda dimensão foi aquela que maiormente se afirmou, mesmo porque era a imposição da tradição assistencial católica, absolutamente predominante na Itália. Os importantes e originais projetos de superação da pobreza através de um trabalho de promoção das comunidades, realizados nos anos 1950-1954 em Abruzzo, na Basilicata, no Apenino, em territórios nos quais a agricultura era apenas de subsistência, e onde era ainda muito difuso o analfabetismo, apesar que determinamos notáveis melhoramentos, não produziram modelos repetíveis.

Deve-se reconhecer que as experiências de serviço social mais originais tiveram uma vida breve ou, de qualquer modo não se tornaram práxis difusa, não conseguiram modificar-se com o desenvolver-se da sociedade; penso à bela experiência dos centros sociais dos bairros de habitação popular e em outras experiências de serviço social dirigidas à solicitação da participação da população.

Em 1968, na Europa e nos Estados Unidos, se difundiu um amplo movimento de contestação juvenil que sacudiu o sistema escolar e mais em geral a sociedade. Com o entusiasmo e generosidade de assistentes sociais e outros operadores deram uma notável contribuição às reformas dos anos 70, à instituição do Serviço Sanitário Nacional com cobertura universal, para o fechamento dos orfanatos e dos manicômios; para a superação das incongruências de uma assistência aplicada por Entidades assistenciais nacionais, ONMI, ENAOLI, ONPI, e tantas outras, que mantinham uma marca autoritária-burocrática típica da época na qual tinham sido instituídas.

Todavia, sem subestimar exemplos de grande generosidade e dedicação de tantos assistentes sociais, que deram um impulso e participaram positivamente nos processos de reforma do setor do país, a profissão no seu complexo, procurou uma sua auto-afirmação através de uma

homologação a modelos aparentemente mais prestigiados e remunerativos, modelos que tendem a isolar e privatizar o mal estar.

O mandato social do assistente social contém, seja a dimensão da ajuda que aquela do controle como prevenção de comportamentos anti-sociais, e exatamente a dificuldade de manter um equilíbrio entre estas duas dimensões comporta a necessidade de um sólido profissionalismo. O/a assistente social opera sobre relações, através de relações para induzir mudanças, nada mais imaterial de difícil quantificação, disse Paola Rossi. A realidade é que o trabalho de um operador, se bem feito não é visível. Dar autonomia, dar *empowerment*, segundo a terminologia que vem sendo utilizada agora, para um sujeito com mal estar, implica a capacidade de transmitir-lhe segurança e evitar toda forma de dependência. Outra característica do serviço social é aquela de obter raramente resultados imediatos, mas normalmente sobre o médio e longo período. Trata-se, portanto, de um paradigma alternativo à atual cultura imperante, que propõe abrir alas com violência e procurar a própria afirmação através da desvalorização do outro e até da sua opressão.

A supressão dos entes assistenciais nacionais e a colocação do serviço social no Ente Local, expressão democrática da comunidade, foi vivenciada como uma vitória. Considerava-se que nova organização teria permitido a superação dos setores, para analisar o mal estar na comunidade e afrontá-lo em tal âmbito com criatividade original, orientando escolhas políticas capazes de responder às necessidades, onde se expressam e com o devido respeito à cultura local. Ao invés, aumentou-se o isolamento das assistentes sociais e se verificou uma nova burocratização que degenerou muito o trabalho.

Na Itália, atualmente, trabalham cerca de 40.000 assistentes sociais vinculadas ao Comune, no Serviço Sanitário Nacional, no Ministério do Interior, no Ministério da Justiça, em Empresas privadas, no terceiro setor: cooperativas, associações, etc.

De um ponto de vista remunerativo, a colocação melhor é aquela dos Ministérios onde a função do controle é mais relevante em relação a outras colocações nas quais prevalece a atribuição da ajuda.

Os novos problemas da sociedade italiana que o serviço social deve enfrentar, sinteticamente indicados, são os seguintes:

- A transformação da família, que não está mais em grau de responsabilizar-se autonomamente dos próprios membros mais frágeis. A difusa inserção laborativa da mulher comporta a exigência de serviços assistenciais-educativos para as crianças desde os primeiros anos de vida, creches, escolas maternais, escolas elementares, todas com horário longo e serviços de alimentação. Mesmo porque para a assistência aos anciãos e aos deficientes, a família necessita de ajuda, e não se encontra mais em condições de responder às suas exigências.
- O aumento das expectativas de vida, grande conquista da medicina, determinou um aumento da presença de idosos na sociedade. Na Itália, a representação gráfica da estrutura demográfica não é mais piramidal com uma larga base de jovens e uma sempre maior redução da idade mais avançada, mas tende a ser retangular com uma igual presença de jovens e de idosos. Tal situação também tem consequências de caráter previdenciário, de fato o sistema fiscal não está mais em grau de garantir o direito à pensão por tempo muito prolongado.
- A crise que atingiu o mundo produtivo, denuncia a impossibilidade dos jovens ocidentais de fazer programação de longo período e tem como consequência a redução de ofertas de trabalho e o aumento dos segmentos de pobreza da população.

O trabalho do/a assistente social tornou-se mais difícil, até porque a difusão dos meios de comunicação e o aumento do nível médio de cultura tem aumentado a consciência dos próprios deveres.

Além disso, a/o assistente social corre o risco de se tornar invisível, como invisíveis são os usuários do serviço social. Com efeito, assistir àqueles que

não encontraram resposta para as próprias exigências no interior da sociedade, aqueles que estão em situação de miséria, aqueles que tem comportamentos desviantes, provocam danos a si mesmos e constituem ameaça para a sociedade, significa fazer vir à tona as carências da organização, tornar visível aquilo que se prefere não ver.

Em conclusão, gostaria de fazer uma reflexão sobre o estereótipo difundido sobre os/as assistentes sociais italianos que intervêm para proteger crianças não adequadamente assistidas pelos próprios familiares, afastando-as e confiando-lhes a outras famílias que generosamente aceitam a adoção. Os jornais e a mídia em geral, definem estes assistentes sociais como "*ladrões de crianças*". Certo que não é este o mandado social atribuído à profissão e, certamente a maioria dos operadores faz um trabalho paciente e voltado para a recuperação e melhoramento da capacidade educativa em favor de famílias carentes, até mesmo assumindo a delicada função da adoção familiar.

O clamor que tais eventos suscitam são as poucas situações nas quais o trabalho do/a assistente social se eleva a honras da crônica, e a atenção deriva não tanto pela solidariedade com genitores que sofrem o distanciamento das crianças, porque considerados incapazes, mas acima de tudo pela dificuldade de aceitar que um agente externo, um profissional ainda que de pouco prestígio, possa intervir na avaliação da adequação de uma instituição privada tal como é a família. Isto, tanto mais, em uma sociedade na qual sempre mais frequentemente os genitores se solidarizam com os filhos contra os professores, e na qual estão presentes, em medida sempre mais numerosa, outras culturas nas quais é reconhecido ao pai um poder quase ilimitado sobre os outros membros.

Admita-se também o fato de que alguns assistentes sociais podem sofrer o fascínio que uma situação de onipotência pode determinar: de fato o afastamento de menores da família de origem vem estabelecido pelo juiz sob a base da avaliação do assistente social, que vê em tal modo reconhecido um papel de poder.

Em uma sociedade que perdeu as esperanças de um futuro melhor, se verifica a constante involução das políticas sociais, que parecem retornar à

categorização das necessidades, à fragmentação das respostas, à mercantilização das mesmas, à delegação ao privado de competências que deveriam ser geridas em uma ótica complexiva, com políticas integradas e voltadas a que os operadores do social e não só os/as assistentes sociais, não conseguem mais contribuir de maneira incisiva.

## 5. Hipótese de confronto Itália-Brasil

Na minha longa trajetória de vida profissional, participei de alguns encontros internacionais de assistentes sociais e sempre me surpreendi pelo fato de constatar que fosse sempre possível individuar semelhanças laborativas mesmo com profissionais que trabalhavam em contextos muito diversos. Verifiquei que o serviço social tem um “*embasamento duro*” (bem estruturado) de compromisso e de profissionalismo sempre presente.

Evidentemente tal sensação experimentei também com as colegas brasileiras, experiência facilitada também pela grande empatia que a sua cultura emana.

Um confronto entre a Itália e o Brasil é como um confronto entre um elefante e um ratinho, tanta é a diferença em termos de dimensões. Senti na minha experiência brasileira a dimensão de um grande país, que me pareceu também dotado de uma certa homogeneidade. A Itália, em confronto, é minúscula, é cerca um terço do Estado de Pernambuco e, apesar disso, registra a presença de diversas culturas que derivam da longa história de dominações e, portanto, de diversos estados até a unificação que se deu só há 150 anos. A Europa é ainda uma realidade geográfica e parcialmente econômica, mas culturalmente e socialmente muito diferenciada. A Itália teve uma fase de rápido crescimento econômico social que a conduziu a ser inserida entre as 8 grandes potências mundiais: agora está em fase de recessão econômica com grandes consequências também de caráter social.

Estamos na época que vê o individualismo assumido com um fenômeno de massa. Um fenômeno considerado, por quem opera no social, à proporção de um “*flagelo bíblico*”. Todas as novas dificuldades em que o social se

encontra para enfrentar são impostas por esta nova conjuntura negativa e isto determina que as teorias e práticas usadas se tornem obsoletas, até mesmo inúteis para orientar o agir social no novo contexto no qual todos vivemos. A falência das experiências do socialismo real no leste europeu, simbolizado pela queda do muro de Berlim, fragilizou também os partidos de esquerda nos países europeus que não têm sabido contrastar o aumento de poder dos partidos de direita.

O Brasil está em fase evolutiva, tem registrado um grande aumento do Produto Interno e se percebe na população, uma difusa esperança para o futuro mesmo se haja conhecimento da presença ampla de bolsões de pobreza extrema que geram violência. A Universidade Federal de Pernambuco, que tive a oportunidade de conhecer, é uma sede de pertencimento, se trabalha em grupos transversais, existe acolhimento e generosidade no transmitir conhecimento. Ao contrário, as Universidades italianas são muito hierarquizadas, as pesquisas são efetuadas individualmente, poucas são as ocasiões de confronto e de troca.

Creio que os contatos em ato com “o intercâmbio” são um recurso importante para o serviço social que deve ser capaz de contribuir a um mundo no qual a desenfreada globalização constitua um recurso e não uma convalidação às regras de mercado impostas pelos países ricos.

As enormes diferenças que existem atualmente no mundo, relativamente às custas do trabalho, causas de pesadas injustiças, estão destinadas a reduzir-se como consequência da globalização.

A Itália deve enfrentar a passagem de uma sociedade caracterizada por várias culturas no interior de uma única etnia a uma sociedade multi-étnica, que, em particular, comporta a exigência de aceitar também a presença de outras regiões e um confronto com o Brasil – país que pode ser entendido como exemplo de multiculturalismo e pode ser particularmente útil.

## **I diritti umani nella società di mercato**

Claudio Tognonato<sup>1</sup>

### **Diritti di carta**

Se ne parla tanto di diritti umani e naturalmente, tutti si dicono favorevoli al loro rispetto. Si ha però il sospetto che questa unanimità sia troppo scontata per essere reale. Sulla fine del novecento il mondo occidentale ha fatto dei diritti civili una giusta bandiera rivendicando la libertà e i diritti individuali. Questa denuncia delle situazioni a rischio è stata anche usata come strumento per contrapporsi al modello di sviluppo di quei paesi che avevano messo al primo posto i diritti collettivi. Ora, ormai il mondo è diventato uno ed è opportuno andare oltre e chiederci, forse con quella ingenuità che contraddistingue la riflessione critica, come mai se tutti sono favorevoli, se non vi è nessuna cultura che si dichiari formalmente contro, ancora oggi si continuano a violare i diritti umani?

È facile constatare che anche se nessuno o quasi, si dichiara contro il rispetto dei diritti umani, questi appaiono depotenziati di fronte al prevalere dei “diritti” dei più forti e tra questi, in modo particolare, di fronte ai diritti del libero mercato. Si dirà che: “affari sono affari” e questo imperativo categorico che preclude ogni ragionamento, ogni logica, ogni etica diventa improvvisamente il primo diritto.

Partiamo dalla constatazione che le società tecnicamente progredite portano avanti un doppio discorso. Senza scomporsi troppo, condannano a coro la violazione dei diritti umani, organizzano associazioni, forum, tribunali, distribuiscono premi e allestiscono grandi festival, ma fanno poco o nulla per disarticolare le strutture sociali che continuano a generare queste violazioni. Spesso si nascondono dietro un'apparente inerzia delle cose. Si dice “siamo costretti a ridurre i costi” o “la crisi non ci lascia margine di scelta” o “i mercati ci impongono nuovi sacrifici”, ma in realtà l'economia di mercato è una scelta politica. Si vuole far credere che le costruzioni umane, come l'economia, abbiano una voce propria, si dice che i mercati rispondono,

---

<sup>1</sup> Professore della Facoltà di Scienze della Formazione<sup>1</sup> e presso l'Università Roma Tre.

reagiscono e le Borse riescono ad esprimere sentimenti ed emozioni. Noi invece sosteniamo che le costruzioni umane sono mute, sono inerti e non possono agire. Hanno bisogno di qualcuno che gli dia voce, che gli dia spazio nel presente, che gli faccia esistere. L'autore è introvabile, le vittime invece sono lì, in carne e ossa. Nessuno è responsabile. Noi consideriamo che i paesi del cosiddetto Nord del mondo abbiano un'enorme responsabilità in quanto accade (o non accade) nei paesi del Sud. Questo non significa che i paesi globalizzatori decidano il destino dei globalizzati, spesso si assiste ad alleanze tra gruppi di potere autoctono e interessi esterni. Per intendersi, anche se entrambi sono responsabili, vi è una notevole differenza tra l'azione del corruttore e quella di colui che si lascia corrompere.

La nostra tesi è che i diritti umani, per non essere ricordati solo a posteriore, cioè quando la loro violazione è stata attuata, devono tradursi in fatti concreti che ostacolino le azioni che si condannano. Se così non è, i diritti, anche se formalmente riconosciuti da tutti, restano diritti di carta. Sono dichiarazioni in mala fede che servono a nascondere i propri interessi. Pronunciamenti puliti, che non fanno una piega perché restano nel rassicurante e spesso fantastico mondo delle parole.

## **Capitalismo e democrazia**

Si è sostenuto che il capitalismo è una forma di organizzazione economica che trova la sua realizzazione in democrazia. In questo senso, il rispetto dei diritti avrebbe bisogno di articolarsi nell'economia di mercato e quindi solo quest'ultima offrirebbe garanzie. La necessità di spazi di libertà che consentano la libera azione economica dei membri di una società sarebbe garantita in un sistema che ha tra i suoi principi fondamentali la libertà individuale. Da un punto di vista economico questa condizione si esprime nella libera concorrenza. Il mercato si presenta come il luogo in cui si confrontano liberamente i soggetti in quanto soggetti economici. Il liberalismo sostiene che il sistema non vuole interferenze esterne, vi è una ciclicità naturale, fluttuazioni che si susseguono e ritrovano sempre nuovi equilibri, situazioni in cui ogni intervento rischia di interrompere processi autoregolati. L'economia sarebbe una scienza naturale, con processi omeostatici ed equilibri propri. Questo liberismo economico avrebbe la sua più calzante espressione politica nel liberalismo. In questo senso, l'organizzazione democratica della società ha le sue radici nella

rivoluzione francese del 1789 e nella dichiarazione dei diritti umani che da essa ne risulta.

Al di là del nome che gli si voglia dare, nella modernità avanzata, (postmodernismo, seconda modernità, società postindustriale, postfordista, ecc.) la democrazia, se vuole essere tale, dovrà realizzare gli antichi principi di libertà, uguaglianza e fraternità. Non esistono due diverse forme di democrazia, una formale, intesa come il regolare svolgimento dei comizi elettorali, e un'altra sostanziale, che vuole costruire una società più giusta. Non esiste una forma democratica realista che nelle società complesse si realizza attraverso la formalità del voto ed un'utopica che vuole realizzare i principi fondamentali che reggono il sistema. Se si vuole la partecipazione di tutti è necessario che esistano le condizioni economiche e sociali che rendano possibili pari opportunità. L'esclusione sociale esprime una contraddizione insormontabile del sistema.

Una società che si definisce industriale, tecnologica, di consumo o capitalista esprime un aggregato umano che fonda la propria identità, non su ciò che è o aspira di essere, ma in rapporto agli strumenti di cui si serve. Si identifica nell'utensile, nella macchina, nel mezzo e ignora il fine. Non si pone i *perché*, ma solo è attenta al *come*. Le questioni riguardano dunque l'accumulazione di ricchezze, la quantità di beni, lo sviluppo economico e del consumo, tutti problemi limitati ad una parte della razionalità umana, quella economica. Si parla di società, ma in realtà si rimanda alla razionalità strumentale. Non è dunque strano che anche la democrazia diventi strumento di potere, strumento per guadagnare consenso, strumento per promuovere i propri interessi.

### **Quale società?**

Parlare di società è fare riferimento ad un progetto comune. Il termine indica che tra le persone che condividono un certo contesto territoriale o tematico esiste un vincolo di associazione. Persone che oggi in modo quasi *distratto*, decidono di essere soci, hanno un percorso comune, una storia ed un futuro che gli accomuna. La società cerca i percorsi attraverso i quali realizzare i principi che la mantengono legata. La sua ragione di essere è realizzare se stessa. La società insegue obiettivi utopici come quello di dare forma ad una struttura con più spazi di dignità per

l'essere umano. Il capitalismo, invece, come abbiamo appena detto, è un modo di organizzare i mezzi di produzione e distribuzione dei beni. Solo che l'idea guida del capitalismo è "più con meno", una maggiore quantità di beni, con un minore costo. E qui si apre il problema: chi si beneficia del minore costo? Naturalmente in primo luogo chi ha la possibilità di produrre e successivamente ed in modo minore, chi può acquistare beni a buon mercato. Un processo in cui il predominio delle leggi del mercato stabilisce una progressiva disuguaglianza. Chi è in grado di produrre "più con meno" conquisterà nuovi settori di mercato spiazzando gli altri concorrenti. Si mette in moto una tendenza progressiva verso la concentrazione delle ricchezze. Diminuiscono i concorrenti ed aumenta la quota di partecipazione al mercato.

Il capitalismo dice di eseguire, in questo modo, una legge naturale che riguarda l'evoluzione e la supremazia delle specie. Questa legge fa riferimento ai principi dell'evoluzionismo quando afferma che "il pesce grande mangia quello più piccolo". Principio che tradotto nelle scienze economiche si fa la legge di mercato e nelle scienze umane prende il nome di *Darwinismo sociale*. È necessario però ricordare che nelle scienze umane non esistono "leggi" che determinano il comportamento umano. Non esiste nessuna coercizione esterna che costringa la storia a seguire percorsi ineluttabili. Nemmeno esiste, come abbiamo detto, un determinismo economico in grado di mettere in moto le cosiddette leggi del mercato senza la complicità degli esseri umani. L'economia non agisce, è invece agita da operatori che realizzano i propri interessi. Quindi l'apparente inevitabilità dei percorsi stabiliti dall'economia non sono altro che scelte compiute da chi detiene le leve del potere economico e politico della società.

### **Utilità, interesse, finalità**

Sembra che le nostre società non siano più guidate da progetti comuni, da finalità condivise. Come se ci fosse un'implicita rinuncia all'aspirazione di costruire un mondo più equo, a misura delle necessità dei più. Tutto sembra guidato dall'interesse personale, dalla ricerca di un maggiore utile, dall'ambizione di avere più beni e benefici personali. La razionalità economica ha prevalso sulle altre forme di pensiero piegando l'etica, le tradizioni, le culture e la stessa emotività che inevitabilmente è presente in ogni comportamento umano. Ogni logica si inchina di fronte alla logica

speculativa del denaro. Si assiste perfino ad un'alterazione semantica, si dice che ogni azione umana è guidata da un interesse personale, egoistico, da una ricerca di utilità per ricavarne un beneficio. Si delinea così un'azione umana individualista, circoscritta ed opposta agli altri, una società di individui isolati che si guardano a vicenda con sospetto. È la società di mercato, dove i rapporti umani sono indirizzati dal profitto. È vero che l'essere umano è "progetto di essere", quindi la sua azione è rivolta al futuro e persegue una finalità, ma questa non deve necessariamente essere *schacciata* nell'utile, come vuole la razionalità economica.

Forse la logica economica è ineccepibile, ma non è infallibile, le continue crisi economiche sono lì a dimostrare il contrario. La logica economica è un'astrazione che deve convivere con la società e qui ciò che era astratto diventa inevitabilmente umano. La razionalità perde le sue certezze, diventa suscettibile di errori, di diversi punti di vista, ma ciò non la fa meno razionale perché questa è l'unica razionalità veramente "esistente".

Di fronte alla logica della razionalità economica, di fronte al susseguirsi delle richieste di riduzione del costo del lavoro e alla diminuzione dei posti disponibili, le democrazie dei paesi tecnicamente sviluppati pensano che occorra diminuire i diritti di una civiltà che si era costruita sul lavoro. Nessuno pensa a ridurre il profitto. Le statistiche di questi ultimi decenni sono indiscutibili: l'economia globalizzata ha concentrato le ricchezze, i ricchi sono più ricchi perché i poveri sono più poveri. La strategia neoliberista ha come principio la concentrazione dei capitali.

Ora si dice: "metto a lavorare i miei risparmi", cioè, è il denaro a produrre denaro, mentre il lavoro è rimasto una forza residuale, marginale, trascurabile. Al punto che se gli operai, o lo Stato danno fastidio, se rivendicano i propri diritti, se mettono troppi limiti al libero gioco del mercato, l'imprenditore chiude, se ne va da un'altra parte o chiude e si ritira nell'economia finanziaria.

Se oggi si vuole denunciare seriamente la violazione dei diritti umani più estesa e globale forse è il caso che si ritorni a parlare dei diritti del lavoro, parlare della necessità di diminuire il tasso di profitto.

## Quali diritti?

I rapporti umani in una società “capitalista” sono articolati sul prevalere dei paradigmi economici su quelli sociali. La percezione dei fenomeni, la costruzione sociale e l’etica pubblica è pervasa dalle norme che regolano l’attività del mercato. La società si sottomette a ciò che dovrebbe essere uno strumento di uso. Ma lungi di essere considerato un errore, lo si propone come legge universale in grado di organizzare ogni società al di là della cultura, la storia o la religione. Lo si presenta come mossa strategica per governare il processo di globalizzazione. In questo modo, l’unità del pianeta, da proposta universale di convivenza planetaria, si trasforma in modello unico di dominio dei più forti.

Una conseguenza dell’intromissione delle categorie economiche nella gestione dei rapporti sociali è quello di considerare il lavoro un elemento da sottoporre al giudizio del mercato. L’agire umano si fa così un prodotto tra i prodotti, una merce soggetta alle leggi dell’offerta e della domanda, che fluttua seguendo il “mercato del lavoro”. La legge del valore che indicava il costo della merce sarebbe anche la regola che stabilisce quanto vale il lavoro umano. Si tratterebbe di una regola capace di misurare in ogni parte del mondo globalizzato e su situazioni molto dissimili un prezzo di mercato.

Si ripropone il termine *mercato del lavoro* dopo che la OIL (Organizzazione Internazionale del Lavoro) ha dichiarato a Philadelphia (nell’ormai lontano 1944) che “il lavoro non è una merce”. Il lavoro, in effetti, è un’attività umana e sarebbe un errore ridurlo a oggetto di scambio. Non è la stessa cosa parlare di mercato di arance e di mercato del lavoro. Infatti, le leggi di offerta e domanda che stabiliscono il prezzo finale delle arance non possono essere applicate agli esseri umani, questo prescrive il diritto internazionale. Il problema è che il lavoro non è un oggetto che può essere immagazzinato, stoccato e sistemato nei depositi in attesa che arrivi la sua ora. Il lavoro non è un oggetto che può essere eliminato come si fa nella società capitalista quando c’è un eccesso di produzione. Le arance possono andare al macero, le persone no. Quando si parla di lavoro si parla della dignità umana e quindi di materia che non può essere oggetto di mercato, perché o si tratta di diritti e quindi hanno una validità al di fuori delle circostanze o si tratta di oggetti di mercato e quindi di materia di contrattazione.

## **Economia o Lavoro?**

Il lavoro retribuito ha caratterizzato il ventesimo secolo al punto che la società e il moderno Stato democratico sono costruiti su questa attività. Oggi viviamo in un periodo in cui il sistema economico basato sul lavoro è in crisi. L'economia vorrebbe rendersi indipendente dalla società e quindi produrre ricchezza diminuendo al massimo il lavoro. Ma senza lavoro retribuito molte strutture andrebbero in rovina. Non funzionerebbe, per esempio, il sistema pensionistico, il sistema fiscale e nemmeno quello politico. Se chi viene chiamato cittadino non ha alcuna fonte di reddito non potrà impegnarsi attivamente nella vita del proprio Paese. Il lavoro è contrassegno dell'appartenenza politica, d'integrazione, di collocazione professionale, di classe e perfino di partecipazione al consumo. Il ventunesimo secolo si apre con una contrapposizione strutturale che ingloba le diverse società: alla progressiva automatizzazione della produzione corrisponde una diminuzione del lavoro. Dal punto di vista della razionalità economica nulla sembra intaccare seriamente questa tendenza.

La razionalità economica però "non esiste" da sola, ha bisogno di essere attuata dalla società. Senza una società che la sostenga decade, non è più logica, non è più umana. Siamo consapevoli che la politica sembra contare sempre di meno, in un mondo che sembra governato dall'economia. In realtà la politica ha scelto di assecondare l'economia. È quasi indifferente che sia di destra o di sinistra, gli interessi economici prevalgono sui programmi. I diritti diventano utopici, vengono rispettati solo se non entrano in contrapposizione agli interessi economici dei più forti.

Riconoscere i diritti umani è fondamentalmente, riconoscere e declamare l'uguaglianza tra gli esseri umani può però anche essere una dichiarazione di comodo. In questo senso si deve purtroppo constatare che i diritti umani, nel suo complesso, vengono sistematicamente calpestati. Solo alcuni sono riconosciuti, quelli individuali, quelli della libera espressione e la democrazia, anche se prevalentemente circoscritta alla pratica del voto. Accettare la possibilità di realizzare solo alcuni diritti senza promuovere e difendere i diritti umani come un corpo unico, può diventare un atteggiamento complice. Non esistono democrazie formali e sostanziali, esiste il sistema democratico che per principio deve promuovere e favorire la partecipazione. Meno si partecipa, meno democratico è il sistema.

## Rendere plurale la libertà

I diritti umani si fondano nell'uguaglianza e mirano alla salvaguardia e all'espansione di analoghe opportunità per tutti. Parlare di diritti umani è fare riferimento alla libertà, ma forse perché è il termine che meglio rappresenta la condizione umana, la libertà è un termine abusato, carico di significati contrapposti. Si va dalla libertà del sistema liberale alla libertà come lotta contro l'oppressione. La libertà è un termine squisitamente individuale, oppure può fare riferimento alla liberazione dei popoli. Collegata al lavoro è intesa come momento di emancipazione, ma è anche avvertita come sfruttamento, come alienazione, come un ambito in cui la libertà è ceduta ai fini strumentali di altri.

Si confrontano, dunque, due nozioni di libertà, la prima intesa come libertà individuale isolata ed escludente della libertà dell'altro. Una posizione che implica un ambito in cui gli interessi personali si contrappongono e lottano tra di loro per guadagnare la supremazia. La società è quella di Hobbes, quella di tutti contro tutti. Questa visione liberale si traduce socialmente nell'idea che la mia libertà finisce dove inizia quella dell'altro. Così dicendo si crede di essere rispettosi dei diritti altrui, ma in realtà anche qui non si segue altro che la logica economicistica. L'altro è un limite, non una risorsa. Società vuol dire "soci" persone che si aggregano per procedere insieme, significa obiettivi comuni, procedere insieme. La *società di mercato* è invece quella della concorrenza, dove l'altro diventa un potenziale nemico, che mi può rubare il posto di lavoro, che può limitare i miei spazi e privarmi di benefici sociali. L'altro appare come qualcuno che posso al massimo tollerare, ma non può diventare uno come me.

La seconda è quella che intende la libertà come una libertà plurale. L'altro non si presenta come un limite ai miei progetti ma come un'altra possibilità per raggiungerli. L'altro è l'apertura di nuovi orizzonti nella costruzione di un futuro comune. Perché se l'essere umano è un essere che agisce in società, nella misura in cui questo spazio condiviso sia in grado di garantire maggiori opportunità, saranno anche maggiori le possibilità di realizzare i propri progetti. Si tratta di portare sempre più in là i limiti di ciò che è umano, guadagnare nuovi spazi, abbattere gli steccati. "Fare società" senza restringere e limitare la somma delle diverse libertà che la costituiscono. Fare società come intreccio di rapporti sempre in atto, dove gli

individui si *sciogliono* nel sociale, un *gruppo in fusione* dove le persone perdono la propria identità per guadagnarne una collettiva, o meglio senza perdere un *io* acquistano un *noi* in continua fusione. Si sentono di appartenere ad un insieme. È questa consapevolezza della propria libertà che rende persona un essere fortemente condizionato, che anche se si scioglie nel universale ponendosi come oggetto di altre libertà, mantiene la propria autonomia nelle forme di reciprocità dialettica dell'agire sociale.

## Os direitos humanos na sociedade de mercado<sup>223</sup>

Claudio Tognonato<sup>4</sup>

### Direitos de papel

Fala-se tanto em direitos humanos e, naturalmente, todos se dizem favoráveis a respeito deles. Se tem porém a suspeita que esta unanimidade seja muito dada para ser real. Por volta dos fins dos 1900 o mundo ocidental fez dos direitos civis uma justa bandeira reivindicando a liberdade e os direitos individuais. Esta denúncia das situações de risco foi também usada como instrumento para contrapor-se ao modelo de desenvolvimento daqueles países que tinham colocado no primeiro lugar os direitos coletivos. Agora, o mundo já se tornou uno e é oportuno ir além e perguntar-nos, talvez com aquela ingenuidade que marca a reflexão crítica, como é possível, se todos são favoráveis, se não há nenhuma cultura que se declare formalmente contra, que ainda hoje se continuam a violar os direitos humanos?

É fácil constatar que, mesmo se ninguém ou quase ninguém, se declara contra o respeito dos direitos humanos, estes aparecem despotencializados diante dos direitos do livre mercado. Dir-se-á que: “negócios são negócios” e este imperativo categórico que exclui previamente todo raciocínio, toda lógica, toda ética, se torna, improvisamente, o primeiro direito.

Partamos da constatação de que as sociedades tecnicamente progredidas levam adiante um duplo discurso. Sem descompor-se muito, condenam em coro a violação dos direitos humanos, organizam associações, fóruns, tribunais, distribuem prêmio e montam grandes festivais, mas fazem pouco ou nada para desarticular as estruturas sociais que continuam a gerar estas violações. Muitas vezes se escondem atrás de uma aparente inércia das coisas. Diz-se “somos constrictos a reduzir os custos” ou “a crise não nos deixa margem de escolha” ou “os mercados nos impõem novos sacrifícios”, mas na realidade a economia de mercado é uma escolha política.

---

<sup>2</sup> Conferência proferida por ocasião do I Encontro Internacional de Ética

<sup>3</sup> Tradução do filósofo e filólogo Lúcio Mustafá

<sup>4</sup> Professor da Facoltà de Scienze della Formazione da Università Roma Tre

Quer-se que se acredite que as construções humanas, como a economia, tenham uma voz própria, se diz que os mercados respondem, reagem e as Bolsas conseguem exprimir sentimentos e emoções. Nós, ao invés, sustentamos que as construções humanas são mudas, são inertes e não podem agir. Têm necessidade de que alguém que lhe dê voz, que lhe dê espaço no presente, que lhe faça existir. Não se encontra o autor; as vítimas, ao invés, estão ali, em carne e osso. Ninguém é responsável. Nós consideramos que os países do chamado Norte do mundo tenham uma enorme responsabilidade sobre o que acontece (ou não acontece) nos países do Sul. Isto não significa que os países globalizadores decidam o destino dos globalizados, muitas vezes se assiste a alianças entre grupos de poder autóctone e interesses externos. Para que fique claro, mesmo se ambos são responsáveis, existe uma notável diferença entre a ação do corruptor e aquela de quem se deixa corromper.

A nossa tese é que os direitos humanos, para que não sejam lembrados só a *posteriori*, isto é, quando a violação deles já ocorreu, devem traduzir-se em fatos concretos que impeçam as ações que se condenam. Se assim não é, os direitos, mesmo se formalmente reconhecidos por todos, ficam sendo só direitos de papel. Pronunciamentos polidos, que impressionam porque ficam no tranqüilizador e, muitas vezes, fantástico mundo das palavras.

## **Capitalismo e democracia**

Afirmou-se que o capitalismo é uma forma de organização econômica que encontra a sua realização em democracia. Neste sentido, o respeito aos direitos teria necessidade de articular-se com economia de mercado e, portanto, só esta última ofereceria garantias. A necessidade de espaços de liberdade que consintam a livre ação econômica dos membros de uma sociedade seria garantida num sistema que tem entre nos seus princípios fundamentais a liberdade individual. De um ponto de vista econômico, esta condição se exprime na livre concorrência. O mercado se apresenta como o lugar no qual se confrontam livremente os sujeitos enquanto sujeitos econômicos. O liberalismo sustenta que o sistema não quer interferências externas, existe nele uma essência cíclica natural, flutuações que se subseguem e encontram sempre novos equilíbrios, situações nas quais cada intervenção arrisca

interromper processos auto-reguladores. A economia seria uma ciência natural, com processos homeostáticos e equilíbrios próprios. Este liberalismo econômico teria a sua mais premente expressão no liberalismo. Neste sentido, a organização democrática da sociedade tem as suas raízes na revolução francesa de 1789 e na declaração dos direitos humanos que dessa resulta.

Para além do nome que lhe se queira dar, na modernidade avançada, (pós-modernismo, segunda modernidade, sociedade pós-industrial, pós-fordista, etc.) a democracia, se quer ser tal, deverá realizar os antigos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. Não existem duas diferentes formas de democracia, uma formal, entendida como o regular desenvolvimento dos comícios eleitorais, e uma substancial, que quer construir uma sociedade mais justa. Não existe uma forma democrática realista que nas sociedades complexas se realiza através da formalidade do voto e uma utópica que quer realizar os princípios fundamentais que sustentam o sistema. Se se quer a participação de todos, é necessário que existam as condições económicas e sociais que tornem possíveis pari oportunidade. A exclusão social exprime uma contradição intransponível do sistema.

Uma sociedade que se define industrial, tecnológica, de consumo ou capitalista exprime um agregado humano que funda a própria identidade, não naquilo que é ou aspira ser, mas em relação aos instrumentos dos quais se serve. Se identifica com o utensílio, com a máquina, com o meio e ignora o fim. Não se põe o *porquê*, mas só faz atenção para o *como*. As questões dizem respeito, portanto, à acumulação de riquezas, a quantidade de bens, o desenvolvimento económico e do consumo, todos problemas limitados a uma parte da racionalidade humana, aquela económica. Fala-se de sociedade, mas na realidade se envia para a racionalidade instrumental. Não é, portanto, estranho que também a democracia se torne instrumento de poder, instrumento para a obtenção de consenso, instrumento para promover os próprios interesses.

## **Qual Sociedade**

Falar de sociedade é fazer referência a um projeto comum. O termo indica que entre as pessoas que compartilham um certo contexto territorial ou temático existe um vínculo de associação. Pessoas que hoje em modo quase *distráido*,

decidem serem sócios. Têm um percurso comum, uma história e um futuro que lhes iguala. A sociedade procura os percursos através dos quais possa realizar os princípios que a mantêm ligada. A sua razão de ser é realizar a si mesma. A sociedade persegue objetivos utópicos como aquele de dar forma a uma estrutura com vários espaços de dignidade para ser humano. O capitalismo, ao invés, como acabamos de dizer, é um modo de organizar os meios de produção e distribuição dos bens. Só que a idéia guia do capitalismo é “mais ou menos”, uma maior quantidade de bens, com um menor custo. E aqui se abre o problema, quem se beneficia do menor custo? Naturalmente em primeiro lugar quem tem a possibilidade de produzir e sucessivamente e em modo menor, quem pode adquirir bens a preço baixo. O processo no qual o predomínio das leis de mercado estabelece uma progressiva desigualdade. Quem tem condições “mais ou menos” conquistará novos setores de mercado varrendo fora os outros concorrentes. Se ativa uma tendência progressiva em direção à concentração das riquezas. Diminuem os concorrentes e aumenta a quota de participação no mercado.

O capitalismo diz que executa, deste modo, uma lei natural que se refere à evolução e à supremacia das espécies. Esta lei faz referência aos princípios do evolucionismo quando afirma que “o peixe grande come o menor”. Princípio que traduzido nas ciências econômicas se faz a lei de mercado e nas ciências humanas recebe o nome de *Darwinismo social*. É necessário, porém, recordar que nas ciências humanas não existem “leis” que determinam o comportamento humano. Não existe nenhuma coerção externa que constrinja a história a seguir percursos inelutáveis. Nem mesmo existe, como dissemos, um determinismo econômico capaz de ativar as ditas leis do mercado sem a cumplicidade dos seres humanos. A economia não age, é, ao contrário, ativada por operadores que realizam os próprios interesses. Portanto, a aparente inevitabilidade dos percursos estabelecidos pela economia não são nada mais que escolhas cumpridas por quem detém as alavancas do poder econômico e político da sociedade.

### **Utilidade, interesse, finalidade**

Parece que as nossas sociedades não são mais guiadas por projetos comuns, por finalidades compartilhadas. Como se existisse uma implícita renúncia à

aspiração de construir um mundo mais equo, da medida das necessidades da maioria. Tudo parece guiado pelo interesse pessoal, pela pesquisa de um útil maior, pela ambição de ter mais bens e benefícios pessoais. A racionalidade econômica prevaleceu sobre as outras formas de pensamento dobrando a ética, as tradições, as culturas e a própria emotividade que inevitavelmente está presente em todo comportamento humano. Toda lógica se inclina diante da lógica especulativa do dinheiro. Se assiste até mesmo a uma alteração semântica, se diz que toda ação humana é guiada por um interesse pessoal, egoísta, por uma busca de utilidade para tirar dali um benefício. Delineia-se assim uma ação humana individualista, circunscrita e oposta aos outros, uma sociedade de indivíduos isolados que se olham mutuamente com suspeita. É a sociedade do mercado, na qual as relações humanas são direcionadas pelo lucro. É verdade que o ser humano é “projeto de ser”, portanto a sua ação é voltada para o futuro e persegue uma finalidade, mas esta não deve necessariamente ser *esmagada* no útil, como quer a racionalidade econômica.

Talvez a lógica econômica seja irrepreensível, mas não é infalível, as contínuas crises econômicas estão ali para demonstrar o contrário. A lógica econômica é uma abstração que deve conviver com a sociedade e aqui aquilo que era abstrato se torna inevitavelmente humano. A racionalidade perde as suas certezas, se torna susceptível de erros, de diversos pontos de vista, mas aquilo que não a faz menos racional porque esta é uma racionalidade realmente “existente”.

Diante da lógica da racionalidade econômica, diante das sucessivas demandas de redução do custo de trabalho e da diminuição das vagas disponíveis, as democracias dos países tecnicamente desenvolvidos pensam que seja necessário diminuir os direitos de uma civilização que se tinha construído sobre o trabalho. Ninguém pensa em reduzir o lucro. As estatísticas destes últimos decênios são indiscutíveis: a economia globalizada concentrou as riquezas, os ricos são mais ricos porque os pobres são mais pobres. A estratégia neoliberal tem como princípio a concentração dos capitais.

Agora se diz: “faço minhas economias trabalharem”, isto é, é o dinheiro que produz dinheiro, enquanto o trabalho permaneceu sendo uma força residual, marginal, insignificante. Ao ponto que se os operários, ou o Estado incomodam, se reivindicam o próprio direito, se impõem muitos limites ao livre jogo do mercado, o

empreendedor fecha, vai embora para um outro lugar ou fecha e se retira na economia financeira.

Se hoje se quer denunciar seriamente a violação dos direitos humanos, mais extenso e global talvez seja o caso de se voltar a falar dos direitos do trabalho, falar da necessidade de diminuir a taxa de lucro.

## **Quais direitos**

As relações humanas numa sociedade “capitalista” são articuladas sobre o prevalecer dos paradigmas econômicos sobre aqueles sociais. A percepção dos fenômenos, construção social e a ética pública é invadida pelas normas que regulam a atividade do mercado. A sociedade se submete àquilo que deveria ser um instrumento de uso. Mas longe de ser considerado um erro, lhe se propõe como lei universal em condições de organizar toda sociedade para além da cultura, da história ou da religião. Lhe se apresenta como jogada estratégica para governar o processo de globalização. Deste modo, a unidade do planeta, da proposta universal de convivência planetária se transforma num modelo único de domínio dos mais fortes.

Uma consequência da intromissão das categorias econômicas na gestão das relações sociais é aquela de considerar o trabalho um elemento a ser submetido ao juízo do mercado. O agir humano se faz assim um produto entre os produtos, uma mercadoria sujeita às leis da oferta e da procura, que flutua seguindo o “mercado de trabalho”. A lei do valor que indicava o custo da mercadoria seria também a regra que estabelece quanto vale o trabalho humano. Tratar-se-ia de uma regra capaz de medir em toda parte do mundo globalizado, e em situações muito dissimiles, um preço de mercado.

Se re-propõe o termo *mercado de trabalho* depois que a OIT (Organização Internacional do Trabalho) declarou em Filadélfia (no já longínquo 1944) que “o trabalho não é uma mercadoria”. O trabalho, de fato, é uma atividade humana e seria um erro reduzi-lo a objeto de troca. Não é a mesma coisa falar de mercado de laranja e de mercado de trabalho. De fato, as leis de oferta e procura que estabelecem o preço final das laranjas não podem ser aplicadas aos seres humanos,

isto prescreve o direito internacional. O problema é que o trabalho não é um objeto que pode ser armazenado, estocado e arrumado nos depósitos à espera que chegue a sua hora. O trabalho não é um objeto que pode ser eliminado como se faz na sociedade capitalista quando existe excesso de produção. As laranjas podem ir para o mercado, as pessoas não. Quando se fala de trabalho se fala da dignidade humana e, portanto, de matéria que não pode ser objeto de mercado, porque ou se trata de direitos e, portanto, têm uma validade para além das circunstâncias ou se trata de objetos de mercado e, portanto, de matéria de contratação.

## **Economia e trabalho**

O trabalho retribuído tem caracterizado o vigésimo século ao ponto que a sociedade e o moderno Estado democrático são construídos sobre esta atividade. Hoje vivemos num período no qual o sistema econômico baseado sobre o trabalho está em crise. A economia gostaria de se tornar independente da sociedade e, portanto, produzir riquezas diminuindo ao máximo o trabalho. Mas sem trabalho retribuído muitas estruturas iriam se arruinar. Não funcionaria, por exemplo, o sistema previdenciário, o sistema fiscal e nem mesmo aquele político. Se quem é chamado de cidadão não tem nenhuma fonte de renda não poderá engajar-se ativamente na vida do próprio País. O trabalho é marcado pelo pertencimento político, de integração, de cargo profissional, de classe e até mesmo de participação ao consumo. O século vinte e um se abre com uma contraposição estrutural que engloba as diversas sociedades: à progressiva automatização da produção corresponde uma diminuição do trabalho. Do ponto de vista da racionalidade econômica nada parece obstaculizar seriamente esta tendência.

A racionalidade econômica porém “não existe” sozinha, tem necessidade de ser ativada pela sociedade. Sem uma sociedade que a sustenta por décadas, não é mais lógica, não é mais humana. Estamos conscientes de que a política parece pesar sempre menos, num mundo que parece governado pela economia. Na realidade a política escolheu servir à economia. É quase indiferente que seja de direita ou de esquerda, os interesses econômicos prevalecem sobre os programas. Os direitos se tornam utópicos, são respeitados só se não entram em contraposição com os interesses econômicos dos mais fortes.

Reconhecer os direitos humanos é fundamental, reconhecer e declamar a igualdade entre os seres humanos pode porém também ser uma declaração cômoda. Neste sentido se deve, infelizmente, constatar que os direitos humanos, no seu complexo, têm sido sistematicamente pisoteados. Só alguns são reconhecidos: aqueles individuais, aqueles da livre expressão e a democracia, mesmo se, em prevalência, circunscrita à prática do voto. Aceitar a possibilidade de realizar só alguns direitos sem promover e defender os direitos humanos como um corpo único, pode se tornar uma atitude cúmplice. Não existem democracias formais e substanciais, existe o sistema democrático que por princípio deve promover e favorecer a participação. Menos se participa, menos democrático é o sistema.

### **Tornar plural a liberdade**

Os direitos humanos se fundam na igualdade e miram a salvaguarda e a expansão de análogas oportunidades para todos. Falar de direitos humanos e fazer referência à liberdade, mas talvez porque é o termo que melhor representa a condição humana, a liberdade é um termo abusado, carregado de significados contrapostos. Se vai da liberdade do sistema liberal à liberdade como luta contra a opressão. A liberdade é um termo estranhamente individual, ou pode fazer referência à libertação dos povos. Ligada ao trabalho é entendida como momento de emancipação, mas é também advertida como exploração, como alienação, como um âmbito no qual a liberdade é cedida para os fins instrumentais de outros.

Confrontam-se, portanto, duas noções de liberdade, a primeira entendida como liberdade individual isolada e excludente da liberdade do outro. Uma posição que implica um âmbito no qual os interesses pessoais se contrapõem e lutam entre si para ganhar a supremacia. A sociedade é aquela de Hobbes, aquela de todos contra todos. Esta visão liberal se traduz socialmente na ideia que a minha liberdade acaba onde inicia aquela do outro. Assim dizendo se acredita que se está respeitando o direito dos outros, mas na realidade também aqui não se está seguindo uma lógica diferente daquela economicista. O outro é um limite, não um recurso. Sociedade quer dizer “sócios” pessoas que se agregam para seguirem juntas, significa objetivos comuns, seguir juntas. A *sociedade de mercado* é, ao invés, aquela da concorrência, na qual o outro se torna um potencial inimigo, que me pode roubar o lugar de trabalho, que pode limitar os meus espaços e me privar de

benefícios sociais. O outro aparece como alguém que posso no máximo tolerar, mas não pode se tornar um comigo.

A segunda é aquela que entende a liberdade como uma liberdade plural. O outro não se apresenta como um limite aos meus projetos, mas como uma outra possibilidade para alcançá-los. O outro é a abertura de novos horizontes na construção de um futuro comum. Porque se o ser humano é um ser que age em sociedade, na medida em que este espaço compartilhado tenha condições de garantir maiores oportunidades, serão também maiores as possibilidades de realizar os próprios projetos. Trata-se de colocar sempre mais além os limites daquilo que é humano, ganhar novos espaços, abater as cercas. “Fazer sociedade” sem restringir e limitar a soma das diversas liberdades que a constituem. Fazer sociedade como entrance de relações sempre ativo, no qual os indivíduos se *dissolvem* no social, um *grupo em fusão* no qual as pessoas perdem a própria identidade para ganhar ali uma coletiva, ou melhor, sem perder um *eu* adquirir um *nós* em contínua fusão. Se sentem que pertencem a um conjunto. É esta consciência da própria liberdade que torna pessoa um ser fortemente condicionado, que mesmo se se dissolve no universal pondo-se como objeto de outras liberdades, mantém a própria autonomia nas formas de reciprocidade dialética do agir social.

*Título* O Ser Social

*Organizadora* Maria Alexandra Monteiro Mustafá

*Projeto Gráfico* EdUDPE

*fontes* Helvética, Calibri

